

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELAINE CRISTINA SENKO

**O CONCEITO DE JUSTIÇA NO TRABALHO JURÍDICO DO REI
AFONSO X, O SÁBIO (1221-1284): *LAS SIETE PARTIDAS***

**CURITIBA
2016**

ELAINE CRISTINA SENKO

**O CONCEITO DE JUSTIÇA NO TRABALHO JURÍDICO DO REI
AFONSO X, O SÁBIO (1221-1284): *LAS SIETE PARTIDAS***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães.

Co-Orientadora: Professora Doutora Aline Dias da Silveira.

**CURITIBA
2016**

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Senko, Elaine Cristina

O conceito de justiça no trabalho jurídico do Rei Afonso X, O Sábio (1221-1284): *Las Siete Partidas* / Elaine Cristina Senko – Curitiba, 2016.
260 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães

Co-orientadora: Profa. Dra. Aline Dias da Silveira

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Afonso X, Rei de Castella e Leão, 1221-1284. 2. Direito medieval - História. 3. Idade média - Legislação. 4. Direito – História - Espanha. I.Título.

CDD 340.946

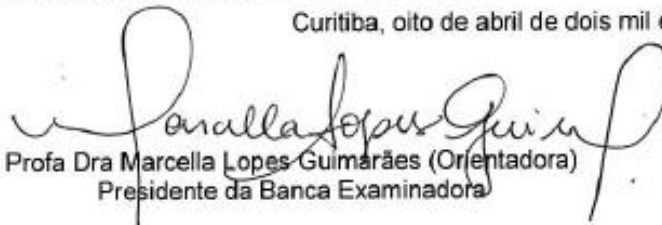


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

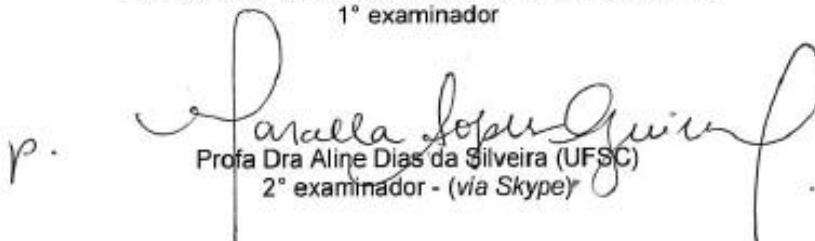
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

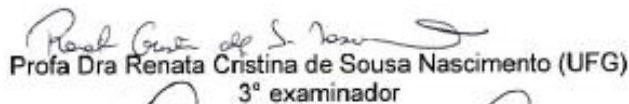
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de ELAINE CRISTINA SENKO intitulada: **O conceito de justiça no trabalho jurídico do Rei Afonso X, o Sábio (1221-1284): *Las siete partidas***, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

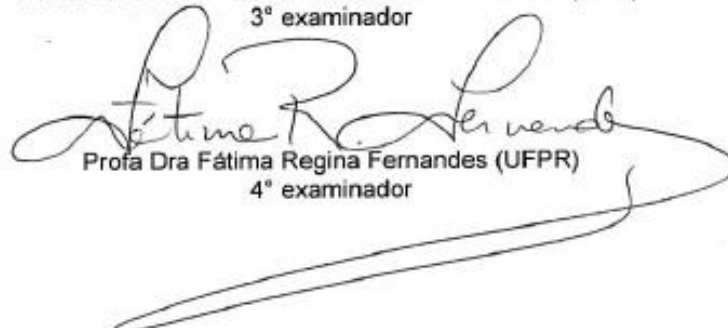
Curitiba, oito de abril de dois mil e dezesseis.


Prof. Dra Marcella Lopes Guimarães (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dra Adriana Mocalim de Souza Lima (PUC/PR)
1º examinador

p. 
Prof. Dra Aline Dias da Silveira (UFSC)
2º examinador - (via Skype)


Prof. Dra Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG)
3º examinador


Prof. Dra Fátima Regina Fernandes (UFPR)
4º examinador

Para a minha fortaleza e meu amor, André.

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter iluminado e fortalecido os meus passos.

Ao meu companheiro André Luiz Leme pelo amor e apoio incondicional.

À minha mãe Ana Cristina Focht por me acompanhar em minha trajetória de vida. Aos meus corajosos avôs que conseguiram sobreviver à guerra, meus heróis, Anna Focht e Henig Focht (*in memoriam*).

À Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães que me acompanhou desde a graduação, mestrado e doutorado, compartilhando conquistas.

À Professora Doutora Aline Dias da Silveira que me auxiliou em momentos importantes do trabalho.

À minha banca de qualificação, Professora Doutora Fátima Regina Fernandes e Professora Doutora Adriana Mocelim, que me indicaram o melhor caminho para este estudo.

À minha banca de defesa, Professora Doutora Fátima Regina Fernandes, Professora Doutora Aline Dias da Silveira, Professora Doutora Adriana Mocelim, Professora Doutora Renata Cristina Nascimento e Professor Doutor Renan Frighetto, por lerem e contribuírem com essa tese de doutorado.

Aos meus familiares e amigos que me deram suporte em momentos felizes e também difíceis nessa fase de estudo e escrita da tese de doutorado. E todos meus alunos e alunas que me deram entusiasmo e esperança para continuar.

Ao NEMED e à CAPES pelo suporte a este estudo.

*“Posso falar mais francamente?
Não pense que eu seja uma mulher elegante
com intenções de provocar, mas uma criatura racional
que fala do fundo do coração”.*

AUSTEN, Jane. Orgulho e Preconceito, p. 302.

RESUMO

Contemplamos no presente estudo de tese de doutoramento as principais atitudes e relações políticas do rei Afonso X de Castela, com destaque para as várias dificuldades por ele encontradas no governo do reino castelhano pós movimento de conquista ibérica dos cristãos sobre os muçulmanos. Ressaltamos o desejo do rei pela coroa do Sacro Império Romano Germânico, bem como as suas difíceis relações com o poder espiritual na época, em meio ao intenso desenvolvimento das universidades na Cristandade Latina. Inicialmente, orientamos o nosso trabalho para uma investigação do universo jurídico da época, e para isso retornamos à Universidade de Bolonha, berço importante da tradição legal medieval; depois exploramos a transladação e o espraçamento dos sábios bolonheses para outros centros culturais, como a Universidade de Salamanca e a Escola de Tradutores de Toledo, na Península Ibérica. Esses centros recepcionavam, além dos mestres bolonheses, também os de origem bizantina, judaica, islâmica e latina, em geral. Destacamos, pois, que a Universidade de Salamanca e a Escola de Tradutores de Toledo foram intensamente patrocinadas por Afonso X, pois delas advinham seus sábios do scriptorium real. Considerando esse panorama de crescimento dos estudos jurídicos na Idade Média do século XIII – movimento, aliás, que se relaciona com o fortalecimento do poder temporal –, passamos então à investigação da principal fonte do presente estudo, *Las Siete Partidas*. Acreditamos que esse documento normativo sintetiza, por meio do direito, os pensamentos do rei Afonso X em relação aos seus projetos políticos na época. Em um primeiro momento buscamos a compreensão da estrutura e das principais características da obra, entre o viés teórico e o pragmático. Em seguida, partimos para a análise da fonte, rastreando em *Las Siete Partidas* o conceito de “justiça”, o qual destacamos como fundamental na construção da obra. Propomos, diante das constatações, a nossa hipótese: a existência, através do conceito de justiça, de uma tradição oriental com forte matiz salomônico para o modelo de rei ibérico assumido por Afonso X. Do nosso trabalho de investigação, portanto, verificamos que em *Las Siete Partidas* o rei Afonso X se dedica a fortalecer as suas prerrogativas em relação à sociedade dos nobres; e o conceito de Justiça, virtude que especialmente ele deveria cultivar, caminha justamente nesse sentido: tornando-o um governante ideal e universal, centralizador e organizador de uma sociedade múltipla, e regulador dos nobres do reino – atitudes essenciais ao plano político de Afonso X em seu contexto.

Palavras-chave: Afonso X; Justiça Medieval; Las Siete Partidas; Política Medieval.

ABSTRACT

We contemplate in this doctoral thesis study the main attitudes and political relations of the king Alfonso X of Castile, highlighting the various difficulties he encountered in the government of the Castilian kingdom soon after the Christians conquest of Iberian Peninsula over the Muslims. We emphasize the desire of the king for the crown of the Holy Roman Empire, as well as his difficult relations with the spiritual power at the time, amid the intense development of the universities in Latin Christianity. Initially, we guide our work for an investigation of the juridical universe at the time, and to do that we return to the University of Bologna, an important birthplace of the medieval legal tradition; then we explored the translocation and the spreading of the Bologna wise men to other cultural centers such as the University of Salamanca and the Toledo School of Translators, in the Iberian Peninsula. These centers received, in addition to the Bolognese masters, also those of Byzantine origin, Jewish, Islamic and Latin, in general. We emphasize, therefore, that the University of Salamanca and the Toledo School of Translators were heavily sponsored by Alfonso X, places where he recruited his wise men for the real scriptorium. Considering this growth panorama of the juridical studies in the Middle Ages of the thirteenth century – movement, incidentally, related to the strengthening of the temporal power –, we follow the to research of the main source of this study, *Las Siete Partidas*. We believe that this normative document synthesizes, by means of the law, King Alfonso X's thoughts in relation to their political projects at the time. At first we seek the understanding of the structure and the main characteristics of the work, by investigating the theoretical framework and the pragmatic. Then we start to analyze the source, tracking in *Las Siete Partidas* the concept of "justice," which one we highlight as fundamental in the construction of the work. We propose, on the findings, our hypothesis: the existence, through the concept of justice, of an oriental tradition with strong Solomonic hue for the Iberian king model assumed by Alfonso X. From our research work, therefore, we pointed that in *Las Siete Partidas* the king Alfonso X is dedicated to strengthen their prerogatives with regard to the society of the nobles; and the concept of justice, virtue especially he should cultivate, follows that direction: making him an ideal and universal ruler, centralizer and organizer of a multiple society, and regulator of the nobles of the kingdom – essential attitudes to the political plane of Alfonso X in its context.

Keywords: Alfonso X; Medieval justice; Las Siete Partidas; Medieval politics.

RESUMEN

Nos contemplado en este estudio de tesis doctoral las principales actitudes y las relaciones políticas del rey Alfonso X de Castilla, destacando las diversas dificultades que encontró en el gobierno del reino castellano posterior movimiento de conquista ibérica de los cristianos sobre los musulmanes. Hacemos hincapié en el deseo del rey por la corona del Sacro Imperio Romano, así como sus difíciles relaciones con el poder espiritual en el momento, en medio de un intenso desarrollo de las universidades en la cristiandad latina. Al principio, orientamos nuestro trabajo a una investigación del universo jurídico en aquella época, y en consecuencia regressamos a la Universidad de Bolonia, una cuna importante de la tradición jurídica medieval; a continuación, se exploró la translocación y la difusión de los sabios de Bolonia a otros centros culturales, como la Universidad de Salamanca y la Escuela de Traductores de Toledo, en la Península Ibérica. Estos centros recibieron, además de los maestros boloñeses, también otros de origen bizantino, judía, islámica y latina en general. Hacemos hincapié, también, que la Universidad de Salamanca y la Escuela de Traductores de Toledo fueron fuertemente patrocinadas por Alfonso X, pues formaban los sabios del scriptorium real. Ante este panorama de crecimiento de los estudios jurídicos en la Edad Media del siglo XIII – movimiento, por cierto, que se relaciona con el fortalecimiento del poder temporal – a continuación investigamos la fuente principal de este estudio, *Las Siete Partidas*. Creemos que este documento normativo resume, a través de la ley, los pensamientos del rey Alfonso X en relación con sus proyectos políticos en el momento. En un primer momento buscamos la comprensión de la estructura y las principales características de la obra, desde el marco teórico y el práctico. Entonces comenzamos a analizar la fuente, de seguimiento en *Las Siete Partidas* del concepto de "justicia", que destacamos como fundamental en la construcción de la obra. Proponemos, entonces, nuestra hipótesis: la existencia, a través del concepto de justicia, de una tradición oriental con una fuerte tonalidad salomónica para el modelo de rey Ibérico asumido por Alfonso X. A partir de nuestro trabajo de investigación, por lo tanto, indicamos que en *Las Siete Partidas* Alfonso X se dedica a reforzar sus prerrogativas con respecto a la sociedad de los nobles; y el concepto de justicia, virtud que especialmente él debería cultivar, camina en esa dirección: lo hace un gobernante ideal y universal, centralizador y organizador de una sociedad múltiple, y regulador de los nobles del reyno – actitudes esenciales a la esfera política de Alfonso X en su contexto.

Palabras clave: Alfonso X; Justicia medieval; Las Siete Partidas; Política medieval.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. JOVEM PRÍNCIPE, FUTURO REI: AFONSO X, O SÁBIO.....	20
1.1 O REINO DE LEÃO E CASTELA NO SÉCULO XIII.....	20
1.2 A ASCENSÃO DE AFONSO X À MONARQUIA.....	25
1.3 SOBRE O REINO DE LEÃO E CASTELA APÓS A ASCENSÃO DE AFONSO X.....	40
1.4 A DIFÍCIL RELAÇÃO COM OS NOBRES DO REINO.....	43
1.5 O DESEJO PELO SACRO IMPÉRIO E O “FECHO DEL IMPERIO”.....	46
1.6 SOBRE A QUESTÃO DOS GLÁDIOS TEMPORAL E ESPIRITUAL.....	50
1.7 ÚLTIMAS CIRCUNSTÂNCIAS DO GOVERNO DE AFONSO X.....	53
1.8 O DIREITO COMO SUPORTE À AFIRMAÇÃO RÉGIA.....	57
2. O DIREITO MEDIEVAL: DE BOLONHA A CASTELA.....	60
2.1 SOBRE A UNIVERSIDADE DE BOLONHA: UM MODELO EM SURGIMENTO.....	60
2.2 DE BOLONHA AO REINO DE LEÃO E CASTELA: A TRANSLADAÇÃO DOS ESTUDOS DO DIREITO NA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA.....	66
2.3 UMA PECULIAR APROXIMAÇÃO AO ORIENTE: A ESCOLA DE TOLEDO.....	71
2.4 O DIREITO “MEDITERRÂNICÓ”.....	76
3. SOBRE O CONCEITO DE JUSTIÇA EM “LAS SIETE PARTIDAS”.....	81
3.1 UMA PROPOSTA EM SEUS FUNDAMENTOS: O PRÓLOGO DA OBRA	81
3.2 O CONCEITO DE LEI: PRECEITOS PARA A UNIÃO E ORDEM DA SOCIEDADE.....	91
3.3 SOBRE O IMPÉRIO E A MONARQUIA.....	114
3.4 SOBRE O EXERCÍCIO DA JUSTIÇA REAL: O PROCESSO DO JULGAMENTO.....	130
4. UM MODELO DE REI IBÉRICO EM CONSTRUÇÃO: A EXISTÊNCIA DE UMA TRADIÇÃO ORIENTAL.....	153
4.1 AFONSO X, UM NOVO SALOMÃO.....	200
5. A JUSTIÇA PROJETADA NA SOCIEDADE NOBRE PELO REI SAPIENCIAL.....	222
CONCLUSÃO: O ORIENTE NO OCIDENTE MEDIEVAL.....	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	245

INTRODUÇÃO

*“O seu modelo (de Suger) é Salomão, que construiu o Templo
e o sentimento que o guia é
a ‘dilectio decoris domus Dei’, o amor pela
beleza da casa de Deus”
(Umberto Eco)¹*

Os estudos sobre a Península Ibérica no espaço acadêmico brasileiro estão em crescimento, motivados por uma vontade de conhecimento e reflexão a respeito de nossa própria formação cultural. De fato, nos mais variados aspectos, recebemos importante contribuição por parte da cultura ibérica, principalmente dos portugueses, colonizadores do Brasil. Os portugueses, no desenvolvimento histórico de suas atividades nestas terras, não apenas impoem a nossa língua, mas também ajudaram a constituir as nossas formas de comportamento e pensamento. Por isso, são cada vez mais frequentes os seminários, livros e disciplinas acadêmicas destinadas à reflexão da história ibérica, nos seus mais diversos temas e recortes cronológicos.

A Península Ibérica sempre esteve muito presente na minha vida acadêmica, remontando ao início de minha graduação no curso de História, em 2006, na Universidade Federal do Paraná. Neste ambiente tive a oportunidade de encontrar a professora Doutora Marcella Lopes Guimarães², minha orientadora e amiga desde então. Foi com sua orientação que desenvolvi a minha monografia³ e dissertação de mestrado⁴ em História, estudando a obra de um importante sábio medieval, Ibn Khaldun (1332 – 1406). No presente estudo, continuo dedicando a minha atenção à história da Idade Média, e ao espaço da Península Ibérica, contemplando uma análise a respeito de um personagem em especial, considerado por nós como um

¹ ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Tradução de Mario Sabino Filho. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 36.

² Graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), Mestra em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: história medieval, história cultural, literatura portuguesa e crítica literária.

³ SENKO, Elaine Cristina. **Ibn Khaldun (1332-1406) e um olhar muçulmano sobre a Península Ibérica**. Monografia em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

⁴ SENKO, Elaine Cristina. **O passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d água: uma reflexão sobre a metodologia da História de Ibn Khaldun (1332-1406)**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

importante representante desse momento histórico: o rei castelhano Afonso X (1221-1284).

Quando temos em mente o monarca Afonso X, torna-se imprescindível a menção ao trabalho pelo qual ele teve um cuidado especial dentro de sua vasta produção erudita: o legislativo-jurídico. Afonso X promoveu um grande incentivo aos trabalhos legislativos durante o seu governo, muito provavelmente para fins relacionados às questões políticas e sociais de seu contexto. Consequentemente, em seu próprio tempo e para a posteridade, construiu e estimulou para si uma vigorosa imagem de homem “sábio” e “justo”. Foram vários os autores no exterior que se dedicaram ao estudo do trabalho jurídico de Afonso X, dentre eles destacamos os consagrados Carlos de Ayala Martínez⁵, H. Salvador Martínez⁶, Julio Valdeón Baroque⁷, Manuel González Jiménez⁸, Joseph F. O’Callaghan⁹ e José A. Sanchez Perez¹⁰. No mesmo sentido, diversos pesquisadores brasileiros desenvolveram estudos sobre a produção legislativa afonsina nos últimos anos, dentre os quais selecionamos os mais importantes de Aline Dias da Silveira¹¹, Marina Kleine¹², Marcelo Pereira Lima¹³ e Paulo Sodré¹⁴. Essa produção brasileira,

⁵ AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X: relaciones castellano-aragonesas de 1252-1263**. Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986.

⁶ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003.

⁷ VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011.

⁸ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio – Historia de um reinado (1252-1284)**. Burgos: La Olmeda, 1999.

⁹ O’CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999.

¹⁰ SANCHEZ PEREZ, José A. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: M.Aguilar Editor, 1944.

¹¹ SILVEIRA, Aline Dias da. **Die Maurenbilder im Werk Alfons’X von Kastilien**. Tese de Doutorado pela Humboldt-Universität Zu Berlin. Berlim, 2008. SILVEIRA, Aline Dias. Cristãos, Muçulmanos e Judeus na Medievalística Alemã: reflexões “para um novo conceito de Idade Média”. **Revista Aedos**. UFRGS, pp. 403-411, 2009; SILVEIRA, Aline Dias da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas *Cantigas* de Santa Maria. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: PEREIRA, Nilton Mullet; ALMEIDA, Cybele Crossetti; TEIXEIRA, Igor Salomão. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp.39-59. SILVEIRA, Aline Dias da. Fronteiras da Tolerância e Identidades na Castela de Afonso X. In: FERNANDES, Fátima Regina. (coordenação). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p.127-149. SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, pp.66-83, 2014.

¹² KLEINE, Marina. **La cancellería real castellana durante el reinado de Alfonso X (1252-1284): una aproximación prosopográfica**. Tese de Doutorado pela Universidad de Sevilla, 2012. KLEINE, Marina. **El Rey que es fermosura de Espanna: Imagens do poder real na obra de Afonso X, o Sábio (1221-1284)**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

¹³ LIMA, Marcelo Pereira. **O gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2010.

em particular, tem contribuído muito no processo de fortalecimento e renovação dos estudos medievais¹⁵, dinamizando e atualizando a construção do saber histórico.

É nesse sentido que propomos, também como parte desse movimento historiográfico brasileiro, desenvolver no presente trabalho de tese um estudo a respeito do trabalho jurídico de Afonso X; no caso, teremos por base a sua legislação intitulada *Las Siete Partidas*¹⁶. Partindo de uma investigação geral a respeito da obra e de seu contexto de produção, observaremos em nossa análise da fonte um objeto específico: o conceito de “justiça” elaborado por Afonso X, na qual mantém o sentido de dar a cada indivíduo o que lhe seria adequado, de seu merecimento. Compreendemos que a prática da justiça, ao longo da história, sempre foi tida como essencial à grande maioria das sociedades, tendo em vista que ela pode ser considerada, por essência, a fonte para a manutenção do equilíbrio, da paz

¹⁴ SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó e o novelo. Universidade Federal do Espírito Santo: **Série Estudos Medievais**, n.2, pp.151-167, 2008.

¹⁵ Renovação que faz parte da abertura na possibilidade de análises dos objetos históricos pela Nova História e a História Cultural desde meados do século XX, conferir em: DUBY, Georges. O prazer do historiador. In: CHAUNU, P.; DUBY, G.; LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). **Ensaio de ego-história**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987, p. 109-137. BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 157-161.

¹⁶ AFONSO X. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576. Segundo a Professora Doutora Aline Dias da Silveira, dentre as várias obras de Afonso X encontram-se: “*Legislativas*: Espéculo (1254, 1255, depois de 1276), Fuero Real (1255), Siete Partidas (1276), Setenario; *Históricas*: Primera Crónica General de España, General Estoria; *Traduções*: Picatrix ou Gayat al-hakim, Lapidario, Libros de Astromagia, Liber Razielis (cabala), Libro de los secretos de la naturaleza, Libro de las formas y de las imágenes, Tetrabiblos ou Liber Quadripartitum (Ptolomeu), Cánones de Al-Battani, Libro conplido de los iudizios de las estrellas, Los quatro libros de la octava esfera y de sus cuarenta y ocho figuras con sus estrellas, Libro de La alcara o seael globo celeste (construção de astrolábio); Libro del saber de astronomia, Tablas astronômicas, Libro de las Cruzes; *Literárias*: Cantigas de Escarnio, Cantigas de Amor, Cantigas de Santa Maria; *Alguns colaboradores de Afonso X*: Boaventura de Siena, Isaac ben Sid (el Rabbi Zag) e Jehuda ben Moses Cohen, Juan D’aspa, Bernardo el Arábigo, Johannes de Cremona, Egídio Teobaldi de Parma, Roberto Anglicus (Robert Scotus), Hermanus Alemanus e Juan Gil Zamora”. SILVEIRA, Aline Dias da. Fronteiras da Tolerância e Identidades na Castela de Afonso X. In: FERNANDES, Fátima Regina. (coordenação). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 129. Fontes consultadas além de *Las Siete Partidas*: AFONSO X. **Setenario**. Edición e Introduccón de Kenneth H. Vanderford. Buenos Aires: Instituto de Filología, 1945. AFONSO X. **Fuero Real**. Madrid: La Imprenta Real, 1836. **Ordenações Afonsinas**. <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/> (Acesso 06/05/2012), recolha do século XIV. **Livro das Leis e Posturas**. Ed. por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Thereza Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971. AFONSO X. **Espéculo**. Edición y análisis crítico por Gonzalo Martínez Díez. Avila: Fundación Sanchez-Albornoz, edición de 1985. AFONSO X. **Fuero Real**. Opúsculos Legales del rey Don Alfonso el Sabio. Publicados y cotejados con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia. Madrid: La Imprenta Real, edición de 1836, p.3-169. SANCHE IV. **Castigos e Documentos**. In: GAYANGOS, Don Pascual (recogido por). Biblioteca de Autores Españoles (desde la formacion del lenguaje hasta nuestros dias) – Escritores em prosa anteriores al siglo XV. Madrid, edición de 1952, p. 85-228.

e da harmonia entre os homens, pois regula a relação entre estes. De fato, governantes de todas as épocas buscaram as mais variadas alternativas quanto às formas de exercê-la, obtendo, por vezes, maior ou menor sucesso em suas empreitadas.

Afonso X concebeu as *Partidas* em 1276, porém não as aplicou; essas leis foram colocadas em prática e sistematizadas apenas por Afonso XI (1311-1350). Tal fato pode ser compreendido tendo por base duas hipóteses: 1. As *Partidas* foram compostas para que fossem utilizadas caso Afonso X se tornasse Imperador do Sacro Império Romano Germânico; como isso não ocorreu, ficaram guardadas em seu estado de arquitetura. 2. Os nobres da época de Afonso X defendiam o uso das leis consuetudinárias (da tradição), não aceitando outras propostas; somente Afonso XI, no século XIV, teria conseguido aplicar um documento de tendência universal como são as *Partidas*. Digno de menção, Afonso XI, ao dividir didaticamente as *Partidas* em sete partes, nos legou uma forma didática de consulta das leis ibéricas. Pois bem, trabalhamos na tese com o momento de *gestação* das *Partidas* e não com os possíveis usos que a fonte teria depois do século XIII. Consideramos as leis como respostas do rei ao seu próprio contexto, diante das circunstâncias que se colocam em expectativa frente a ele; nesse caso, as *Partidas* tinham por base o desejo de Afonso X tornar-se imperador. Como Afonso X não conseguiu sê-lo, guardou o conjunto como guia e não o aplicou; todavia, a fonte ainda revela as ideias da realeza, da nobreza e da sociedade de sua época.

Utilizamos a fonte mais antiga que se tem acesso aos pesquisadores, a edição de 1555, na versão de 1576. Seguiremos a divisão presente nessa versão da fonte com a consciência de que trabalhamos com o rastreamento do conteúdo da época de *gestação* do documento; também tendo a percepção de seus possíveis atravessamentos os quais devem estar muito mais no momento de *glosa* da fonte do que no conteúdo principal em destaque. Disposta, portanto, no que seriam sete partes, subdividida em Títulos e Leis, esta obra de cunho legislativo apresenta uma estrutura de conteúdo em torno dos seguintes tópicos principais, conforme demonstramos abaixo:

• I Partida:	Contempla uma definição de Lei e Direito, como forma de introdução; trata, em seguida, do Direito Canônico.
• II Partida:	Trabalha com as funções, prerrogativas e deveres

	relacionados ao poder dos Imperadores e dos reis; Direito Político.
• III Partida:	Trata da Justiça, de seu conceito e de sua aplicação.
• IV Partida:	Direito da Família, das relações familiares e de parentesco.
• V Partida:	Dos contratos estabelecidos, do Direito Privado.
• VI Partida:	Discute as formas de testamento e das heranças em sucessão.
• VII Partida:	Leis que consideram vários delitos e seus processos penais.

Importante destacar que, para a realização desse amplo e atento trabalho jurídico, Afonso X se amparou numa recolha de tradições e leis, do passado ibérico; o interessante, neste caso, é que o próprio monarca, anteriormente, havia ordenado a elaboração de trabalhos legislativos, os quais foram “reutilizados”; a saber: o *Espéculo* (1254, 1255, depois de 1276) e o *Fuero Real* (1255)¹⁷.

O primeiro deles, o *Espéculo*, escrito na corte de Castela, apresentava um sentido universal das leis e era utilizado no trabalho dos juristas castelhanos e pelo rei Afonso X; já o segundo, o *Fuero Real*, fora distribuído para as cidades que estavam sob o controle político castelhano, ou seja, tratava-se de um documento normativo sintetizado do *Espéculo* para os nobres, os quais deveriam estar atentos também às leis consuetudinárias¹⁸. Foi exatamente no momento em que se tornou concorrente à coroa do Sacro Império Romano Germânico – contando com a ajuda dos pisanos – que o rei Afonso X ordenou uma ampla releitura do *Espéculo*; dessa forma, desde o ano 1256, este trabalho passou a ser reavaliado pelo *scriptorium* real e uma nova versão do *Espéculo* surgiu em 1265, então descrito como o *Libro del fuero de las leyes*. Esta obra jurídica, destacamos, foi revisada ainda diversas outras vezes, e vários de seus tópicos foram ampliados até a morte de Afonso X; foi somente no ano de 1276 que ela recebeu o título definitivo de *Partidas*¹⁹. Com essas considerações em mente, no presente estudo trabalhamos com a perspectiva de que *Las Siete Partidas*, por se tratar de um documento “síntese” da tradição jurídica

¹⁷ AFONSO X. **Espéculo**. Edición y análisis crítico por Gonzalo Martínez Díez. Avila: Fundación Sanchez-Albornoz, edición de 1985. AFONSO X. **Fuero Real**. Opúsculos Legales del rey Don Alfonso el Sabio. Publicados y cotejados con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia. Madrid: La Imprenta Real, edición de 1836, p.3-169. AFONSO X. **Fuero Real**. Madrid: La Imprenta Real, 1836. Outras fontes e edições consultadas: AFONSO X. **Las Siete Partidas (tomo I, II, III)**. Madrid: Real Academia de Historia, versão de 1807. **Crónica de Alfonso X**. Edição de Manuel González Jiménez. Real Academia Alfonso X El Sabio, 1998.

¹⁸ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.56-60.

¹⁹ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.61.

da época, é uma obra reveladora, em sua essência, do que podemos considerar o pensamento jurídico de Afonso X durante o seu reinado²⁰.

Este documento legislativo foi também muito conhecido no reino de Portugal, especialmente à época dos reis Afonso III (1210–1279), genro de Afonso X, e Dom Dinis (1261–1325), neto de Afonso X. Entretanto, após a morte de Afonso X, seu filho e novo rei, Sancho IV (1258–1295), negou a utilização prática de *Las Siete Partidas*, motivado por um forte receio de que este documento deslegitimasse sua ascensão ao trono e desagradasse aos nobres que sempre preferiram as leis consuetudinárias. Foi por esta razão que Sancho IV ordenou a composição de seu próprio material legislativo: *Castigos e Documentos*²¹. Somente com Afonso XI (1311–1350) as leis de *Las Siete Partidas* tiveram uma autêntica aplicabilidade legislativa, prolongando-se tal uso no reinado seguinte, de Pedro I de Castela (1350–1369), até muito tempo depois; uma prova consistente da “longa duração” de

²⁰ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.62. Temos como base os seguintes escritos que abordam como tema a tarefa legislativa na Idade Média, principalmente, a ibérica: FERNANDES, Fátima Regina. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990 e a obra publicada em livro: FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à Legislação Medieval Portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá Editora, 2000; FERNANDES, Fátima Regina. **Cultura e Poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001; FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. **Revista História: Questões e Debates**. n. 41, pp.73-83, Editora UFPR, 2004; FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. In: DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008, p. 185-198. FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a Construção do Conceito de Unidade. **Revista História Unesp**, São Paulo, vol. 2, n. 28, pp.43-55, 2009; FERNANDES, Fátima Regina. Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil au début du XXe siècle. **Imago Temporis**. Medium Aevum, VI, p.407-419, 2012; FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**. Universidad Complutense de Madrid, 28, p. 155-176, 2005. FERNANDES, Fátima Regina. As transformações na sociedade política e nas monarquias medievais e seus efeitos na mobilidade de facções nobiliárquicas entre Portugal e Castela. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, pp.104-126, 2014. ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. **Anos 90 (UFRGS)**. Porto Alegre, v. 16, pp. 13-36, 2002; ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. **Biblos** (Rio Grande), v. 21, pp. 9-32, 2007. KLEINE, Marina. Os elementos do corpo político e a justiça nas *Siete Partidas* de Afonso X (1221-1284). **Politeia**. Vitória da Conquista, v.5, n.1, pp. 103-118, 2005. KLEINE, Marina. O *Fuero Real* e o projeto político de Afonso X. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 168-189. KLEINE, Marina. El carácter propagandístico de las obras de Alfonso X. **De Medio Aevo**. Espanha: De Medio Aevo. 4, n.2, 2013, p.1-42. E para consulta da tradição jurídica geral no medievo, verificamos: WOLKMER, Antonio Carlos. **Síntese de uma história das idéias jurídicas**: da antiguidade à modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

²¹ SANCHO IV. **Castigos e Documentos**. In: GAYANGOS, Don Pascual (recogido por). Biblioteca de Autores Españoles (desde la formación del lenguaje hasta nuestros días) – Escritores em prosa anteriores al siglo XV. Madrid, edição de 1952, p. 85-228.

seu uso está presente na própria edição da fonte que utilizamos aqui: *Las Siete Partidas*²², um documento normativo de tendência imperial e legitimadora do rei em língua castelhana medieval glosada pelo licenciado Gregorio Lopez do Conselho Real das Índias e publicada em 1555 por Andrea de Portonaris, do Boletín Oficial del Estado em Salamanca (Espanha); exemplar este que, em seu propósito, foi material republicado a mando da Majestade Real da Espanha e Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Carlos I Habsburgo (1500–1558), para ser utilizada no reino e como importante base da regimentação de leis na colonização da América Espanhola.

Nosso procedimento de investigação no presente estudo contempla inicialmente uma análise do contexto de Afonso X, ou seja, o século XIII da Península Ibérica, bem como os detalhes da trajetória de vida do monarca em questão. Nesse sentido, como apoio, temos por base as obras referenciais citadas anteriormente, dos estudiosos e biógrafos do rei castelhano. Quanto à nossa análise da fonte, observamos com especial atenção as três primeiras *Partidas*: momentos da obra em que são apresentados diversos preceitos teóricos relacionados à necessária prática da virtude da justiça por parte do monarca, comportamento este essencial à sua formação como rei “sábio”. Trabalhamos, portanto, no sentido de rastrear e caracterizar o conceito de “justiça”; e para isso, em nosso texto, realizamos um exercício de interpretação, análise e reflexão (incluindo o auxílio de tabelas) de vários trechos da obra que foram reveladores desse objeto. Neste

²² AFONSO X. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576. “A data da composição das *Siete Partidas* é controversa e ainda não encontrou um consenso. Para citar dois autores que discutem este tema, J. R. Craddock considera a composição da obra entre 1256 e 1265 com uma refundição em 1272, já para Alfonso García-Gallo as *Siete Partidas* só teriam obtido sua identidade de tratado doutrinal em 1290 no governo de Sancho IV. A primeira publicação das *Partidas* foi feita em 1491 por Alfonso Díaz de Montalvo, a qual foi seguidamente impressa até ser superada pela edição de 1555 de Gregorio Lopez. As citações das *Siete Partidas* apresentadas neste artigo são transcritas da edição de 1555, reeditada em 2004 pelo *Boletín Oficial Del Estado*”. SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas *Siete Partidas*. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 71, 2014. Conferir também: PÉREZ LÓPEZ, José Luis. *Las Siete Partidas según el código de los Reyes Católicos de la Biblioteca Nacional de Madrid*. **Dicenda**. Cuardenos de Filología Hispánica. Madrid: UCM, n. 14, pp. 235-258, 1996. RUIZ FUNES, Joaquín Cerdá. **Consideraciones sobre el hombre y sus derechos en las Partidas de Alfonso El Sabio**. España: Universidad de Murcia, 1963, p.9. ORTIZ PALANQUES, Marco. *Las Siete Partidas de Alfonso X "El Sabio" como instrumento legitimador*. **Revista Filosofía**. Mérida (Venezuela): Universidad de Los Andes, n. 20, pp. 54-92, 2009. Ocorreu a interrupção do uso das *Siete Partidas* pelo segundo filho de Afonso X, Sancho IV (1257-1295), este possuía receio de que o referido documento jurídico o deslegitimasse na subida ao trono e a utilização do documento retornou apenas sob o reinado de Afonso XI (1311-1350). Nesse ínterim devemos lembrar que o Rei de Portugal D. Dinis I (1261-1325) emulava as ações de seu avô, Afonso X, patrocinando em seu reino uma intensiva tradução de obras castelhanas para a língua portuguesa.

estudo, apresentamos uma metodologia de pesquisa da fonte de forma inovadora: seguimos uma inspiração na metodologia medieval contendo uma tradução comentada com análise e síntese críticas. No segundo momento de nossa análise da fonte, mantendo a metodologia que acabamos de descrever, contemplamos também as demais partidas da obra, buscando de que forma a justiça proposta por Afonso X se estabelece como fonte reguladora da nobreza no reino, isso no que se refere à definição da mesma e quanto às suas práticas.

Problematizando a nossa investigação em torno do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X, lançamos como ponto de partida os debates sobre as seguintes questões: quais motivos teriam levado o monarca castelhano a desempenhar tamanho esforço jurídico durante o seu reinado (tendo por influência uma erudição sapiencial oriental), e de que forma o conceito de justiça por ele proposto e realçado na obra se relaciona com o seu projeto de governo? De fato, compreendemos o trabalho jurídico de Afonso X em *Las Siete Partidas* como fruto de uma conjuntura específica: e nela, se apresentavam determinadas circunstâncias, demandas e urgências especiais. Nossa análise da justiça em *Las Siete Partidas* contribui para explorar um campo novo de estudos nas pesquisas nacionais, a influência da tradição oriental na elaboração de fontes ainda vistas como apenas ocidentais. E, além disso, conforme Edward W. Said apontou, diluirmos as fronteiras entre Ocidente e Oriente e passarmos a compreender a História como múltipla em suas identidades e circulação de ideias²³.

Antes de partirmos ao contexto, destaco aqui uma última reflexão: o presente estudo é, antes de tudo, uma obra de seu tempo. Estudar o conceito de justiça em Afonso X, buscando as características desse conceito, encontra-se relacionada ao momento que vivemos hoje em nossa sociedade. São constantes as notícias de destruição dos preceitos constitucionais por parte dos nossos dirigentes, políticos alçados ao poder pelo voto popular. Escândalos de corrupção tomam conta dos noticiários; são violências, físicas e psicológicas, cometidas sem qualquer pudor contra todos, e inclusive professores, os mestres transformadores da sociedade. Falta consciência, falta cultura, falta educação. O sentimento de injustiça, na atualidade, alimenta a minha busca por conhecimento histórico: ou seja, uma

²³ SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.9-18.

procura por instrumentos de reflexão, para a compreensão do presente. Este estudo, portanto, ainda que trate de um tema específico relacionado ao passado, transparece a subjetividade da autora: pessoa que vive e respira o seu tempo. E, por fim, acredito que cada vez mais as mulheres devam lutar ainda por seus direitos para ter maior respeito na sociedade através da valorização de sua própria educação.

CAPÍTULO I

JOVEM PRÍNCIPE, FUTURO REI: AFONSO X, O SÁBIO

1.1. O REINO DE LEÃO E CASTELA NO SÉCULO XIII

Com a chegada do guerreiro Tariq (c.670-720) na Península Ibérica, passando pela formação do emirado (711-756) e com o início do Califado de Córdoba (929), os cristãos estabelecidos na região, de origem visigoda, em sua maioria, acabaram ficando no território pagando tributos ao novo poder e os nobres, em sua minoria, se deslocaram para seu fortalecimento nos reinos astúrio-leoneses do norte²⁴. Somente com o fim do Califado e a consequente fragmentação política dos muçulmanos, nos chamados reinos taifas, os cristãos conseguiram, dentro de um espírito combativo ao muçulmano impulsionado pelo movimento cruzadístico no Oriente²⁵, avançar novamente em território ibérico. Foi a chamada Reconquista, ou melhor definindo, a efetiva Conquista dos territórios pelos cristãos, pois os astures leoneses não eram exatamente os mesmos visigodos conquistados pelos islâmicos no passado. Sobre esse contexto Marcel Paiva do Monte explica:

²⁴ Para um aprofundamento, conferir: FRIGHETTO, Renan. **Antiguidade Tardia**. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transição (séculos II – VIII). Curitiba: Juruá, 2012. SENKO, Elaine. **Musa Ibn Nusayr (670-716) e a construção da identidade andaluza na Península Ibérica**. Revista de História Recôncavo UNIABEU, v. 2, p. 1-14, 2012. SABATÉ I CURULL, Flocel. **Catalunya Medieval**. Barcelona: La Esfera de los Libros, 2006. CUELLO MALPICA, Antonio. Urban Life in Al-Andalus and its role in social organization and the structure of settlement. **Imago Temporis**. n.4, p. 25-49, 2010.

²⁵ Conforme aponta o pesquisador José Carlos Gimenez: “Para José Luiz Corral, a ideia de Cruzada igualmente serviu de atrativo para que os cristãos da Península Ibérica idealizassem não apenas enfrentar, mas também vencer o Islam em seus territórios”. GIMENEZ, José Carlos. As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147). **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 54, 2014; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. **XIII Semana de Estudios Medievales**. Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, pp.151-170. Sobre o assunto sintetiza de modo crítico Carlos de Ayala Martínez: “La Iglesia romana no necesitó de nada ni de nadie de fuera de ella misma para concebir una sofisticada y definitiva manera de sacralizar la violencia. Le bastó interpretar circunstancialmente un rico arsenal ideológico que le era propio. Hace ya mucho tiempo ese gran conocer de las cruzadas que fue Steven Runciman finalizaba su voluminosa obra dando su particular visión de la cruzada, anacrónica y moralizante sin duda, pero extraordinariamente significativa para un hombre que escribía a mediados del pasado siglo. Para el lord inglés la cruzada podía ser identificada con ese excepcional y enigmático pecado que, según el NuevoTestamento, no tiene perdón de Dios, el pecado contra el Espíritu Santo, y ese pecado no era otro que el del uso de la intolerancia en nombre de Dios”. AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Deficiencia de cruzada: estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, p.242, 2009.

Com efeito, ao ideal bélico e espiritual que caracteriza o *subsídium Terrae Sanctae*, sobrepunha-se na Península Ibérica um conceito específico: a Reconquista, entendida como a recuperação de territórios cristãos “usurpados” pelos muçulmanos. O “renascer” do antigo reino visigótico constituiu uma continuidade político-ideológica, primeiro assumida por astures-leoneses e depois com maior força por leoneses e castelhanos. Esse ideal, designado por nós como neogótico, fora perseguido com empenho nas surtidas para sul, com tanto ou mais vigor do que o próprio ideal de cruzada pregado além-Pireneus. Os reis cristãos peninsulares teriam, neste quadro, o dever de recuperar esses territórios [...]. De facto, a Reconquista é fundamental para a consolidação das monarquias ibéricas, legitimadas pelo constante esforço de coordenação da guerra e de organização interna dos territórios conquistados. O poder exercido por essas monarquias, por um lado numa lógica autonomista (como Portugal ou Aragão); por outro numa lógica “pan-hispânica” que assume como horizonte teórico a unificação peninsular, como no caso leonês-castelhano, enquadra os conflitos entre poderes cristãos. Mas a verdade é que, no pano de fundo dessa guerra permanente, reforça-se do ponto de vista cultural, o sentimento de hispanidade, já que na Idade Média em particular, a consciência de comunidade se alicerça a partir da oposição a perigos externos²⁶.

Assim, corrobora para a ideia da *Conquista* através de um olhar crítico sobre o histórico de guerras do período e da tendenciosa problematização da historiografia nacionalista espanhola definidora do sentido de Reconquista, ao apontar Francisco Fitz Garcia que:

En primer lugar, y siguiendo las conclusiones alcanzadas por Martín Ríos en sus trabajos citados en nota, quizás lo primero que debemos poner de manifiesto es que el concepto de *Reconquista* se consolidará en la historiografía hispánica durante la segunda mitad del XIX. Desde un principio, la noción aparece asociada a la formación de la identidad nacional española, asegurando una empresa y un pasado común a todas las regiones y ofreciendo al mismo tiempo una singularidad esencial frente a otros países europeos: la *reconquista*, entendida como una lucha armada contra el Islam que se extendería a lo largo de ocho siglos y que permitiría a los “españoles” la recuperación del solar patrio que les había sido arrebatado por los “extranjeros” musulmanes, se convertía a partir de entonces en el elemento nuclear de la formación de la identidad de España como nación y patria común de todos los españoles. Hay que reconocer que la irrupción de este concepto en la historiografía

²⁶ MONTE, Marcel Paiva do. Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147. **Revista Medievalista**. Ano 4, Número 5, 2008. Acesso em (16/11/2014): <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA5/medievalista-paiva.htm>; Conferir também: PAYNE, Stanley G. **Historia de España**. Madrid: Editorial Playor, 1987, p. 79-114. JACKSON, Gabriel. **Introducción a la España Medieval**. Madrid: Alianza Editorial, 1983, p. 10. MITRE, Emilio. **La España Medieval: Sociedades. Estados. Culturas**. Madrid: Ibarra, 1979, p. 45-60. NIETO SORIA, José Manuel. La renovación de la historia política en la investigación medieval: las relaciones de poder. **Relaciones de poder en Castilla**. Cuenca: Universidad Complutense de Madrid/Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, pp. 37-64, 1997.

hispánica del siglo XIX, con su fuerte carga nacionalista, romántica y, en ocasiones, colonialista, tuvo un éxito notable y se transmitió, manteniendo algunos de sus rasgos identitarios más llamativos, a la del siglo XX. Bastaría recordar aquí, a título de ejemplo y como verdadero paradigma historiográfico, las consideraciones al respecto de Ramón Menéndez Pidal: para el ilustre maestro, ni la destrucción del reino godo en el siglo VIII, ni la disgregación política a la que se vio abocada España durante las siguientes centurias, consiguió borrar de la mente ni del sentimiento de los españoles la idea de unidad nacional. Los distintos reinos medievales cristianos que se originaron a raíz de la conquista islámica no sólo no contribuyeron a la ruptura de la unidad goda – esa responsabilidad, en todo caso, sería islámica -, sino que por el contrario procuraron remediar la ruina de aquella quiebra. De esta forma, la invasión de los musulmanes vino, paradójicamente, a robustecer el concepto unitario de España, entroncándolo a la vez con un ideal religioso –la restauración del culto católico- y con “*un propósito nacional de recuperación del suelo pátrio*”²⁷.

Fitz García sintetiza de forma inyectiva a noção conceitual e nacionalista de Reconquista quando se trata sobre o processo histórico da expansão cristã:

Es así, por ejemplo, como entendía la noción de *Reconquista* el hispanista británico Derek Lomax cuando afirmaba que entre el año 711 y 1492 “*el poder político [en la Península Ibérica] fue pasando lentamente de manos musulmanas a manos cristianas*”, y que precisamente este “*traspaso*” de poder es “*normalmente llamado la Reconquista*”. En la misma línea, Philippe Conrad recordaba hace una década a un público francés muy amplio el uso del término *Reconquista* “*pour désigner la lutte qui, du début du VIII^e siècle à la fin du XV^e, a permis aux royaumes chrétiens du nord de la péninsule Ibérique de se substituer aux pouvoirs musulmans qui s’y étaient successivement établis*”. [...] Por supuesto, en lo que no existe unanimidad entre los especialistas es en el diagnóstico sobre las causas últimas que impulsaron a los reinos cristianos del norte a protagonizar esta apuesta expansiva que están dispuestos a llamar, con mayor o menor convicción según el caso, *reconquista*: como puede suponerse, la historiografía más tradicional y nacionalista había privilegiado las razones político-vindictivas y religiosas, casi

²⁷ FITZ GARCÍA, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, p. 144-145, 2009. “Consecuentemente, la idea de reconquista, tal como se expresaba en los escritos pidalianos, vinculaba estrechamente al menos cuatro aspectos que se complementaban para forjar la identidad nacional española: uno, la permanencia y aún el reforzamiento, entre los reinos cristianos peninsulares de la Edad Media, de la idea de una España unida; dos, la recuperación del territorio usurpado por los musulmanes, entendida ésta como la liberación total de una patria que había quedado en manos extranjeras a raíz de la conquista islámica; tres, la conjunta participación de todos los españoles en esta empresa, que por supuesto se presenta como una labor común, por encima de las circunstanciales divisiones políticas de cada momento; cuatro, la imbricación de este proceso político-militar, de corte nacional, con un catolicismo militante que da la pertinente cobertura religiosa y necesaria trascendencia a todo el edificio interpretativo”. FITZ GARCÍA, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, p. 145, 2009.

siempre de orden local o hispánico, a la hora de explicar el avance de las fronteras hacia el sur, las conquistas militares y la aniquilación de los poderes islámicos en al-Andalus. Por ejemplo, podría recordarse la opinión al respecto de Menéndez Pidal, quien llegó a sostener que *“el libre y puro espíritu religioso salvado en el Norte fue el que dio aliento y sentido nacional a la Reconquista. Sin él, sin su poderosa firmeza, España hubiera desesperado de la resistencia y se habría desnacionalizado, y habría llegado a islamizarse como todas las otras provincias del imperio romano al este y al sur del Mediterráneo... Lo que dio a España su excepcional fuerza de resistencia colectiva, prolongada durante tres largos siglos de gran peligro [del VIII al XI] fue el haber fundido en un solo ideal la recuperación de las tierras godas para la patria y la de las cautivas iglesias para la Cristiandad”*²⁸.

Partimos então de um sentido crítico reflexivo de *Conquista* cristã das taifas islâmicas. E foi a partir do século XI, portanto, que ocorreu o fortalecimento do movimento de conquistas e expansão²⁹; ao mesmo tempo, os reinos cristãos se configuravam em território ibérico. O século XIII apresentou o auge da ação de expansão com a importante liderança do rei castelhano Fernando III (1201 - 1252), unificador dos reinos de Leão e Castela, em 1230. Anos mais tarde, em 1248,

²⁸ FITZ GARCÍA, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*, n.6, p. 152-155, 2009.

²⁹ Segundo Azevedo, “Convém, no entanto, esclarecer alguns aspectos que, à luz da investigação historiográfica recente, adquiriram contornos mais exactos. Costumam ser englobadas no conceito de Reconquista cristã as escaramuças, incursões e operações militares esporádicas que, nos séculos anteriores ao reinado de Afonso III de Leão, os caudilhos dos concelhos fronteiriços levavam a cabo em território islâmico, mais com o intuito da pilhagem (actividade económica essencial para a vida das populações de vilas e cidades da Meseta ibérica e, no caso do actual território português, da Beira interior) do que com intenções de conquista. Já delineadas em função de objectivos precisos e de alvos concretos, as expedições deste monarca revestiram-se de um carácter mais sistemático, apesar de as suas tropas só terem descido até ao vale do Douro, ocupando, portanto, um território facilmente conquistável porque frouxamente vigiado pelos árabes: ‘o califado não ficou minimamente abalado com a ocupação do vale do Douro e a fronteira entre cristãos e muçulmanos estagnou por completo, desde o fim do reinado de Afonso III (910) até ao de Fernando, o Magno (1037-1065), passando por um recuo substancial durante as campanhas de Almançor, nos últimos anos do século X e nos primeiros do seguinte’. Só a partir da conquista de Coimbra por Fernando de Leão é que a fronteira avançou decisivamente para o Sul e começou, de facto, o verdadeiro movimento da Reconquista, com a intencionalidade que habitualmente lhe é atribuída: ‘É, portanto, já quase em meados do século XI que começa propriamente o que poderíamos chamar a ‘Reconquista régia’, que serviu depois de modelo aos historiadores modernos para conceberem toda a luta anti-islâmica à sua imagem e semelhança. No século XII, o movimento da Reconquista portuguesa integrado na longa tarefa da Reconquista cristã assumiu, pois, um carácter mais sistemático e consolidou-se o desenvolvimento político-administrativo dos reinos de Portugal, Leão, Castela (Leão-Castela, no século seguinte, sob o governo de Fernando III, o Santo) e Aragão, pela intervenção directa e efectiva dos respectivos reis, que aproveitaram o importante auxílio prestado pelas ordens militares, apoiados também, na retaguarda, pelo repovoamento da Estremadura e da região do Tejo, onde se iam formando concelhos municipais dotados de inúmeros privilégios”. AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de. **Toponímia Moçárabe no Antigo Condado Conimbricense**. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p.54-56.

Fernando promove a expulsão de grande parte dos muçulmanos estabelecidos na região de Córdoba, Jaén e, principalmente, Sevilha. Conforme Antonio Collantes de Terán Sánchez, sobre a conquista cristã de Sevilha:

La entrada de las tropas castellanas mandadas por Fernando III, en 1248, marca el final de un período de la historia de la ciudad y el comienzo de outro: la sustitución de unas estructuras orientales por otras europeas. De todas formas, el cambio está lleno de matizaciones, pues en aspectos concretos no se puede hablar de sustitución sino de continuidad, y en otros quizás sea adecuado aludir a una evolución más o menos lenta³⁰.

Como vimos acima, não se pode necessariamente falar de substituição, mas sim de continuidade; ou seja, não ocorreu uma mudança radical (ruptura pura e simplesmente) após a expansão cristã sobre as terras islâmicas, e sim uma transformação, um amálgama cultural e político que resultou em uma nova realidade sob o bastião cristão. E Sevilha estava no centro das conquistas, tornando-se o coração do espólio de guerra e também símbolo do estabelecimento cristão em terras ibéricas. Conforme Terán Sánchez sinaliza:

Desde tiempo inmemorial, la ciudad [Sevilla] había jugado un papel destacado en el conjunto de la región por su posición estratégica. Dicha posición se consolida tras la conquista castellana. Las crónicas coetâneas o inmediatas a este hecho ya se referien a la ciudad con admiración, ponderando sus excelencias y la atracción que ejerce el puerto. Aquí se encuentra una de las claves para entender su importancia. En la medida en que las comunicaciones marítimas se desarrollan; en la medida en que las áreas en expansión y las comerciales se fueron ampliando en los siglos bajomedievales; en la medida en que el rico y extenso *hinterland* sevillano quedó integrado en esos circuitos comerciales, el papel del Guadalquivir y de la ciudad se acrecentó. El resultado es que Sevilla se convirtió en uno de los principales centros de la Corona de Castilla³¹.

A importância de Sevilha, não apenas à sua estratégica posição em relação ao sul da Península Ibérica, mas igualmente por conta de seu desenvolvimento cultural, foi muito considerada tanto por Fernando III quanto por seu filho e herdeiro

³⁰ TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de. Sevilla en la Baja Edad Media. In: GARCIA-BAQUERO, Antonio (coordenador). **Sevilla**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, 53.

³¹ TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de. Sevilla en la Baja Edad Media. In: GARCIA-BAQUERO, Antonio (coordenador). **Sevilla**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, 53.

do trono, Afonso X (1221-1284)³². De fato, com este último a política castelhana se dividiria entre Sevilha e Toledo, tendo como pano de fundo uma cultura mudejár (esta apreciada não apenas por Afonso X e sim também posteriormente pelo rei Pedro I, o Cruel no século XIV)³³.

1.2. A ASCENSÃO DE AFONSO X À MONARQUIA

O ainda infante Afonso , cognominado posteriormente quando rei de “Afonso X”, nasceu em 23 de novembro de 1221, na cidade de Toledo. Seu nascimento nesta cidade acabou sendo, na verdade, um grande acaso: a mãe de Afonso X, a

³² EPALZA, Mikel de. **Los moriscos antes y después de la expulsión**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 68. FITZ GARCÍA, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, p. 142-215, 2009. AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Deficiencia de cruzada: estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, p.216-242, 2009. GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. Bases doctrinales y jurídicas del yihad en el derecho islámico clásico (siglos VIII-XIII). **Clio & Crimen**, n.6, p.243-277, 2009.

³³ “Desde los primeros momentos, los reyes fueron conscientes de esta importancia, por lo que pasaron una parte notable de sus reinados aquí atendiendo a la repoblación y organización del territorio andaluz, especialmente Fernando III y Alfonso X. Posteriormente Alfonso XI, en relación con su política fronteriza y, sobre todo Pedro I, quien prácticamente todos los años pasó una temporada en Sevilla”. TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de. Sevilla en la Baja Edad Media. In: GARCIA-BAQUERO, Antonio (coordinador). **Sevilla**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, 53-54. Conforme Miguel Ángel Ladero, “La Andalucía bética o del Guadalquivir, incorporada a la Corona de Castilla entre los años veinte y sesenta del siglo XIII, se extendía sobre unos 60.000 kilómetros cuadrados, de los que la mitad correspondía al reino de Sevilla (sobre actuales provincias de Sevilla, Huelva y Cádiz) y la otra mitad se repartía casi por igual entre los reinos de Córdoba y Jaén. Entre Sierra Morena, al norte, las costas atlánticas, al sur y suroeste, y la frontera con el reino musulmán de Granada, al sur y sureste, aquella Andalucía medieval tenía una personalidad regional cada vez mejor perfilada, a consecuencia de la plena repoblación llevada a cabo por los castellanos en el siglo XIII, y las circunstancias de diverso tipo que fueron ocurriendo en la Baja Edad Media. La conquista trajo consigo la sustitución casi completa de la población musulmana por otra nueva de cristianos procedentes en su inmensa mayoría de otras regiones hispánicas, sobre todo de Castilla y León, y, lo que es aún más importante, la de un sistema social y de civilización, el islámico andalusí, por otro, el europeo medieval, del que formaban parte los reinos hispanocristianos. Mientras tanto, en lo que hoy es Andalucía oriental, la formación del emirato de Granada permitió la supervivencia de Al-Andalus en aquel extremo peninsular durante dos siglos y medio más. Las repoblaciones del siglo XIII en el valle del Guadalquivir son, por lo tanto, el punto de partida de la actual Andalucía como región en el ámbito español y del occidente europeo. Aquel vasto proceso colonizador fundamentó las estructuras económicas, sociales y político-administrativas. Y, también, en aquellos decenios se precisó la realidad de la frontera con el islam granadino, que sería un factor de primera importancia durante toda la Baja Edad Media andaluza, sobre todo a partir de la crisis de 1275-1285, que puso fin a la primera época de repoblación y organización. Después, la región seguiría siendo durante siglos un territorio receptor de hombres, más abierto que otros de la corona de Castilla a la condición de crisol, a la función de *melting pot*, como han señalado algunos investigadores, lo que debe tenerse en cuenta para comprender mejor algunos aspectos de la realidad socio-cultural andaluza sedimentada a lo largo de los siglos, pero sin perder de vista que la repoblación del siglo XIII no tiene parangón con fenómenos posteriores”. ÁNGEL LADERO, Miguel. **Andalucía en torno a 1492**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, 15-17.

³³ TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de. Sevilla en la Baja Edad Media. In: GARCIA-BAQUERO, Antonio (coordinador). **Sevilla**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, 53-54.

Rainha Beatriz, que acompanhava seu marido, o rei Fernando III (este que seguia em direção ao sul para aplacar uma rebelião do senhor de Molina), teve necessariamente de parar em Toledo para dar a luz ao jovem príncipe. Dona Berenguela (1171-1246), mãe de Fernando III, acompanhava a comitiva e sugeriu o nome de “Afonso” ao recém-nascido; nome este que lembrava aquele de seu próprio pai, Afonso VIII.

A criança, por conselho de sua avó, foi então enviada aos cuidados de uma nobre família de Toledo: a da senhora Urraca Pérez e de seu esposo, Dom García Álvarez. Logo que a criança completou três meses, no entanto, foi deslocada junto a Urraca Pérez para a cidade de Burgos. Em 21 de março de 1222, o príncipe foi reconhecido pelos nobres, os quais prestaram juramento de fidelidade na corte de Burgos; nesta ocasião especial, Afonso foi declarado futuro herdeiro do trono de Castela. Um pouco depois, a criança foi então confiada à tutela de Dom García Fernández de Villamayor e de sua esposa, Dona Mayor Arias, habitantes da região de Villaldemiro y Celada del Camino, local próximo a Burgos. Dona Berenguela tinha verdadeira confiança em Dom García, e justamente por esse motivo ela encomendou a esse homem a educação cavaleiresca de seu neto; Dom García cuidou de Afonso até os seus treze anos. De fato, era costume os príncipes castelhanos serem criados no campo, longe das agitações da corte, de modo que eles crescessem com muito mais saúde e tranquilidade³⁴. Nesse período de sua tenra juventude, Afonso viajava com seus irmãos e a família de Dom García para a região de Allariz (Orense), onde provavelmente, segundo o historiador espanhol H. Salvador Martínez, teria inicialmente entrado em contato com a literatura galega³⁵.

A herança política do jovem príncipe Afonso era de se admirar; de fato, ele tinha um mundo de possibilidades à sua frente³⁶. Esclarecemos: seu pai, Fernando III, era filho do rei Afonso IX de Leão (1171-1230) e da Rainha Berenguela (1171-1246); esta era filha do rei castelhano Afonso VIII e da rainha de origem inglesa Leonor Plantageneta. Fernando III (1201 – 1252) fora educado nas artes militares

³⁴ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografia**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.26-27.

³⁵ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografia**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.28-29. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio – Historia de um reinado (1252-1284)**. Burgos: La Olmeda, 1999, p. 15. SANCHEZ PEREZ, José A. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: M.Aguilar Editor, 1944, p.45.

³⁶ VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.19.

desde sua infância, tornando-se um dos maiores símbolos da expansão cristã dos territórios islâmicos na Península Ibérica. Já a mãe de Afonso X, a Rainha Beatriz da Suábia (1202-1235), era pertencente à distinta família dos Hohenstaufen por laço paterno, e com Império Bizantino por laço materno; ou seja, com as dinastias cristãs mais destacadas no Ocidente e no Oriente³⁷. No futuro, uma das aspirações nutridas por Afonso X seria se tornar, para além de rei de Leão e Castela, Imperador do Sacro Império Romano Germânico; vontade esta vinculada à origem de sua mãe e às possibilidades que este ramo materno poderia lhe oferecer em termos de uma maior projeção política³⁸.

Dona Beatriz tinha trinta e sete anos quando morreu e deixou nada menos que oito filhos para Fernando III. Porém, o mais velho deles, Afonso, recebeu de sua mãe não apenas antecedentes genealógicos favoráveis ao seu futuro político³⁹; recebeu, acima de tudo, como sucessor, uma esmerada educação, da forma como ressalta H. Salvador Martínez:

³⁷ “La elegida fue Isabel (o Elisa) de Suabia, conocida en la historiografía castellana como Beatriz, cuarta hija de Felipe de Suabia (1198-1208), hijo de Federico I Barbarroja (1152-1190) y, por tanto, prima del último emperador del Sacro Imperio Romano Germánico, Federico II, de la ilustre estirpe de los Hohenstaufen. La madre de Beatriz era la princesa Irene, hermana del emperador de Bizancio Alejo IV (o Isaac Angelos, 1185-1204). Beatriz estaba, pues, emparentada con las dinastías cristianas más destacadas de Occidente y de Oriente. Según don Rodrigo Ximénez de Rada: 'era [Beatriz] una doncella alemana nobilísima, muy hermosa y honesta de costumbres' ('... erat autem tunc in Alemania puella nobilissima pulchra valde moribus et honesta', *De rebus*, IX, cap. X). Había, nacido en 1198; por lo tanto, tenía tres años más que Fernando, nacido en 1201. Cómo supo Berenguela de las virtudes de Beatriz y cómo se las arregló para entrar en contacto con la corte imperial de Federico II, pedir la mano de la princesa, y obtenerla, es algo que todavía sigue intrigando a los historiadores. Pero creo que hoy día no podemos dudar que fue la firme voluntad de la madre del joven príncipe la que se ocupó de una decisión tan crucial como era la elección de la esposa de su primogénito”. SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Afonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.43-44.

³⁸ “Isabel-Beatriz, como decíamos, era hija de Felipe de Suabia y de Irene (María) Angelos de Bizancio. Su padre, Felipe, Rey de Romanos, era hijo del emperador alemán Federico I Barbarroja, que había conseguido la corona imperial luchando contra la candidatura de Otón IV de Brunswick, representante de la otra familia rival y candidato favorito del Papa. Su madre, Irene, era hija de Isaac II Angelos, emperador de Bizancio, y de Irene Comnena, hija de Andrónico I y Teodora Comnena, hija de Juan Comneno. Irene, como dijimos, era también hermana de Isaac, o Alejo, Angelos IV que fue durante algún tiempo emperador de Constantinopla. Por tanto, doña Beatriz, madre de nuestro biografiado, era nieta de dos emperadores, uno de Occidente, Federico I, y otro de Oriente, Isaac Angelos. Era, además, sobrina de otros dos emperadores: Enrique VI de Alemania y Alejo Angelos de Constantinopla; era también prima hermana del emperador Federico II de Sicilia, en cuya corte residía cuando fue la delegación castellana a pedir su mano en nombre de la reina Berenguela, como nos dice el Toledano (*De rebus*, IX, cap. X)”. SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Afonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.44.

³⁹ “A la luz de estos antecedentes genealógicos, podemos empezar a vislumbrar por qué Alfonso X, historiador profesional y situado en la encrucijada histórica del *Gran Interregnum*, se agarró a la ascendencia materna como al único asidero que le podía llevar a la posesión de las otras dos coronas imperiales, la de Oriente y la de Occidente”. SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Afonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.45.

Además de un armonioso perfil físico y una hermosa complexión, Alfonso recibió de su madre la tenacidad o, como quieren algunos, tozudez teutónica; y también la pasión por la cultura y por las artes, especialmente la música, así como aquella incontrolable curiosidad intelectual que no se había visto nunca en un monarca peninsular. Serán estas cualidades las que le permitirán llegar a niveles culturales no alcanzados hasta entonces en ninguna corte europea; al mismo tiempo que convertirá el saber en la meta más alta de todo ser humano. El legado de Beatriz de Suabia a Castilla fue sin duda lo mejor que pudo traer de la corte imperial: el renacimiento científico y cultural de la corte de Federico II, donde ella había sido educada en contacto con científicos musulmanes y judíos, y serán sin duda aquellos mismos ideales los que después inspirarán a su hijo⁴⁰.

Seja na educação política, militar ou intelectual, Afonso destacou-se de modo exemplar, demonstrando sempre grande potencial. Por volta dos 14 anos que Afonso adquiriu uma sólida formação humanística, centrada no estudo das artes liberais⁴¹, a base de toda a educação medieval e certamente a meta intelectual fixada por seus vários tutores e professores⁴². Ele foi educado, basicamente, na arte da guerra por seu pai e nobres próximos (família dos Castro, dos Lara, por exemplo) e seguia os estudos filosóficos, jurídicos e políticos na corte; e sobre isso, ainda devemos ressaltar: Afonso não estudou em um monastério ou foi educado apenas por mestres eclesiásticos, mas foi instruído também por homens da guerra e mestres laicos. Ou seja, podemos ter em mente que a sua formação erudita fora intensamente religiosa e também laica, enriquecedora com certeza. Como Valdeón Baroque indica, o jurista judeu bolonhês, Jacobo de las Leyes (m.1294) já era o mestre e também amigo do ainda infante Afonso desde a juventude, ensinando-o dentro da *tradição sapiencial oriental* requerida por seu pai, Fernando III:

Paralelamente, se estaba desarrollando la formación del joven infante en el terreno intelectual, aun cuando las fontes conservadas de esos años son muy parcas a propósito de esta cuestión. Nos

⁴⁰ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.47.

⁴¹ Na época de Afonso X existia a educação das sete artes liberais (baseada no *trívio* – Gramática, Lógica, Retórica e *quadrvio* – Aritmética, Música, Geometria e Astronomia).

⁴² “Sin embargo, no sabemos con absoluta certeza casi nada de los maestros que impartieron esta educación humanística al joven príncipe. Se supone, retrospectivamente, por las noticias que poseemos de las personalidades prominentes de las letras que por aquellas fechas frecuentaban la corte castellana de Fernando III, como el maestro Roldán, Pedro Gallego, Fernando Martínez de Zamora, Jofré de Loáisya y el obispo don Remondo de Losana, por citar sólo algunos especialistas en el campo del derecho, que sin duda eran también grandes peritos en las artes liberales, que alguno de éstos sería el encargado de la educación del príncipe don Alfonso.” SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.53-54.

consta, eso sí, que uno de los principales maestros del joven Alfonso era el famoso jurista italiano Jacobo de las Leyes⁴³.

Em 1237, dois anos após a morte da Rainha Beatriz, Fernando III casou-se novamente em Burgos; a escolhida foi Dona Juana, herdeira do condado de Ponthieu. Neste mesmo ano, um agravante político: o sultão Muhammad I se apoderava de Granada. Neste entremeio, Afonso vivia sua juventude: estava sendo treinado nas artes da guerra; desde esse momento, porém, assistia junto ao pai as reuniões políticas do reino. De fato, Afonso foi acompanhado de perto por ele, o qual lhe era um grande exemplo⁴⁴. Ao lado de sua formação intelectual, Afonso aprendeu também a arte da guerra; esta lhe era para sobreviver e a erudição, para saber viver.

Na época de Afonso, a educação seguia os preceitos das sete artes liberais. Segundo H. Salvador Martínez, “era tradición, transmitida por todos los textos sapienciales, que la educación del príncipe debía empezar a los siete años y esto por una razón biológica que tenía que ver, según el estado de los conocimientos científicos medievales, con la naturaleza del desarrollo intelectual humano”⁴⁵. No que podemos detalhar, Afonso foi educado em sua juventude através de muitas lições de Gramática, Lógica e Retórica. Os textos que utilizava nestes aprendizados vinham do conhecimento clássico e estavam acessíveis por meio dos gêneros das *summas*, *florilegia* (conjunto de *florilegios*: ditos ou provérbios) e *colecciones*⁴⁶. Posteriormente, quando já havia se tornado rei, agregou às sete artes liberais

⁴³ VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p. 24.

⁴⁴ Desmistificando preconceitos sobre a relação “não harmoniosa” entre Afonso X e seu pai, Fernando III, Salvador Martínez esclarece o seguinte: “No cabe, pues, la menor duda que Alfonso tuvo una gran admiración por su padre, el cual, por su parte, conservó siempre con el hijo una relación personal e íntima, manteniendo su plena confianza en él, consultándole y escuchando el parecer del joven príncipe en los más graves asuntos de la administración del reino. No obstante esta clara y contundente declaración de gratitud del Rey Sabio por la ayuda y el esmero con que fue iniciado por su padre en el aprendizaje de gobernante, hay estudiosos que sostienen que Alfonso tuvo un carácter introvertido e inmaduro toda su vida debido precisamente a la falta de contacto directo con la figura del padre, el cual, por razones de estado y por las tradiciones que hemos mencionado, estuvo lejos de su hijo durante los años de la infancia cuando más necesitaba de su presencia física. Don Fernando, dadas sus ocupaciones, desde luego no se podrá decir que estuvo siempre al lado de su hijo durante los años de la infancia. Pero, por los pocos testimonios que nos quedan, creo que no se puede afirmar tampoco que se limitó a verlo de cuando en cuando; al contrario, todo parece indicar, y lo iremos viendo mejor, que el conquistador de Sevilla puso un cuidado muy especial en la educación completa de su heredero, ya desde la infancia”. SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ed. Polifemo, 2003, p.49.

⁴⁵ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.57.

⁴⁶ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.59.

(Gramática, Lógica, Retórica, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia) a Medicina e a Metafísica. Essa busca pelo conhecimento que Afonso demonstrava era, portanto, estimulada desde a sua infância, e teria se prolongado pelo restante de sua vida, conforme ressalta Salvador Martínez:

Alfonso estuvo dotado desde su infancia de una insaciable curiosidad intelectual; pero el proceso educativo, dadas las condiciones en que transcurría la vida itinerante de un heredero al trono en el siglo XIII, tuvo lugar, no sólo a lo largo de su infancia y adolescencia, sino que, como parte de aquella curiosidad natural y espontánea, debió acompañarle a lo largo de toda su vida. Todos sus biógrafos primitivos, e incluso sus colaboradores, dicen que frecuentemente desaparecía de la vida pública durante largos períodos de tiempo para ir en busca de manuscritos para sus obras, o para refugiarse en algún lugar apartado y trabajar en sus empresas culturales en silencio. Su sobrino y gran admirador, don Juan Manuel, testigo cualificado como ningún otro, dice a este propósito: "...ca fallamos que en todas las ciencias fizo muchos libros e todos muy buenos"; e lo ál, porque avía muy grant espacio para estudiar en las materias de que quería conponer algunos libros, ca morava en algunos logares un año e dos e más, e aún, segund dizen los que vivían a la su merced, que fablavan con él los que querían e quando él quería, e ansí avía espacio de estudiar en lo que él quería fazer para sí mismo e aún para veer e esterminalar las cosas de los saberes quel mandava ordenar e los maestros e a los sabios que traía para esto en su corte⁴⁷.

Afonso X manteve o interesse pela produção de saber simultaneamente à sua prática legislativa e política. Dentre os seus mestres que o auxiliavam, quando jovem e depois rei, destacamos: Ponce de Provenza (mestre de retórica durante a juventude do rei); Geoffrey de Everseley (mestre de retórica do rei); e o franciscano Fr. Juan Gil de Zamora, este que estudou Direito, na Universidade de Salamanca, e também Teologia e artes musicais na Universidade de Paris, entre 1273 e 1278; este último, aliás, acompanhou as atividades do *scriptorium* real desde meados de 1260. Afonso X, posteriormente, demonstrou forte interesse em duas espécies de estudos: a ciência experimental e a especulação filosófica. Essas duas tendências de estudos, destacamos, eram usuais entre os islâmicos e os judeus na Península Ibérica. Por isso a ciência experimental e a especulação filosófica faziam parte do conjunto de reflexões da *tradição sapiencial oriental* advinda da Escola de

⁴⁷ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.66. Conferir também: VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p. 20-22.

Tradutores de Toledo. Complementamos com o pensamento de H. Salvador Martínez no assunto:

Por lo que se refiere a las disciplinas del *quadrivium* (o *quadruiuio*), que tanto apasionaron al Rey Sabio a lo largo de toda su vida, es evidente que, por la complejidad y el progreso constante que tuvieron a raíz de la difusión de los *libri naturales* de Aristóteles y la ciencia de los árabes, el aprendizaje no tuvo un período específico, sino que fue un proceso continuo, como se desprende de incontables pasajes que aparecen en la *GE* y en los prólogos que puso a la cabeza de sus obras científicas. Su tirocinio en las artes *cuadriviales* debió desarrollarse a contacto con los científicos que frecuentaron la corte de su padre y la suya. Desde luego, a través de los prólogos, Alfonso se manifiesta profundamente compenetrado con la materia del libro en cuestión y en grado de contribuir con ideas innovadoras, tanto en la selección de las obras que debían traducirse, como en el método, la precisión y el estilo de traducción. Todo lo cual presupone una extraordinaria preparación que no pudo adquirir en su adolescencia y juventud. Si en las disciplinas de *trivium* se atrevió a innovar la tradición secular, en el campo de las del *quadruiuio* Alfonso, ya en su juventud, entró en contacto con un mundo nuevo, hecho de ciencia experimental y especulación filosófica, desconocido entre los occidentales. Este mundo científico se preocupó de los aspectos teóricos de la división, o clasificación, de las ciencias ya antes de la divulgación de las obras de Aristóteles, pero sobre todo fue después de ser conocidos los *libri naturales* y la *Metafísica* del Estagirita, cuando una verdadera obsesión embargó a todos los pensadores del siglo XIII⁴⁸.

Observamos neste momento que a corte de Afonso X presenciava uma intensa agitação erudita, que mantinha um processo e identidade de desenvolvimento intelectual próprios:

Alfonso vivió en una época de efervescencia científico-filosófica como no se había conocido anteriormente en la España cristiana. El

⁴⁸ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.74. Dessa forma, Afonso X agregou às artes liberais, ou seja, ao campo do conhecimento, as diversas reflexões da época a partir de Aristóteles: “A Alfonso, que se ocupó de todas ellas [las artes liberales], parece ser que su clasificación y división no le consumió muchas energías intelectuales, tal vez porque no era una preocupación mayor entre los pensadores y científicos musulmanes que colaboraban en sus obras. El equipo alfonsí, después de las sistematizaciones de Alfarabí y Avicena y su adopción, en lo esencial, por Gundisalvo, siguió el esquema que seguirá toda Europa durante el siglo XIII, es decir, el de Gundisalvo, con las debidas modificaciones impuestas por la difusión de los *libri naturales* y la *Metafísica* de Aristoteles. Al Rey Sabio y a sus colaboradores no les debió resultar muy difícil acomodar los nuevos saberes al esquema de los siete tradicionales o de aquellos que están 'sobre' ellos”. In: SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.75. Cf: VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p. 20.

aristotelismo averroísta permeaba de manera predominante la vida intelectual de la corte y de allí se difundió a toda Europa. Como dice Francisco Rico: 'En los días de Alfonso X... las artes liberales se habían quedado estrechas'. Era, pues, de esperar que el rey Sabio, a estos siete saberes tradicionales de la Europa cristiana, añadiese ahora, por influjo de la filosofía aristotélico-musulmana (Alfarabí, Avicena, Averroes) otros tres de acuñación más reciente: metafísica, física y ética⁴⁹.

Para o rei castelhano, a razão se alia à *sapientia*, formando um único sentido: o da completude da sabedoria humana⁵⁰. E, diante disso, chega a se aproximar do aristotelismo averroísta⁵¹, do aristotelismo tomista⁵² e do neoplatonismo⁵³, ao acreditar que quando pensamos e vivemos racionalmente, alcançamos Deus. Sobre o contato de Afonso X com a erudição árabe e judaica:

Finalmente, por lo que se refiere a sus conocimientos del árabe, probablemente su contacto decisivo con el mundo cultural del islam tuvo lugar a raíz de la conquista de Murcia. Fue entonces cuando, según el parecer de muchos estudiosos, Alfonso se dio cuenta del potencial escondido entre aquellos nuevos súbditos a los que la cristandad había tratado de aniquilar desde hacía más de cinco siglos. Aquel encuentro dejará en él unas huellas indelebles para toda su vida. Los biógrafos del Rey Sabio, y más recientemente los historiadores de la cultura musulmana en España, han puesto de relieve que la educación musulmana de Alfonso X, con toda probabilidad, tuvo lugar en la *madrasa* de Murcia, bajo el magisterio del insigne Ibn Abu Bakr al-Riquiti, el cual acogía en su escuela a musulmanes, judíos y cristianos. Esta enseñanza, opina J. Torres Fontes, por necesidad, debía impartirse en romance; y, según el parecer de este mismo estudioso, Alfonso X asistió en persona a las lecciones del sabio musulmán en el castillo de Monteagudo, donde "llegó a conocer, probablemente con toda perfección, el árabe". Fueron, precisamente, sus conocimientos lingüísticos y científicos-literarios, junto con el contacto con grandes maestros, que le permitieron adquirir una educación humanística incomparable y sobre todo la capacidad para reunir en torno suyo a un equipo de literatos, poetas, juristas, músicos, pintores, científicos e historiadores venidos de toda Europa, del islam y del judaísmo que colaborarán con él en

⁴⁹ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.76.

⁵⁰ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.80.

⁵¹ O aristotelismo averroísta estava em voga no século XIII ibérico ao lado dos pensamentos neoplatônicos trazidos pela *falsafa* islâmica.

⁵² Provavelmente as ideias do aristotelismo tomista foram trazidas pelo irmão do rei, Dom Felipe, o qual estudou na Universidade de Paris (1244) e manteve contato com Tomás de Aquino.

⁵³ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.29-32.

la producción de un *corpus* de literatura y erudición sin parangón en cualquier lugar de Europa durante el siglo XIII⁵⁴.

O aprendizado de Afonso na madrasa (escola) de Múrcia, sob o ensino de Ibn Abu Bakr al-Riquti, é importante para a formação oriental do jovem rei. Nessa longa trajetória de formação do príncipe e depois rei castelhano Afonso X, não podemos deixar de verificar a importante presença da *tradição sapiencial oriental*. Ao encontro com nosso pensamento vem Salvador Martínez, quando este afirma que a formação oriental através de mestres muçulmanos, judeus e cristãos ibéricos era efetiva:

La deuda contraída con su padre en otros campos, nos lleva a hablar también de lo que Alfonso le debía específicamente en el de la educación político-social que le fue impartida durante su adolescencia y juventud. Fernando III puso un interés particular en la educación y preparación del príncipe heredero. Aparte el estudio de las siete artes liberales, encaminadas a la formación de la mente del futuro rey según modelos clásicos grecolatinos, existía en la España inculcaba la importancia de la educación práctica del futuro gobernante. Eran estas obras, que conocemos como “espejos de príncipes”, colecciones de textos didáctico-sapienciales (“libros de sapiencia”), compuestas esencialmente de fábulas y apólogos, y ambientadas en un marco narrativo dialógico entre un maestro y un discípulo. En ellas se enseñan ciertas normas de conducta que representan una sabiduría práctica, muy útil para ayudar al futuro rey a resolver los problemas presentados por las realidades con las que tenía que enfrentarse todos los días en el gobierno de su reino. En estos “catecismos políticos” se aconsejaba el uso de la prudencia, la astucia, los conocimientos prácticos, la medida, el tacto y la agudeza para prevenir las trampas que le tenderán continuamente no sólo sus enemigos políticos sino también los consejeros ambiciosos y avaros, mestureros y traidores. A este género pertenece el popularísimo *Calila e Dimna*, que fue “sacado de arávido en latín, et romançado por mandado del infante don Alfonso, fijo del muy noble rey don Fernando”, según la opinión más probable, en 1251. Según M.J. Lacarra: “Al menos en la corte alfonsí el *Calila* no fue considerado un libro de fábulas, sino más bien un compendio de sabiduría, como lo prueba el hecho de que el método empleado para su traducción sea el mismo que el utilizado en otras obras científicas”⁵⁵.

⁵⁴ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.83-84. Cf: O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio:el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 169.

⁵⁵ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.85. Algumas outras obras desse mesmo gênero de *Calila e Dimna* e que foram traduzidas da língua árabe para a castelhana sob os reinados de Fernando III, Afonso X e Sancho IV são *Libro de los engaños e de los asayamientos de las mugeres*; *Sendebat*; *Poridat de Poridades*; *Libro de buenos proverbios*; o *Bonium* ou *Bocados de oro*, e *Las Flores de Filosofía*. Também temos acesso à *Calila e Dimna*: AL-MOCAFFA, Adallah ben. *Calila e Dimna*. GAYANGOS, Don Pascual (recogido por). **Biblioteca de Autores Españoles (desde la formacion del lenguaje**

Portanto, várias obras relacionadas à *tradição sapiencial oriental* eram utilizadas na formação dos príncipes e reis; desde Fernando III, ademais, verificamos esse movimento erudito na Península Ibérica⁵⁶. Por exemplo, o denominado *Libro de Alexandre* compõe parte dessa tradição; nele são apresentados perfis de monarcas, os quais serviram de referência e provavelmente atingiram o imaginário político de Fernando III e Afonso X. Salvador Martínez, na seguinte reflexão, destaca a importância do *Libro de Alexandre* na formação do rei Afonso X:

En el *Libro de Alexandre* (h.1204) que, como hoy día sostienen los estudiosos, nació en el contexto del mundo intelectual de la primera universidad castellana (Palencia), y que, según R.S. Willis, sería una especie de *speculum principum* dedicado a Fernando III o a Alfonso X, aparece una escena en las estrofas iniciales en la que hallamos uno de los primeros modelos de educación de príncipes en lengua vulgar. El joven Alejandro conversa con su maestro Aristóteles y le dice: “*Maestro, tú me crieste, e por ti sé clerezía;/ mucho me as bien fecho, graçir non tel sabría;/ a ti me dio mi padre quando siet' años avía,/ porque de los maestros aviés grant mejoría (c.38)*”. Es particularmente digno de notarse que la educación que recibe Alexandre mira a la formación de su personalidad de príncipe que se está preparando para asumir las riendas del reino y no a la del que aspira a ser hombre de Iglesia o magister en un *studium generale*. Según todos los indicios, ésa habría sido también la educación que recibió el joven don Alfonso, por lo cual el *Libro de Alexandre* pudiera ser un buen modelo de la educación que fue impartida. En el *Libro* se expone cómo Alexandre fue instruido en las siete artes liberales (primero en gramática, lógica y retórica, del trivium; y sucesivamente en las cuatro artes del quadrivium). De tal manera que llegó a

hasta nuestros dias) – Escritores em prosa anteriores al siglo XV. Madrid, edição de 1952, p. 41-78. Destaque para o capítulo XVI intitulado “Del fijo del rey, e del fidalgo, e de sus compañeros” em que temos a sinalização da importância da razão e do bom senso ao rei. O livro de “Calila e Dimna” tem influência da obra de “As Mil e Uma Noites”. Cf. ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. I: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006; ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. II: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006; ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. III: ramo egípcio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2007. Indicamos a leitura também de LESSING, G. E. **Nathan El Sabio**. Madrid: Akal, 2009. A tradição literária islâmica iniciou-se com o próprio *Alcorão*; recuperou e produziu em fases distintas as fábulas de *As Mil e Uma Noites* (contos pré-islâmicos; contos islâmicos: épocas dos califas Harun Al-Rashid e posteriormente com o sultão mameluco Al-Barquq); e quando da conquista islâmica da Península Ibérica e da expansão pelos cristãos tem-se *Calila e Dimna* em Castela; por fim, em Granada sobreviveu os *zegéis* de amor andaluzes e se produzia intensamente as *muachahats* (odes morais políticas).

⁵⁶ Para a inteligibilidade do rei Afonso X, como rei sábio e sua associação com a imagem de Salomão e de Alexandre, o Grande: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. *Imago Sapientiae: Los orígenes del ideal sapiencial medieval*. **Medievalismo**, n. 7, pp. 11-39, 1997.

penetrar todos los secretos de las ciencias: “*Sé de las siete artes todo su argumento;/ bien sé de qualidades de cad'un elemento;/ de los signos del sol siquier del fundamento,/ nos me podría çelar quanto val' un açento (c.45)*”. Y en una estrofa, que parece escrita pensando en Alfonso, Aristóteles hace el siguiente elogio de su aventajado discípulo: “*Fijo eres de rey, tú has grand clerezía,/ en ti veo aguçia qual para mí querría,/ de pequeño demuestras muy grant cavallería, / de quantos hoy viven tú as grant mejoría (c.52)*”⁵⁷.

Também relacionada à *tradição sapiencial oriental* recepcionada e transformada na Península Ibérica, temos a obra chamada *Livro dos Doze Sábios*. Sua composição se deve a um esforço direcionado de Fernando III em relação à formação de seu herdeiro, Afonso X:

Siguiendo, pues, esta tradición didáctico-sapiencial, Fernando III hizo componer para su heredero, y por extensión para los demás hijos, una especie de manual de educación de príncipes, conocido con el título de *Libro de los doze sabios*, o *Tratado de la nobleza y lealtad*. A diferencia del *Calila e Dimna* y de las demás obras, ésta nos es una traducción del árabe sino una composición original en castellano, aunque sí tiene en común con las obras orientales su estructura narrativa. El autor, como veremos, era un cristiano, probablemente uno de los estudiosos que trabajaban en el *scriptorium* de Fernando III, el cual pone en boca de doce sabios sentencias sacadas de la Biblia, especialmente del Nuevo Testamento, junto con apólogos extraídos de las obras didácticas orientales. La obra representa, por tanto, uno de los primeros ejemplos de simbiosis de las tres culturas⁵⁸.

Importante destacar que Afonso X manteve contato em sua vida com duas importantes obras da tradição cristã e ocidental que guiavam a formação de um príncipe: o *Speculum historiale*, de Vicente de Beauvais, e *De regimine principum*, de Egidio Romano. No entanto, o *Livro dos Doze Sábios* teve um peso mais decisivo na formação dinâmica e plural de Afonso X:

Tal como hoy la conocemos, esta obra de la literatura sapiencial muestra una compleja y difícil estructura narrativa, a medio camino entre la literatura didáctica y la ficción; pero donde queda claro, desde el primer momento, que se trata de um *speculum principis* (en el que éste se puede “mirar en ella como en espejo”). Según recita el

⁵⁷ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.58-59.

⁵⁸ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.86.

prólogo, Fernando III habría reunido un consejo de doce sabios para encargarles la composición de un tratado de sabiduría que sirviese para la educación de sus hijos (el Santo Rey tuvo quince, diez con su primera mujer, Beatriz de Suabia, y cinco con la segunda, Juana de Ponthieu). He aquí como nos presenta la obra los responsables de su composición: *“Al muy alto e muy noble, poderoso e bienaventurado señor rey Fernando de Castilla e de León. Los doze sabios que la vuestra merçed mandó que viniésemos de los vuestros reinos e de los reinos de los reys vuestros amados hermanos para vos dar consejo en lo espiritual e temporal. E señor, todo esto vos avemos declarado largamente segund que a vuestro serviçio cumple. E señor, a lo que agora mandades que vos demos por escripto todas las cosas que todo príncipe e regidor de reino deve aver en sí, e de cómo deve obrar en aquello que a él mesmo pertenece. E otrosí de cómo deve regir e castigar e mandar e conosçer a los del su reino, para que vos e los nobles señores infantes vuestros fijos tengades esta nuestra escriptura para estudiar e mirar en ella como espejo. E señor, por conplir vuestro serviçio e mandado fízose esta escriptura breve que vos agora dexamos”* (*El Libro de los doze sabios*, pág. 71, 1-18). Alfonso, por su parte, evidentemente sacó mayor fruto que sus hermanos, pues incorporó varios elementos de este manual en su 'regimiento de príncipes', que es la *Segunda Partida*⁵⁹.

Pois bem, aos 19 anos, Afonso se enamorou não somente do saber e das armas, mas da donzela Dona María Guzmán (ou Mayor Guillén de Guzmán). Desse relacionamento, não legalizado ou formalizado, nasceu aquela que se tornaria a sua filha predileta, Beatriz (1242-1303); esta que acabou depois se casando com o primo do pai, Afonso III. E dessa aliança nasceu o erudito rei de Portugal, Dom Dinis⁶⁰, e ainda outros três filhos: Alfonso Fernández, Urraca e Martín. Propriamente dito, Afonso X casou-se com Dona Violante de Aragão em 1249, a qual lhe deu muitos filhos⁶¹, destacando-se Fernando de La Cerda e Sancho.

A primeira batalha testemunhada pelo infante Afonso aconteceu quando ele tinha apenas 10 anos de idade: a criança, a mando de seu pai, fora posta na companhia de um famoso guerreiro da época, o qual se tornaria seu protetor em

⁵⁹ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.86-87. Cf: O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio:el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 169-188.

⁶⁰ Para se conhecer melhor a política ibérica, temos consultado: **Crónica Geral de Espanha de 1344**. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley Cintra. Volume IV, n. 4. Lisboa, MCMXC.

⁶¹ São os filhos de Afonso X com Dona Violante de Aragão: Berenguela (1252-1284), Beatriz (1254-1280), Fernando de La Cerda (1255-1275), Leonor (1257-1275), Sancho IV (1258-1295), Constanza (1258-1280), Pedro (1260-1283), Juan (1262-1319), Isabel (1265-?), Violante (1265-1296) e Jaime (1268-1294). Mesmo depois, Afonso X teve ainda duas amantes, que lhe deram quatro filhos: Dona Maria, ex-esposa do nobre Alvar Fáñez de Lara, e Dona Dalanda, esta última de origem incerta tanto podia ser uma judia ou uma muçulmana.

batalhas: Dom Alvar Pérez de Castro, vulgo “el Castellano”. O pesquisador Julio Valdeón Baruque aponta que:

En 1231, cuando sólo contaba diez años de edad, el joven Alfonso tuvo su primera experiencia militar, plasmada en su participación en una sorprendente cabalgada dirigida hacia tierras andaluzas y a cuyo frente se encontraba el destacado magnate nobiliario Álvaro Pérez de Castro. Las tropas castellanas llegaron hasta las proximidades de Jerez y de Veguer y regresaron con un rico botín, así como con un elevado número de prisioneros. Así se expresa un documento coetáneo, en el que se pone de relieve que Fernando III “mandó a su fijo el infante Alfonso que fuese en cavalgada a correr tierra de moros; et mandó a don Álvaro Pérez de Castro el Castellano que fuese con él, para guarda del infante, et por cabdiello de la hueste, ca el infante era muy moço (...)”. Se trataba, en definitiva, de preparar al joven Alfonso en el terreno de las artes marciales, actividad de todo punto imprescindible para un monarca de la decimotercera centuria⁶².

A batalha, realizada em 1231, tinha por objetivo manter o controle castelhano da Baixa Andaluzia, ou seja, o controle da fronteira de Jerez. Já em 1242, Fernando colocou Afonso na função de alferez real. Um ano depois, seu pai, diante de uma enfermidade, solicitou que Afonso o substituísse na liderança de um importante conflito; assim, a primeira batalha levada adiante por Afonso foi o ataque à Múrcia, em 1243 (livrando apenas os seus futuros sábios murcianos do evento bélico); empresa que foi bem sucedida, contando com a ajuda de Jaime I, de Aragão (seu futuro sogro)⁶³. Nesta ocasião, Afonso obteve um importante acordo com o emir murciano Muhammad ibn Yusuf ibn Hud: as estruturas administrativas islâmicas

⁶² VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p. 23.

⁶³ “Mientras tanto, su suegro, el rey de Aragón Jaime I, intervino en tierras murcianas, donde consiguió apagar la revuelta mudéjar, en particular tras la rendición de la ciudad de Murcia, acontecimiento que tuvo lugar en enero del año 1266. Unos meses después, los mudéjares de la mencionada aljama reconocían, en un evidente tono autocrítico, 'el yerro que fizieron los moros de Murcia contra el mucho alto e muy noble senyor el rey don Alfonso'. A raíz de aquellos sucesos, Alfonso X llevó a cabo una campaña contra la villa de Jerez, sin duda la más peligrosa de todas. Poco a poco se iban rindiendo los mudéjares de diversas localidades, como Vejer, Medina-Sidonia, Rota o Sanlúcar de Barrameda. Finalmente cayó en poder cristiano la plaza de Jerez, al parecer en octubre de año 1266. Ahora bien, este último dato, situado dos años después del inicio de la revuelta, pone claramente de relieve que la sublevación mudéjar del territorio de la Andalucía Bética fue mucho más problemática de lo que suponía la historiografía tradicional. A raíz de aquel triunfo, el rey Sabio se vio obligado a recomponer la frontera de sus reinos con los nazaríes granadinos, fortaleciendo sus aspectos militares”. VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.41-42.

permaneceriam as mesmas, porém a cidade teria de manter vassalagem com o rei de Castela, Fernando III⁶⁴.

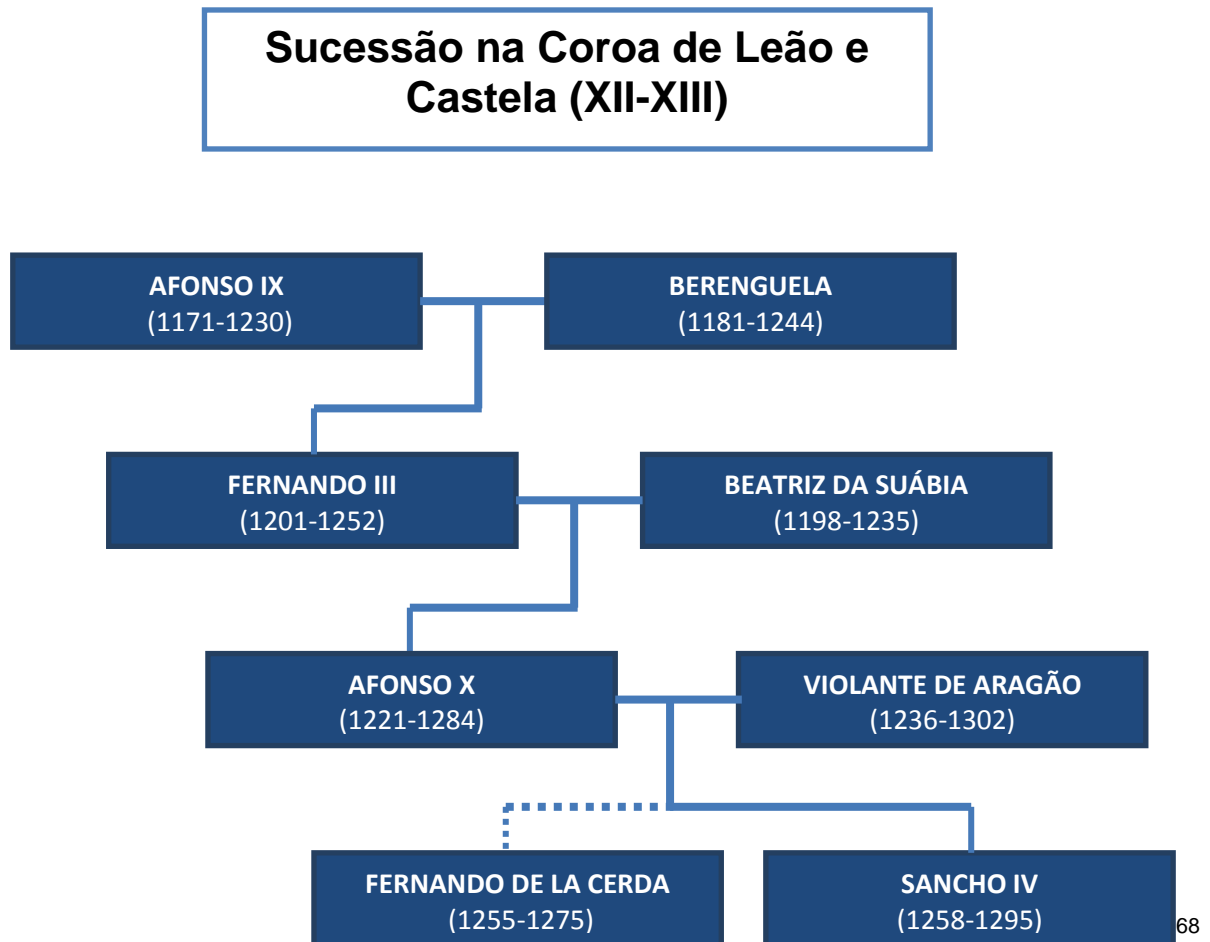
Logo em seguida ocorreu a conquista de Sevilha (1248) e o infante Afonso e o rei Fernando III submeteram o emir de Granada, Muhammad I, o qual também deveria se tornar vassalo de Castela. Neste ínterim, Afonso apoiou a causa de Sancho II, de Portugal, contra a investida de Afonso III; no entanto, Afonso III acabou mesmo se tornando rei de Portugal⁶⁵.

No primeiro dia do mês de junho de 1252, perante o pai recém falecido, Fernando III (1201 – 1252), e na presença de nobres laicos e eclesiásticos, Afonso

⁶⁴ Neste ano, Inocencio IV (1243-1254) iniciou seu pontificado.

⁶⁵ A disputa com o reino de Portugal de Afonso III iria se tornar aguda para o futuro Rei Afonso X com a *Questão do Algarve*. Sobre essa *Questão do Algarve*: Segundo a historiadora Fátima Regina Fernandes: “Afonso III é chamado para substituir seu irmão Sancho II, no trono português, pelo clero e nobreza do reino, que, sentiam seus interesses ameaçados pela instabilidade social instalada no reino durante a fraca administração de Sancho. O Papado legitima a deposição deste último em 1245, reconhecendo mais tarde Afonso como o Rei legítimo. Este monarca, orientará seus esforços para a restauração da estabilidade do reino. Assim, as leis de Afonso III contidas no *Livro das Leis e Posturas*, voltam-se para três grandes áreas de atuação: contenção das agitações sociais, regularização de determinados direitos devidos pelo clero e pelos municípios e organização dos processos judiciais”. FERNANDES, Fátima Regina. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, p.13. E ainda: “Uma das primeiras preocupações de Afonso III, terminada a guerra civil de 1244-5, foi a de garantir a consolidação territorial do reino português. E isto, porque, apesar das conquistas feitas por seus antecessores, de terras no Algarve, no sul do reino, a posse das mesmas era ainda fruto de disputa com Castela. Para Afonso III era fundamental garantir a estabilidade da posse destes territórios visto serem regiões propícias para o estabelecimento dos elementos sociais de agitação, que conturbavam a ordem no norte e centro do reino. Esta disputa pela posse de Algarve, entre Portugal e Castela, gerará uma questão diplomática entre os dois reinos. A solução do mesmo, se fará num processo que envolve a celebração de dois tratados. O primeiro foi celebrado em 1253, e nele se estabelece o casamento de Afonso III de Portugal com a filha bastarda de Afonso X, rei de Castela. O segundo, em 1267, quando se consagra a transferência do usufruto do Algarve, de Afonso X de Castela, para o seu neto D. Dinis, filho de Afonso III e D. Beatriz”. FERNANDES, Fátima Regina. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, p. 25. “A fin de cuentas la decidida postura de apoyo a Sancho II adoptada por el heredero castellano - quien llegó a solicitar la intervención armada de Aragón, en el conflicto - no podía sino levantar el recelo de Luis IX, protector del conde de Bolonia, y naturalmente de la propia Santa Sede que, sin ambages, sostenía la causa del rebelde portugués. Pero el futuro Alfonso X no se arredró. Al margen de la visión política que pudiera esconder semejante apoyo - el heredero portugués sería sobrino del poderoso señor de Vizcaya -, el infante Alfonso, al defender a Sancho II, sostenía sus propios derechos sobre las tierras a él cedidas en Portugal por el Rey Capelo. En cualquier caso, la intervención castellana apenas si sirvió para que Sancho II encontrara benigno asilo en Toledo y, sobre todo, para crear un clima de desconfianza y resentimiento entre las dos monarquías vecinas, que no tardaría en concretarse en torno a un problema de jurisdicciones: la controvertida cuestión de Algarve”. AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X**. (Relaciones castellano-aragonesa de 1252 a 1263). Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p.31. Conferir sobre a política medieval portuguesa na sequência, no século XIV: GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. Tese de doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2004.

se proclamou, ao mesmo tempo, cavaleiro e rei de Leão e Castela⁶⁶. Assim, agora como Afonso X, deu continuidade à política de seu pai Fernando III: “Y dado que el rey no estaba dispuesto a otorgar a ningún eclesiástico la oportunidad de reclamar la más mínima superioridad sobre él, decidió coronarse a sí mismo”⁶⁷.



⁶⁶ “Afonso X subió al trono a poco de haberse producido una gran ampliación del territorio del reino como consecuencia de la conquista de Andalucía y Murcia. Ello había supuesto el aumento del prestigio y autoridad de la corona; pero también había creado problemas de no fácil solución. El nuevo rey debía repoblar los territorios recién conquistados; debía preocuparse de la numerosa población musulmana sometida ahora al dominio cristiano; debía hacer frente a la inflación galopante que durante años acosaría al rey y a su reino. Por si fuera poco, Alfonso era un monarca ambicioso que planeaba llevar a cabo la invasión del Norte de Africa proyectada por su padre para controlar la ruta seguida hasta entonces por los ejércitos musulmanes que habían invadido España. Esperaba también conseguir la hegemonía sobre los restantes reinos vecinos resucitando para ello las antiguas pretensiones imperiales de León, y sobre todo estaba decidido a obtener la corona del Sacro Romano Imperio que reclamaba e su condición de nieto de Federico I Barbarroja”. O’CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: El reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción de Manuel González Jiménez. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999, p.25.

⁶⁷ O’CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 28.

⁶⁸ Organograma político destacando o rei Afonso X e seus dois principais herdeiros, Fernando de La Cerda e Sancho IV.

1.3. SOBRE O REINO DE LEÃO E CASTELA APÓS A ASCENSÃO DE AFONSO X

No momento em que Afonso X se tornou rei de Leão e Castela, o reino enfrentava as diversas consequências do movimento de expansão militar frente às terras mulçumanas na Península Ibérica⁶⁹. Segundo O'Callaghan:

La primera tarea de Alfonso X era gobernar con eficacia los reinos que había recibido en herencia. Aunque proclamó que el rey y el pueblo constituían un solo cuerpo, de hecho Alfonso no reinaba sobre un estado unificado. Su monarquía incluía varios reinos, como se puede ver por la titulación real: rey de Castilla, Toledo, León, Galicia, Sevilla, Córdoba, Murcia, Jaén y el Algarbe. Este alarde de títulos era una forma de sugerir que la grandeza de su poder y prestigio derivaban del hecho de que tantos reinos estuviesen sometidos a su mandato. Pero, al mismo tiempo, la lista ponía de relieve tanto el hecho histórico de la expansión conquistadora como la disparidad que existía en sus propios dominios. En efecto, no sólo había importantes diferencias legales e institucionales entre Castilla y León, sino también entre ellos y los reinos del sur. Toledo, Sevilla, Córdoba, Murcia y Jaén y el Algarbe habían sido anteriormente pequeños reinos islámicos. Toledo, conquistada en 1085, ocupaba el segundo lugar en la lista, después de Castilla y antes que León, porque había sido la antigua sede de la monarquía visigoda. La población musulmana y judía de los reinos andaluces y murciano era mucho mayor que la del norte. Conseguir la unidad a partir de elementos tan distintos era una tarea portentosa que no podía ser completada en una generación. Pero Alfonso X hizo esfuerzos significativos para lograr este objetivo. Su propósito fue, no anular todas las diferencias, sino integrarlas en un todo armónico y coherente⁷⁰.

De fato, primeiro ponto a ser destacado, ocorreu desde Fernando III uma grande ampliação territorial do reino: a Leão pertenciam a Galícia, as Astúrias e a Extremadura Leonesa; e a Castela pertenciam Castela a Velha, a Extremadura Castelhana, o reino de Toledo, os reinos andaluzes de Sevilha, Córdoba e Jaén, o reino de Múrcia e o Algarve (este que passou para o reino de Portugal em 1267, por

⁶⁹ AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X.** (Relaciones castellano-aragonesa de 1252 a 1263). Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p.25-29. VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio.** La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p. 28-30.

⁷⁰ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio:** el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.31-32. PRADO-VILAR, Francisco. Arte y diplomacia el discurso del regalo en las relaciones con Oriente. In: **Alfonso X el Sabio [exposición].** Sala San Esteban, Murcia, 27 octubre 2009- 31 enero 2010.

meio do Tratado de Badajoz)⁷¹. Por sua vez, os reinos externos, vizinhos de Castela e Leão, eram os seguintes: Portugal, Aragão, Navarra e o reino islâmico de Granada. Tratava-se, como podemos verificar, de um ambiente geopolítico muito delicado, no qual o agora rei Afonso X deveria trabalhar principalmente em dois sentidos: visando manter o seu reino unido e também protegido das ameaças externas. Vejamos na sequência o mapa da Península Ibérica (século XIII):



Mapa histórico da Península Ibérica no século XIII (1270)⁷²

Desde o início de seu governo o jovem rei teve de lidar com sérias questões e problemas administrativos; Afonso X precisava, antes de tudo: 1) encontrar um modo de repovoar os territórios conquistados; 2) reordenar os muçulmanos e judeus que ficaram dentro das terras do reino; 3) controlar as atividades mercantis; 4) unir

⁷¹ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.32-33. A conquista emblemática para Fernando III foi de Sevilha, Córdoba e Jaen em 1248, mesma data que a ilustre família dos Khaldun (que defenderam Sevilha até o último momento) se transferiu da Península Ibérica para o Norte da África, primeiro Ceuta e depois para Túnis.

⁷² Fonte: <http://zip.net/bdpJ7q> (Acesso em 30/09/2014).

os nobres ao seu lado⁷³. De fato, a forte emigração de muçulmanos, os quais haviam partido em direção ao Norte da África, ofereceu à população cristã terras em abundância, mas ao mesmo tempo também prejudicou a economia do reino. E de que forma Afonso X buscou resolver isto? Por meio de uma divisão sistemática de terras para bispos, mosteiros, Ordens Militares e nobres, o rei conseguiu repovoar o sul; não obstante, o norte ainda permaneceu prejudicado. Os muçulmanos que, por ventura, ficaram no reino foram preservados, de acordo com a política castelhana. De fato, houve uma preocupação por parte do rei em distribuir em bairros específicos os povos de uma mesma religião, como os muçulmanos e judeus. Essa política não era de segregação, como anacronicamente poderíamos pensar; tratava-se de uma forma de controle e organização dos diferentes povos, respeitando a respectiva cultura religiosa, sendo a eles permitido frequentar lugares comuns com os cristãos do reino⁷⁴. Nesse sentido temos uma política de “tolerância pragmática”⁷⁵ e ao mesmo tempo de diálogo entre as três comunidades religiosas. Destarte, recordamos aqui, Afonso X enfrentou e conteve revoltas dos grupos muçulmanos logo ao início do seu reinado, em Jerez e Niebla, além de propor uma cruzada ao reino de Marrocos (concretizada no saque à Sale em 1260)⁷⁶.

⁷³ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 25; MACEDO, José Rivair. Afonso, o Sábio, e os mouros: uma leitura das Siete Partidas. **Anos 90**, Porto Alegre, n.16, pp.71-92, 2001-2002.

⁷⁴ Vemos esse pensamento na *Sétima Partida*, títulos 24 e 25: “*Título XXIII (XXIV) De los judios. Ley II. En que manera deve fazer su vida los judios entre los christianos, e quales cosas nõ deve usar, nin fazer segud nuestra ley, e q pena merescen los que contro ello fizieren*. Mansamente: e sin mal bollicio deve fazer vida los judios entre los christianos guardado su ley, e no diziedo mal de la fe de nrõ señor lesu Christo q guarda los christianos. Otrosi se deve mucho guardar de predicar, nin covertir ningun christiano, q se torne judio alabado su ley, e denostado la nra”; “*Título XXV. De los moros. Ley II. Como los christianos con buenas palabras, e non por premia deven convertir los moros*. Por buenas palabras, e convenibles predicaciones deven trabajar los christianos de convertir a los moros, para fazer les creer la nuestra fe: e aduzir los a ella, e non por fuerça, nin por premia: ca si voluntad de nuestro Señor fuesse de los aduzir a ella, e de gela fazer creer por fuerça, el los apremiaria, si quisiesse, q ha acabado poderio delos fazer, mas el no se paga del servicio quel fazen los omes a miedo, mas de aql que se faze de grado, e sin premia ninguna: e pues el non los quiere apremiar, nin fazer fuerça, por esto defédemos que ninguno non los apremie, nin les faga fuerça sobre esta razon”. AFONSO X. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.74-78.

⁷⁵ SILVEIRA, Aline Dias da. Fronteiras da Tolerância e Identidades na Castela de Afonso X. FERNANDES, Fátima Regina. (coordenação). **Identidades e Fronteiras no Medieval Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 127-149. Cf: RODRIGUES, Nuno Simões. Nos primórdios da presença judaica na Península Ibérica: um estado da questão. IN: SILVA, Carlos Guardado da. **Judiarias, Judeus e Judaísmo**. Torres Vedras: Edições Colibri, 2013, p. 19-32.

⁷⁶ “Finalmente, cuando estaba a punto de concluir el verano del año 1260, Alfonso X decidió poner en marcha su proyectada cruzada norte africana. El objetivo esencial de aquella campaña militar de los cristianos era, sin duda alguna, la ciudad de Salé, que estaba situada a escasa distancia de

1.4 A DIFÍCIL RELAÇÃO COM OS NOBRES DO REINO

O maior problema enfrentado por Afonso X, no entanto, não se encontrava em qualquer ameaça externa, ou na diversidade religiosa dentro de seu reino: os vários nobres, cristãos, não estavam dispostos a facilitar os rumos políticos de seu governo. De fato, muitos deles estavam descontentes com os projetos desenvolvidos pelo monarca, os quais estariam ameaçando os diversos privilégios e prerrogativas da nobreza. Essa nobreza reivindicava que o rei castelhano se concentrasse, tal como Fernando III, na política do reino, e menos com movimentos ou problemas externos. Conforme Valdeón Baroque sinaliza, as primeiras rugas entre a nobreza castelhana e o rei Afonso X remontam ao ano de 1255:

Poco tiempo después del acceso al trono de Alfonso X, concretamente en el año 1255, asistimos a su primer choque con un sector de la alta nobleza de sus reinos. Había descontento entre los magnates nobiliarios por la política que estaba desarrollando de fortalecer a toda costa el poder regio, tanto en el terreno de las normas legislativas como en el de la práctica política. Es posible que los ricos hombres de Castilla y León no vieran con buenos ojos su forma de gobernar. De todos modos, los principales cabecillas de la nobleza descontenta de esos años fueron Diego López de Haro, señor de Vizcaya, y el infante Enrique, hermano de Alfonso X. Diego López de Haro, que se mostraba quejoso por el apoyo que el rey prestaba a un rival suyo, Nuño González de Lara, decidió abandonar la corona de Castilla, refugiándose en tierras aragonesas. Lo cierto es que en los inicios del año 1255 Jaime I de Aragón estableció una alianza con el citado Diego López de Haro, sumándose también a la

Rabat. Es posible, de todos modos, que el rey se centrara en la mencionada ciudad de Salé debido a que la persona que la controlaba por esas fechas, un tal Yaqub, le había pedido ayuda militar, al parecer con el propósito de independizarse del emir de los benimerines. La flota castellano-leonesa estaba compuesta, según se deduce de las fuentes conservadas, por un total de 37 navíos, entre los que había desde carracas hasta galeras. Ese dato venía a poner de manifiesto el progreso que estaba experimentando en los reinos de Castilla y León la construcción naval. Al frente de la expedición se encontraban Juan García de Villamayor y Pedro Martínez de Fe. Las tropas castellano-leonesas llegaron a las proximidades de Salé el día 10 de septiembre del año 1260. La ciudad fue ocupada, al parecer, con gran facilidad. De todos modos, unos días más tarde, el 21 o el 22 de septiembre, los castellano-leoneses tomaron la decisión de abandonar Salé, probablemente para evitar ser atacados por las tropas del emir benimerín Abu Yusuf. Eso sí, Salé fue saqueada, llevándose los soldados de Alfonso X un rico botín, en el que aparte de productos de oro y plata había un gran número de cautivos". VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.36-37. Conferir também: RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel. El yihad: visión y respuesta andalusí a las campañas cristianas en la época de Alfonso X, el sabio. **Revista Medievalismo**. España, n. 10, pp. 69-98, 2000; REIS, Jaime Estevão dos. As Campanhas Militares de Alfonso X, o Sábio: a Cruzada à África e a Anexação dos Reinos Muçulmanos de Jerez e Niebla. **Anais do V Congresso Internacional de História**. Maringá: UEM, 2011, p.2528-2535.

misma el infante Enrique, personaje sumamente singular, de indudables perfiles aventureros. Unos meses más tarde diversos lugares de la corona de Castilla fueran escenario de una peligrosa sublevación nobiliaria, particularmente los territorios de Vizcaya y de Andalucía. En ambos casos, no obstante, resultó a la postre vencedor el bando realista. En tierras vizcainas el señor de Vizcaya no tuvo más remedio que rendirse, lo que aconteció en las proximidades de la localidad de Orduña. Por lo que se refiere a Andalucía, sabemos que hubo un combate de altos vuelos en las proximidades de Lebrija, entre las tropas reales, que mandaba el magnate nobliario Nuño González de Lara, y el infante Enrique. La victoria sonrió finalmente a los realistas. El infante Enrique huyó hacia Cádiz, lugar en donde embarcó, en un navío, hacia Valencia, aunque poco después terminó marchándose nada menos que a Túnez, es decir, a tierras en donde gobernaban los musulmanes, lo que constituía como mínimo una sorprendente paradoja⁷⁷.

O agravamento maior das relações por parte da nobreza castelhana em relação ao rei Afonso X, no entanto, ocorreu a partir de 1272, momento de sublevação. As duas famílias da nobreza mais importantes nesta época foram os Lara e os Haro. O'Callaghan indica que:

El rey se comportó con gran habilidad en estas negociaciones, hasta el punto de que todos los presentes entendieron que él tenía razón e derecho, e que don Felipe e aquellos ricos omes façian aquel alborozo muy sin razón. Los nobles no supieron qué responder, pero era evidente que no estaban dispuestos a ceder. Por su parte, el rey accedió a emitir privilegios sellados con su sello manteniéndolos sus fueros y derechos, y obligándose a cumplir las promesas hechas en las Cortes. Rehusando a dejarse convencer, los ricos hombres descontentos se retiraron de las Cortes, rompieron el vínculo de vasallaje y se prepararon para desterrarse en el reino de Granada⁷⁸.

Neste rompimento, portanto, diversos nobres acabaram se aliando ao sultão de Granada, Ibn Al-Ahmar (Muhammad I), posicionando-se contra Afonso X; dentre esses nobres, encontramos: o infante Dom Felipe, Nuño González de Lara, Lope Díaz de Haro, Esteban Fernández de Castro, Fernán Ruiz de Castro, Simón Ruiz de los Cameros, Alvar Díaz de Asturias. Mesmo hesitante com tudo isso, Afonso X, através das chamadas “cartas justiceiras” colocou um fim ao pacto feudo-vassálico estabelecido entre ele e os nobres desnaturados. Com a posição firme por parte de

⁷⁷ VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Afonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.92-93.

⁷⁸ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.265-266.

Afonso X, os nobres revoltosos então se deslocaram para Granada, sob a proteção de Muhammad I; assim como Afonso X tinha seus muçulmanos, Muhammad I de agora em diante também teria os seus cristãos.

Nesta época, os nobres e o rei de Granada desejavam que o rei de Castela confirmasse o acordo de Alcalá de Benzayde (1265)⁷⁹; porém, em 1273, Muhammad I morreu. O novo sultão foi Muhammad Ibn Yusuf Ibn Nasr II (r. 1273-1302), ou Muhammad II, promovido ao poder contando com a ajuda dos nobres desnaturados. Neste conflito com os nobres, Afonso X⁸⁰ teve o grande auxílio de seu primogênito, Fernando de La Cerda, e da sua Rainha, Dona Violante, em Córdoba; o príncipe, em meio a várias negociações, conseguiu um acordo diplomático entre os nobres e o sultão de Granada com o seu pai: o rei respeita o tratado de Alcalá de Benzayde⁸¹ em troca do pagamento do sultão granadino; em consequência, o sultão granadino, Muhammad II, torna-se novamente vassalo do rei castelhano, sendo também

⁷⁹ O referido acordo tinha a intenção de manter a independência do reino granadino sob a condição de pagar tributos a Castela.

⁸⁰ “Pese a todo, la complejidad de la situación movió a Alfonso X, cuya paciencia parecía no tener límites, a convocar una nueva asamblea, en marzo del año de 1273, en esta ocasión en la localidad de Almagro, con el objetivo de intentar alcanzar unos acuerdos que resultaran razonables para los dos partes. A través del infante don Felipe, le fueron comunicadas al rey una serie de reivindicaciones, que aparecen reproducidas en *La Crónica del rey don Alfonso décimo*: 1. 'que otorgue fueros e privilegios e usos e costumbres a Órdenes e a iglesias e a fijosdalgo, cristianos, e a judíos e a moros lo que ovieron en tiempo de su padre e de su visabuelo', 2. 'que deje los diezmos que tomaban en entrada e en salida de sus reinos', 3. 'que deje los servicios, que es daño de toda la tierra e se yerna por non se poder complir', 4. 'que non deje sacar de sus reinos por mar nin por tierra si non aquellas cosas que sacaban en tiempo de su padre', 5. 'que la sal e el fierro que torne á aquel estado que solíe ser en tiempo de su padre', 6. 'que non cojan la moneda sinon de siete en siete años, así como la cogió su padre e su visabuelo e los de su linaje, e que nunca demande otros pechos, nin aya cabeza la moneda, mas que el ome que oviere diez años que peche diez sueldos e tres dineros', 7. 'que en casa del Rey que non aya y alcalde sinon de Castilla e de Leon', 8. 'que los montadgos que se toman commo no deven, que se deven commo se tomaban en tiempo del rey don Fernando, e que non tomen los servicios de los ganados e demas que le piden merced”. VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.98; Ver em CAX: **Crónica de Alfonso X**. Edição de Manuel González Jiménez. Real Academia Alfonso X El Sabio, 1998, p. 132-135.

⁸¹ “Hay que señalar, no obstante, que las relaciones de Alfonso X con el reyezuelo nazarí de Granada, Ibn al-Ahmar, resultaban sumamente complejas. El monarca castellano-leonés prestaba apoyo a los 'arraeces' de Málaga y de Guadix. Miembros de la aristocracia árabe que tenían sus diferencias con Ibn al-Ahmar. Por su parte, el dirigente nazarí procuraba alentar a la nobleza rebelde contra el rey Sabio. En 1265 se había llegado a un pacto entre Alfonso X e Ibn al-Ahmar, suscrito en la localidad de Alcalá de Benzayde, aunque las tensiones entre los dos protagonistas citados continuaron en los años siguientes. Un nuevo paso hacia la concordia entre el granadino y el castellano-leonés se dio en el año 1273. Al fallecer Ibn al-Ahmar, le sucedió en el trono granadino su hijo Muhammad II, que decidió pactar con Alfonso X. Estamos hablando de unas treguas suscritas en la ciudad de Sevilla, en las que el reyezuelo nazarí se comprometía a entregar, en concepto de parias, 300.000 maravedíes anuales”. VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ed. Temas de Hoy, 2011, p.43.

armado cavaleiro. Afonso X, no entanto, acabou não cumprindo com a sua parte no acordo estabelecido com Muhammad II; este, então, promoveu uma vingança: pediu ajuda aos benimarínidas, para invadir Castela.

Em 1275 tem início essa invasão, liderada pelo emir do Marrocos, Abu Yusuf Yaqub Ibn Abd Al-Haqq, chefe da tribo dos Banu Marin e sultão também de Fez (1258-1286); nesta ocasião, o emir benimarínida também aproveitou para se vingar do saque à Salé, concentrando sua mira em Sevilha. Na batalha de Écija entre castelhanos e benimarínidas, morreu Dom Nuño González de Lara e o arcebispo de Toledo; também Dom Sancho, irmão de Violante e filho do rei Jaime I de Aragão, foi capturado e enviado morto por Yusuf. Nesse momento Afonso X encontrava-se ainda em Becauire acertando seu destino imperial. Fernando de La Cerda partiu então doente para Ciudad Real e durante os preparativos para a guerra contra os islâmicos acabou falecendo (1275). Antes de morrer, Fernando de La Cerda pediu para que seu conselheiro, Juan Núñez de Lara, filho mayor de Dom Nuño, defendesse os direitos de seus filhos na sucessão real. Dom Sancho (secundogênito do rei de Castela), com 17 anos, chegou a Ciudad Real para proteger o reino, contando com a ajuda especial de um nobre: Lope Díaz de Haro. Sendo que Dom Sancho, neste momento, preparava terreno para uma futura sucessão real. Dom Sancho encorajado por nobres foi para o embate com Ibn Yusuf do Marrocos e, em janeiro de 1276, conseguiu então um acordo com o emir magrebino.

1.5 O DESEJO PELO SACRO IMPÉRIO E O “FECHO DEL IMPERIO”

Ao mesmo tempo em que lidava com esses graves conflitos no reino, Afonso X projetava duas grandes ambições políticas: 1) controlar o comércio no Mar Mediterrâneo; tarefa que seria possível após uma conquista de territórios no Norte da África; 2) efetivar a unidade política da Península Ibérica, tendo em vista que no início de seu governo Afonso X pretendia a coroa de Imperador do Sacro Império Romano Germânico. O jovem rei alimentava essa esperança política desde 1256, quando recebeu uma embaixada da república de Pisa, guiada por Bandino Lancia, oferecendo a ele uma chance à coroa do Sacro Império Romano Germânico. Sabemos que, nesse sentido, Afonso X era duplamente favorecido pela linhagem

materna (via política germânica ou via bizantina), tendo reais chances⁸². O historiador Ayala Martínez explica da seguinte forma, com dúvidas, as condições que envolveram esse convite ao monarca castelhano:

La verdad es que resulta difícil precisar con exactitud las causas profundas que permiten explicar tan original ofrecimiento. Las versiones hasta elaboradas no resultan totalmente satisfactorias, aunque expliquen, sin duda alguna, parcialmente la realidad. Dichas versiones parten de tres supuestos no del todo probados: el carácter absolutamente inesperado de la iniciativa pisana, la clara relación entre dicha iniciativa y los planes de cruzada africana del Rey Sabio, y, en cualquier caso, el carácter espontáneo del ofrecimiento por parte de Pisa⁸³.

Nesse projeto imperial, uma aproximação real de Afonso X em relação ao Papa Alexandre IV tornava-se essencial. Ademais, Afonso X precisava se aproximar do Papado por outros dois motivos, de acordo com Ayala Martínez: ele buscava neutralizar as pretensões francesas, via Navarra, no território e na política castelhanas; e desejava o aceite espiritual para a continuidade de sua política

⁸² “Alfonso X era plenamente consciente de la tradición imperial hispánica elaborada en el reino de León durante los siglos XI e XII. Basada en la suposición de que la herencia visigoda había sido traspasada a los reyes leoneses, esta tradición afirmaba que éstos tenían la responsabilidad de restaurar el reino visigodo extendiendo su dominio sobre todos los pueblos de la Península Ibérica, tanto cristianos como musulmanes. Evidentemente esta teoría nunca alcanzó su plena realización, si bien Alfonso VI (1065-1109) la expresó de forma explícita al titularse *Imperator Hispaniae*, lo mismo que su nieto Alfonso VII (1126-1157), que fue coronado emperador de España en León en 1135. La división posterior del reino entre sus dos hijos, Fernando II de León (1157-1188) y Sancho III de Castilla (1157-1158), impidió que ninguno de ellos reclamase el título imperial. Sin embargo, Fernando II se tituló *rex Hispaniae rex Hispaniarum*, tal vez imitando conscientemente el título de *rex Romanorum* empleado por los reyes alemanes antes de ser coronados emperadores del Sacro Romano Imperio. Y así como este título daba a entender las aspiraciones territoriales de Fernando II, la frase explicativa *nondum imperator* indicaba bien a las claras la intención de asumir el título imperial. Su hijo Alfonso IX (1188-1230) no utilizó estos títulos, pero su intento de apoderarse del reino de Castilla a la muerte de Enrique I (1217) da a entender que era plenamente consciente de que la adopción del título imperial carecía de sentido si previamente no se lograba la unificación de ambos reinos. La posibilidad de reafirmar la tradición imperial leonesa aumentó cuando Fernando III, por entonces rey de Castilla, sucedió a Alfonso IX como rey de León en diciembre de 1230. Sus contemporáneos hablan de él en unos términos que dan a entender que era superior a los otros reyes. La descripción que de Fernando III hace el cronista don Lucas, obispo de Tuy, como *cavallero y vicario de Cristo...reconosciendose por peccador y no digno vicario de todo el reyno de los españoles*, sugiere la reclamación de una hegemonía ilimitada sobre toda la Península. Usando una terminología más propia de la antigua Roma y del imperio carolingio que del reino de León, Rodrigo Jiménez de Rada, arzobispo de Toledo, dedicó su historia *al serenissimo invicto et semper augusto dominio suo, Fernando, Dei gratia regi*”. O’CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio**: el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.189-190.

⁸³ AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X**. (Relaciones castellano-aragonesa de 1252 a 1263). Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p.170.

diplomática em relação aos reinos estrangeiros, principalmente os islâmicos⁸⁴. Alexandre IV, no entanto, também tinha os seus interesses em relação ao monarca castelhano; na época, o Papa se deparava com um grave problema: o rei Manfredo, da Sicília, estava concentrando cada vez mais poder, estendendo a sua influência para o sul da Península Itálica; e piorando a situação, o exército pontifício tinha acabado de ser derrotado em 1255, pelo gibelino Staufen. Ao seu lado, o Papa apenas tinha os bons olhos da França e o guelfismo de Henrique III, da Inglaterra. Diante desse panorama, a ideia do Papa Alexandre IV era apoiar um gibelino que fosse contra Manfredo; e nesse caso, o escolhido foi Afonso X. Nesse sentido, a política pontifícia buscou uma aproximação em relação à república de Pisa, aliada gibelina de Frederico II, e inimiga da Gênova de Manfredo⁸⁵.

Pisa, por sua vez, tinha interesses políticos e econômicos nesta questão, pois Gênova era sua concorrente no comércio marítimo. Em 1256, Pisa, contando com o apoio de Marselha, reconheceu Afonso X como candidato para a coroa do Sacro Império⁸⁶. No entanto, mesmo que o Papa Alexandre IV tenha colaborado com a indicação de Afonso X como representante para o posto de Imperador, tudo não passava de um esquema político, visando apenas derrotar as intenções de Manfredo da Sicília. Enquanto isso, na Península Ibérica, o rei de Aragão, Jaime I, apoiava a causa de Manfredo, complicando a geopolítica local.

Os candidatos ao posto de Imperador do Sacro Império Romano Germânico foram, portanto, Afonso X, rei de Castela, e Ricardo de Cornualles, irmão do monarca inglês Henrique III. Na primeira votação, em 1257, ganhou o candidato

⁸⁴ AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X.** (Relaciones castellano-aragonesa de 1252 a 1263). Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p.171.

⁸⁵ “En efecto, el fallecimiento del más decidido enemigo cristiano del Pontificado (Frederico II), en diciembre de 1250, supone mucho más que una simple, aunque importante, efemérides histórica. La desaparición de Frederico creará una nueva dialéctica en las relaciones Imperio-Papado y supondrá la desaparición, en breve espacio de tiempo, del poder efectivo alemán sobre la Península italiana con la consiguiente anulación de los proyectos mediterráneos que los emperadores habían sostenido desde finales del siglo XII, pero, sobre todo, la muerte de Frederico II, seguida muy de cerca por la de su hijo Conrado IV, inaugura lo que tradicionalmente se conoce como el Gran Interregno del Imperio. Este importante período de poco más de veinte años de duración proporciona, entre otras muchas cosas, una excepcional coyuntura para que los distintos poderes de la época jueguen, en el marco de la Europa occidental, en torno a una de las más complejas especulaciones políticas de la Edad Media: la posesión de la no por teórica menos cobdiciada corona imperial”. AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X.** (Relaciones castellano-aragonesa de 1252 a 1263). Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p.26-27.

⁸⁶ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio:** el reinado de Alfonso X de Castilla. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p.244.

inglês; porém, na segunda votação, realizada em Frankfurt, quem ganhou foi o rei Afonso X. Diante disso, o Papado, Pisa e Marselha decidem se afastar do rei castelhano, devido ao verdadeiro receio de que este, efetivamente, ocupasse a posição imperial⁸⁷. Nesse entremeio, os gibelinos do norte da Itália, contrários à política expansionista de Manfredo, se colocaram no apoio ao rei Afonso X. Apesar de tudo isso, Ricardo foi coroado Imperador em Aquisgrán, sem ao menos o consentimento formal do Papado; Afonso X, contando com o apoio familiar do rei da França, Luís IX, reclamou intensamente de toda essa situação. Assim em agosto de 1257 chegou à cidade de Burgos uma embaixada alemã com o arcebispo de Constanza requerendo Afonso X como indicado ao trono imperial. Esse “Interregno Imperial” se arrastaria por muitos anos, com Afonso X defendendo a sua eleição em Frankfurt. Em 1259, Afonso X convocou Cortes em Toledo para que os nobres trouxessem subsídios para sua corrida ao Império, para o que viria a ser chamado de “Fecho del Imperio”. Vários nobres castelhanos ficaram indignados com esse pedido; enquanto isso, Alexandre IV desencorajava a ida de Afonso X para Roma.

Em 1261, o sucessor do Papa Alexandre IV, o Papa Urbano IV, queria se informar da situação dos dois candidatos ao posto imperial, mas faleceu (1264) antes de iniciar as negociações. Já em 1265, o Papa Clemente IV (1265-1268) se demonstrava contra as intenções de Afonso X, pois era um inimigo dos aliados dos Staufen. Em 1266, Carlos de Anjou se tornou rei da Sicília e Manfredo morreu na batalha de Benevento. O filho de Manfredo, Conradino, se pôs na corrida imperial, mas acabou sendo morto a mando de Carlos de Anjou, em 1268. Nesse sentido, Afonso X tentava desestruturar a política de Carlos de Anjou na Península Itálica colocando forças no apoio aos gibelinos do norte. Resultado disso? Os gibelinos da Lombardia, com a liderança do nobre marquês Guilherme de Monferrato, reconheceram Afonso X como Imperador do Sacro Império, em 1270. Em 1272, com Afonso X envolvido na rebelião nobiliárquica de seu reino, ocorreria uma importante novidade, de grande alívio e ânimo ao rei: a morte do seu rival Ricardo de Cornualles. Porém, as expectativas foram novamente frustradas, diante da forte oposição do novo pontífice, Gregório X (1271-1276), este que prontamente reconheceu Rodolfo de Habsburgo como novo Imperador. Em 1274, Afonso X comunica sua ida

⁸⁷ O afastamento do Papa Alexandre IV de Afonso X se deveu muito ao contato que o Rei castelhano fez com o genro de Frederico II, Ezzelino da Romano, pessoa muito mal vista pela corte pontifícia. VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Afonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.74.

ao Império para tomar posse de sua função, frente a Gregório X; no entanto, no ano de 1275, no encontro que os dois tiveram, Afonso X acaba sendo rechaçado pelo Papa, e tem suas esperanças esgotadas. Apesar de tudo, ao contrário do que afirma a historiografia tradicional, não podemos considerar a iniciativa de Afonso X em direção ao Império um fracasso total; de fato, ainda que não tenha alcançado a função desejada, seu envolvimento político com as forças externas trouxe grande prestígio à sua pessoa, fortalecendo a sua imagem como governante universal: defendendo o gládio temporal.

1.6 SOBRE A QUESTÃO DOS GLÁDIOS TEMPORAL E ESPIRITUAL

Como verificamos no tópico anterior, são diversas as relações entre o poder temporal e o espiritual no século XIII, as quais afetaram Afonso X em seu projeto político em relação ao Sacro Império Romano Germânico. De fato, o embate entre os gládios temporal e espiritual se encontra presente em *Las Siete Partidas*; e Afonso X, consideramos, age exatamente no sentido de sempre fortalecer o poder dos Imperadores e dos reis. No entanto, adiantamos aqui, de modo algum ocorre qualquer afastamento ou animosidade em relação ao religioso, pelo contrário: na estrutura da obra, a parte que trata do poder espiritual está na Primeira Partida; portanto, recebe destaque e dignidade dentro do trabalho legislativo, como referencial cultural e arcabouço teórico, legitimador, ao poder conferido ao Imperador e ao rei: estes que seriam os verdadeiros representantes de Deus na Terra, na responsabilidade de governarem a sociedade em direção ao bem.

Desde esse momento podemos, portanto, compreender o sentido de estrutura e organização ao poder temporal por parte da obra legislativa de Afonso X. E isso reforça, conforme Cybele Crossetti de Almeida, o chamado “poder da tradição” dos reis medievais⁸⁸. Afonso X teria buscado, através de sua obra, esta prerrogativa em relação ao seu poder; e justamente por essa obstinada opção, não conseguiu equilibrar as suas relações com o forte poder do Papado no século XIII, resultando em seu fracasso pela posição imperial no Sacro Império, como vimos no tópico

⁸⁸ ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. **Revista Biblos**. Rio Grande do Sul. n. 21, p. 12, 2007. ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. **Anos 90**. Rio Grande do Sul: UFRGS, v.16, p.13, 2002.

anterior. *Las Siete Partidas*, devemos então considerar em vistas da análise que realizaremos no presente estudo, representam um instrumento de esforço ao fortalecimento do poder laico, inserindo-se dentro de uma longa discussão entre o temporal e espiritual a respeito do controle da sociedade cristã.

A teoria dos dois gládios (na qual o poder espiritual da Igreja tutelava o poder temporal dos reis e Imperadores) teve seu início com o Papa Gelásio I, em 494; este afirmava a supremacia do poder espiritual sobre o temporal⁸⁹. No século XIII, momento em que começamos a perceber forte oposição por parte do poder temporal em relação ao poder espiritual, ocorreu o desenvolvimento das ideias aristotélicas no Ocidente, e Tomás de Aquino (1225-1274) foi um de seus principais expoentes. Leitor ávido das obras de Averróis (1126-1198)⁹⁰, Aquino apresentou para a cena filosófica e política a questão do homem citadino como centro do desenvolvimento da política; pensamento que acabou favorecendo aos reis⁹¹. Esses aproveitaram

⁸⁹ Essa ideia foi utilizada e defendida com entusiasmo pelo Papa Gregório VII tempos depois, visando o seu fortalecimento, especialmente em decorrência da chamada “Querela das Investiduras”: circunstância na qual o Imperador do Sacro Império Romano Germânico desejou a ele próprio a responsabilidade de investir os bispos em seus cargos, e não mais a Igreja. O evento se iniciou em 1075 com o embate entre o Papa Gregório VII (que defendia a teoria dos gládios, com a sua obra *Dictatus Papae*), e não aceitava de forma alguma a autonomia das investiduras levadas a cabo pelo Imperador Henrique IV. Um ano depois, com o acirramento da disputa, Gregório VII acabou excomungando Henrique IV. Depois de perder grande apoio político, Henrique IV teve que em 1077 ir ao norte da Península Itálica (cidade de Canossa) e pedir perdão ao Papa por sua ação. Apenas em 1122 a Igreja conseguiu submeter o Sacro Império Romano Germânico, no que ficou conhecida como Concordata de Worms. No entanto, no século XIII, os reis desejavam fortalecer as suas monarquias nacionais, como foi o caso na França de Felipe, o Belo (1268-1314), que buscava o fortalecimento do poder laico em detrimento da ação do Papa Bonifácio VIII; Felipe desejava cobrar do clero impostos e não se submeter mais à Igreja. Felipe foi excomungado pelo Papa; mas diferentemente de Henrique IV do Sacro Império, Felipe não se rendeu, e a monarquia ganhou forças. Com a morte de Bonifácio VIII, Felipe foi o responsável por indicar o novo Papa, Clemente V, dando início ao chamado cativeiro de Avignon, quando o rei francês transferiu a sede do Papado de Roma para a referida cidade francesa. Sobre o assunto, indicamos: SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. **O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)**. José Antônio de C. R. de Souza e João Morais Barbosa (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. Cf: SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. *El Cisma de Occidente: los antecedentes y sus consecuencias inmediatas*. In: SOUZA, José Antônio de C. R. de.; AZNAR, Bernardo Bayona. (eds.). **Doctrinas y relaciones de poder en el Cisma de Occidente y en la época conciliar (1379-1449)**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2013.

⁹⁰ ELÍAS, Ricardo H.S. Averroes. In: **La Civilización del Islam**. Irã: Fundación Cultural Oriente, 2005, p. 170-172; BAZZANA, A.; BERIOU, N.; GUICHARD, P. **Averroès et l’averroïsme (XII-XV siècle)**. Lyon: Pulyon, 2005, p.15.

⁹¹ AQUINO, Tomás de. **Disputed questions on the virtues**. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2005, p.200. AQUINO, Tomás de. **Suma de Teología**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990, p.351. Conforme Fátima Regina Fernandes, “A partir de 1260, um dominicano dos Países Baixos, Guilherme de Moebeck promove a primeira tradução conhecida da obra “Política” de Aristóteles para o latim. Já em 1270 tem-se conhecimento das lições sobre esta obra levadas a cabo por Siger de Brabante no curso de Artes da Universidade de Paris. Tomás de

desse momento de valorização das ideias aristotélicas, já cristianizadas, para justamente lutarem ainda mais pelo poder monárquico, mesmo eles conscientes de viverem sob o universo da Cristandade Latina. O aristotelismo tomista, (pensado posteriormente ao aristotelismo averroísta) e ambos concomitantemente ao neoplatonismo, seguiram as ideias de Santo Agostinho, defendendo a não transformação do rei em um tirano, pois soberana é a lei de Deus, e o rei tem autonomia em seu reino dos homens. Esse, ademais, tornou-se um dos temas resultantes do chamado “Renascimento do Direito Romano” para fortalecer o poder temporal. Conforme a medievalista Fátima Regina Fernandes:

Assim, podemos concluir que o tradicional embate Papado / Império, nos fins do século XIII e princípios do século XIV tenderia a ser temporariamente superado pelo eclodir da força latente dos reis, fortalecidos pelos teóricos que construiriam um modelo régio forte nos seus espelhos de príncipes. Teóricos que haviam dividido seus esforços na elaboração simultânea de textos que esclarecessem a origem, natureza e atribuições do poder régio e pontifício, com acento na supremacia dos *spiritualia* construindo, no entanto, sua base de unidade assente na tutela do Papado⁹².

Aquino, dominicano desde 1244, tendo antes se formado na Universidade de Nápoles fôra enviado por sua Ordem a Paris para estudar com Alberto Magno e aí, Tomás de Aquino, amigo pessoal de Moebeck, tornar-se-ia o grande intérprete de Aristóteles à luz da Teologia cristã. O frei dominicano escreve extensa obra mais de caráter teológico, interessam-nos, no entanto, dois tratados: *De Regno*, produzido entre 1267-72, um amplo comentário escolástico da obra de Aristóteles no qual destaca a supremacia da autoridade papal. O outro intitulado de *Regiminem Principum*, produzido entre 1265-7, é uma obra dentro do estilo espelho de príncipes, dedicado ao herdeiro do reino de Chipre, na qual Tomás de Aquino afirma-se em direção a um naturalismo político, no qual cada comunidade elegeria a forma de governo temporal que considerasse melhor dentre as formas de governo existentes com um acento na monarquia como a melhor opção. O homem é entendido em sua natureza social e o rei é aquele que governa uma sociedade humana perseguindo o bem comum. Trata-se, naturalmente de uma leitura da filosofia social de Aristóteles e sua aplicação às condições de vida na época medieval. Observamos que um mesmo autor defende, em duas obras quase simultâneas, o equilíbrio dos dois gládios de Gelásio com uma entonação na supremacia papal. A Corte dos reis medievais seria o receptáculo de boa parte destas cabeças pensantes advindas das Universidades que com seus argumentos teóricos construiriam as bases da supremacia dos reis. Luís IX de França forma à sua volta o que a historiografia costuma chamar de grupo de São Luís, cujos pressupostos encontrariam ampla receptividade na Península Ibérica de Afonso X e seus sucessores. Uma das principais referências deste grupo seria Egídio Romano, mendicante, teólogo pela Universidade de Paris, freqüente os cursos de Tomás de Aquino e entre 1258-60 entra na ordem recém criada dos eremitas agostinianos. Já em 1277-9 escreve um tratado homônimo ao de Tomás de Aquino, *De Regimine Principum*, um espelho de príncipes dedicado à formação do delfim Felipe, futuro Felipe, o Belo. As ideias defendidas neste tratado reforçam a racionalidade aristotélico-tomista e afirmam a máxima *rex* quase semideus; uma obra que teve ampla transmissão dentre as Cortes régias e imperial”. FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008, p.187-189.

⁹² FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF:

Conforme verificamos nas diversas teorias relacionadas aos gládios, o século XIII, e isso pensando no contexto de Afonso X, se demonstra uma época de fortalecimento do poder temporal em relação ao espiritual. O temporal não mais desejava, portanto, continuar se submetendo à autoridade irrestrita do Papa; queria se tornar, ele próprio, fonte de poder e autoridade na sociedade cristã.

1.7. ÚLTIMAS CIRCUNSTÂNCIAS DO GOVERNO DE AFONSO X

O desentendimento com o Papa Gregório X e a súbita morte do seu primogênito, Fernando de La Cerda, infelicidades ocorridas no mesmo ano, 1275, acabaram ocasionando grande reviravolta no comportamento do rei Afonso X em relação à vida e à política: a partir de então, ele passa a se dedicar aos vários problemas, internos, do reino de Leão e Castela⁹³. Porém, a situação não melhora.

No ano de 1276 morre o rei de Aragão e sogro de Afonso X, Jaime I. Na sequência desse acontecimento, Sancho, filho de Afonso X, inicia uma procura por aliados: queria convencer o seu pai a ele se tornar o novo rei de Castela. Os nobres estavam, por essa época, muito divididos: os Haro apoiavam Sancho, enquanto que os Lara indicavam os infantes, filhos de Fernando de La Cerda. Por sua vez, o novo rei da França, Felipe III, irmão da viúva de Fernando de La Cerda, Blanca, estando no controle de Navarra, posicionava-se a favor dos infantes de La Cerda tendo em vista seu interesse em vigiar o poder castelhano; enquanto que o reino de Aragão

Capes, 2008, p.189. Nesta mesma questão, José Antônio de C. R. de Souza afirma: “A monarquia papal era tida como a forma mais perfeita de governo, dado inspirar-se em Deus, senhor único do universo, o qual o dispôs harmonicamente através duma única lei, a divina, em si mesma eterna e imutável. Tal paradigma devia igualmente aplicar-se ao corpo eclesiástico, no qual, desde então, o Pontífice Romano ocupa o primeiro lugar. Baseado no mesmo princípio, o pensamento político medieval da segunda metade do século XIII, que irá brotar da pena de Tomás de Aquino, conquanto diferentemente respaldado na Metafísica, na Ética e na Política de Aristóteles, proporá a monarquia como a melhor forma de regime político ou governo temporal”. SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. **O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)**. José Antônio de C. R. de Souza e João Morais Barbosa (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 12-13.

⁹³ SANCHEZ PEREZ, José A. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: M.Aguilar Editor, 1944, p.42. SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.271-316. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio – Historia de un reinado (1252-1284)**. Burgos: La Olmeda, 1999, p.45. Neste ano também Afonso X adoeceu em Montpellier e Vitoria. Destaque que depois do “fecho del império”, Afonso ficou gravemente doente de má circulação do sangue nas pernas e de um tumor no maxilar. Por isso ele pede ajuda à Santa Virgem Maria nas suas famosas *Cantigas de Santa Maria*.

estava apoiando a causa de Sancho. Era o chamado “direito de representação”, que constava na jurisdição da época (Partida II, Título XV, Ley II)⁹⁴, que dava aos netos La Cerda o direito na sucessão real. Fernando de La Cerda foi casado com a filha de Luís IX da França, Blanca, e seus filhos estavam sob a guarda da política de Navarra. Porém, nas Cortes de Burgos, isso no ano de 1276, Afonso X, depois de muita conturbação, aponta Sancho como seu possível sucessor; posicionamento contraditório, tendo em vista o documento normativo acima citado; na ocasião, ele teria declarado que antes um homem de Castela estivesse no poder do que pessoas formadas por uma ideologia francesa⁹⁵.

Diante disso, Violante leva os netos para ficarem com seu irmão, o rei de Aragão, Pedro III. Por conta dessa “indicação” por parte de Afonso X, acabou ocorrendo uma guerra entre Castela e Navarra, no ano de 1276. Na sequência, em 1277, Afonso X condenou à morte Dom Simón Ruiz de los Cameros e seu próprio irmão, Dom Fadrique; ambos em função de supostas animosidades contra o rei. Por conta destas execuções, Nuño de Lara, Dom Lope Díaz de Haro e mais alguns nobres acabaram se envolvendo e efetivamente passando para o lado do rei da França, Felipe III. Mesmo pertencendo a famílias tradicionalmente rivais, os Lara e os Haro estavam neste momento exatamente do mesmo lado, juntos no mesmo objetivo político: derrubar Afonso X do poder.

A despeito da trégua de paz estabelecida entre Sancho e Yusuf, em 1276, as animosidades retornaram em 1277-78, ocorrendo uma nova invasão benimarínida ao reino castelhano. Em 28 de junho de 1277, Yusuf desembarcou em Tarifa, passou a Algeciras, e chegou a Ronda; dali, teria seguido em direção de Sevilha; no entanto, apenas contemplou esta cidade, tendo em vista a sua grande proteção pelos castelhanos. Entretanto logo após houve uma tentativa de confronto com os

⁹⁴ "Ley II. Como el fijo mayor ha adelantamiento, e mayoria sobre los otros sus hermanos. Mayoria en nascer primero, es muy grand señal de amor que muestra Dios a los fijos de los Reyes, aquellos que el la da entre los otros sus hermanos, que nascen despues del. (...) Segun Señor Iesu Christo dixo, que todo reyno partido seria estragado, tovieron por derecho q el señorío del reyno, non lo ouviesse si non el fijo mayor, despues de la muerte de su padre. E esto usaron siempre, en todas las tierras del mundo, do quier el señorío ovieron por linaje: e mayormente en España. (...) *E aun mandaron, q si el fijo mayor muriesse, ante que heredasse, si dexasse fijo o fija, que oviesse de su muger legitima, que aquel, o aqlla lo ouviesse, e non otro ninguno*. Pero si todos estos falleciessen, deve heredar el reyno, el mas propinco pariente, que oviesse seyendo ome para ello". AFONSO X. Partida II, Título XV, Ley II. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.44-48. Nosso grifo.

⁹⁵ SANCHEZ PEREZ, José A. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: M.Aguilar Editor, 1944, p.42.

sevilhanos em 3 de agosto de 1277, empresa malfadada. Diante disso, Yusuf voltou para a região de Jerez e novamente para Algeciras; chamou para lhe amparar o sultão de Granada. Porém, a não entrega da região de Málaga ao governante granadino por parte de Yusuf ocasionou uma ruptura entre ambos. Aproveitando-se dessa situação, as Ordens Militares de Castela negociaram a paz com o governante granadino.

Nas Cortes de Segovia, em 1278, Sancho, então com vinte anos, foi reconhecido novamente pelo rei Afonso X como seu futuro sucessor; com essa confirmação, Dom Lope Díaz de Vizcaya e Dom Lope Díaz de Haro acabam retornando para Castela. Porém, Violante continuava mantendo em Aragão os netos La Cerda e a nora Blanca. Em abril de 1278, Afonso X ficou gravemente doente; seu retorno à vida, na ocasião, fora atribuído a um milagre da Virgem Maria. Imediatamente no ano seguinte, em 1279, Afonso X, se encontra em Algeciras, em batalha novamente contra Yusuf; na ocasião, Sancho pede ao almojarife mayor de Castela, o judeu Dom Çag de la Meleha, que envie uma soma em dinheiro para o reino de Aragão, em troca do retorno de sua mãe; soma, aliás, que deveria ir para o fundo de guerra; a Rainha Violante acaba retornando em julho deste mesmo ano. Em 1280, após uma série de conflitos, Afonso X acaba descobrindo este “desvio” do fundo bélico; imediatamente, ordena a destituição do cargo e a morte do judeu Dom Çag de la Meleha, e tudo isso frente à residência de Sancho; este, porém, não estava em casa no momento. Para Sancho, logo que tomou conhecimento do ocorrido, seu pai Afonso X estava ficando louco...⁹⁶.

Em 1281, realizaram-se as Cortes de Sevilha. No meio de todos esses acontecimentos, a relação de Afonso e Sancho se deteriorava profundamente; Sancho, então, orquestrou uma rebelião contra o seu pai, aderindo à sua causa muitos nobres, e também o sultão de Granada. Foram aliados de Sancho: rei Dom Dinis de Portugal (neto do rei Afonso X), rei Dom Pedro III de Aragão (seu tio), Dom Pedro / Dom Juan / Dom Jaime (seus irmãos), as Ordens Militares (Calatrava, Uclés, Santiago, Hospitalários, Templo) e os principais líderes da nobreza, Lope Díaz de Haro, Dom Fernando Pérez Ponce, Dom Ramiro Díaz, Dom Pedro Páez de Asturias,

⁹⁶ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografia**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.100.

Dom Ferrán Rodríguez de Cabrera, bispos, abades e a sua mãe, a Rainha Dona Violante.

A deposição de Afonso X por este grupo deu-se em Valladolid, em 21 de abril de 1282. Claro, Afonso X não compareceu, pois simplesmente não aceitava; a partir deste momento, Afonso X assumiu uma postura defensiva, alegando ter ocorrido um ato de usurpação por parte do infante rebelde. Afonso X, estacionado em Sevilha, pediu ajuda através de cartas para: seu neto Dom Dinis (rei de Portugal), seu cunhado Dom Pedro III (rei de Aragão), Eduardo I (rei da Inglaterra), Felipe o Atrevido (rei da França) e para o Papa Martín IV; nenhum dos reis, porém, lhe ajudou efetivamente; somente o Papa permaneceu ao seu lado, declarando o seu sentimento de reprovação diante das ações tomadas por Sancho. Realmente, o Papa Martín IV condenou muito a rebelião de Sancho: o excomungou e colocou o reino em interdito. Diante deste cenário, Afonso X pediu ajuda ao emir do Marrocos, Ibn Yusuf. Este, claro, aceitou, pois queria aproveitar o botím. Afonso X tinha o apoio das cidades de Sevilha e Toledo. Yusuf desembarcou em Algeciras no dia primeiro de julho de 1282; junto com Afonso X, arrasaram a resistência rebelde em Córdoba e mais outras partes da Andaluzia. Afonso X resgatou o apoio de parte da nobreza; assim, fortaleceu o poder e aplicou a retirada da herança de Sancho em 8/11/1282 – “ato de maldição e desherdamento”, como ficou conhecido.

Deste momento datam os testamentos de Afonso X: o primeiro deles, de 08/11/1283, reafirmava e defendia a sua política; nele também acabou citando Sancho como seu possível sucessor, mas não claramente; o segundo, de 24/01/1284, tratava sobre temas particulares do reino, dentre estes a divisão das heranças: para Beatriz de Portugal, deixou Niebla; para Dom Juan, Sevilha; no entanto, agora, voltava atrás e concedia novamente o direito de “herdamento”, ou seja: a sucessão ao trono real poderia ir para os infantes La Cerda, conforme previsto em *Las Siete Partidas*. A respeito de Sancho, o rei Afonso X concedeu perdão ao filho apenas algumas semanas antes de morrer⁹⁷; para ele, as ações tomadas pelo filho foram graves atos de rebeldia, todas elas fruto de sua imaturidade política. Pois bem, como sabemos, foi Sancho, “o Bravo”, o homem

⁹⁷ Decisão do último testamento de Afonso X em que o rei considerou a lei de tradição consuetudinária como a ser implantada para determinar Sancho como próximo governante do reino de Castela. In: Testamento de Afonso X. Edição de Manuel González Jiménez. **Crónica de Afonso X**. Real Academia Alfonso X El Sabio, 1998, p. 247.

posteriormente designado rei de Leão e Castela, assim continuando com a Dinastia de Borgonha. O rei Afonso X morreu na primavera de 1284, em Sevilha, sob os cuidados e zelo de sua primeira e amada filha, Dona Beatriz de Portugal.



Sepulcro do rei Afonso X na Catedral de Sevilha⁹⁸

1.8 O DIREITO COMO SUPORTE À AFIRMAÇÃO RÉGIA

Levando-se em consideração os dados de contexto apresentados, podemos levantar algumas considerações a respeito do trabalho jurídico desenvolvido por

⁹⁸ Imagem do Sepulcro do rei Afonso X na Catedral de Sevilha: es.wikipedia.org (Acesso em 12/08/2015).

Afonso X⁹⁹. Inicialmente, podemos considerá-lo, dentro de suas características gerais, como parte fundamental dentro de um projeto político maior, administrativo, do rei Afonso X; e nesse projeto, ele muito provavelmente visava a dois objetivos principais: o primeiro deles, a organização social e a estabilidade do reino, com a sua efetiva centralização política; e o segundo, a garantia de sua autoridade e legitimidade não apenas como monarca castelhano, mas também como possível novo Imperador do Sacro Império Romano Germânico – reafirmando o gládio temporal. Nesse sentido, o documento normativo referencial, *Las Siete Partidas*, responderia aos mais práticos interesses de Afonso X em relação ao seu governo, à época política em que viveu. De fato, como verificamos, a situação interna do reino necessitava de cuidados; e isso tendo em vista não apenas os problemas decorrentes da diversidade religiosa da população, mas principalmente por conta dos constantes requerimentos, muitas vezes violentos, da nobreza castelhana; ao mesmo tempo, como também verificamos no contexto, Afonso X não abriu mão de sua possibilidade ao trono imperial, envolvendo-se na disputa até as últimas consequências. Antes de levarmos todas essas importantes considerações para o nosso trabalho de análise da fonte, devemos ainda estabelecer outros importantes pontos de reflexão a respeito da obra legislativa de Afonso X. Nesse sentido, ao longo do próximo capítulo, propomos uma análise: a importância dos estudos na área do Direito que surgem no Ocidente Latino a partir do século XI. Ganham destaque, nesse universo, as atividades desenvolvidas na Universidade de Bolonha, berço de alguns dos mais importantes juristas da época. Veremos como Afonso X

⁹⁹ Governar é aplicar a Justiça. A aplicação do Direito pelo Rei o legitima em suas ações políticas e militares. O Rei tem a obrigação de distribuir justiça para o Bem Comum do seu povo. Como afirma Ernst Kantorowicz: "É evidente que a doutrina da teologia e da lei canônica, ensinando que a Igreja, e a sociedade cristã em geral, era um '*corpus mysticum*' cuja cabeça é Cristo', havia sido transferida pelos juristas, da esfera teológica para a do Estado, cuja cabeça é o rei". KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.26. Também Walter Ullmann sinaliza: "Como sucedía con todos los oficios públicos, el problema crucial de la realeza medieval era el del origen de su poder. Dónde residía originariamente? En una primera época hemos visto que la sede del poder público y, por tanto, del poder real estaba ubicada - aun cuando se da al término un alcance restringido - en el cuerpo electoral, en el pueblo. Pero esta concepción ascendente de gobierno cedió su lugar, casi imperceptiblemente, al punto de vista descendente, cuya expresión más clara era la de *Rex Dei Gratia*. El rey por la gracia de Dios se había reconocido libremente a Dios como la fuente de su poder real". ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Versión española de Graciela Soriano. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p.121. Cf: PROCTER, Evelyn S. **Curia y Cortes en Castilla y León**. Madrid: Ed. Cátedra, 1988, p. 110.

também recorreu e trabalhou com juristas, ao mesmo tempo em que impulsionava as atividades de conhecimento em Castela, na Universidade de Salamanca, e também na cidade de Toledo, na Escola de Tradutores.

CAPÍTULO II

O DIREITO MEDIEVAL: DE BOLONHA A CASTELA

2.1. SOBRE A UNIVERSIDADE DE BOLONHA: UM MODELO EM SURGIMENTO

Bolonha, século XI. Nossos olhos voltam-se ao passado medieval para contemplar essa cidade, considerada a maior das Comunas e capital da região da *Emilia Romagna*, situada entre o rio Reno e o rio Savena, no norte da Península Itálica. Bolonha tornou-se na Idade Média um centro por excelência de estudos jurídicos, abrigando os livros de leis (*libri legales*) e contribuindo para uma renovação dos estudos nesta área. Sobre o Direito, propriamente dito, houve uma constante preocupação por parte dos escrivães, notários, homens do Direito e juízes na construção de uma ciência normativa, que fosse modelar e plena; nesse sentido, o Direito Romano (*ius romanum*) continuava uma tradição válida, preservada em diversos colégios jurídicos, a exemplo daqueles de Paris, Pisa e Ravena. Bolonha, por volta do século XI, seguia essa mesma tradição do Direito Romano¹⁰⁰. Porém, o destaque aos mestres de Bolonha se deve, principalmente, ao trabalho de sistematização e aplicação das leis que fora desenvolvido por eles. Dentre esses mestres, alguns nomes se destacaram, a exemplo de Pepone e Irnério. Esses mestres jurídicos de Bolonha acabaram recebendo um grande número de alunos, advindos de várias regiões do Ocidente; muitos destes, aliás, espalharam esse conhecimento para diversos reinos europeus. No seguimento de nosso estudo, propomos acompanhar as contribuições de Bolonha, para o desenvolvimento dos estudos jurídicos medievais, vislumbrando as renovações em curso nesse período.

Por volta de 1067, Bolonha contava com centros de estudo do Direito, ao lado da escola episcopal das sete artes liberais: o *trivium* (Gramática, Retórica e Lógica) e o *quadrivium* (Teoria Musical, Astronomia, Aritmética e Geometria). Após uma década, em 1080, destacava-se cada vez mais o mestre de leis Pepone, ganhando fama na cidade; diante disso, em 1088, foi realizada a primeira tentativa

¹⁰⁰ Esta pertencente à escola romana de 425, a qual possuía em seu íterim o ensino do Direito Romano acerca do *Código Teodosiano* e do *Código de Justiniano* ao lado da Legislação Lombarda que seguia o *Edito de Rotharis* (*Volumina de Liutspad*, 755). PIMENTA, Leticia Pereira. O renascimento do Direito Romano e a gênese do estudo científico do Direito no Ocidente Medieval. **Revista Aedos**. n. 2, p.332, 2009.

convencional de se formar a Universidade de Bolonha, pois na época também estavam surgindo outras faculdades. No entanto, foi apenas em 1115 que a Universidade de Bolonha foi reconhecida, e isso por conta dos esforços da Condessa Matilde¹⁰¹. Durante todo esse momento inicial da construção da Universidade de Bolonha, buscavam-se as leis civis, com a iniciativa do professor Pepone¹⁰² e da Condessa Matilde.

Após a iniciativa marcante e todo o grande trabalho desenvolvido pelo professor Pepone na área do Direito, a Universidade de Bolonha recebeu em seus quadros o mestre Irnério, homem posteriormente denominado “a luz do Direito” (*lucerna iuris*)¹⁰³. De fato, ele se tornou um grande renovador do Direito Medieval, atraindo para a cidade de Bolonha quantidade surpreendente de estudantes; dentre suas várias contribuições, Irnério foi considerado o iniciador do ensino de glosa do Direito Romano. Após Irnério, continuaram surgindo outros importantes mestres e glosadores, a exemplo de Accursio e Graciano; todos eles colaboraram para que a Universidade de Bolonha fosse considerada, então, a “mãe das leis” (*legus mater*). O mestre Graciano, ademais, consolidou a fama da instituição bolonhesa, tendo sido ele o responsável por reunir o Direito Canônico ao Civil¹⁰⁴. Também fizeram renome os glosadores Placentin e Asson; ambos tiveram por tarefa reunir, classificar,

¹⁰¹ Consideramos a Condessa Matilde (1046-1115), filha de Bonifácio II, duque da Toscana. Depois da morte do pai em 1052 e de seus dois irmãos (1055) tinha sob sua administração a região da Toscana e a Emilia Romagna (onde a capital é Bolonha). Ela também estava envolvida na querela entre o Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Henrique IV e o Papa Gregório VII. Apesar da condessa ser papista tentava realizar o diálogo entre estes dois homens de poder. LOUREIRO, Maria Amélia Salgado (coordenação geral). **História das Universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1975, p. 40.

¹⁰² Considerado o primeiro grande professor na Universidade Bolonha. Informação do site da Università di Bologna. In: <http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm> (Acesso em 03/12/2012).

¹⁰³ Informação do site da Università di Bologna:
In: <http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm> (Acesso em 03/12/2012).

¹⁰⁴ “O Papado, percebendo o peso do trunfo de seus adversários, como hábil estratega, fará a definitiva adoção do Direito Romano Justinianeu ao seu iniciante Direito Canônico, que começava a se organizar também neste século XII. Surgia, desta junção, o Direito Comum, o ‘Utrumque lus’, ‘um e outro direito’. Quando uma questão se relacionasse a matéria temporal, seria aplicada a parte do Direito temporal contida no Direito comum, ou seja, o Direito Romano Justinianeu. E, quando a questão fosse espiritual ou doutrinal, seria aplicado o Direito espiritual contido no Direito Comum, ou seja, o Direito Canônico. O Direito Romano só não será aplicado quando contrariasse o Canônico. Além disso, esta adoção do Direito Romano Justinianeu favorece também o fortalecimento do poder dos monarcas. As concepções centralizadoras do poder imperial serão transferidas para a figura régia, gerando a ideia de que os reis, no plano jurídico-político, dentro do seu reino, são imperadores”. FERNANDES, Fátima Regina. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, p.38-39.

organizar e conciliar os trabalhos dos mestres antecessores – dentre os quais estavam Irnério, Accursio e Graciano – comentando por glosas diversas partes do *Corpus Juris Civilis*.

Todo esse trabalho dos referidos mestres juristas acabou provocando uma ação do Papado, que patrocinou ainda mais intensamente as atividades dentro da Universidade de Bolonha; de fato, os estudos jurídicos laicos desenvolvidos ali poderiam favorecer possíveis pretensões dos Imperadores do Ocidente. Foi nesse sentido que, no ano de 1140, o clérigo Graciano acabou publicando uma obra intitulada *Decreto*; nela, estavam presentes decisões conciliares e pontificais. Essa obra foi comentada por glosadores, à maneira feita pelos bolonheses civilistas, e posteriormente também estendida por compilações aprovadas pelo Papado. Esse trabalho constituiria, enfim, o núcleo do chamado *Corpus Juris Canonici*.



Universidade de Bolonha¹⁰⁵

¹⁰⁵ Imagem da Universidade de Bolonha. In: viagem.catracalivre.com.br (Acesso em 12/08/2015).

Dessa forma, aliando o Direito Civil e o Direito Canônico, a Universidade de Bolonha transformou-se no principal centro formador e irradiador do conhecimento legislativo da Idade Média¹⁰⁶. Para esta região partiram muitos *homens de saber* (essa uma denominação utilizada por Jacques Verger¹⁰⁷) na sua maioria clérigos, mas também homens civis que já lidavam com suas funções jurídicas, de vários reinos medievais (castelhanos, portugueses, aragoneses, franceses, ingleses, germânicos) que desejavam aprender para depois retornarem aos seus reinos (ou outros) e/ou para outras Universidades, para propagarem o ensino das leis conforme o estilo bolonhês buscando renome. Por exemplo, no início do século XIII, o sucesso era tão grande do ensino de Direito em Bolonha que esta instituição já abrigava cerca de dez mil alunos (em sua maioria, estrangeiros), dentre os quais se encontravam arcediagos, cônegos de catedral, chefes de escolas, juristas reais; ou seja, muitos funcionários do poder espiritual ou temporal.

A Universidade de Bolonha, no período em que recebia os devidos cuidados do Papa Eugênio III (1143-1153), possuía estudantes que sofriam por não receberem proteção com relação aos mandos e desmandos dos conselheiros da Comuna. Ou seja, a permanência dos estudantes na referida instituição e as suas atividades como aprendizes eram constantemente prejudicadas; ademais, lidavam com a exagerada quantia a ser paga pelos dormitórios de acomodação, alugados pelos proprietários e conselheiros da Comuna. Diante desse quadro, uma atitude interessante foi tomada: os estudantes e seus mestres se reuniram e recorreram à proteção do Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Frederico Barba-Ruiva (1122-1190). A busca por auxílio deu certo, pois o Imperador creditou a eles uma causa justa. Assim, o Imperador Frederico Barba Ruiva, que tinha por territórios também a região de Bolonha, concedeu em 1158 aos estudantes e mestres proteção suficiente para terem aulas com tranquilidade e moradias seguras, sem os recorrentes abusos por parte dos proprietários e conselheiros da cidade. Esses privilégios foram estabelecidos no documento *Authentica Habita*, e se tornaram válidos da mesma forma em todas as instituições de ensino existentes no Sacro

¹⁰⁶ FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. **Revista História: Questões e Debates**.n. 41, p.73-83, Editora UFPR, 2004.

¹⁰⁷ VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2. ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

Império Romano Germânico¹⁰⁸. Com este ato o Papa Adriano IV (1100-1159) conferiu ao Imperador Frederico Barba Ruiva grande destaque: além de um famoso homem da espada, também um governante apoiante das artes, do estudo. No mesmo ano de 1158, coincidência ou não, surgiu a primeira organização sistemática de leis civis e leis canônicas, realizada por quatro discípulos doutores de Irnério: Bulgaro, Martino, Jacopo e Ugo¹⁰⁹.

O Estudo Geral de Bolonha (o qual se tornou exemplo para outras Universidades, tais como a de Paris e a de Salamanca), era formado por um conjunto de escolas (Estudio General); cada uma delas possuía uma *societas*: esta que era chefiada por um mestre, um *dominus*, detentor de jurisdição sobre os alunos, os chamados *socii*. O Imperador Frederico Barba Ruiva foi quem reconheceu, formalmente, a existência das *societas*. O *dominus* (mestre) era também recompensado por seus alunos, prática que ficou conhecido como *collectae*. O ensino dado pelo mestre consistia, de modo geral, em um trabalho com o *Corpus Juri Civilis* e com o *Corpus Juri Canonici*; por conseguinte, o aluno passava pelo crivo dos formados doutores na instituição. Se aprovado por esses homens, era concedida ao aluno a formatura; nesta ocasião lhe era declarado uma licença para ensinar Direito em Bolonha.

Não apenas o Direito, mas também outros ramos do saber foram cultivados dentro da Universidade de Bolonha, tais como: a Retórica (também chamada de Belas Artes), a Medicina, a Astronomia, a Física e a Matemática. Os estudantes em Bolonha se organizavam em uma corporação dividida em “nações” (cada grupo formado por uma etnia própria): a dos pertencentes à Península Itálica (os *citramontani*) e dos que vieram das regiões além Alpes (os *ultramontani*). Cada uma das “nações” elegia um ou até dois conselheiros, os quais, por sua vez, nomeavam por ano um “estudante-reitor”. Para ser eleito, este devia possuir vários pré-requisitos: ser clérigo, com idade mínima de vinte e quatro anos, cursar o quinto ano de Leis e usar um traje específico.

A nomeação do reitor acontecia em uma catedral, depois da qual ocorria uma procissão e um banquete. Interessante que o novo reitor da Universidade de Bolonha deveria presentear aos estudantes e mestres com alianças e também pares

¹⁰⁸ PIMENTA, Letícia Pereira. O renascimento do Direito Romano e a gênese do estudo científico do Direito no Ocidente Medieval. **Revista Aedos**. n. 2, p.332, 2009.

¹⁰⁹ LOUREIRO, Maria Amélia Salgado (coordenação geral). **História das Universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1975, p. 39-41.

de luvas para os torneios¹¹⁰. A função do reitor era equilibrar as relações entre os estudantes e professores, bem como a relação externa da Universidade de Bolonha para com a Comuna, o Império e o Papado, em busca de privilégios para o instituto advindo dessas autoridades.

Portanto, a própria *Universitas Scholarium* elegia seus mestres e reitores. Toda essa organização seguia uma funcionalidade ritmada e convertia a Universidade de Bolonha em um modelo a ser seguido. Porém, essa harmonia foi perturbada pelos conflitos entre guelfos e gibelinos; de fato, por conta da disputa pela coroa de Imperador do Sacro Império Romano Germânico, situação deixada em aberto após a morte de Henrique V (1125), surgiu o conflito entre os denominados guelfos (que apoiavam o Papado e a casa real dos Welfen) e os gibelinos (partidários da casa dos Hohenstaufen). Quando ocorreu a primazia dos guelfos no conflito (o qual se fazia sentir em Florença e em Bolonha), este grupo tentou proibir, através de forte pressão diretamente na Comuna, o ingresso dos gibelinos na Universidade de Bolonha; algo que não se concretizou: Frederico Barba Ruiva (proclamado rei da Península Itálica desde 1155 pelo Papa Adriano IV e apoiado pelos gibelinos) impediu esse desmando sobre a Comuna em 1158 (incluindo essa prerrogativa no documento *Authentica*), assim deixando livre a entrada e saída de mestres e alunos da Universidade de Bolonha. No entanto, a referida instituição de ensino iria sofrer ainda no século XIII a tentativa dos guelfos negros (os quais apoiavam o Papado contra o Imperador), em ascensão no poder na Itália, em proibir os guelfos brancos (considerados moderados, pois não se posicionavam totalmente em favor do Papa ou do Imperador) de entrarem em Bolonha.

A manutenção dos estudantes e mestres na instituição era garantida por uma forte jurisdição interna: por meio da proteção que emanava da corporação estudantil, eles eram preservados do combate direto com os desejos da Comuna; ao mesmo tempo, eles também eram isentos do pagamento de impostos, serviços e contribuições que os cidadãos normalmente deviam à Comuna. A respeito desses estudantes, eles se encontravam em reuniões para averiguar os horários de chegada dos professores em aulas e observavam atentamente as cópias de livros feitas por copistas e livreiros. Os estudantes, portanto, se organizavam para

¹¹⁰ LOUREIRO, Maria Amélia Salgado (coordenação geral). **História das Universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1975, p. 44.

poderem se defender de ataques da Comuna local; ao mesmo tempo, demonstrarem respeito por seus protetores: a instituição eclesiástica e o Império. Como podemos verificar, ainda no século XIII, a Universidade de Bolonha não havia garantido sua plena autonomia (tão desejada pelos clérigos e pelo Império Sacro Romano Germânico), pois ainda se encontrava sob a mira da Comuna. Entretanto, como o Direito Canônico ganhava força na Universidade de Bolonha, a Igreja acabou também contribuindo para uma maior atenção a esse local de erudição. Por conta do Papa Alexandre III, as relações entre a instituição eclesiástica e as corporações de estudantes foram se estreitando; já em 1219, o Papa Honório III passou a defender mais de perto a Universidade de Bolonha. Portanto, no século XIII, foco de nosso estudo, a presença papal ganhou terreno em Bolonha, e isso em claro detrimento da influência do Sacro Império e da própria Comuna local¹¹¹.

2.2. DE BOLONHA AO REINO DE LEÃO E CASTELA: A TRANSLADAÇÃO DOS ESTUDOS DO DIREITO NA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

Exatamente nesse período, entre os séculos XII-XIII, que muitos outros reinos medievais buscaram inspiração nas teorias e métodos de ensino característicos de Bolonha; ocorreu, dessa forma, uma gradual transladação de conhecimentos jurídicos para outras regiões. São exemplos as Universidades de Paris e de Salamanca. De fato, os reis neste período patrocinavam a criação de Universidades para que seus mestres pudessem, então, indicar leis regulares para os seus respectivos reinos; ou seja, obedecendo a uma clara motivação política. Nesse processo de transladação do saber jurídico da Universidade de Bolonha para os mestres da Universidade de Salamanca, acabou ocorrendo uma fusão entre o saber jurídico bolonhês e as antigas leis do território castelhano, vinculadas à tradição do passado (consuetudinárias)¹¹². Portanto, o desenvolvimento da escola de

¹¹¹ Apenas em 1270 a Universidade de Bolonha teve sua autonomia reconhecida, apesar da Comuna, a partir de 1290, pagar pelas atividades de todos os seus mestres. Somente no século XVI a Universidade de Bolonha teria prédios e uma sede própria; por enquanto, neste período que analisamos, as aulas eram dadas pelos mestres em suas casas.

¹¹² “A lei é fruto de dois elementos: a vontade e a tradição. O direito consuetudinário estabelece os costumes, que pela prática constante, tornam-se norma reconhecida e usual, que pode tornar-se lei. Mas a lei é também resultado de uma vontade, da ação de uma autoridade que vai valorar o costume, avaliar sua validade, corrigindo-o e criando normas que venham preencher lacunas deixadas por este costume. O rei será esta autoridade da qual emanam as leis, e da qual partem as sanções àqueles que não se submetem, às suas prescrições. A uniformização legislativa e jurídica do reino será assim, o ponto de partida da afirmação interna dos monarcas medievais,

Salamanca e sua posterior transformação em Universidade estão estreitamente relacionados à questão da chegada dos estudantes bolonheses (de ascendência hispânica ou não) a essa região, anunciando as novidades jurídicas aos mestres e alunos locais; mas, principalmente, aos reis de Leão e de Castela.

Foi nesse sentido que o rei Afonso IX de Leão (1171-1230), contando com a ajuda do mestre de escola e bispo Berengário, fundou o *Estudio General* em Salamanca, entre 1218 e 1226¹¹³, a qual seguia o princípio das artes liberais. Nesse mesmo período ocorreu iniciativa similar no reino de Castela: o primo do rei de Leão, o rei Afonso VIII de Castela e Toledo (1155-1214), desejou fundar uma Universidade em Valência com mestres vindos de Bolonha e de Paris; porém, essa instituição teve curta duração como escola, entre 1175 até 1212. A fundação da Universidade de Valência se deu tempos depois, em 1499. Ao longo dos séculos XIII, XIV até o final do XV, Valência abrigou vários outros centros de estudos.

O primeiro estatuto do *Estudio General de Salamanca* é de 1243, no qual se fazia constar a proteção real aos mestres e alunos, para além de reconhecer as atribuições jurídicas antes dadas por Afonso IX ao local. Essa ação foi continuada por seu filho, Fernando III (1201 – 1252), rei de Castela e Toledo desde 1217, e rei de Leão a partir de 1230. Podemos dizer, portanto, que desde 1218 vislumbramos a formação de uma Universidade em Salamanca, centro disseminador de ideias¹¹⁴;

amparados nos princípios centralizadores extraídos do Direito Romano Justinianeu e reforçados pela legitimidade concedida pela benção e unção papal”. In: FERNANDES, Fátima R. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990, p. 40.

¹¹³ É considerada pela instituição a data de 1218 como o marco da fundação da Universidade de Salamanca pelo Rei Afonso IX de Leão. In: <http://www.usal.es/webusal/node/675?bcp=conocenos> (Acesso em 10/10/2012).

¹¹⁴ Sobre a Universidade de Salamanca através do site atual da instituição: “En el año de 1218 el rey Alfonso IX de León funda la Universidad de Salamanca, que es considerada como la más antigua de las universidades hispanas existentes. Entre la legislación fundacional de la Universidad salmantina destacan la carta otorgada por el rey Alfonso X, con fecha de 8 de mayo de 1254, por la que se establecen las normativas de organización y dotaciones financieras; y las bulas pontificas de Alejandro IV, expedidas en el año 1255, por las que se confirma la fundación universitaria, se reconoce la validez universal de los grados por ella otorgados y se le concede el privilegio de tener sello propio. La regulación de los estudios y vida académica fue obra del Papado en los siglos medievales (constituciones de 1411, de Benedicto XIII; y de 1422, de Martín V), y del Monarca y su Consejo, a través de la figura de los visitadores, a partir del siglo XVI: estatutos de 1538, 1551, 1561, 1594, 1604 y 1618. Las normativas universitarias consagran ciertos libros, autores y materias, que tendrán vigencia hasta las reformas ilustradas: derecho romano o justinianeo en Leyes; decretales pontificias en Cánones; teología metafísica de escuelas, en Teología; Galeno e Hipócrates en Medicina; la filosofía de Aristóteles en Artes-Filosofía; Euclides y Ptolomeo en Astrología/Matemáticas, y los clásicos latinos y griegos. La Universidad de Salamanca se incorporaría, en el tránsito de los siglos XV y XVI a las nuevas corrientes humanistas, de las que el magisterio de Nebrija es un buen ejemplo. Además, abundaron los manuscritos científicos en algunos colegios, como el Mayor de San Bartolomé,

porém, foi apenas no reinado de Afonso X, rei de Leão e Castela (r. 1252-1284), que essa instituição teve seu crescimento e fortalecimento frente às outras universidades do Ocidente Latino, como a de Bolonha e de Paris. Destacamos aqui que também os Pontífices se interessaram em proteger essa instituição de ensino: em 1255 ela recebeu a proteção eclesiástica, sendo reconhecida sua fundação como Universidade. Nesta ocasião, o Papa Bonifácio VIII (1235-1303) tornou a referida universidade em pontifícia.



Universidade de Salamanca¹¹⁵

vinculados a las cátedras de Filosofía Natural, Matemáticas y Astronomía. Por los años centrales del siglo XVI, la confluencia del Derecho, la Teología tomista, las nuevas lógicas y las lenguas clásicas cristalizan en la llamada “Escuela de Salamanca”, significada en la figura de Francisco de Vitoria. Entre sus aportaciones destaca la reflexión práctica sobre ciertos problemas derivados de la expansión europea y colonización y transculturación americana: naturaleza del poder y de la justicia, derechos de la persona y del Estado, comunidad internacional y derecho de gentes, conflictos internacionales y guerra justa. A los cauces oficiales predominantes de transmisión de conocimientos, en las distintas materias, se añaden otras interpretaciones del saber y el magisterio, como el pensamiento teológico y filológico de Fray Luis de León, que otorgan complejidad y riqueza cultural a la Salamanca del Quinientos”. In: <http://www.usal.es/webusal/pt/node/941?bcp=conocenos>. (Acesso em 10/10/2012). Lembremos que na Universidade de Salamanca temos o uso intenso das obras de Tomás de Aquino.

¹¹⁵ Imagem da Universidade de Salamanca. In: commons.wikimedia.org (Acesso em 12/08/2015).

Fato é que o rei Afonso X protegeu de forma especial a Universidade de Salamanca (valorizada como uma grande universidade em 1243 por Fernando III e depois estabelecida por Afonso X) criando funções como o de “mestre-escola” (responsável por vigiar os mestres e alunos, e ajudar o Bispo a respeito das práticas jurídicas) e de “conservador” (ocupado por nobres ou eclesiásticos, devendo observar o bom funcionamento das atividades em toda a universidade). Tal como a Universidade de Bolonha, a de Salamanca era uma *Universitas Scholarium* e outorgava três títulos: Bacharel, Licenciado e Doutor. O grau de Bacharel era concedido no claustro baixo, o grau de Licenciado era dado na Capela de Santa Bárbara e o grau de Doutor era entregue na Igreja. Afonso se interessava tanto pelas atividades na Universidade de Salamanca que fundou a Faculdade de Artes Liberais (Línguas, Gramática, Aritmética, Retórica, Matemática, Medicina, Música); e claro, patrocinava com destaque a de Direito. Foi por esse ramo, o dos estudos jurídicos, que chegavam as influências do ensino da Universidade de Bolonha.

Entrevemos, portanto, nesse estímulo aos estudos jurídicos um desejo por parte do rei Afonso X para a ordenação de leis e a escrita de livros sobre esse mesmo assunto. Assim, considerando esse grande interesse do rei quanto à propagação do saber legislativo e sua utilização (especialmente, para a sua ação política) a Universidade de Salamanca recebia altos investimentos provenientes diretamente do tesouro real para os estudos escolásticos e jurídicos. Ora, Afonso X desejava se tornar o Imperador de seu reino, e para isso ele precisava fundamentar a sua autoridade e supremacia perante todos os súditos¹¹⁶. De fato, como assinala a historiadora medievalista Fátima Regina Fernandes, as bases teóricas de afirmação da supremacia régia possuíam várias fontes de alimentação, sendo o estudo do Direito, praticado nas Universidades a partir do século XIII, uma delas e a principal¹¹⁷.

¹¹⁶ “A potencial universalidade do conceito de Império seria, especialmente desde o século XIII, apropriada e aplicada nas realidades políticas dos reinos. Essa concepção é recorrente nos tratados doutrinários do estilo *espelho de príncipes* que são, então, sistematicamente produzidos. Afonso X, o Sábio, rei castelhano, resume bem esta apropriação na sua máxima *rex in regno suo est imperator*. As Universidades de Paris e Bolonha tiveram papel determinante ao propiciar argumentos aristotélicos e ciceronianos a essas obras que constituiriam as bases teóricas de supremacia régia”. In: FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008, p.187.

¹¹⁷ “A construção das bases teóricas de afirmação da supremacia régia tem em nosso recorte medieval várias fontes de alimentação. Para além da bagagem de reflexões e teorias consagradas

Porém, a Universidade de Salamanca não se tornou a única fonte de conhecimento jurídico para os trabalhos legislativos de Afonso X: havia também a presença e contato com o grupo de estudiosos franceses do rei Luís IX da França (1214-1270)¹¹⁸. Lembramos também que, durante essa transladação de concepções jurídicas, ocorreu o espraçamento e desenvolvimento da percepção aristotélica medieval¹¹⁹.

pelos pensadores da Patrística que constituía base comum de formação dos pensadores medievais, percebemos que os clérigos, até o século XI monopolizadores do saber e do ensino começaram no século XII a sofrer a concorrência de outros núcleos formadores de cultura e de ideologia, as Universidades. Estas institucionalizam espaços de estudo até então mais restritos. Entretanto, os mosteiros, as escolas urbanas, as catedralícias teriam ainda seu papel, mas os espaços da Academia sistematizavam a rotina e forneciam método à produção do conhecimento. Autorizadas pelo Papado e patrocinadas pelas autoridades temporais, as Universidades deixariam logo de ser apenas freqüentadas pelos clérigos e passariam a ser o núcleo fomentador de teorias e bases argumentativas de institucionalização e ideologização da figura régia. A retomada dos estudos de Direito Romano no século XII da iniciativa da Universidade de Bolonha, arrastaria a um movimento de revisão do *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano, cuja obra secundava, no entanto, seu projeto de *Renovatio Imperii* no Ocidente. Tais estudos forneciam uma base argumentativa laica e seriam o gérmen do “novo” *Ius civile* e do *Ius canonicum*. A grande crítica, já no século XII, de Bernardo de Claraval, à jurisdicionalização das funções pontifícias no *Tratado sobre a Consideração* dedicado a Eugênio III é disto um sintoma. Um fenômeno sem retorno possível, apesar das críticas pertinentes de Bernardo dentro de uma lógica cisterciense, se analisarmos o perfil e as preocupações dos papas que sucederam Eugênio, especialmente Inocêncio III e Inocêncio IV no século XIII. A dialética do conservadorismo na proposta e no discurso cisterciense e a modernidade e o otimismo que impregna o contexto econômico onde esta proposta se aplica é decisiva na compreensão dos fatores de produção cultural medieval”. In: FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a Construção do Conceito de Unidade. **Revista História Unesp**. São Paulo, v. 2, n.28, p.44-45, 2009. Cf: DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)**. Trad. José Saramago. Lisboa: Editorial Estampa, 1979, p. 10; DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. Trad. Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 40. LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Margarida Sérulo Correia. Lisboa: Gradiva, 1984, p. 13. DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 193. Vale a pena inferir a importância do centro de estudos de Múrcia, <http://www.um.es/web/universidad/historia/precedentes-medievales> (Acesso em 20/01/2013).

¹¹⁸ “A corte dos reis medievais seria o receptáculo de boa parte dessas cabeças pensantes advindas das Universidades que, com seus argumentos teóricos, construiriam as bases da supremacia dos reis. Luís IX de França forma à sua volta o que a historiografia costuma chamar de *Grupo de São Luís*, cujos pressupostos encontrariam ampla receptividade na Península Ibérica de Afonso X e seus sucessores”. In: FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008, p.188. Essa transladação dos estudos do *Grupo de São Luís* para a corte alfonsina tem sua importância na medida em que fortalece os pressupostos para a afirmação régia. In: PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los “espejos de príncipes” (1250-1350). **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona, 1995, p.463-483. Ver também: GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Revista Convergência Lusíada**. Real Gabinete Português de Leitura, número 26, jul./dez. de 2011.

¹¹⁹ “Desde el siglo XII las universidades europeas fueron masivamente invadidas por el voluminoso *corpus* integrado por los escritos aristotélicos”. MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Traducción del alemán de Francisco Bertelloni. Argentina: Editorial Biblos, 1993, p.77. O século XIII foi o momento do maior desenvolvimento erudito do aristotelismo averroísta e tomista

2.3. UMA PECULIAR APROXIMAÇÃO AO ORIENTE: A ESCOLA DE TOLEDO

Muitos dos juristas que estudaram em Bolonha na Península Itálica se deslocaram para os reinos de Leão e Castela e Portugal. Aqueles que chegaram a Leão e Castela se estabeleceram na Universidade de Salamanca, onde o rei Afonso X dava substanciais incentivos para a manutenção desta entidade erudita. No entanto, esses mesmo juristas locais (por exemplo, o sábio jurista Jacobo de Las Leyes, o qual auxiliou na escrita de *Las Siete Partidas* com supervisão do rei Afonso X¹²⁰) também entravam em contato com o saber toledano, renovando suas concepções de pensamento. Toledo, sem dúvidas, foi uma cidade muito apreciada por Afonso X¹²¹: local do passado imperial de Wamba (-687), depois conquistado por

nas universidades através, principalmente, do método escolástico. Lembremos também que o movimento de criação das universidades era acompanhado por uma intensa reativação do complexo citadino medieval. In: LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p.93-105; VERGER, Jacques. Universidade. Tradução de Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Coordenador da tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.573-587; BITTAR, Eduardo C. B. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**. Lisboa: CEHLE, ano XII, n.24, pp. 61-103, 2009.

¹²⁰ Outros mestres do *scriptorium alfonsí* que colaboraram com a produção de *Las Siete Partidas* foram: jurista mestre Roldão e bispo Fernando Martínez de Zamora. Segundo Costa: “A atuação de mestre Jacob na redação das *Partidas*, notadamente na parte processual, pôde ser facilmente comprovada pelo confronto dos textos legais, de modo particular da *Partida III*, com os de suas obras, verificando-se que muitas passagens de seus escritos foram transladadas literalmente para as leis e outras com pequenas alterações de redação, mantendo-se virtualmente o seu sentido. As principais obras jurídicas de mestre Jacob, que serviram de fonte para a *Partida III*, foram as ‘Flores de las Leyes’, livro escrito com o escopo pedagógico de preparar o infante D. Afonso, de quem era preceptor, para a majestática função de bem julgar como rei e juiz supremo, e ‘Doctrinal de los juizios’, escrito, também, para servir de guia aos julgadores na direção dos pleitos. O livro ‘Flores de las Leyes’, que é considerado como o primeiro compêndio de direito processual publicado na Península Ibérica, em pleno século XIII, foi traduzido para o português no reinado de D. Dinis”. COSTA, Moacyr Lobo da. **A Revogação da Sentença: gênese e genealogia**. São Paulo: Ícone, 1995, p.107.

¹²¹ A força da presença da cultura toledana afetou até a literatura universal de Cervantes: “No começo do seu Dom Quixote, Cervantes relata como, encontrando-se um dia em Toledo, na rua de Alcana, comprou de um rapaz velhos cadernos escritos em caracteres árabes. Intrigado, mandou traduzi-los por um daqueles mouriscos que ainda freqüentavam as ruas da cidade. O mourisco assim traduziu o título para o castelhano: ‘História de Dom Quixote de la Mancha, escrita por Cid Hamed Ben Engeli, historiador árabe’. Levando ao extremo essa ficção, Cervantes afirma que é apenas o ‘pai putativo’ da obra-prima, descoberta num canto de rua toledana”. CARDAILLAC, Louis. Um minarete em vez de campanário. **Toledo, séculos XII-XIII**. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. *Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.11. NICLÓS ALBARRACÍN, J. Vicente. Toledo, sede del saber y de las culturas. **Tres culturas, tres religiones**: convivencia y diálogo entre judíos, cristianos y musulmanes en la Península Ibérica. Salamanca: Editorial San Esteban, 2001, pp.108-196. “Por sua vez, a História evidencia a oscilação entre conflitos e colaboração nas relações culturais e políticas entre as comunidades religiosas, de acordo com os mais diversos contextos. Por exemplo, encontramos na região mediterrânica medieval um dos maiores testemunhos de convivência e/ou coexistência entre as três religiões monoteístas. É nesta região de trânsito intenso durante a Idade Média que são

Afonso VI de Leão e Castela (rei de Toledo em 1085)¹²² e, por fim, ambiente onde nasceu Afonso X. Toledo, de fato, tornou-se à época um berço da erudição, local de grande dinamismo, conforme Louis Cardaillac expressa:

Toledo na Idade Média, e principalmente nos séculos XII e XIII, que nos interessam particularmente, é muito complexa; pode até se mostrar aos olhos de um homem do século XX sob aspectos aparentemente contraditórios: como pode uma cidade, que está freqüentemente em estado de guerra, ser ao mesmo tempo o centro da tolerância, das três religiões e da cultura? Constatemos primeiro que sua população é muito heterogênea. Após a tomada da cidade, podem-se distinguir múltiplos grupos étnicos-religiosos, especialmente duas minorias religiosas protegidas, os muçulmanos e os judeus, e vários grupos cristãos, os moçárabes, os castelhanos, os francos e os novos convertidos. As relações entre os grupos nem sempre são tranquilas e logo surgem os problemas. Apesar disso, instaura-se um *modus vivendi* que se chama tolerância. Historiadores como Sánchez Albornoz a apresentam como uma originalidade da Espanha medieval, ligada ao duplo fenômeno da Reconquista e do repovoamento. Para poder ocupar o solo e explorá-lo, pedia-se aos mouros que não emigrassem depois da Reconquista e acolhiam-se comunidades judaicas. Não se exigia a conversão dos judeus e mouros, mas pedia-se a eles que fosse súditos leais da Coroa. Assim, a tolerância aparece sob a forma de um estatuto outorgado pelos governantes, que desejam, dessa forma, facilitar a coexistência entre os membros das diferentes religiões. Cada um dos soberanos multiplica os sinais dessa vontade: Afonso VI assume o título de *imbiraturdhu-millatayn*, isto é, 'imperador das duas religiões'. Imita assim um título que era dado aos grandes chefes do Oriente abácida, 'chefe das duas espadas'. Afonso VII, segundo um de seus cronistas, exige, ao entrar solenemente em Toledo, em 1139, ser acompanhado de um cortejo de saltimbancos e músicos cristãos, sarracenos e judeus: cada um devia cantar na sua língua os louvores do soberano. Faz-se chamar de 'imperador das três religiões'. Fernando III, por sua vez, manda

especialmente constatadas situações de conflito, rechaço e perseguições, mas também de colaboração, tolerância e, em consequência disso, de trocas culturais". In: SILVEIRA, Aline Dias da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas *Cantigas* de Santa Maria. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.39. MATTOS, Carlinda Maria Fischer. O céu da corte de Afonso X, o Sábio. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.100. MATTOS, Carlinda Maria Fischer. **A classificação dos seres no 'Lapidário' de Afonso X, O Sábio**. Tese de Doutorado defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008, p. 30. MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. **Signum** 3. Rio de Janeiro: ABREM, 2001, pp.101-132. MACEDO, José Rivair. Afonso, o Sábio, e os Mouros: uma leitura das Siete Partidas. **Anos 90**. UFRGS, v.9, n.16, pp. 71-92, 2001.

¹²² Primeiro grande momento da recepção das obras filosóficas traduzidas pelos judeus e árabes de Toledo que chegam a parte norte do dito Ocidente Latino Medieval.

gravar em seu túmulo, em Sevilha, uma inscrição nas três línguas: árabe, hebraico e castelhano¹²³.

Na cidade de Toledo tivemos o desenvolvimento de grupos de tradução e de estudos clássicos; dentre os autores mais importantes ali trabalhados, destacamos Aristóteles. A partir de Toledo, a relação entre o Ocidente e o Oriente se intensificava no campo do conhecimento¹²⁴, dinamizando as produções intelectuais da época: estas que serviam, sem dúvidas, aos desígnios do patrocinador Afonso X. Os sábios trabalhavam no *scriptorium alfonsí* dentro do Alcázar (ou acompanhando onde estava o rei legislando) e em suas próprias residências toledanas. Esse conhecimento toledano também ficou registrado, principalmente, em duas obras arquitetônicas, na Catedral de Toledo e no Alcázar de Toledo.



Catedral de Toledo¹²⁵

¹²³ CARDAILLAC, Louis. Um minarete em vez de campanário. **Toledo, séculos XII-XIII**. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. *Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.13.

¹²⁴ Conforme Cardaillac, "Toledo faz a ligação entre o Oriente e o Ocidente. Os tradutores toledanos divulgarão as obras de Euclides, Ptolomeu, Hipócrates, Galeno, Aristóteles, os clássicos gregos e latinos. Assim, facilita-se o desenvolvimento das jovens universidades de Salerno, Pádua, Bolonha, Montpellier...Toledo continua sendo uma cidade-farol". CARDAILLAC, Louis. Um minarete em vez de campanário. **Toledo, séculos XII-XIII**. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. *Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.14. Cf: BURCKHARDT, Titus. **La civilización hispano-árabe**. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 10.

¹²⁵ Imagem da Catedral de Toledo (externo) com a mescla do estilo gótico (século XIII – patrocinada por Fernando III e Afonso X), renascentista (etapa posterior, século XV) e barroco (século XVII-XVIII). Imagem, in: commons.wikimedia.org (Acesso em 12/08/2015).



Alcázar de Toledo¹²⁶

Nesse mesmo sentido, Adeline Rucquoi refletia que “La importancia concedida a la razón humana y al ‘conocimiento’ no es ninguna particularidad de la teología cristiana de la época. Merced a la ‘escuela de traductores de Toledo’, las obras de Aristóteles empiezan a difundirse en Occidente, al mismo tiempo que se dan a conocer la filosofía judía y la árabe”¹²⁷. E Daniele Jacquart afirma a importância dos eruditos toledanos, os quais também atraíam outros sábios como os de Múrcia e Valência, e de reinos diferentes para a cidade de Toledo:

Cinquenta anos após a Reconquista da cidade pelos cristãos, Toledo tornou-se um centro de traduções, cuja atividade não pode ser comparada a de nenhum outro na Idade Média latina. A presença de moçárabes e judeus que conheciam o árabe, a possibilidade de ter à mão muitos manuscritos, atraíram eruditos de diferentes países da Europa. Mesmo que a denominação de ‘escola’, durante tanto tempo utilizada, não pareça apropriada, houve, em Toledo, verdadeiras equipes de tradutores, que poderiam ser qualificados de ‘profissionais’¹²⁸.

¹²⁶ Imagem do Alcázar de Toledo (externo). Início da restauração de base romana foi intensa no século XIII – patrocinada por Afonso X. In: www.spain.info (Acesso em 12/08/2015).

¹²⁷ RUCQUOI, Adeline. *El Rey Sabio: Cultura y Poder en La Monarquía Medieval Castellana. Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval*. Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, 1993, p.4.

¹²⁸ JACQUART, Danielle. *A Escola de Tradutores. Toledo, séculos XII-XIII. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.155.

Toledo, portanto, representou um espaço de encontro entre o conhecimento múltiplo¹²⁹ e a efetiva ação da transladação de conhecimentos medievais, pois a cidade era efetivamente uma “escola”:

Talvez melhor do que qualquer outro centro, Toledo manifesta que o encontro entre a ciência árabe e o pensamento latino não consistiu apenas em uma procura de manuscritos e em uma laboriosa tradução, mas que foi também um encontro entre homens vindos de diferentes horizontes. Letrados italianos, ingleses, espanhóis de outras regiões, ali acharam interlocutores cristãos ‘latinos’, moçárabes ou judeus. Essa particularidade explica porque certos tradutores não se contentaram em passar algum tempo na capital castelhana, voltando ao seu país depois de feita a sua colheita, mas ali se instalaram¹³⁰.

Dessa forma, não estamos de acordo com Alain de Libera, quando este afirma que no século XII ocorreram “dois renascimentos medievais”: um autóctone latino (portanto considerado pelo autor um saber “legítimo europeu”) e outro em Toledo (um saber exótico)¹³¹. Consideramos que o autor peca nesse pensamento “orientalista” ao determinar posições separadas para movimentos que ocorreram simultaneamente; consequentemente, quando o autor se utiliza e defende esse pensamento, ele acaba revelando uma postura pró européia. Por tudo isso defendemos, seguindo a historiadora Marcella Lopes Guimarães, que o sentido das “confluências/convergências” entre o saber do Oriente e do Ocidente está mais próximo do que realmente poderia ter ocorrido, sendo resultante dos “trânsitos culturais”¹³²; essa reflexão nos leva a entender que o conhecimento plural literalmente se “derramava” sobre o medievo:

¹²⁹ PRADO-VILAR, Francisco. Arte y diplomacia el discurso del regalo en las relaciones con Oriente. In: **Alfonso X el Sabio [exposición]**. Sala San Esteban, Murcia, 27 octubre 2009-31 enero 2010, 2009, p. 186-189.

¹³⁰ JACQUART, Danielle. A Escola de Tradutores. **Toledo, séculos XII-XIII**. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. *Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.161.

¹³¹ “O segundo renascimento do século XII, aquele que ocorre em Toledo, é de outra natureza. É um movimento de apropriação cultural comparável àquele que conhecera a Bagdad abássida. Ele não ocorre por meio de escolas rivais, confrontando o seu *savoir-faire* e suas invenções técnicas. Ele se desenrola num gigantesco trabalho de tradução, politicamente imprimido pelo bispo de Toledo. Numa terra disputada, os adversários aprendem a conhecer-se. O vencido, novamente, apossa-se culturalmente do vencedor”. LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p.311.

¹³² GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Sintomas de renovação na poética tardo-medieval**. No prelo. 2015, p. 5.

Ainda que Marc Bloch tenha avisado, “uma palavra vale menos por sua etimologia do que pelo uso que dela é feito”, uma sondagem ao étimo da palavra *convergência* pode colaborar para a sustentação desse conceito em lugar de *influência*. Convergência é formada pelo prefixo latino *co* (*cum*) que significa companhia, contiguidade e pelo verbo *vergere*, que significa verter, derramar, pender, ir. No caso, o étimo enfraquece a precedência em favor de um movimento partilhado¹³³.

Compreender essa dinâmica cultural, Ocidente e Oriente, no período que estamos investigando torna-se muito interessante, tendo em vista esse incentivo, declarado, por parte do rei Afonso X em relação a Toledo e sua escola. Sem dúvidas, para a produção legislativa do monarca castelhano convergiram elementos do ambiente erudito no qual estava imersa; dessa forma, ao longo de nosso estudo, especialmente na análise da fonte, buscaremos também as características relacionadas à tradição oriental presentes na obra: especialmente aquelas que contribuíram para a construção do conceito de justiça.

2.4. O DIREITO “MEDITERRÂNICÓ”

Continuando com o debate sobre os elementos constitutivos da obra *Las Siete Partidas*, de Afonso X, cabe destacarmos também a importância referencial das leis do *Corpus Juris Civilis*¹³⁴. Por meio desta obra, uma produção bizantina da época de Justiniano, temos a tradição legislativa romana recepcionada, transformada e adaptada, em diversos aspectos, pelos hispanos em *Las Siete Partidas*. Portanto, no trabalho legislativo de Afonso X temos uma confluência do Direito Romano Bizantino (Justiniano) que dialoga com o Direito Islâmico¹³⁵, Judeu e Cristão na Península Ibérica¹³⁶. Nesse sentido, Aguilera Pleguezuelo afirma:

¹³³ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Sintomas de renovação na poética tardo-medieval**. No prelo. 2015, p.4. Sobre a pluralidade cultural no medievo é válido citar a seguinte obra clássica: HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

¹³⁴ Para essa reflexão agradeço as importantes considerações da Professora Doutora Ana Belén Zaera da Universidad de Salamanca (março de 2015) e do Professor Doutor Francisco Javier Andrés Santos da Universidad de Valladolid (junho de 2015). Conferir também: POLO MARTÍN, Regina. Términos, terras y alfoces en los municipios castellanos de fines de la Edad Media. **Anuario de historia del derecho español**. n.72, pp. 201-324, 2002. GONZÁLEZ ALONSO, Benjamín. Francisco Tomás y Valiente. **Anuario de historia del derecho español**. n. 67, pp. 27-34, 1997. Consulta ao *Corpus Juris Civilis*: <http://droitromain.upmf-grenoble.fr/corpusjurciv.htm> (Acesso 22/03/2015).

¹³⁵ “Sin menoscabar ninguno de los dogmas o valores del Islam, trata de demostrar que, dentro de lo que los juristas musulmanes denominan “fondo común mediterráneo”, existe una clara influencia

Ressalta-se a confluência das leis romanas, judaicas e islâmicas na Península Ibérica: En los Reinos cristianos y musulmanes durante la Reconquista se da la influencia de las ideas judías. Las enseñanzas talmúdicas tomaron altísimos vuelos en las Academias de Córdoba, Granada, Zaragoza, Sevilla y Lucena, surgiendo el ilustre doctor y sabio polígrafo Mosseh Aben Maimún (Maimónides). El Derecho talmúdico tendrá influencia sobre el ordenamiento jurídico castellano en la corte de Alfonso VII, donde se refugian hebreos procedentes de Al-Andalus huyendo de la persecución almohade. La influencia ejercida en España por el Derecho mosaico y talmúdico, representados en el doble elemento de la ley escrita ("Torah") y la ley oral ("Misnah") que integran el organismo jurídico hebraico, ha sido en su mayor parte indirecta, ya sea por estar incorporada al cristianismo, ya por venir traída por el conducto del Derecho islámico¹³⁷.

del Derecho romano en la formación y evolución del Derecho islámico". In: AGUILERA PLEGUEZUELO, José. Derecho Islámico y Derecho Romano. **Revista e-Legal History Review**, n. 9, p. 3, 2010. "La coexistencia del Derecho romano justinianeo con el Derecho islámico en numerosos territorios de lo que hoy denominamos Oriente Medio lleva consecuentemente a preguntarse si hubo relación entre ambos sistemas jurídicos y, por lo tanto, si las normas de Derecho islámico pudieron verse influidas por las del Derecho de mayor vigencia en el tiempo y más evolucionado. Los investigadores occidentales - en su mayoría no juristas - se manifiestan a favor la existencia de influencia del Derecho romano justinianeo sobre el Derecho islámico. Algunos de tales investigadores, caso de Sheldon Amos o Henri Hugues llegan a afirmar que el Derecho islámico no es sino el Derecho romano del Imperio Oriental adaptado al entorno sociológico árabe. Quien primero suscitó que el Derecho islámico estaba esencialmente tomado del Derecho romano fue el arabista italiano Dominico Gatteschi en su libro: *Manuale di Diritto Pubblico e Privato Otomano*, publicado en Alejandría el año 1865". AGUILERA PLEGUEZUELO, José. Derecho Islámico y Derecho Romano. **Revista e-Legal History Review**, n.9, p. 7, 2010. Sobre o espraio do direito romano via Oriente e Ocidente, destacam-se: DUCOS, Michèle. O Direito Romano e a sua Influência. **Roma e o Direito**. Tradução de Silvia Sarzana e Mário Pugliesi Netto. São Paulo: Madras, 2007, p. 135-143. PÉREZ MARTÍN, Antonio. Fuentes Romanas en Las Partidas. **Glossae Revista de Historia del Derecho Europeo**, n. 4, pp. 215-246, 1992.

¹³⁶ AGUDO RUIZ, Alfonso. Notas sobre la Partida 3, 6 y sus precedentes en Derecho Romano. **Revista General de Derecho Romano**, 10, pp. 1-31, 2008. AGUILERA PLEGUEZUELO, José. Derecho Islámico y Derecho Romano. **Revista e-Legal History Review**, 9, pp.1-102, 2010. MAIER, Franz Georg. **Bizancio**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1983, p. 38-81. WELLS, Colin. **De Bizâncio para o mundo: a saga de um imperio milenar**. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

¹³⁷ AGUILERA PLEGUEZUELO, José. Derecho Islámico y Derecho Romano. **Revista e-Legal History Review**, n.9, p.95, 2010. Ainda nesse sentido Aguilera Pleguezuelo argumenta: "Se dio, igual y paralelamente, una influencia en el Derecho hispano-islámico por parte del Derecho germánico-romano, por contacto con los mozárabes, auténtico nexo entre las dos Españas, cristiana e islámica, o por relaciones de paz y guerra con los Estados cristianos. En las escrituras mozárabes de Toledo, (estudiadas especialmente por la profesora María Luz Alonso) en las que es de especial interés la contratación mercantil de los mozárabes, se van a aplicar las normas del *Liber Iudiciorum*. Pero ya no se entienden las palabras en latín medieval y ponen encima de ellas sus términos jurídicos islámicos, que les debía resultar más familiar. Así llegarán a la España cristiana, nuevas modalidades de contratos, caso de la comandita, que a los árabes les había venido de los fenicios. Pero será en forma de nuevas formas de contratación y usos agrícolas la mayor aportación del Derecho islámico al sistema jurídico español. El tecnicismo jurídico de la Edad Media estableció gran número de términos árabes asimilados orígenes de los conceptos encubiertos por esos términos. Algunas de estas palabras viven en nuestro tiempo, otras, verdaderos fósiles, representan instituciones que han desaparecido o denominaciones que han

Francisco Javier Andrés Santos, defende que o Direito Bizantino (justiniano) foi trazido para o Ocidente graças, principalmente, à Universidade de Bolonha. E, como já vimos, dessa escola os princípios legais podem ter sido reelaborados numa realidade mediterrânica e em específico dentro da cultura legislativa ibérica. Vejamos a explicação de Andrés Santos para a chegada do Direito Bizantino no Ocidente:

Como es bien sabido, durante la mayor parte de la Edad Media, Europa occidental permaneció de espaldas a lo que en tiempos constituyó la otra parte del Imperio Romano, es decir, el Oriente greco-bizantino. Las relaciones entre ambas partes del antiguo Imperio oscilaron entre una relativa colaboración frente a enemigos comunes y una abierta hostilidad, pero siempre se caracterizaron por la reserva y la animadversión de Occidente frente a la mayor riqueza y sutilidad de los orientales, progresivamente helenizados. Esta desconfianza de Occidente respecto al mundo bizantino también se manifestó en el campo del Derecho. A pesar de la clara superioridad de las escuelas jurídicas orientales ya desde finales del Imperio Romano, apenas llegaron al Occidente medieval ninguna de las grandes elaboraciones jurídicas de los bizantinos. La única excepción fue, naturalmente, el *Corpus iuris civilis*, la gran compilación de Justiniano, pero incluso ésta corrió el riesgo de caer en el olvido y, de hecho, fue prácticamente irrelevante (lo que de ella se mantuvo) durante la Alta Edad Media y hasta el siglo IX. Sólo a partir de la recuperación de los textos justinianos por la escuela jurídica de Pavia para la reconstrucción científica del Derecho longobardo y, con mucha mayor intensidad, a partir de la utilización del *Corpus iuris* completo por parte de la escuela de Bolonia desde finales de ese siglo como material de estudio e instrucción, puede decirse realmente que la producción jurídica bizantina comenzó a tener alguna influencia en las concepciones jurídicas de Occidente¹³⁸.

Assim, Andrés Santos demonstra a simbiose legislativa na realidade castelhana medieval e aponta três importantes passos: a do Direito Bolonhês (XI-

cedido su puesto a otras más en armonía con las nuevas direcciones de nuestra evolución lingüística. Así la jurisdicción, “alfoz”, y los “alcaldes”, “almozacenes”, “almozarifes”, “almotalafes” “alguaciles”, “zavalmedinas”, etc., recuerdan la organización administrativa y judicial árabe. El régimen de las aguas nos da palabras como “adula”, “ador”, “azud”, “alfarda” etc. De sus instituciones públicas y privadas son las palabras tales como “alhondigas”, “almacenes”, “alfolies”, “almonedas”, “alcabalas”, “aranceles”, “tarifas”, “alesores” y otras tales como “alhobzes”, “albarranes”, “exaricos”, “rabassas”, “baratería”, que viene de la etimología árabe “barata”, falsedad o engaño. Este último, por ejemplo, aparece en las *Partidas*, (VII, 16, 9,16) refiriéndose a los engaños que se hacen en los contratos. En nuestro primer Código (1820) que fue el *Código de Comercio*, (art. 809) se emplea la palabra “baratería” en el sentido de daños provenientes de hechos u omisiones del capitán o tripulación de un buque”. AGUILERA PLEGUEZUELO, José. Derecho Islámico y Derecho Romano. **Revista e-Legal History Review**, n. 9, p.96-97, 2010.

¹³⁸ ANDRÉS SANTOS, Francisco Javier. La recepción del Derecho bizantino en la Edad Moderna a través de los libros jurídicos. **VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita**, vol.2, Alcalá de Henares, 2002, pp.289-290.

XII), a das *Partidas* (XIII) e dos juristas formados no chamado Direito Comum (XIV-XV):

En la Corona de Castilla, por el contrario, la penetración del movimiento romanista encontró mayores dificultades. Pérez Martín ha distinguido tres fases en la presencia del *ius commune* en Castilla durante la Edad Media: 1. Una primera fase (siglo XI y XII) en que se encuentran indicios de recepción de la nueva cultura jurídica, a través de la presencia en Bolonia de estudiantes y profesores hispanos, sobre todo gallegos (lo que es un indicio de la importancia del camino de Santiago para la recepción del Derecho común en los territorios castellanos), y la fundación de la Universidad de Palencia en la segunda mitad del siglo XII. 2. En la segunda fase (siglo XIII) se produce la recepción masiva del *ius commune*, que se manifiesta en la redacción de fueros locales, primero en latín y luego en romance. Pero, sobre todo, se manifiesta en la obra magna de Alfonso X el Sabio, las *Siete Partidas*, totalmente empada de la doctrina romana y canónica. Llegan a Castilla numerosos juristas europeos (sobre todo italianos y franceses) y se fundan Universidades en Salamanca (1218/19) y Valladolid (ca. 1250), que empiezan a formar juristas en la nueva cultura, los cuales van ocupando los puestos principales de la administración real y eclesiástica. A finales de siglo, las fuerzas sociales tradicionales reaccionan contra esta penetración del nuevo Derecho, que pone en cuestión sus privilegios. 3. En la última fase (siglos XIV y XV), la clase de los juristas formados en el Derecho común consigue triunfar plenamente y logra impulsar un nuevo Derecho patrio con importantes elementos de Derecho culto, como fue el caso del *Ordenamiento de Alcalá* (1348), el *Ordenamiento de Briviesca* (1387), las *Pragmáticas de Juan II* (1427) y de los Reyes Católicos (1499) y las *Leyes de Toro* (1505). Sobre estas obras legislativas aplicaron los juristas sus métodos tomados del *mos Italicus*, creando así una sólida doctrina jurídica hispana¹³⁹.

O Direito em língua vernácula produzido na época em que Afonso X gestou *Las Siete Partidas*, com a importante colaboração do judeu Jacobo de las Leyes (m.1264) e do canonista Fernando Martínez:

Así, las primeras obras escritas en España directamente vinculadas al estudio del *Corpus iuris justiniano* fueron diversos tratados de materia procesal escritos en romance castellano, seguramente traducciones de originales latinos del círculo boloñés, como es el caso de las *Flores del Derecho o Flores de las Leyes*, el *Doctrinal de los juicios o la Summa de los nove tempos de los pleytos*, del maestro Jacobo de las Leyes (m. 1294), o la *Margarita de los pleitos* y la *Summa aurea de ordine judiciario* (a pesar de su título, una obra romance que selecciona, traduce y yuxtapone pasjes procesales de autores italianos y franceses), del canonista Fernando Martínez Zamora (m. 1275). Estos autores realizaron su actividad jurídica, en

¹³⁹ ANDRÉS SANTOS, Francisco Javier. Literatura jurídica latina en la España Bajomedieval. Estado de la cuestión y perspectivas. *Revista Iacobvs*, Sahagún (León), n. 15-16, p. 340-342, 2003.

el círculo de Alfonso X el Sabio y es conocida su influencia en la legislación de las *Siete Partidas*, lo cual tal vez explique el uso de la lengua vernácula en vez de la latina, en contraposición a lo que ocurría en otros lugares de Europa. Representan el primer intento de asimilación del Derecho culto europeo y su integración en el Derecho propio de un territorio con débil tradición romanista, como era Castilla¹⁴⁰.

Destarte, é-nos permitido compreender que *Las Siete Partidas* são o resultado elaborado de confluências jurídicas dos romano-bizantinos (leis justinianas), da interpretação veterotestamentária e do contato com o direito islâmico para compreender o “outro”. Trata-se do “fundo comum mediterrâneo” com relação à formação das leis na Península Ibérica.

Pois bem, o que despertou a nossa atenção, no entanto, foi o modo como Afonso X desenvolveu a sua argumentação legislativa: especialmente, buscando fortalecer para si uma autoridade não apenas regional, mas essencialmente “universal”¹⁴¹. De fato, a proposta política de Afonso X, conforme debatemos anteriormente, caminhava em dois sentidos: ao mesmo tempo em que ele procurava manter a unidade e a estabilidade do reino de Leão e Castela, o monarca estava se projetando como possível Imperador do Sacro Império Romano Germânico. E para que conseguisse essa dimensão política universal, Afonso X, no que levantamos como hipótese central, teria investido no conceito de “Justiça”. Dessa forma, acreditamos que *Las Siete Partidas*, documento normativo síntese do pensamento jurídico de Afonso X, estava orientado, em sua construção teórica e ideológica, para a projeção neste monarca de uma imagem em especial: a do rei “Justo”; e atrelado a este conceito, como por simbiose, a ideia de “Sabedoria”. A noção em torno do conceito de justiça, ao que podemos refletir, seria algo que Afonso X acreditava ser compartilhado entre todos, ou seja: um amplo elo cultural do ponto de vista da tradição política. Nesse sentido, considerando todas essas reflexões, damos continuidade ao nosso estudo, passando para a análise da fonte; nosso objetivo será o rastreamento e a caracterização do conceito de justiça elaborado e defendido por Afonso X.

¹⁴⁰ ANDRÉS SANTOS, Francisco Javier. Literatura jurídica latina en la España Bajomedieval. Estado de la cuestión y perspectivas. *Revista Iacobus*, Sahagún (León), n. 15-16, p. 342-343, 2003.

¹⁴¹ ALMEIDA, Cybele Crossetti, Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. In: *Anos* 90, Porto Alegre, Programa de História da UFRGS: 16, p.30, 2002.

CAPÍTULO III

SOBRE O CONCEITO DE JUSTIÇA EM “LAS SIETE PARTIDAS”

3.1 UMA PROPOSTA EM SEUS FUNDAMENTOS: O PRÓLOGO DA OBRA

No desenvolvimento de nossa investigação documental, elaboramos diversos quadros de informação: neles estarão presentes os trechos analisados (conforme o texto original) e uma versão de intermediação, em português. Na sequência de cada tabela e, principalmente, ao final de cada tópico trabalhado, vamos apresentar um pensamento síntese, crítico, problematizando a construção teórica da obra e, especialmente, o conceito de justiça proposto. Neste estudo utilizamos uma metodologia que foi oriunda de uma “provocação intelectual” da Professora Dra. Marcella Lopes Guimarães em ampliarmos o estilo de análise da fonte. Como isso se desenvolveu? A partir de uma metodologia de análise e síntese críticas. Dispomos o método através de tabelas e as reflexões historiográficas na sequência, um tripé, formado pelo documento, pela intermediação e pela análise. O produto foi um modo inovador de análise e reflexão da fonte, pois assim encontramos dados sobre o contexto que de outra forma mais tradicional não resultaria tão profícuo e preciso. Acreditamos em novas formas de abordagem das fontes para que elas nos “falem” sobre elementos do contexto que de uma forma tradicional talvez pudessem ficar no silêncio. Começamos pelo prólogo do documento, momento de introdução ao seu conteúdo legislativo:

	Identificação	Intermediação
Lei	“PROLOGO DEL MVY NOBLE REY DON ALFONSO NOUENO DESTE NOMBRE, SOBRE LA COPILACION DE LAS SIETE PARTIDAS: Dios es comienço, e medio, e acabamiento de todas las cosas, e sin el ninguna cosa puede ser: ca por el su poder son fechas, e por el su saber son gouernadas, e por la su bõdad son mantenidas”. AFONSO X. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín	E logo ao início, temos assinalado que Deus seria o começo, meio e acabamento de todas as coisas; e sem ele, nenhuma coisa poderia então existir: pois, todas elas eram feitas através de seu poder, por seu saber eram governadas e por sua bondade eram mantidas.

	<p>Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“Onde todo ome que algun buen fecho quisiere començar, primero deue poner, e adelantar a Dios en el, rogandole e pidiendole merced, que le de saber, e voluntad, e poder, porque lo pueda bien acabar”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p>	<p>Dessa forma, completa o documento, todo homem que desejasse iniciar uma boa obra, deveria antes de tudo colocar Deus à sua frente, rogando e pedindo a este que lhe concedesse o favor, a sabedoria, a vontade e o poder, para que assim pudesse realizá-la corretamente.</p>
Tema	Prólogo – Introdução	
Conceito	Obra	

Nosso primeiro momento de análise concentra-se no prólogo do documento normativo, no qual buscamos os preceitos fundamentais que orientaram a construção da obra. Os prólogos definem a intenção do comitente do documento. Eles não circunscrevem todo o sentido do texto, que extravasa na sua realização e, não raro, até entra em conflito com os objetivos primeiros, mas é uma peça fundamental, que afirma a inspiração, o desejo. Destaca-se aqui a perspectiva em relação a **Deus**: fonte de poder para todos os homens. Conforme O’Callaghan essa era uma tradição castelhana em que o rei buscava suporte em Deus e que servia para uma ideologia de governo: a ordenação das linhagens¹⁴². Estes deveriam colocá-lo à frente de tudo, para que boas obras fossem realizadas. A obra, portanto, inicia com a dimensão religiosa, consentido da importância de Deus para tudo; reforçando a ideia aristotélica e do neoplatonismo em que Deus é também Razão¹⁴³; em seguida, destaca seu benfeitor:

¹⁴² O’CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 39.

¹⁴³ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.2.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Porende nos don Alfonso por la gracia de Dios Rey de Castilla, e de Toledo, e de Leon, e de Galizia, e de Seuilla, e de Cordoua, e de Murcia, e de laen, del Algarue”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“[...] entendiendo los grãdes lugares q tienen de Dios los reyes enel mundo, e los bienes que del resciben en muchas maneras señaladamente en la muy gran honrra que a ellos faze, queriendo que ellos sean llamados Reyes, que es el su nombre”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E otrosi, por la iusticia que han de fazer para mantener los pueblos de que son señores, que es la su obra: e conociendo la muy gran carga, que les es con esto, si bien no lo fiziessen: no tan solamente por el miedo de Dios que es tan poderoso e iusticiero, a cuyo iuyzio han de venir, e de quien se no pueden por ninguna manera asconder, ni escusar: qui si mal fizieren, no ayan la pena que merecen: ma aun por la verguença e la afrenta de las gentes del mundo que juzgan las cosas, mas por voluntad, que por derecho. E auiendo fabor de nos guardar destas afrentas e del daño que ende nos puede venir”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E otrosi, la muy grande merced que nos Dios fizo en querer que viniessemos del</p>	<p>Na sequência, o documento apresenta Dom Afonso: pela graça de Deus, rei de Castela, Toledo, Leão, Galícia, Sevilha, Córdoba, Múrcia, Jaén e do Algarve.</p> <p>1) o rei Afonso, entendendo os grandes lugares que possuem os reis, através de Deus, neste mundo; e os bens que receberiam de Deus, das mais diversas maneiras, na tão grande honra por eles auferida; e por serem chamados reis, que é o seu próprio nome.</p> <p>2) e pela justiça que os reis deveriam cumprir para manter os povos de que são senhores: esta que, enfim, tornaria-se a obra deles; uma tarefa penosa, mas que deveria ser praticada, e não somente pelo temor a Deus, tão poderoso e justiceiro, a quem eles sempre viriam em juízo, e do qual eles não poderiam se ocultar ou desculpar; mas sim devido à vingança e ao confronto das pessoas no mundo: as quais julgam as coisas através da vontade, e não por meio do Direito; e assim, portanto, os reis estariam cumprindo com o favor de proteger a todos do dano que essas afrontas causariam para manter os povos.</p> <p>3) e pelo grande favor de Deus em querer colocá-los</p>

	<p>linage onde venimos, e el lugar en que nos puso, faziendonos señor de tantas buenas gentes, e de tan grãdes tierras, como el quiso me ter so nuestro señorío. Catamos carreras porque nos, e los q despues de nos reynassen en nuestro señorío, sopiessemos ciertamete los derechos para mantener los pueblos en lusticia e en paz”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“Otrosi, porq los entedimietos delos omes q son departidos en muchas maneras se acordassen en uno, co razo verdadera e derecha, para conocer primeramete a Dios, cuyos son los cuerpos e las almas q es señor sobre todos, e de si a los señores teporales, de quien rescibe bien fecho en muchas maneras: cada vno en su estado, segu su merescimieto”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“Otrosi, q fiziesse aqllas cosas q fuese tenidas por buenas, e de q les viniesse bie: e se guardasse de fazer yerro q les estuviesse mal, e de q les pudiesse venir daño, por su culpa”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E porq todas estas cosas no podria fazer los omes cuplidamente, sino conosciessse cada vno en su estado, ql es lo q couiene q faga en el, e de lo q se deue de guardar. E otrosi, de los estados de las otras cosas a q deue obedecer”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p>	<p>na linhagem de que vieram, bem como no lugar em que foram postos, tornando-os senhores de tão boas pessoas, em terras tão extensas; e para que os Reis do presente, e os subsequentes, soubessem corretamente os direitos, na busca de manter os povos na Justiça e na paz.</p> <p>4) e para que os entendimentos dos homens, os quais seriam conflitantes de várias maneiras, fossem reunidos em apenas um, com razão verdadeira e direita: para que, assim, se conhecesse primeiramente a Deus e depois aos senhores temporais, dos quais se receberia de várias maneiras, de acordo com o estado e também merecimento de cada um.</p> <p>5) e para que apenas fossem realizadas aquelas coisas tidas por boas, e das quais viessem somente o bem; assim, evitando-se o erro, e também qualquer mal decorrente dele;</p> <p>6) e porque todas essas coisas não poderiam fazer os homens corretamente, caso não conhecessem o seu próprio e respectivo estado, e o que convém a cada um deles fazer e guardar; e, também, para que conhecessem o estado das outras coisas, a quem deveriam necessariamente</p>
--	---	--

		obedecer.
Tema	Prólogo – Introdução	
Conceito	Obra	

O rei está acima das querelas dos nobres, das vinganças pessoais. Estipula o lugar de cada um na sua linhagem, assim mantendo os povos na justiça e paz. Essa é sua tarefa régia: a manutenção da linhagem através da lealdade. O rei unifica em nome do bem os interesses divergentes e reconhece a importância dos senhores temporais.

No seguimento do prólogo, como verificamos acima, o rei Afonso é apresentado e o seu papel, como patrocinador da obra, reafirmado, no compromisso dele em relação a Deus e à sua sociedade. Portanto, de acordo com Ernst Kantorowicz, são estabelecidos pressupostos que visam afirmar a relação de Deus com a pessoa do rei, contribuindo para que este, perante todos, seja entendido como o representante divino na Terra, com a missão da prática da Justiça e do Bem Comum¹⁴⁴. Seguem as justificativas da obra:

	Identificação	Intermediação
Lei	“E fizimos ende este libro, porque nos ayudemos nos del e los otros q despues de nos viniessen conosciendo las cosas, e oyendo las ciertamente: ca mucho couiene a los reyes e señaladamente a los desta tierra, conocer las cosas segund son, e estremar el de derecho del tuerto, e la metira de la verdad ca el q no supiere esto, no podra fazer la iusticia bie e cuplidamente, q es a dar a cada	Portanto, o livro em questão teria sido elaborado, ressalta o documento normativo, para que todos, no presente e no futuro, conhecessem, corretamente, as coisas; pois seria conveniente ao rei, e para os demais desta terra, conhecer todas as coisas como elas realmente são:

¹⁴⁴ KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.26. O'Callaghan indica que os cavaleiros nobres que lutavam em prol do Bem Comum morriam em guerras em nome do seu senhor natural e pelo reino de Castela. O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 97. Ver também: ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. **Revista Biblos**. Rio Grande do Sul. n. 21, p. 12, 2007. TATSCH, Flavia Galli. A Iconografia Política do Bem Comum. Os afrescos de Ambrogio Lorenzetti e Orcagna. **Anais do XXXII Colóquio CBHA 2012: Direções e sentidos da História da Arte**. Brasília: UNB, 2012, pp. 1639-1652.

	<p>vno lo q le couiene cuplidamente, e lo q meresce”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E porq las nras getes son leales, e de grãdes coraçones: por esso a menester q la lealtad se matenga co verdad, e la fortaleza de las voluntades con derecho, e con iustitia”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“Ca los reyes sabiendo las cosas que son verdaderas e derechas, fazerlas han ellos, e no consentiran alos otros que passen contra ellas: segud dixo el rey Salomon que fue sabio y muy justiciero, q quando el rey estoviesse en su Cadira de iusticia q ante el su acatamieto se desata todos os males”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“Ca pues q lo entendierte, guardara a si e a los otros, de daño”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p>	<p>para assim separar o direito do torto, a mentira da verdade; pois aquele que não soubesse praticar isso, não poderia fazer a justiça bem e corretamente, ou seja: dar a cada indivíduo o que lhe seria adequado, de seu merecimento.</p> <p>E, ademais, pelo fato que o povo era leal, com grandes corações, seria necessário que a lealdade se mantivesse com a verdade; e a fortaleza das vontades, com Direito, e com justiça.</p> <p>Assim, acrescenta o documento, com os reis sabendo de todas as coisas que seriam verdadeiras, e direitas, eles poderiam então fazê-las, e não consentiriam aos outros que se colocassem contra elas; pois, conforme teria dito o Rei Salomão, homem que foi sábio e muito justo, quando um rei estiver em seu trono de justiça, que diante dele possam se desatar todos os males.</p> <p>E aquele que assim o compreendesse, ressalta a fonte, poderia então guardar a si e aos outros de qualquer dano.</p>
Tema	Prólogo – Introdução	
Conceito	Obra	

Portanto, o rei assume a função, através da obra legislativa que apresenta com inspiração no modelo do rei Salomão, de servir às pessoas com informações verdadeiras (um sentido de História), corretas, sobre tudo no mundo. Condição esta, aliás, imprescindível por parte daquele responsável em atribuir a justiça a todos no mundo, dando a cada indivíduo o que lhe é de direito. Valdeón Baruque ressalta, nesse sentido, Afonso X como um rei legislador que previa a importância das relações de lealdade entre o rei e os nobres para um melhor futuro do reino de Leão e Castela, seguindo a premissa de cada um se estabelecer dentro do que lhe é de direito¹⁴⁵. O fecho do prólogo mantém o tom de reforço à importância da obra em questão como modelo de justiça e de Direito:

Análise	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“E por esta razón fizimos señaladamente este libro: porq siempre los reyes del nuestro señorío se cate enel ansi como en espejo: e vean las cosas q an en si de enmedar, e las enmieden, e segund aquesto q fagan en los suyos”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“Mas porq tantas razones, ni tan buenas como auia menester para mostrar este fecho, no podiamos nos fablar por nuestro entendito, ni por nro seso, para cuplir tan grand obra e tan buena, acorrimos dela merced de Dios e del bendicto su filho nuestro señor lesu Christo, en cuyo esfuerço nos lo começamos, e de la virgen Santa Maria su madre, q es medianera entre nos e el e de toda la su corte celestial: e otrosi de los dichos dellos”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p>	<p>Concluindo o prólogo, o documento normativo reforça a sua existência no sentido de servir aos reis do presente senhorio da mesma forma de um exemplo: que através dele conseguissem perceber o que arrumar, e arrumassem.</p> <p>No seguimento, destaca-se no texto que para a concretização de tão grande e boa obra, recorreu-se ao favor de Deus e de seu bendito filho, nosso senhor Jesus Cristo, e da virgem Santa Maria, sua mãe, e de sua corte celestial;</p>

¹⁴⁵ VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p. 159-166.

	<p>“E tomamos de las palabras e de los buenos dichos q dixerō los sabios, q entendiero las cosas razonadamete, segud natura e de los derechos de las leyes, e de los buenos fueros q fizieron los grãdes señores, e los otros omes sabidores de derecho, en las tierras q ouierō de juzgar”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E pusimos cada una destas razones do couiene. E a esto nos movio señaladamente tres cosas. La primera, el muy noble e bien aventurado rey dō Fernãdo nro padre q era cuplido de justicia e de derecho, q lo quisiera fazer si mas biuiera: e mãdo a nos q lo fiziessemos: la seguda, por dar ayuda e esfuerço a los q despues de nos reynasse, porq pudiesse mejor sufrir la grã lazeria e trabaio q an de mãtener los reynos, los q lo bien quisiese fazer. La tercera, por dar carrera a los omes de conoser el derecho e la razon, e se supiesse guardar de fazer tuerto ni yerro, e supiesse amar e obedescer a los señores q despues de nos viniesen”. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3</p> <p>“E este libro fue começado a fazer e a cõponer, vispera de S. Iuan Baptista, a quatro años e xxiii. días andados del comieço del nro reynado, q comieço quando andava la A Era de Adam en cinco mill e veynte un años Hebraycos, e dozientos e ocheta e siete dias. E la A Era del diluio, en quatro mill e trezientos e cinquenta e tres años</p>	<p>Buscaram-se também todas as palavras dos sábios, que entendiam das coisas de acordo com a razão, segundo a natureza e dos direitos das Leis, e dos bons Foros¹⁴⁶ que fizeram os grandes senhores, e outros tantos homens conhecedores do Direito.</p> <p>E todo esse grande empenho teria sido motivado por três fatores principais: 1) o muito nobre e bem aventurado rei Dom Fernando, muito afeito à justiça e ao Direito, o qual teria solicitado uma continuidade nesses trabalhos; 2) para ajudar apoiar a todos aqueles que, na sequência, reinassem; e para que assim conseguissem enfrentar a dura tarefa e trabalho de governar as suas terras e manter o reino; 3) para oportunizar aos homens o conhecimento do Direito e da razão, no sentido deles evitarem fazer o torto ou o errado; e também para que eles soubessem amar e obedecer aos outros senhores no futuro.</p> <p>Fecha-se o prólogo com a datação do documento, através das eras de Adão, do Dilúvio, de Nabucodonossor, de Felipe da Macedônia, de Alexandre, o Grande, de César, da Encarnação, dos Arauigos, e finaliza com a véspera do dia de São João</p>
--	---	--

¹⁴⁶ *Foro* é considerado certa cidade ou vila que possui jurisdição de um juiz em nome do Rei.

	Romanos, e ciento e cinco dias mas. E la A Era de Nabucodonosor en mill e nouecientos e nouenta e ocho años Romanos, e nouenta dias mas. E la A Era de Felipo el gran rey de Grecia, en mill e quinientos e sesenta e quatro años Romanos, e veynte y dos dias mas. E la A Era del gran Alexandre de Macedonia , en mill e quinientos e sesenta e dos años Romanos, e dozientos e quarenta e tres dias. E la A Era de Cesar en mill e dozientos e ochenta e nueue años Romanos, e ciento e cinquenta dias mas. E la A Era de la Encarnacion en mill e dozientos e cinquenta e un años Romanos, e ciento e cinquenta e dos dias mas. E la A Era de los Arauigos en seyscientos e veynte nueue años Romanos, e trezientos e un dias mas. E fue acabado desde que fue començado a siete años cumplidos”. AFONSO X. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3-4.	Batista, com quatro anos e vinte três dias de governo do Rei Afonso X.
Tema	Prólogo – Introdução	
Conceito	Obra	

Existe aí um vínculo com a tradição linhagística para o “bem reinar” conectando com o passado do rei Fernando III (o líder definidor da conquista cristã na Península Ibérica); e o texto destaca novamente o apoio de Deus à tarefa de composição da obra em questão. Acerca da datação, verificamos a contagem do tempo histórico da subdivisão “eras”. Esclarece Marcella Lopes Guimarães, “a Era de César ou Era Hispânica, cujo início aponta para 1º de janeiro de 38 a.C”¹⁴⁷. Com relação a essa contagem do tempo em “eras”, a Era Hispânica ou Era de César

¹⁴⁷ GUIMARÃES, Marcella Lopes. A *Sétima Idade* de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). **Facetas do Império na História: Conceitos e métodos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, p. 204, 2008.

durou até o reinado de Juan I de Castela em 1382, quando o calendário se tornou da Era de Cristo¹⁴⁸.

Da análise realizada do prólogo da obra, podemos apontar alguns elementos interessantes para a nossa **reflexão/síntese**, os quais certamente irão contribuir para o desenvolvimento de nossa investigação neste capítulo e estarão presentes ao longo de *Las Siete Partidas*. Logo na apresentação e nos trechos iniciais verificamos que o autor, Afonso X, relaciona o seu trabalho à vontade de Deus (numa percepção aristotélica e também neoplatônica), colocando-o na forma de uma missão: ao rei caberia, através da justiça, e no uso do Direito, governar e manter adequadamente ao seu senhorio; e assim, cada membro da sociedade (em destaque os nobres), necessariamente receberia o que lhe seria adequado, de acordo com o seu estado e merecimento. Consequentemente, evitando-se todos os males e possíveis atos de vingança, a paz e a ordem social seriam estabelecidas em prol do Bem Comum. Preceitos, diga-se claramente, válidos não apenas em relação ao presente da obra, mas também ao seu futuro, para os próximos reis. Pois bem, como percebemos aqui, a construção lógica dos argumentos neste breve início caminha no sentido de estabelecer o papel fundamental do rei na sociedade, um verdadeiro árbitro das relações, como o exemplo de Fernando III que se preocupou em ser correto e justo; e o Direito, ferramenta essencial para a prática da justiça, seria uma condição fundamental nesse caminho. Podemos, assim, a partir desse momento e para o restante de nosso trabalho, compreender a “consciência” por

¹⁴⁸ Sobre este tema verificar: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *A Sétima Idade* de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). **Facetas do Império na História: Conceitos e métodos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, pp. 199-211, 2008. Sobre a noção de tempo medieval, destacamos ainda a seguinte reflexão de Paul Ricoeur: “É principalmente sobre as grandes cronosofias da especulação a respeito do tempo que o tempo histórico é conquistado, mas ao preço de uma drástica autolimitação. Das ricas análises de Pomian, manterei apenas aquilo que concerne à persistência da cronosofia no horizonte das grandes categorias que ordenarão o discurso histórico na fase da explicação/compreensão e na da representação do passado, quer se trate de “acontecimentos”, de “repetições”, de “épocas”, de “estruturas” (são esses os títulos dos quatro primeiros capítulos do livro). Ora, são essas mesmas categorias que cruzaremos repetidas vezes no curso de nossa investigação epistemológica. É bom saber que o excesso do pensável elas foram conquistadas, antes de podermos fazer face à exigência de verdade que a história, supostamente, opõe à ambição de fidelidade da memória. Por cronosofia, Pomian entende as grandes periodizações da história com as do islã e do cristianismo (em Daniel e Santo Agostinho) e suas tentativas de colocar-se em correspondência com a cronologia; enfrentam-se nesse campo as cronosofias religiosas e as cronosofias políticas; aparece na Renascença uma periodização em termos de “épocas” da arte e no século XVIII em termos de “séculos”.” RICOEUR, P. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 165-166. Indicamos também a seguinte leitura: ROSSATTO, Noeli Dutra; BOTTON, João Batista. Tempo Narrado: Ricoeur e Agostinho. In: LEONHARDT, Ruth Rieth; CORÁ, Elcio José. **O Legado de Ricoeur**. Guarapuava: Unicentro, 2011, p.111-150.

parte de Afonso X no que diz respeito à função prática da obra: reforçar a sua legitimidade como rei. Assim, passemos agora à análise da *I Partida* da obra, observando com muita atenção a proximidade da ideia de “Lei” em relação aos fundamentos da autoridade régia, seguindo o pensamento de Afonso X.

Não podemos deixar de perceber que o trabalho legislativo de Afonso X, *Las Siete Partidas*, apresenta em diversos momentos preceitos relacionados ao que chamamos de *tradição sapiencial oriental*. Como debatemos anteriormente, a escola de Toledo e a presença nela de vários sábios (cristãos, judeus e muçulmanos) fomentou também as relações de conhecimento entre Ocidente e Oriente. Nesse sentido afirmamos, conforme Marcella Lopes Guimarães, que as “confluências” de culturas do Ocidente Latino e do Oriente se encontraram em território castelhano¹⁴⁹. Não é por menos que na obra de Afonso X estão presentes diversos exemplos relacionados ao rei Salomão e a Alexandre, o Grande; exemplos que resgatam nesses personagens um ideal de sabedoria, igualmente propalado na obra; este último, na verdade, torna-se um preceito fundamental na construção de um ideal de realeza: com sabedoria, o rei legisla; e do Direito, nasce a justiça¹⁵⁰. O ideal de rei salomônico comparado ao líder alexandrino é uma das práticas de ensinança a um rei medieval ibérico desde sua tenra infância. Tal realidade foi somente possível graças a uma sociedade múltipla que gestava e distribuía o saber, o da tradição oriental que tinha a contribuição de judeus, islâmicos e cristãos.

3.2 O CONCEITO DE LEI: PRECEITOS PARA A UNIÃO E ORDEM DA SOCIEDADE

Do ponto de vista da estrutura da fonte, verificamos ao início da *I Partida* uma forma de introdução teórica, ou seja, uma apresentação de reflexões e preceitos fundamentais que orientaram a construção de conteúdo da obra. De fato, trata-se do momento em que são explanados importantes conceitos, essenciais para a compreensão do trabalho jurídico de Afonso X; pois foi o próprio rei que defendeu a justiça, vejamos o início dos argumentos:

¹⁴⁹ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Sintomas de renovação na poética tardo-medieval**. No prelo. 2015, p. 2.

¹⁵⁰ O rei Salomão viveu cerca do século X a.C, era filho do rei Davi e foi um governante justo e sábio. E o líder macedônico Alexandre, o Grande viveu de 356 a.C. a 323 a.C., era filho do rei Filipe e foi também um governante com as mesmas características anteriormente citadas à Salomão.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“A servicio de Dios, e pro comunal de las gentes fazemos este libro, segun que mostramos en el comienzo del. E partimos lo en siete partes, en la manera que diximos de suso, porque los que lo leyessen, fallassen ay todas las cosas cumplidas, e ciertas, para aprovecharse dellas. E departimos cada una partida por títulos, que quiere tanto decir, como suma de las razones: que son mostradas en él. E estas razones en que se muestran todas las cosas cumplidamente segun son, e el entendimiento que han son llamadas Leyes”. AFONSO X. Partida I, Título I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p> <p>“Ley primera. Que leyes son estas. Estas leyes son establecimientos, porq los omes sepan bivar bie, e ordenadamente, segun el plazer de Dios: e otrosi segund conviene a la buena vida deste mundo, e a guardar la fe de nuestro señor Iesu Christo cumplidamente, assi como ella es. Otrosi como bivan los omes unos con otros en derecho, e en justicia: segund adelante se muestra en las leyes, que fablan en cada una destas razones”. AFONSO X. Partida I, Título I. Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 5.</p>	<p>Logo ao início do texto normativo, na abertura do Título I, coloca-se que o livro em questão fora realizado a serviço de Deus, e visando o Bem Comum das pessoas; e foi dividido em sete partes, para que os leitores nele encontrassem todas as coisas corretas, e certas, e também se utilizassem delas; e seriam estas razões, que demonstram as coisas corretamente como são, chamadas, portanto, de Leis.</p> <p>Na sequência, na primeira Lei, o texto afirma que as leis presentes ali são estabelecimentos, para que os homens saibam viver bem, e ordenadamente, de acordo com a vontade de Deus; e, também, conforme convém aos preceitos de uma boa vida neste mundo, na proteção correta à fé do Senhor Jesus Cristo; e desta forma, para que todos os homens vivam uns com os outros no Direito, na justiça.</p>
Tema	Introdução	
Conceito	Obra	

Neste primeiro momento, a obra assume a sua função: tornar-se um referencial de conhecimento para todos os homens, para que eles pudessem viver

bem e corretamente, de acordo com as Leis, no Direito, com a Justiça¹⁵¹. O rei estava a serviço de Deus e do Bem-Comum dos nobres e do povo, para isso ele se utiliza das leis em prol da civilidade dos homens (sentido aristotélico de lei). Pois assim os homens saberiam viver bem e ordenadamente. Para Ayala Martínez, nesse ínterim, foi imprescindível a ação política e legislativa de Afonso X para tentar manter a ordem no seu reino de Leão e Castela bem como fora dele com os extra-reinos¹⁵². Corrobora na defesa dessa ideia o que o eminente pesquisador Nieto Soria já afirmava: que o reino de Castela no século XIII, sob Afonso X, segue o modelo do *rex* que defendia a *justitia regia* e aplicava a *justitia divina* em nome de uma ordenação política¹⁵³. A partir de uma definição inicial, o documento normativo contempla então a questão do Direito:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“(Del derecho natural, e de las gentes): <i>ius naturale</i> en latin, tanto quiere dezir en romance, como derecho natural que han en si los omes naturalmente, e aun las otras animalias, que han sentido. Ca segund el movimiento deste derecho, el másculo se ayunta con la fembra, a que nos llamamos casamiento, e por el crian los omes a sus fijos, e todas las animálias”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p> <p>“Otrosi <i>ius gentium</i> en latin, tanto quiere dezir, como derecho comunal de todas</p>	<p>Pois bem, conforme disposto na segunda Lei, o Direito Natural se relacionaria ao comportamento compartilhado entre homens e outros animais, no que diz respeito ao macho encontrar uma fêmea, ocorrer um casamento, e acontecer a criação dos filhos.</p> <p>Por sua vez o Direito Comunal viria aos homens, e</p>

¹⁵¹ A lei poderia ser natural, divina, positiva. Na reflexão moderna de Paul Ricoeur a justiça é unitária, ligada ao julgamento do acontecido através do outro e isso tudo possui certa beleza: “Mas como é sério o jogo que anima os discursos que têm por objeto a justiça e por método a dialética! Jogo no qual se experimenta prazer, mas no qual igualmente se é tão feliz quanto pode sê-lo um homem: o justo, com efeito, aí se vê coroado de beleza!”. RICOEUR, P. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p.154. Conferir também: MENDONÇA, Manuela. O Regimento da Casa da Suplicação. O primeiro instrumento regulador da justiça em Portugal. **Revista História**. São Paulo, v. 34, n.1, pp. 35-59, jan./jun. 2015; VENTURA, Margarida Garcez. A Justiça no quotidiano: os corregedores do reino. **Revista História**. São Paulo, v.34, n.1, p.60-74, jan./jun. 2015.

¹⁵² AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X: relaciones castellano-aragonesas de 1252-1263**. Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p. 29-52.

¹⁵³ NIETO SORIA, José Manuel. Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla de siglo XIII. **En la España medieval**. n.9, p.720, 1986.

	<p>las gentes el qual conviene a los omes, e no a las otras animálias. E este fue hallado con razon, e otrosi por fuerça, porque los omes non podrian bien biuir entre si en concórdia, e en paz si todos non usassen del”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p> <p>“Ca por tal derecho como este cada uno ome conosco lo suyo apartadamente. E son departidos los campos, e los términos de las villas. E otrosi son tenudos los omes de loar a Dios, e obdecir a sus padres, e a sus madres, e a su tierra, que dizen en latin patria”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p> <p>“Otroi cosiente este derecho que cada uno se pueda amparar contra aquellos que deshonra, o fuerça le quisiere fazer. E aun mas, que toda cosa que faga por amparimiento de fuerça que le quieran fazer contra su persona que se entiende que lo faze con derecho, e de los mandamientos destas dos cosas, e destas dos maneras de derecho que de suso diximos, e de los otro a grandes saberes sacamos, e ayuntamos todas las leyes deste nuestro libro segun que las fallamos escriptas en los libros de los Sabios Antigos poniendo cada ley en su lugar segund el ordinamiento porque las fizimos”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p>	<p>não aos outros animais; sendo este concebido pela razão, e também por necessidade, tendo em vista que os homens não poderiam viver bem entre eles, na concórdia e na paz, caso todos não se utilizassem dele.</p> <p>Dessa forma, por meio desse Direito, cada um conheceria o seu próprio, particularmente; e saberia como são repartidos os campos, as vilas; e como os homens deveriam sempre louvar a Deus, e obedecer aos seus pais, as suas mães, e mesmo a sua própria terra, a pátria.</p> <p>E através deste Direito, cada um poderia se amparar contra aqueles que lhe desejem causar desonra ou algum mau; e assim, que tudo aquilo que fosse feito por amparo da força contra alguém, que fosse realizado por meio do Direito, dos mandamentos próprios a essas duas formas de Direito explicitadas.</p>
Tema	Direito	
Conceito	Direito Natural e Direito Comunal	

Partindo desta concepção geral, o documento normativo estabelece uma definição entre o que seria o Direito Natural e o Direito Comunal. Seguindo a explicação de Jesús García Díaz, o Direito Natural numa perspectiva aristotélica é viver naturalmente em grupo; já o Direito Comunal é a necessidade do Direito para os homens viverem em harmonia social contra os males¹⁵⁴. O Direito Comunal, dessa forma, é uma necessidade, os homens (nobres) não vivem bem entre eles por isso precisam de orientação do rei. Conforme Kleine, trata-se, como notamos, de um primeiro reforço à importância do trabalho realizado nas *Partidas* relacionado ao poder temporal e a sua prerrogativa de ação pelo bem estar social¹⁵⁵; no entanto, o cuidado com as leis de Deus também é ressaltado:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Como quier que las Leyes sean unas quanto en derecho, en dos maneras se departen quanto en razón. La una es a pro de las almas, y la otra pro de los cuerpos. La de las almas es, quando en creencia. La de los cuerpos es, quanto en buena vida”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.6.</p> <p>“Ca en eftas yace gualardon de los bienes a cada uno segun debe aver, e escarmiento de los males. E con estas dos cosas se endereça el mundo faziendo bien a los que bien fazen, e dando pena, e escarmiento a los que lo merecen. E nos el Rey D. Alfonso viendo que en los otros libros que llaman de derecho dan escarmiento por los males que fazen, e no merecimiento por los bienes, por esso tuvimos que era razón de mandar poner en este libro</p>	<p>No seguimento, encaminhando-se alguns esclarecimentos: o texto afirma que apesar das Leis existirem enquanto Direito, elas se dividiriam no que diz respeito à razão: quando destinadas especialmente ao bem da alma, relacionando-se à questão da crença; e quando destinadas ao bem do corpo, relacionando-se à boa vida.</p> <p>Desta forma, através de ambas, ressalta a fonte, se cumpriria então a função de prestigiar a quem pratica o bem, e de se punir a quem praticasse o mal.</p>

¹⁵⁴ GARCÍA DÍAZ, Jesús. La Europa de Alfonso X el Sabio. En torno a una historia jurídica comparada. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**. n. 8, pp. 263-290, 2012-2013.

¹⁵⁵ KLEINE, Marina. **El Rey que es fermosura de Espanna: Imagens do poder real na obra de Afonso X, o Sábio (1221-1284)**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 20.

	<p>también gualardon como escarmiento”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.6.</p> <p>“E las que señaladamente pertenescen ala creecia, segun ordenamiento de Santa Yglesia, pusimos en la Primera Partida deste libro. E las otras que fablan del mätenimiento de las gentes, son puestas en las seys Partidas que se siguen después”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 6.</p>	<p>O documento jurídico aqui analisado ressalta, e isso ainda na primeira Lei, que se deve ter em mente as questões de Deus, da Igreja; e por isso mesmo essa Primeira Partida trataria com destaque especial as leis da crença; no entanto, todas as demais Partidas também contemplariam as questões da vida.</p>
Tema	Direito	
Conceito	Leis das Almas e dos Corpos	

O documento normativo estabelece a existência de uma subdivisão das leis: no que se refere, em razão, aos assuntos da alma e aos do corpo para fazer o bem (uma interpretação neoplatônica). Dessa forma, na *I Partida*, será tratado das questões da alma, ou seja, de temas também relacionados ao âmbito da Igreja. Com esse projeto estabelecido para a *I Partida*, o documento volta-se para a definição de Lei, que para o rei era a Lei Feudal, conforme segue:

Análise	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Ley tanto quiere decir como leyenda em que yace enfeñamiento, e castigo, e scripto que liga e apremia la vida del hombre que no faga mal, e muestra, e enseña el bien que el hombre debe fazer, e usar, e otrosi, es dicha Ley, porque todos los mandamientos della deven ser leales, e derechos, e complidos segun Dios, e segun justicia”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley IIII (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por</p>	<p>Segundo a obra, portanto, “Lei” seria uma narrativa que traz ensinamento, e castigo; escrito que instiga ao homem para que este não cometesse o mal; e que também mostra e ensina o bem que o homem deveria sempre fazer e se utilizar, pois que todos os mandamentos da Lei teriam de ser leais, e direitos, e</p>

	<p>el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edición de 1555, edición de 1576, p. 6.</p> <p>“Las virtudes de las Leyes son en siete maneras. La primera es, creer. La segunda, ordenar. La tercera, mandar. La quarta, ayuntar. La quinta, galardonar. La sesta, vedar. La setna, escarmentar”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edición de 1555, edición de 1576, p. 6.</p> <p>“Onde conviene, quel que quisiere leer las Leyes deste nuestro libro que pare em ellas bien mientes: e que las escodriñe, de guisa que las entienda ca si las bien entendiere, fallara todo esto que diximos, e venirle han ende dos provechos. El uno, que sera mas entendido: el otro, que se aprovechara mucho dellas. E segund dixeron los sabios, el que lee las escripturas, e non las entiende, semeja que las desprecia”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edición de 1555, edición de 1576, p. 6.</p> <p>“Tomadas fueron estas Leyes de dos cosas: la una, de las palabras de los Santos, que fablaron espiritualmente lo que conviene à bondad del ome, e salvamiento de su alma. La otra, de los dichos de los Sabios que mostraron las cosas naturalmente, que es: para ordenar los fechos del mundo, de cómo se fagan bien, e con razón”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edición de 1555, edición de 1576, p. 6.</p>	<p>cumplidos de acordo com Deus, e segundo a justiça.</p> <p>Seriam em número de sete as consideradas virtudes das Leis, conforme explana a quinta lei da presente partida; a primeira delas, a crença; a segunda, ordenar as coisas; a terceira, mandar; a quarta, congregar; a quinta, recompensar; a sexta, proibir; e a sétima, punir.</p> <p>Necessário, também, seria entender corretamente as leis dispostas naquele livro, de modo que se pudesse compreendê-las e corretamente aproveitá-las. Pois, como teriam dito os sábios, “aquele que lê as escrituras e não as entende, assemelha-se a depreciá-las”.</p> <p>Na continuação, em uma discussão a respeito das origens das Leis no presente documento, explica-se que elas foram tomadas a partir de duas coisas: a primeira, das palavras dos Santos, que falaram espiritualmente o que convém à bondade do homem, e salvamento de sua alma; a outra, do que disseram os sábios, que mostraram as coisas naturalmente: como ordenar as ações no mundo e se fazer o bem, com razão.</p>
--	---	---

	<p>“E el ayuntamiento destas dos maneras de Leyes, han tan grand virtud, que aducen cumplido ayuntamiento al cuerpo, e al alma del ome. E por ende el que las bien sabe, e entiende es ome cumplido, conociendo lo que ha menester, para pro del alma, e del cuerpo”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 6.</p>	<p>E com a união destas duas formas de Leis, surgiria tão grande virtude, conferindo uma correta união ao corpo e à alma do homem; assim, aquele que bem soubesse e entendesse delas, se tornaria um homem correto, conhecendo o que há de melhor para o bem da alma e do corpo.</p>
Tema	Lei	
Conceito	Características – Definição	

Como verificamos acima, o documento dedica-se ao conceito de Lei propriamente dito, buscando não apenas definir, mas explicar e também justificar a sua concepção. Inclusive a própria lei seria uma virtude com sete funções (talvez por isso a fonte estar repartida em sete partes): a lei deve ser acreditada; a lei ordena as coisas; a lei manda; a lei congrega; a lei recompensa; a lei proíbe e também pune. Na definição do conceito de Lei proposta, temos, portanto: uma narrativa que apresenta ensinamento e castigo, com o sentido de promover o bem, estimulando racionalmente os homens ao caminho reto, verdadeiro, aquele de Deus e da Justiça¹⁵⁶. Leis, ademais, provenientes das palavras dos Santos¹⁵⁷ e dos Sábios. O

¹⁵⁶ Sobre o assunto da justiça medieval, recomendamos: FERNANDES, Fátima Regina. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990 ou a obra publicada em livro: FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à Legislação Medieval Portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá Editora, 2000; FERNANDES, Fátima Regina. **Cultura e Poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001; FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. **Revista História: Questões e Debates**. n. 41, p.73-83, Editora UFPR, 2004; FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, 2008, p. 185-198. FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a Construção do Conceito de Unidade. **Revista História Unesp**, São Paulo, v.2, n. 28, p.44-45, 2009; FERNANDES, Fátima Regina. Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil au début du XXe siècle. **Imago Temporis**. Medium Aevum, VI, p.407-419, 2012; FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**. Universidad Complutense de Madrid, 28, p. 155-176, 2005. FERNANDES, Fátima Regina. As transformações na sociedade política e nas monarquias medievais e seus efeitos na mobilidade de facções nobiliárquicas entre Portugal e Castela. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, pp.104-126, 2014.

campo de abrangência das Leis, conforme a orientação espiritual-temporal, segue adiante:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“A la creencia de nuestro Señor Jesu Christo pertenecen las Leyes que fablan de la Fe. Ca estas ayuntan al omem e con Dios por amor: ca en creyendo bien en el, por derecho conviene que le ame, e que le honre, e que le tema, amándolo por la bondad que en el ha, e otrosi, por el bien que nos el faze. E han lo de honrar por la su gran nobleza, e por la su grand virtud. E temerle por el su grand poder, e por la su grand justicia: e el que esto fiziere non puede errar que non aya el amor de Dios cumplidamente”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.6.</p> <p>“E al governamiento de las gentes pertenecen las Leyes que ayuntan los corazones de los omes por amor: e esto es, derecho, e razón: ca destas dos sale la justicia cumplida, que faze à los omes vivir cada uno como conviene. E los que ansi viven, non han porque se desamar, mas porque se querer bien. Porende las Leyes que son derechas, fazen ayuntar la voluntad del un ome con el otro desta guisa, por amistad”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 6.</p>	<p>De acordo com o documento, as Leis que falam a respeito da fé pertenceriam então ao âmbito da crença no Senhor Jesus Cristo; pois estas uniriam o homem com Deus por amor; pois se acreditando nele, por direito convém que lhe ame, honre e tema; amando a Deus pela bondade que há neste, e pelo bem que realiza a todos; e assim todos deveriam honrá-lo por sua grande nobreza, e por sua grande virtude; e temê-lo por seu grande poder, e por sua grande justiça; e aquele que assim o cumprisse não se enganaria então, pois teria o amor de Deus corretamente.</p> <p>E ao governo das pessoas pertenceriam as Leis que unem os corações dos homens por amor; o que seria, direito, e razão: pois destes dois emanariam a justiça correta, e que impele aos homens viverem cada um como convém; e os que assim vivem, não há razão para não se gostarem, mas sim querer o bem; pois onde as Leis são direitas, elas unem a vontade dos homens, na amizade.</p>

¹⁵⁷ Para uma concepção de santidade na Idade Média ibérica, conferir: NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. Narrativas sobre o martírio e culto ao infante santo (século XV). NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **A Idade Média: entre a História e a historiografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012, p.369-378.

	<p>“Cumplidas devem ser las Leyes, e muy cuidadas, e catadas, de guisa que sean con razón, e sobre cosas que puedan ser, segund natura e las palabras dellas, que sean buenas, e llanas e paladinas, de manera que todo hombre las pueda entender e retener”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 6.</p> <p>“Otro si, debe ser mucho escogido el derecho que en ellas fuere puesto, antes que sean mostradas à las gentes. E quando desta guisa fueren fechas serán sin yerro, e à servicio de Dios, e à loor e honra de los señores que las mandaron fazer, e à pro e à bien de los que por ellas se ovieren à juzgar”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 7.</p> <p>“E otro si, deven guardar, que quando las fizieren, no aya ruido, ni otra cosa que los estorve, o embargue: e que las fagan con consejo de omes sabidores, e entendidos, e leales, e sin cobdicia. Ca estos a tale sabran conocer lo que conviene al derecho e à la justicia, e à pro comunal de todos”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 7.</p> <p>“Muy grande es a maravilla el pro que aducen las Leyes a los omes: ca ellas muestran a conocer a Dios: e conociéndole, sabran en que manera lo deven amar, e temer. E otro si, les muestra conocer sus señores e sus mayores e en que guisa les deven ser</p>	<p>Segue o documento normativo, as Leis deveriam ser corretas, cuidadas e experimentadas, de modo que fossem com razão, boas, claras e paladinas, e de forma que todas as pessoas conseguissem entendê-las e retê-las.</p> <p>Ressalta-se, porém: teria de se escolher muito bem o Direito nelas depositado, antes que fossem exibidas ao povo; pois, quando assim feito, as leis seriam então ausentes de erro, e a serviço de Deus, e ao louvor e honra dos senhores que as mandaram fazer, e a favor e pelo bem daqueles que por elas viessem a ser julgados.</p> <p>E também, deveria-se cuidar para que no momento em que as leis fossem feitas não ocorressem distúrbios, nem qualquer outra coisa que as atrapalhasse; e que elas fossem desenvolvidas através dos conselhos dos sábios, daqueles entendidos, dos homens leais, sem nenhuma cobiça pois estes saberiam fazer o que convém ao Direito e à justiça, e ao Bem Comum de todos.</p> <p>E desta forma, apresenta a décima Lei, seria muito grande a maravilha o bem que produziriam as leis aos homens: porque elas mostrariam como conhecer a Deus; o conhecendo, todos</p>
--	--	---

	<p>obedientes e leales. Otrosi, muestran, como los omes se amen unos à otros, queriendo cada uno su derecho para el otro, guardandose de le non fazer lo que que no querria que fiziessen à el". AFONSO X. Partida I, Título I, Ley X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 7.</p> <p>"Ca en guardando bien estas cosas, viven derechamente, e com folgura e en paz, e aprovechase cada uno de lo suyo, e à favor de ello, e enriquecen las gentes, e amuchiguase el pueblo, e acrecientase el señorío, e refrenase la maldad, e crece el bien". Partida I, Título I, Ley X. AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.7.</p>	<p>saberiam de que maneira o deveriam amar, e temer; e mostrariam a eles de que modo conhecer aos seus senhores e maiores, e de que forma deveriam ser obedientes e leais a estes; e também, mostrariam como os homens deveriam amar uns aos outros, querendo cada um o seu direito para o outro; e assim, se evitaria fazer ao próximo o que o indivíduo não gostaria que lhe acontecesse.</p> <p>Pois desta forma, reitera o documento, atentando bem para estas coisas, os homens viveriam diretamente, na paz; e assim todos se aproveitariam do que possuem, e as pessoas enriqueceriam e a amizade do povo, cresceria o senhorio, e o mal seria contido, crescendo o bem.</p>
Tema	Leis	
Conceito	Características – Definição	

No quadro acima aparecem os temas do Amor, Amizade, Lealdade, Bem Comum. Amor e amizade entre as linhagens eram fundamentais para aquela sociedade. Por que Afonso X estava preocupado com o Amor, a Amizade e a Lealdade para o Bem Comum? Para a manutenção das linhagens e para conseguir o apoio dos nobres, o que na realidade estava sendo difícil. Devia-se, segundo *Las Siete Partidas*, exaltar a amizade, o amor e a lealdade; virtudes que na realidade da época apareciam com os vícios da inimizade, desamor e deslealdade dos nobres para com o rei Afonso X. Sobre o conceito de Amizade na Antiguidade e no Medievo (nessa época um pacto entre o rei e os seus nobres), Marcella Lopes Guimarães indica que:

A prosa cortesã do século que redescobriu os clássicos para o Ocidente Medieval, o XII, investe no valor da amizade quando contrapõe, em uma situação ficcional, cavaleiros irmanados, porém, em bens, pensamentos e vontades, como Ivain e Gawain, em um romance de Chrétien de Troyes. Na melhor lição ciceroniana, a amizade é posta em primeiro lugar e os cavaleiros depreciam o *status* de vencedor em uma contenda para a qual foram atraídos, ignorando a identidade do oponente, por razões feudais¹⁵⁸.

Na Idade Média a Amizade ganha contornos de um firme pacto entre o rei e os nobres. Um pacto baseado na palavra de honra e na moral estabelecida, indica Guimarães que: “Um rei não pode ignorar a linhagem daqueles cujos antepassados colaboraram na Reconquista e para o nascimento dos reinos cristãos ibéricos que governam”¹⁵⁹. Por sua vez, o Amor na Antiguidade (que tinha o sentido de caridade, de vivência virtuosa) foi reelaborado na Idade Média para o significado de fidelidade¹⁶⁰. Conforme sinaliza Guimarães, a Amizade e o Amor na Idade Média estavam entrelaçados. Seguindo D. Duarte a autora indica que no medievo a Amizade é uma das melhores formas de amar¹⁶¹.

¹⁵⁸ GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Revista Convergência Lusíada**. Real Gabinete Português de Leitura, número 26, p. 135-136, jul./dez. de 2011.

¹⁵⁹ GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Revista Convergência Lusíada**. Real Gabinete Português de Leitura, número 26, p. 138-139, jul./dez. de 2011. Destarte, para uma acepção filosófica universal, a Amizade apresenta-se conforme Jelson Oliveira nos explica: “A amizade não é, para Nietzsche, um encontro de si no outro, como quis certa tradição, nem uma ligação entre sujeitos, nem um campo de conquista de alguma pretensa verdade maiúscula. Ela é uma “subordinação de duas vontades a um ideal comum” (Murr, 2001, p. 200). Por isso, ao invés de um amigo como outro de si mesmo, Nietzsche recorre à ideia de um amigo-inimigo, um estranho de si mesmo. O amigo, como um *par*, é aquele que luta junto uma mesma batalha. É um igual-sendo-inimigo” GUIMARÃES, Marcella Lopes; OLIVEIRA, Jelson. **Diálogo sobre o tempo, entre a filosofia e a história**. Curitiba: PUCPress, 2015, p. 170.

¹⁶⁰ GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Revista Convergência Lusíada**. Real Gabinete Português de Leitura, número 26, p. 142, jul./dez. de 2011.

¹⁶¹ GUIMARÃES, Marcella Lopes; OLIVEIRA, Jelson. **Diálogo sobre o tempo, entre a filosofia e a história**. Curitiba: PUCPress, 2015, p. 184-185. Por fim, a historiadora Adriana Mocelim propõe que a Amizade, o Amor e a Lealdade definiam o bom rei e o bom nobre na Idade Média: “Retomar Aristóteles significa retomar o ideal clássico de amizade, considerada como o “maior de todos os bens que um Estado possa ostentar e o melhor modo de impedir as discórdias,” valorizando o respeito mútuo, inspirado pelas virtudes pessoais, virtudes que são narradas pelo Conde ao longo de todo o texto, não apenas no Prólogo, devendo essas ser apreendidas e cultivadas pelos nobres em seu dia-a-dia. Comentando a amizade no mundo clássico à época de Aristóteles, David Konstan, relaciona determinados valores a ela relacionados, como a fidelidade, lealdade e assistência mútua entre os amigos. A amizade verdadeira seria para Aristóteles aquela que existe entre os homens que são bons e semelhantes na virtude, pois tais pessoas desejam o bem um ao outro de modo idêntico, e são bons em si mesmos. Dessa forma, aqueles que desejam o bem aos seus amigos por eles mesmos são amigos no sentido mais próprio, porque o fazem em razão de sua própria natureza e não por acidente. Por essa razão, sua amizade durará enquanto essas pessoas forem boas, e a bondade é uma coisa muito duradoura. E cada uma dessas pessoas é

As virtudes da Amizade, Amor e Lealdade tinham como objetivo o Bem-Comum da sociedade: “o rei deve estar ciente da importância da nobreza dentro da sociedade, e de sua dependência frente a ela, do bom relacionamento entre rei e nobreza depende o bem comum do reino”¹⁶². Pois bem, a existência das leis encontra-se vinculada a uma necessidade: a manutenção do estado social (o Bem Comum), e das boas relações entre as pessoas (existência da Amizade, do Amor, da Lealdade), sempre conforme a razão e a justiça¹⁶³; e nesse sentido, as consequências seriam apenas positivas, para o corpo e para a alma de todos. A obra de *Las Siete Partidas*, portanto, continua destacando a sua importância; consequentemente, os benefícios que ela apresenta em si são de acordo e acompanham a grande responsabilidade do poder temporal, sendo assim as leis régias se sobrepunham à linhagem dos nobres:

boa em si mesma e para o seu amigo, pois os bons são bons em absoluto e reciprocamente úteis. Dessa forma, essas pessoas são também agradáveis, pois os bons o são tanto em si mesmos como um para o outro. Toda amizade, com efeito, visa ao bem ou o prazer, quer em abstrato, quer em relação àquele que sente a amizade e baseia-se em uma certa semelhança. Os homens desejam bem àqueles a quem amam por eles mesmos, e não em razão de um sentimento, mas de uma disposição de caráter. A partir dessa definição aristotélica da verdadeira amizade, se percebe que muitos de seus elementos foram empregados pelo Conde na elaboração do LL. O Conde parte da idéia de que a verdadeira amizade acontece entre os que são bons e semelhantes para dizer no Prólogo que escreveu o livro para “meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha,” um grupo específico dentro da esfera social portuguesa baixo medieval, semelhantes entre si portanto” MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto trado-medieval português**. Dissertação de mestrado. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2007, p. 96-97.

¹⁶² MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto trado-medieval português**. Dissertação de mestrado. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2007, p. 67. “No momento em que define a importância de virtudes, a existência do monarca e a justiça para o exercício do Bem Comum, Afonso X caracteriza o bom monarca ao mesmo tempo em que exemplifica regras de conduta que são pertinentes a todos aqueles que queira seguir seu exemplo. Ao adquirir esta concepção de Bem Comum, cada um assume um estilo de vida em benefício do reino, bem como incorpora a necessidade da existência do monarca, o que gera o fortalecimento da figura deste”. RIBEIRO, Ana Beatriz Frazão. O Bem Comum nas “Siete Partidas” de Alfonso X. **Anais da III Semana de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: PEM, 1995, p. 94.

¹⁶³ ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. **Anos 90 (UFRGS)**. Porto Alegre, v. 16, p. 13-36, 2002; KLEINE, Marina. Os elementos do corpo político e a justiça nas *Siete Partidas* de Afonso X (1221-1284). **Politeia**. Vitória da Conquista, v.5, n.1, pp. 103-118, 2005. KLEINE, Marina. O *Fuero Real* e o projeto político de Afonso X. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 168-189. KLEINE, Marina. El carácter propagandístico de las obras de Alfonso X. **De Medio Aevo**. Espanha: De Medio Aevo. 4, n.2, 2013, p.1-42. WOLKMER, Antonio Carlos. **Síntese de uma história das idéias jurídicas**: da antiguidade à modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006, p. 30.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“El fazedor de las Leyes deve amar à Dios e tenerle ante sus ojos, quando las fiziere, porque sean derechas e complidas. E otrosi, deve amar justicia, e pro comunal de todos. E deve ser entendido para saber departir el derecho del tuerto e no deve aver verguenza em mudar e enmendar sus Leyes, quando entendiere, o le mostraren razon porque lo deva fazer, que gran derecho es, que el que à los otros ha de endereçar e enmendar quando erraren, que lo sepa hazer assi mismo”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, Ed. 1576, p. 7.</p> <p>“Emperador, o Rey puede fazer Leyes sobre las gentes de su señorío, e otro ninguno no ha poder de las fazer en lo temporal: fueras ende, si lo fiziessen con otorgamiento dellos. E las que de otra manera fueren fechas, no han nombre ni fuerça de Leyes, ni deven valer en ningún tiempo”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, Ed. 1576, p. 7.</p> <p>“Todos aquellos que son del señorío del fazedor de las Leyes, sobre que las el pone, son tenudos de las obedecer e guardar, e juzgarse por ellas, e no por otro escrito de otra Ley fecha en ninguna manera: e el que la Ley faze, es tenudo de la fazer cumplir”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.8.</p>	<p>O criador das Leis deveria amar a Deus e tê-lo sempre diante dos olhos no momento de fazê-las, para que estas fossem direitas e cumpridas; e também, deveria amar a justiça, e o Bem Comum de todos; e deveria ser um homem entendido, que soubesse separar o direito do que é errado; e não deveria ter vergonha de mudar ou corrigir as Leis, quando bem entendesse ou quando lhe mostrassem razão pela qual deveria fazer.</p> <p>O Imperador ou o rei seriam aqueles que poderiam criar Leis para as pessoas de seu senhorio, e nenhum outro homem poderia fazê-lo no que diz respeito ao temporal; e aquelas que de outra maneira fossem feitas, não tem nome tampouco força de Lei, e não deveriam valer em tempo nenhum.</p> <p>Reitera o documento normativo, na décima quinta Lei, que todos aqueles pertencentes ao senhorio do responsável pela criação das Leis deveriam obedecê-las e protegê-las, e se deixarem julgar por elas, e não por qualquer outro escrito de Lei; assim, o que a Lei requerer, seria necessário cumprir.</p>
Tema	Leis	
Conceito	Características – Definição	

Na décima primeira Lei, o documento se direciona à questão de quem seriam os responsáveis pela criação das leis, e de que modo eles deveriam fazê-las. Destaca-se, na argumentação da fonte, o papel principal a ser desempenhado pelo poder temporal na elaboração das legislações, sempre visando ao Bem Comum. O trabalho legislativo de Afonso X, segundo Tommaso Cherubini e Stefano Zauli, vai se definindo como elemento legitimador do exercício do poder temporal¹⁶⁴. Isso ocorre para manter próximo ao rei as conexões linhagísticas entre ele e a *nobilitas* castelhana medieval, conforme se segue:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Guardar deve el Rey las Leyes como a su honra e à su fechora, porque recibe poder e razón para fazer justicia. Ca si el no las guardasse vernia contra su fecho desatarlas ya, e venir le yan ende dos daños: el uno, en desatar tan buena cosa como esta que ovisse fecho el otro que se tornaria a daño comunal del pueblo, e abiltaria à si mismo, e semejarse ya por de mal seso, e ser òan sus mandamientos e sus Leyes menospreciadas”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 8.</p> <p>“E otrosi, las deve guardar el pueblo, como a su vida e à su pro: porque por ellas viven en paz, e reciben placer e procecho de lo que an. E si lo ansi no fiziessen, mostrarian que no querían obedecer mandamiento de Dios, ni del señor temporal, e irían contra ellos, e meterse ian en carrera de muerte, por tres razones: La primera, por desmandamiento. La segunda, por</p>	<p>O rei, continua a décima sexta Lei da <i>Partida</i>, deveria observar as Leis, tal como a sua honra, e ao seu cumprimento, porque recebe poder e razão para fazer justiça; pois caso o rei não as observasse, contribuiria assim em tê-las desatado, e disso decorreriam dois males contra ele: desatar tão boa coisa como esta acabaria, consequentemente, ocasionando um dano coletivo ao povo; e seria algo que atingiria a ele próprio, pois suas ordens e leis passariam então a ser menosprezadas.</p> <p>E também, segue o documento, o povo deveria proteger as leis, como a sua vida e para o seu bem; e isso porque através delas eles vivem em paz, e recebem devidamente pelo que são; e caso não agissem desta forma, demonstrariam um desejo em desobedecer aos</p>

¹⁶⁴ CHERUBINI, Tommaso; ZAULI, Stefano. Alfonso X el Sabio: un rey y una orden. **Revista Numismática Omni**. n. 8, p. 267, 2014.

	<p>osadia. La tercera, por maldad, mostrandole por malos, que les placia mas el mal que el bien. E por estas razones sobredichas son los Reyes tenudos de las guardar, e todos los otros de a tierra comunalmente". AFONSO X.Partida I, Título I, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>"E desto ninguno puede ser escusado por razon de creencia, ni de linage, ni de poder, ni de honra, ni aun por demostrarse por vil en su vida o en sus fechos. Ninguno no puede ser escusado de las non obedecer e las guardar: ca los que non lo fiziessen, errarian contra el fecho de Dios, e de los señores temporales: e seria à daño de si mismos e de la tierra, onde fuessen naturales, o moradores, e por derecho caerían en tres penas. En la de Dios, en la del señor natural, e en la del fuero". AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 9.</p>	<p>mandamentos de Deus, e do senhor temporal, agindo contra eles, e se colocariam em rota de morte por três razões: por desobediência, ousadia e maldade; e por estas razões, portanto, os reis deveriam proteger as leis, e da mesma forma os demais membros da sociedade deveriam.</p> <p>E deste dever ninguém poderia se abster por razão de crença, linhagem, poder ou honra; e aqueles que não a obedecessem ou protegessem, acabariam errando contra o ato de Deus, e dos senhores temporais; e assim causariam danos a si próprios e à terra onde habitam, e por direito sofreriam em três penas: naquela de Deus, na do senhor temporal e na do foro da terra. Assim, como vemos, a não obediência às leis torna-se, aos olhos do texto, uma atitude condenável e que não pode ser praticada por ninguém; desrespeitá-la seria, portanto, uma grave ação contra Deus e ao poder temporal, o rei.</p>
Tema	Leis	
Conceito	Características – Definição	

Assim, de acordo com o documento normativo, o rei com honra deveria observar e proteger as leis, pois é a partir delas que recebe o poder e a razão para o cumprimento da justiça. Portanto, seguindo a indicativa de Alfonso García-Gallo de Diego, ele seria o principal responsável pela elaboração e manutenção delas,

visando assim nunca perturbar a ordem social e o próprio desejo de Deus¹⁶⁵. De forma restrita deveriam ser corretas e adotadas as leis, e poucos seriam aqueles à margem de sua influência:

Análise	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Desatadas non deven ser las Leyes, por ninguna manera, fueras ende si ellas non fuessen tales, que desatassen el bien que devian fazer: esto seria, si oviesse en ellas alguna cosa contra la Ley de Dios, o contra derecho señorío, o contra gran pro comunal de la tierra, o contra bondad conocida”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“E porque el fazer, es muy grave cosa, y el desfazer muy ligera porende ell desatar de las Leyes, es tollerlas del todo que non valan, no se deve fazer sino con gran consejo de todos los omes buenos de la tierra los mas honrados, e mas sabidores, razonando primeramente los males que y fallaren, porque se devan toller. E otrosi, los bienes que y son, e que pueden ser. E despues que todo lo ovieren visto, si fallaren que las razones de las Leyes tiran mas à mal que à bien, pueden las desatar e toller del todo”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 9.</p> <p>“Acaecindo cosa de que no aya Ley en este libro, porque ha menester de se hazer de nuevo deve el Rey ayuntar omes entendidos, e sabidores, para escoger el derecho: porque se acuerde</p>	<p>Segundo o documento normativo, as Leis não poderiam ser desfeitas, a não ser que elas próprias comprometessem o bem que elas deveriam então cumprir; ou seja, caso nelas houvesse algo contra Deus, contra o direito do senhorio, contra o Bem Comum da terra, ou contra a bondade conhecida.</p> <p>E tendo em vista que fazê-las seria uma tarefa difícil, não se deveria desatá-las senão através do conselho de todos os homens bons da terra, os mais honrados, e mais sábios; estes poderiam então avaliar o bem e o mal que as leis estariam exercendo, afirmando ou não uma possível mudança nas leis.</p> <p>Da mesma forma, sempre que ocorresse uma real necessidade de novas leis serem compostas, o rei deveria então recorrer aos</p>

¹⁶⁵ DIEGO, Alfonso García-Gallo de. Nuevas observaciones sobre la obra legislativa de Alfonso X. **Anuario de historia del derecho español**. n.46. p. 609, 1976.

	<p>con ellos en que manera deve ende fazer Ley: e desde lo oviere acordado, deuelo fazer escrever en su libro e de si en todos los otros de la tierra sobre que el ha poder e señorío, e las Leyes que desta guisa son añadidas e fechas de nuevo valen tanto como las primeras”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XIX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“Escusar no se puede ninguno de las penas de las Leyes, por decir que las non sabe: ca pues que por ellas se an de mantener, recibiendo derecho, e faziendolo razón es que las sepan, e que las lean: o por tomar el entendimiento dellas, o por saberlas, el mismo bien razonar en otra manera, sin leer: ca excusa an los omes en si mismos por muchas de cosas que les contecen, assi como enfermedades, o otras muchas que passen en este mundo: pero non se pueden escusar que non embien otros en su lugar, que muestren su derecho: e si non ovieren quien embiar, deven lo fazer saber à sus amigos que en aquel lugar fueren dado se ellos an de juzgar por las Leyes que lo razonen, o lo muestren por ellos e darles poder como lo fagan”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 10.</p> <p>“Señaladas personas son las que se pueden escusar de non recibir la pena que las Leyes mandan: maguer non las entiendan, ni las sepan al tiempo que yerran, haciendo contra ellas, assi como aquele que fuesse loco de tal locura, que no sabe ló que se faze. Eso mismo decimos del moço que fuesse menor de catorze años: o la moça menor de doze: maguer provasse fecho de luxuria, so que non lo sopiesse fazer”. AFONSO X.</p>	<p>homens entendidos e sábios para escolher o direito; e estas novas leis valeriam em todos os lugares da terra onde o rei teria poder e senhorio; novas leis que, da mesma forma que todas aquelas corrigidas, teriam a mesma importância das antigas.</p> <p>E pessoa alguma no mundo, continua o documento normativo, poderia se escusar das penas estabelecidas nas Leis alegando não tê-las em conhecimento; pois, considerando que através delas os homens se mantêm, recebendo o Direito, segue a razão que eles as tenham de conhecer, e as leiam; ou que tomem conhecimento delas de alguma outra maneira, recorrendo à ajuda de outras pessoas, ou amigos, nesse sentido também.</p> <p>Poucas seriam as pessoas desculpadas, e que não receberiam as penas das leis, devido ao fato de não as entenderem ou desconhecerem no momento em que erram; e isso tange ao moço com menos de quatorze anos, e à moça com menos de doze.</p>
--	--	--

	<p>Partida I, Título I, Ley XXI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 10.</p> <p>“Otrosi decimos, que los Cavalleros que à defender la tierra, e conquerirla de los enemigos de la Fé, por las armas, deven ser escusados, por no entender las Leyes, fueras ende si el Cavallero fiziesse traición, o falsedad, o aleve, o yerro, que otro ome deviesse entender naturalmente que mal era, no se puede escusar que no aya la pena que las Leyes mandan. E esto mismo decimos de los aldeanos que labran la tierra, o moran en lugares do non ay poblado, e de los pastores que andan con los ganados en los montes e en los yernos: e de las mujeres, que morassen en tales lugares como estos”. AFONSO X. Partida I, Título I, Ley XXI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 10.</p>	<p>Da mesma forma os Cavaleiros, cujo dever era a defesa da terra, e que deveriam conquistá-la através das armas a partir dos inimigos da Fé, seriam também desculpados; salvo quando cometessem traição, falsidade ou erro que, naturalmente, da mesma forma que todos os outros homens, devessem eles ter consciência; e tal preceito valeria para os aldeões, tanto homens ou mulheres, que lavrassem a terra ou morassem em lugares não povoados, e pastores que andassem com seus rebanhos nos montes.</p>
Tema	Leis	
Conceito	Características – Definição	

Devido ao carácter modelar e rígido da legislação, rever ou alterar uma lei exigiria grandes cuidados. Seriam poucas as exceções, tendo em vista que a legislação deveria abranger praticamente toda a população. Vemos como a manutenção das linhagens era primordial na sociedade castelhana e a traição era um crime indefensável. Assim, de acordo com o pensamento de José Sánchez-Arcilla Bernal: “En otras palabras, el monarca estaba sustituyendo un orden basado en los derechos tradicionales por un orden ordenado racionalmente por la voluntad de un legislador, Alfonso X”¹⁶⁶. Como verificamos, o documento normativo exalta a

¹⁶⁶ BERNAL, José Sánchez-Arcilla. La "teoría de la ley" en la obra legislativa de Alfonso X el Sabio. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**. n. 6, p. 92, 2008-2009.

importância de suas disposições dentro de uma percepção universalista, para que elas justamente fossem sempre consideradas; e nesse sentido, continua a fonte:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Embargar no puede ninguna cosa las Leyes que no ayan la fuerça, y el poder que avemos dicho, sino tres cosas. La primera, Uso”. AFONSO X. Partida I, Título II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 10.</p> <p>“Estas nascen unas de otras, e an Derecho Natural en si. Segun en aqueste libro se muestra: ca bien como de las letras nace verbo, e de los verbos, parte, e de la parte, razón: assi nace del tiempo, uso: y del uso, costumbre: e de la costumbre, fuero”. AFONSO X. Partida I, Título II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 10.</p> <p>“Uso es cosa que nace de aquellas cosas que hombre dice e faze, e sigue continuadamente, por gran tiempo e sin embargo ninguno”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 11.</p> <p>“Fazer se debe el uso de manera que sea a pro comunal, e sin daño: e no debe ser fecho a furto, ni escondido: mas en manera que lo sepan, e se paguen los que fueran conocedores de razón, e de derecho”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 11.</p>	<p>Nada pode impedir ou embargar o funcionamento das Leis, com excessão de três coisas: o “uso”, o “costume” e o “Foro”.</p> <p>Todas elas nasceriam uma das outras, e teriam o Direito Natural em si: do tempo, nasceria o “uso”; do uso, o “costume”; e do costume, o “foro”.</p> <p>Inicialmente, na Lei I, “uso” é definido como algo que nasceria das coisas que o homem diz e faz, continuadamente e desde longo tempo, sem qualquer embargo.</p> <p>Enquanto uma forma de alegação, o “uso” deveria ser chamado sempre no sentido de contribuir ao Bem Comum, posto às claras, e com os conhecedores da razão e do Direito sempre conscientes de tudo.</p>

	<p>“Costumbre es derecho o fuero que non es escripto: el qual han usado los omes luengo tiempo, ayundandose de el en las cosas en las razones, sobre que lo usaron”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 12.</p> <p>“Pueblo tanto quiere decir como ayuntamiento de gentes de todas maneras de aquella tierra do se allegan. E desto no sale ome ni mujer, ni clérigo, ni leigo. E tal pueblo como este, o la mayor partida del, si usaren diez o veinte años à fazer alguna cosa, como en manera de costumbre sabiendolo el señor de la tierra, e no lo contradiciendo, e teniéndolo por bien, pueden la fazer, e debe ser tenida, e guardada por costumbre, si en este tiempo mismo fueren dados, concegeramente dos juicios, por ella, de omes sabidores, e endendidos de juzgar”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 12.</p> <p>“E otrosi decimos, que la costumbre que el pueblo quiere poner, e usar de ella, debe ser con derecha razón e non contra la Ley de Dios, ni contra señorío, ni contra Derecho Natural, ni contra por comunal de toda la tierra del logar do se faze, e deven la poner con gran consejo, e non por yerro ni por antojo, ni por ninguna otra cosa que les mueva, sino derecho e razón e pro, casi de otra guisa la pusieren non seria buena costumbre mas dañamiento dellos e de toda justicia”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del</p>	<p>Na definição apresentada “costume” seria o Direito ou foro não escrito, praticado desde há muito tempo, e utilizado por suas razões na procura de auxílio a respeito dos problemas tratados.</p> <p>E dessa forma o povo, homens ou mulheres, clérigos ou leigos, caso praticassem algo por mais de dez ou vinte anos, não sendo atitude danosa, e tendo consciência desse costume o senhorio, poderia muito bem continuar com esse comportamento; desde que, no entanto, os sábios e entendedores de julgamento também aprovassem.</p> <p>Complementa o documento normativo, o costume que o povo desejasse colocar em prática, e também se fazer valer dele, deveria ser posto com direita razão: não poderia ser contrário à Lei de Deus, ou contra o senhorio, ou contra o Direito Natural, ou contra o Bem Comum de todos; costume que valeria se posto com concordância, movendo-se através do Direito, da razão e do bem; caso contrário, não seria então um bom costume,</p>
--	---	---

	<p>Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 12.</p> <p>“E fuero es cosa en que se encierran dos cosas que avemos dicho, uso e costumbre, que cada una dellas a de entrar en fuero para ser firme. El uso porque los omes se fagan à el, e lo amen. La costumbre que les sea assi como manera de heredamiento para lo razonar e guardar ca si el fuero es como conviene, e de buen uso e de buena costumbre ha tan gran fuerça que se torna como en ley porque mantiene los omes, e viven unos con otros en paz e justicia”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 13.</p> <p>“Mas el fuero ha de ser en todo e sobre toda cosa que pertenezca señaladamente al derecho e à la justicia. E por esto es mas paladino que la costumbre, ni el uso é mas concejero: ca en todo lugar se puede decir e entender. E por ende à este nombre Fuero: porque non se debe decir, ni mostrar escondidamente mas por las plaças, e por los otros lugares, a quienquier que lo quisiere oir”. AFONSO X. Partida I, Título II. Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 13.</p> <p>“Fecho debe ser el Fuero bien e complidamente guardando en todas cosas razón e derecho, e igualdad e justicia. E debe se fazer con consejo de omes buenos e sabidores, e con voluntad del señor, e con placer de aquellos sobre que lo ponen. E esto se entiende de los omes de buen entendimiento: catando mas el pro comunal de todos, de la tierra en que han de morar, que non la suya: e que</p>	<p>tornando-se prejudicial a toda justiça.</p> <p>Por sua vez o “Foro” englobaria tanto o “uso” quanto o “costume”; e por esse bom recurso o Foro então se tornaria como a lei, por sua contribuição na manutenção dos homens no estado de paz e justiça.</p> <p>E assim, reitera o documento normativo, o Foro diria respeito a todo e qualquer assunto relacionado ao Direito e à justiça; e por isso ele se tornaria, em relação ao uso e ao costume, mais paladino, por sua ampla divulgação e entendimento.</p> <p>Este Foro deveria ser feito bem e corretamente, preservando em todos os assuntos razão e direito, igualdade e justiça; e também realizado através do conselho de homens bons e sábios, sempre no consenso do senhor e de seus subordinados, visando sempre o Bem Comum a</p>
--	--	--

	non sean cobdiciosos, ni sobervios, ni de mala voluntad, ni ayan desamor unos con otros mientras lo fizieren. E quando assi fuere fecho, pueden-lo otorgar, e mandar por todos los logares que se fiziere que se tenga: e desta guisa será assi como Ley". AFONSO X. Partida I, Título II. Ley VIII. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 13.	todos; quando tudo ocorrendo desta forma, o Foro poderia ser outorgado, fazendo-se valer como Lei.
Tema	Leis	
Conceito	Uso, Costume e Foro	

Em síntese, conforme verificamos neste *Título II*, o documento normativo adota um tom conciliatório, ou seja, ele não se predispõe a imediatamente acabar com as antigas e tradicionais formas de pensamento e comportamento em relação à aplicação do Direito na sociedade. Afonso provavelmente tinha conhecimento de que seu projeto jurídico poderia ser interpretado como uma tentativa “extrema” de controle aos nobres, ao senhorio; e por isso mesmo, todo esse cuidado logo ao início do documento normativo, no qual ele se demonstrou consciente das antigas formas de Direito (como o Direito Natural de perspectiva aristotélica); sua exigência, no entanto, seria que o “uso”, o “costume” ou mesmo o “Foro” (chamado para resolver alguma questão local) não fosse totalmente contrário às leis de Deus e ao Direito Natural, provocando qualquer risco à estabilidade e ao Bem Comum da sociedade. De fato, como vimos no pensamento de Bernal, um dos elementos teóricos que percebemos em destaque dizem respeito justamente à questão do “ordenamento” da sociedade¹⁶⁷; e de acordo com García-Gallo de Diego, as leis justificam-se como “reguladoras” das relações entre os homens, para que estes vivam bem, em harmonia, seguindo os preceitos da razão e de Deus¹⁶⁸; os reis e Imperadores, os únicos senhores do poder temporal, seriam os responsáveis pelo

¹⁶⁷ BERNAL, José Sánchez-Arcilla. La "teoría de la ley" en la obra legislativa de Alfonso X el Sabio. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**. n. 6, pp. 81-123, 2008-2009.

¹⁶⁸ DIEGO, Alfonso García-Gallo de. Nuevas observaciones sobre la obra legislativa de Alfonso X. **Anuario de historia del derecho español**. n.46. p. 609-670, 1976.

estabelecimento das leis, contando sempre com o apoio de homens sábios no trabalho de realização delas; e tudo ocorrendo dessa forma, cumpre-se a “justiça” na sociedade, com cada um recebendo o valor ou culpa pelo que comete ao outro e à sociedade. Temos, portanto, nessa teia de silogismos e argumentações, um posicionamento consistente de defesa em relação ao projeto de leis estabelecido ali; projeto este, devemos recordar, diretamente associado ao plano de Afonso em relação ao fortalecimento do poder temporal e, mais especificamente, de sua autoridade e legitimidade como rei e, possivelmente, Imperador.

3.3 SOBRE O IMPÉRIO E A MONARQUIA

Afonso X, como primogênito de Fernando III, tornar-se-ia rei de Leão e Castela. Por esse motivo, no desenvolvimento de seu trabalho jurídico, uma definição a respeito do que seria a pessoa do “rei”, contemplando todos os direitos e deveres deste, não poderia então faltar; algo que, de fato, presenciamos ao longo da *II Partida* do documento. Lembremos que Afonso X teria buscado alcançar através de sua obra uma plena legitimidade e autoridade dentro de seu reino, mas não apenas: queria também ser reconhecido como um governante ideal e universal, ou seja, um forte concorrente à coroa do Sacro Império Romano Germânico. As leis têm inspiração divina e possuem o suporte régio; os reis e o Imperador aplicam a justiça dentro de um sentido neoplatônico: em nome de Deus. Vejamos, na sequência, o *Prólogo da II Partida*, com as suas definições:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“La fe catholica de nuestro Señor Iesu Christo avemos mostrado, en la Primera Partida deste libro, como se deve creer, e honrrar, e guardar. Esto fizimos por derecha razon, porque Dios es primero e comienço, e medio, e acabamiento de todas las cosas”. AFONSO X. <i>Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas</i>. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E como quier que ellos son tenudos de</p>	<p>Logo ao início, o texto reforça todo o importante trabalho realizado na <i>I Partida</i> em relação à fé católica do Senhor Jesus Cristo: na qual todos deveriam crer, e sempre honrar e guardar; trabalho realizado, na ressalva da própria fonte, por uma direita razão: Deus seria o começo, meio e fim de todas as coisas.</p> <p>Trabalho também motivado,</p>

	<p>fazer esto que dicho avemos, con todo esso, porque las cosas, que han de guardar la fe, non son tan solamente de los enemigos manifestos, que en ella non cree, mas aun de los malos christianos atrevidos que la non obedescen ni la quieren tener, nin guardar, e por que esto es cosa q se deve vedar, e escarmentar crudamente, lo que ellos non pueden fazer, por ser el su poderio espiritual que es todo lleno de piedad, e de merced”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“Porende nuestro Señor Dios, puso otro poder temporal en la tierra con que esto se cumpliesse: assin como la justicia que quiso, que se fiziesse en la tierra, por mano de los Emperadores, e de los Reyes”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E estas son las dos espadas, porque se mantiene el mundo. La primera espiritual. E la otra temporal. La espiritual taja los males ascondidos, e la temporal, los manifestos”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E destas dos espadas, fablo nuestro Señor Iesu Christo el jueves de la cena, quando pregunto a sus discipulos: provandolos: si aviã armas con que lo amparassen de aquellos que avian de traer, e ellos dixeron que avian dos cuchillos, el qual respondio como aquel,</p>	<p>complementa o documento normativo, pelo fato de existirem ainda aqueles que atentam contra a fé ou mesmo que não a praticam corretamente, a exemplos dos maus cristãos.</p> <p>E justamente contra esses possíveis males, continua o prólogo, teria o Senhor Deus colocado outro poder temporal na Terra: que a justiça desejada por Ele também se fizesse através das mãos dos Imperadores e dos reis.</p> <p>Seriam estas, portanto, as duas espadas pelas quais se manteria o mundo: a primeira delas, a espiritual, que combateria os males escondidos; e a segunda delas, a temporal, que combateria os males manifestos.</p> <p>E a respeito destas duas espadas, cita o documento, teria igualmente se referido o próprio Senhor Jesus Cristo: o homem deveria ser castigado no plano espiritual e temporal.</p>
--	---	--

	<p>que sabia todas las cosas, e dixo, que assaz avia. Ca sin falla esto abunda, pues aqui se encierra el castigo del ome, tambien en lo espiritual, como en lo temporal”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E porende estos dos poderes, se ayuntan, a la fe de nuestro Señor lesu Christo por dar justicia complidamente, al alma, e al cuerpo. Onde conviene, por razon derecha, que estos dos poderes, sean siempre acordados assi, que cada uno dellos ayude, de su poder al otro, ca el que desacordasse, venia contra el mandamiento de Dios, e auria por fuerça, de menguar de la fe, e la justicia, e non podria luengamente durar la tierra, en buen estado, ni en paz, si esto se fiziesse”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E porende pues que en la Primera Partida deste libro, fablamos de la justicia espiritual, e de las cosas que pertenescen para ella, segund ordenamiento de Santa Eglefia, conviene que mostremos en esta Segund Partida de la justicia temporal, e de aquellos que la han de mantener. E primeramente de los emperadores, e de los Reyes q son las mas nobles personas, e honrradas, a quien esto pertenesce mas q a los otros ome, e de si de los otros grandes señores, e mostraremos quales deven ser”. AFONSO X. Prólogo da Segunda Partida. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado,</p>	<p>Ou seja, onde estes dois poderes se unissem, na fé do Senhor Jesus Cristo, seria então praticada a justiça, à alma e ao corpo; e por esta situação, convém, por razão direita, que estes dois poderes estivessem sempre aliados entre si, e que cada um deles ajudasse e atribuísse seu poder ao outro; e caso algum destes poderes não agisse dessa forma, estaria assim diretamente contra o mandamento de Deus, perecendo de fé e da justiça; e não conseguiria também, por muito tempo, durar na Terra em bom estado ou paz.</p> <p>Seriam, portanto, Imperadores e os reis, as mais nobres e honrradas pessoas, os principais responsáveis pelo exercício e manutenção da justiça temporal.</p>
--	--	---

	versão de 1555, edição de 1576, p.2.	
Tema	O poder temporal	
Conceito	Imperador e Rei	

O rei, de acordo com Iglesia Ferreirós, era o enviado por Deus para aplicar a justiça e as leis eram o fruto da divindade (vontade divina)¹⁶⁹. Por isso o rei ou o Imperador tinham em mãos o poder temporal inspirado pelo poder espiritual (dois poderes). Apenas era um Imperador para o Sacro Império Romano Germânico, fator de controle para a Cristandade Latina, o escolhido no século XIII, característica que levou Afonso X para a malfadada corrida imperial. Assim, o prólogo da *II Partida*, conforme verificamos acima, abre um trabalho a ser realizado na obra de apresentação ao poder temporal: este imprescindível na sociedade sempre bem organizada, tendo em vista a sua responsabilidade na manutenção da fé, da ordem e da justiça. Na sequência, o documento normativo irá contemplar os conceitos de rei e Imperador:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Imperio es gran Dignidad, noble e honrad, sobre todas las otras, que los omes pueden aver en este mundo temporalmente”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“Ca el señor à quien Dios tal honra dá es Rey, e Emperador. E a el pertenece segund derecho, el otorgamiento que le fizieron las gentes, antiguamente, de gobernar, e mantener el Imperio en Justicia”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez.</p>	<p>De acordo com o documento normativo, Império seria uma grande Dignidade, nobre e honrada, sobre todas as outras, que os homens poderiam ter neste mundo, do ponto de vista temporal.</p> <p>O senhor a quem Deus atribuiria essa honra seria então rei, e Imperador; e a ele pertenceria, segundo Direito, o outorgamento que lhe fizeram as pessoas, antigamente, de gobernar, e manter o Império em Justiça.</p>

¹⁶⁹ IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Alfonso X, su labor legislativa y los historiadores. **Revista Historia. Instituciones. Documentos**. n. 9, p. 10, 1982.

	<p>Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E por esso es lammado Emperador, que quiere tanto decir como mandador, porque al su mandamiento, deven obedecer todos los del Imperio. E el no es tenudo de obedecer à ninguno fueras ende al Papa, en las cosas espirituales”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E convino, que un ome fuesse Emperador, e oviesse este poderio en la tierra por muchas razones. La una, por toller desacuerdo entre las gentes, e ayuntarlas en uno, lo que non podria fazer si fuessen muchos los Emperadores, porque segund natura, el señorío non quiere compañero nin lo ha menester, como quier que en todas guisas conviente, que aya omes buenos, e sabidores que le consejen, e le ayuden”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“La segunda, para fazer Fueros, e Leyes, porque se judguen derechamente las gentes de su señorío: La tercera, para quebrantar los sobervios, e los torticeros, e los malfechores, que por su maldad, opor su poderio, se atreven à fazer mal, o tuerto à los menores”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“La quarta, para amparar la Fé de nuestro Señor Jesu Christo, e quebrantar los enemigos della. E otrosi</p>	<p>E por tudo isso seria chamado de Imperador, significando “mandador”, tendo em vista que ao seu mando todos deveriam obedecer no Império; e ele não teria de obedecer a ninguém, com excessão do Papa, nos assuntos espirituais. Aqui houve a divisão dos poderes (temporal e espiritual).</p> <p>Convém a um homem ser Imperador e deter tamanho poder na Terra, e por muitas razões; a primeira delas, para que se acabasse com os desacordos entre as pessoas, com o fim de uni-las em um todo; algo, aliás, que não poderia ser feito caso existissem muitos Imperadores.</p> <p>A segunda delas, para que fossem realizados Foros, e Leis, para que se julgassem corretamente as pessoas de seu senhorio; a terceira, para que fossem combatidos os malfeitores; este que, devido à maldade, poderiam se atrever a prejudicar ou fazer mal aos menores.</p> <p>A quarta, para que se amparasse a fé do Senhor Jesus Cristo, e também se</p>
--	--	--

	dixeron los Sabios, que el Emperador es Vicario de Dios en el Imperio, para fazer Justicia en lo temporal, bien assi como el Papa en lo spiritual". AFONSO X. Partida II, Título I, Ley I. . Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.	combatesse os inimigos dela; desta forma, como teriam dito os Sábios, cita o documento normativo, o Imperador tornar-se-ia o Vigário de Deus no Império, cumprindo com a Justiça no temporal, da mesma forma que o Papa igualmente cumpriria no que se refere ao espiritual. Essa era a separação dos poderes (temporal e espiritual).
Tema	O poder temporal	
Conceito	Imperador	

A primeira lei da *II Partida*, que reflete uma hierarquia social regulamentada pela lei, está discutindo a questão do poder temporal e espiritual, e propõe uma definição de “Império”. Importante destacar que o documento normativo reforça, na continuidade, a prerrogativa do poder temporal, pois desde Afonso VII no século XII se desenvolveu a perspectiva no medievo do rei teoricamente ser um Imperador da Hispania¹⁷⁰. Claro que essa sinalização pertencia aos argumentos políticos desde a Antiguidade Tardia e como tradição espalhou-se para o período medieval ibérico. Assim, no papel que cabe ao poder temporal, ou seja, ao Imperador, encontra-se a responsabilidade pelas Leis, para que todos vivessem no Direito:

	Identificação	Intermediação
Lei	“El poderio que el emperador ha, es en dos maneras. La una, de derecho. E la otra de fecho, e aquel q ha segund derecho es este, q puede fazer ley e fuero nuevo, e mudar el antiguo, si entendiere, que es pro comunal, de su gente. E otrosi quando fuesse escuro, ha poder de lo esclarecer. E puede otrosi toller la costumbre usada, quando entendiere q era danosa, e fazer nueva	De acordo com a segunda lei, o Imperador teria o poder de fazer Lei, e novo Foro, alterando o antigo ou mesmo buscando esclarecê-lo.

¹⁷⁰ BREMEJO CABRERO, José Luis. En torno al Imperio Hispano Medieval. **Anuario de historia del derecho español**. n. 59, pp. 737-750, 1989.

	<p>que fuesse buena”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E aun ha poder de fazer justicia, e escarmiento: en todas las tierras del imperio: quando los omes fiziessen porque. E otro ninguno, no lo puede fazer si non aquellos, a quien lo el mandasse: o a quien fuesse otorgado, por privilegio, de los emperadores. E aun ha poderio, de poner adelantados, e juezes en las tierras, que juzguen en su lugar: segund fuero, e derecho”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“E por su mandado, e por su otorgamiento, se deve batir moneda en el imperio. E el solo, es otro si poderoso de partir los terminos de las provincias, e de las villas. E por su mandado deven fazer guerra, e tregua, e paz”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.</p> <p>“En el tiempo de paz se deven aparejar, e de ver todas las cosas que son menester, para en tiempo de guerra, para que las tengan prestas, e se puedan mejor ayudar dellas quando les fuere menester. Otrosi, deven en esse mismo tiempo entender en endereçamiento de su gente, e de su tierra, ayundandose de Leyes, e de Fueros, e derechos, e usando dellas contra los sobervios, e los torticeros, dando su derecho a cada uno”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley IIII (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez.</p>	<p>Por todas as terras do Imperio, teria o poder de fazer a justiça, mediante as ações dos homens; e somente aqueles outorgados por ele poderiam também fazê-lo; e poderia espalhar juízes nas terras, que julgassem em seu lugar, de acordo com o Foro, e o Direito.</p> <p>Caberia a ele também a cunhagem das moedas, determinar os limites das províncias e vilas, e também a ordenação de se fazer guerra, trégua e paz.</p> <p>Nos tempos de paz, segue a quarta lei, deveriam verificar tudo o que fosse importante, para que em tempos de guerra tudo estivesse preparado; e ainda nestes tempos de paz, se contribuiria com as pessoas através de Leis e Foros, sempre protegendo a todos contra a ação dos malfetores, e aplicando o devido Direito a cada um.</p>
--	---	--

	<p>Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 4.</p> <p>“Otrosi, dixeron los Sabios Antigos, que el Emperador debe usar en tiempo de guerra, de armas, e de todas aquellas cosas, de que se puede ayudar contra sus enemigos por mar, o por tierra. E aun mostraron, que se devia aconsejar el Emperador en fecho de guerra con los omes honrados, e con Cavalleros, e con los otros que son sabidores della, e que han a meter y las manos, quando menester fuere. E debe usar de su poderío por consejo dellos, bien aisi como se guia por consejo de los sabidores de derecho, para toller las contiendas que nacen entre los omes”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley IIII (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 4.</p>	<p>E quando em tempos de guerra, se deveria valer de todas as armas possíveis, do poderio dos homens honrados, utilizando-se do conselho destes, tal como se guia pelo conselho dos sabedores do Direito para resolver as contendas que nascem entre os homens.</p>
Tema	O poder temporal	
Conceito	Imperador	

O rei estava lembrando aos conselheiros (os nobres) de ajudá-lo, porque na realidade muitos não estavam fazendo isso. De acordo com Tudela y Velasco, o rei que era a “cabeça do reino” e precisava dos bons conselheiros para governar em justiça, assim cumprindo ser o imperador de seu reino¹⁷¹. Verificamos uma situação sobre esse tema também nas *Cantigas de Santa Maria*, (CSM 235), intitulada “Esta é como Santa Maria deu saude al Rey Don Affonso quando foi en Valadolide enfermo que foi juygado por morto” em que é narrada as várias tentativas de traição sofridas pelo rei Afonso X por seus ricos homens, mas a Virgem aparece vingando o rei e o recuperando de sua saúde¹⁷².

¹⁷¹ TUDELA Y VELASCO, María Isabel Pérez de. Ideário político y orden social en la Partidas de Alfonso X. **Revista En la España medieval**. n. 14, p. 186, 1991.

¹⁷² Agradeço a importante ajuda nessa reflexão ao amigo historiador afonsino Mateus Sokolowski. Destaque para o seguinte trecho:
 “ Como agradecer ben-feito é cousa que muito val,
 assi quen nono agradece faz falssidad' e gran mal.
 Pois passou per muitas coitas e delas vos contarei:

O documento normativo, conforme as leis acima mencionadas, relaciona a função legislativa do poder temporal (nesse caso a do Imperador) no que diz respeito ao cumprimento da justiça na sociedade governada; e tudo isso dentro de um amplo sentido de proteção à população, de manutenção da paz, e também para a resolução de problemas, tendo em vista as discórdias dos homens. Toda essa responsabilidade e importância em relação ao poder temporal por parte do Imperador também recebe a pessoa do rei, como verificamos na sequência:

Análise	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Vicarios de Dios son los Reyes, cada uno en su Reyno, puestos sobre las gentes, para mantenerlas en Justicia, e en verdad, quanto en lo temporal bien assi como el Emperador en su Imperio”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.4.</p> <p>“E los Santos dixeron, que el Rey es puesto en la tierra en lugar de Dios, para cumplir la justicia, e dar a cada uno su derecho. E por ende lo llamaron corazón, e alma del pueblo”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p> <p>“Ca assi como yace el alma en el corazón del ome, e por ella vive el cuerpo, e se mantiene, assi en el Rey yace la justicia, que es vida, e mantenimiento del pueblo de su señorío. E bien otrosi como el corazón es uno, e por el reciben todos los otros miembros</p>	<p>Os reis são apresentados como os “Vigários de Deus”, cada um em seu respectivo reino; neles seriam colocados sobre as pessoas para mantê-las na Justiça e na verdade no que diz respeito ao temporal, tal como o Imperador em seu Império.</p> <p>Na sequência da fonte, continua-se reforçando a importância social do rei, através de várias e seguidas afirmações: os Santos teriam dito que ele, o rei, fora posto na Terra em lugar de Deus para que se cumprisse com a Justiça, para que fosse dado a cada um o seu direito; e exatamente por isso o teriam chamado coração e alma do povo.</p> <p>Pois da mesma forma como agiria a alma no coração do homem, e por ela viveria o corpo, o preservando, assim também atuaria a Justiça no rei, que seria a vida e a manutenção do povo de seu</p>

*Ha vez dos ricos-omes que, segundo que eu sei,
se juraron contra ele todos que non fosse Rey,
seend' os mais seus parentes, que divid' é natural".*

In: https://pt.wikisource.org/wiki/Cantigas_de_Santa_Maria/CCXXXV (Acesso em 08/02/2016).

	<p>unidad para ser un cuerpo, bien assi todos los del reino, maguer sean mucho (porque el Reye es, e debe ser uno) por esso deven otrosi ser todos unos con el, para servirle, e ayudarle en las cosas que el ha de fazer”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p> <p>“E naturalmente dixeron los Sabios, que el Rey es Cabeça del Reyno, caisi como de la cabeça nacen los sentidos, porque se mandan todos los miembros del cuerpo, bien assi por el mandamiento que nace del Rey, que es señor, e cabeza de todos los del Reyno, se deven mandar, e guiar, e aver un acuerdo con el, para obedecerle, e amparar, e guardar, a acrecentar el reyno. Onde él es alma, e cabeça, e los miembros”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p>	<p>senhorio; e tal como o coração seria apenas um, e por ele receberiam todos os outros membros a unidade para ser um corpo, do mesmo modo todos os homens do reino (pois o rei seria, e precisaria ser uno) deveriam ser apenas um juntamente com ele, para assim ajudá-lo e servi-lo em todas as coisas que ele teria de fazer.</p> <p>E por tudo isso, continua o documento normativo, teriam naturalmente dito os Sábios que o rei seria a Cabeça do reino; pois da mesma forma que da cabeça nasciam os sentidos e ordens para os demais membros do corpo, o mandamento que nascesse do Rei, que é senhor, estando à cabeça de todos os homens do reino, deveria a todos comandar, e guiar, e ser aceito, para que se guardasse e amparasse o reino: lugar no qual o rei seria a alma e cabeça, e o povo, os membros.</p>
Tema	O poder temporal	
Conceito	Rei	

Na quinta lei, como observamos acima, o documento normativo volta-se à definição da função e dos deveres relacionados, agora especificamente aos reis utilizando-se das metáforas organicistas, pois eles aplicam a justiça na Terra. Jean-Claude Schmitt afirma sobre a ideia do corpo político no medievo que: “O corpo oferece o modelo concreto de uma organização hierárquica do real que ultrapassa muito a simples observação da pessoa humana e abre caminho a uma floração

ilimitada de metáforas”¹⁷³ e nesse sentido é o “modelo que acompanha o rápido desenvolvimento da noção abstrata de Estado, encarnado no corpo dinástico e imortal do soberano, por oposição a seu corpo individual e perecível”¹⁷⁴. E de acordo com Aline Dias da Silveira: “Pela representação organicista do reino, a partir da qual o rei é a cabeça, o coração e a alma, podemos perceber a compatibilidade deste pensamento associativo com as ambições e práticas políticas de Afonso pela centralização de poder. Política que lhe trouxe problemas perante a nobreza”¹⁷⁵. Os reis seriam considerados os vigários de Deus: na Terra em seu lugar para cumprirem com a justiça e a verdade, atribuindo a cada um o seu direito. Na construção narrativa, ademais, destacamos a relação estabelecida entre alma e coração com a justiça e rei, uma analogia que vem no sentido de reforçar o papel uno do poder temporal. Detalhando ainda mais a definição, continua a obra:

Análise	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“(Que quiere dezir Rey, e porque es assi llamado): Rey tanto quiere dezir como regidor, ca sin falla, a el pertenesce el governmento del reyno”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p> <p>“E segund dixeron los Sabios Antiguos e señaladamete Aristoteles en el libro que se llama Politica, se el tiempo de los gentiles, el Rey non tan solamente era guiador e cabdillo de las huestes, e juez sobre todos los del reyno: mas aun era señor en las cosas espirituales que estonces se fazian por reverencia: e por honrra de los dioses, en que ellos</p>	<p>O rei, no esclarecimento da fonte, seria considerado o Regedor, e a ele pertenceria o governo do reino.</p> <p>Recorrendo aos dizeres dos Sábios Antigos, ressaltando-se Aristóteles em seu livro chamado “Política”, o documento normativo esclarece que, no tempo dos gentios, o rei não seria apenas o guia, chefe das hostes, e juiz sobre todos</p>

¹⁷³ SCHMITT, Jean Claude. Corpo e Alma. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático Medieval I**. Tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 265.

¹⁷⁴ SCHMITT, Jean Claude. Corpo e Alma. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático Medieval I**. Tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 265.

¹⁷⁵ SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 78, 2014.

	<p>creyan”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas .Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p> <p>“E porende los llamauan Reyes, porque regian tambien en lo temporal, como en lo spiritual. E señaladamente tomo el rey nome, de nuestro señor Dios: ca assi como el es dicho Rey sobre todos los reyes, porque del han nome, e los gobierna e los mantiene en su lugar en la tierra para fazer justicia e derecho: assi ellos son tenudos de mantener e de guardar en justicia e en verdad, a los de su señorío”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 5.</p> <p>“E aun otra manera mostraron los Sabios porque el Rey es assi llamado, e dixeron que Rey tanto quiere dezir como regla, ca assi como por ella se conocen todas las torturas, e se endereçan, assi por el Rey son conocidos los yerros e emendados”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p>	<p>aqueles do reino; mas também era considerado senhor das coisas espirituais, pelas quais, naquela época, eram feitas reverências, por honra aos deuses em que se acreditavam.</p> <p>E por essa razão, eles seriam chamados de reis, tendo em vista que regiam o temporal e o espiritual; e dessa forma, teria o rei adotado o nome do senhor Deus: este, por ser considerado Rei sobre todos os reis, teria concedido o seu nome a eles, governando e mantendo a eles em seus lugares na Terra para que fizessem a justiça e o direito; e, por sua vez, aos reis caberia manter e também guardar, em justiça e na verdade, a todos aqueles de seu senhorio.</p> <p>E ainda, teriam dito os Sábios, acrescenta o documento normativo, que o rei era chamado assim por conta da noção de “regra”: pois, da mesma forma que através desta se conheceriam todas as formas de tortura, endereçando-se devidamente elas, assim também, através da pessoa do rei, seriam conhecidos todos os erros, e emendados.</p>
Tema	O poder temporal	
Conceito	Rei	

Trabalhando na definição do conceito de “rei”, a construção legislativa volta-se, em tom explicativo, de acordo com Ferreiro Alemparte, para os tempos antigos,

buscando o auxílio teórico de Aristóteles¹⁷⁶. Inclusive Afonso X e os seus sábios legisladores criam uma explicação para a palavra “rei” como advindo de “regra”. Trata-se, portanto, da tradição antiga aqui resgatada no sentido de justificar e, principalmente, reforçar uma autoridade ao poder temporal, desde sempre encarregado da justiça e da verdade; como bem destacado neste trecho:

	Identificação	Intermediação
Lei	“Que la justicia que nuestro Señor Dios avia à dar en el mundo, porque biviessen los omes en paz, e en amor, que oviesse quien la fiziesse por el en las cosas temporales: dando à cada uno su derecho, segund su merecimiento. E tiene el Rey lugar de Dios, para fazer justicia, e derecho en el reyno en que es señor, bien assi como de suso diximos, que lo tiene el Emperador en el Imperio. E aun demás, que el Rey lo tiene por heredamiento, e el Emperador por elecion”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VI. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.	A Justiça, a qual o Senhor Deus havia de dar ao mundo, para que os homens vivessem em paz e amor, que fosse cumprida através de alguém para os assuntos temporais: atribuindo a cada um o seu direito, de acordo com o seu merecimento; e assim teria o rei o mesmo lugar de Deus, para fazer a justiça e o Direito no reino do qual é senhor, da mesma forma que o Imperador no Império; compromisso este que o rei assumiria por herança, enquanto que o Imperador, por eleição.
Tema	O poder temporal	
Conceito	Rei	

Assim reforçando a prerrogativa dos reis e Imperadores, o documento normativo reforça a responsabilidade, conferida por Deus, ao poder temporal: o exercício da justiça e do Direito no mundo dos homens para manter a paz e o amor entre os homens¹⁷⁷. A posição de rei, no entanto, apresentaria algumas qualidades em relação ao Imperador:

¹⁷⁶ FERREIRO ALEMPARTE, Jaime. Recepción de las éticas y de la política de Aristóteles en las Siete Partidas del Rey Sabio. **Glossae: European Journal of Legal History**. n. 1, p.98, 1988.

¹⁷⁷ BREMEJO CABRERO, José Luis. En torno al Imperio Hispano Medieval. **Anuario de historia del derecho español**. n. 59, p. 750, 1989.

Análise	Identificação	Intermediação
<p>Lei</p>	<p>“Sabida cosa es, que todos aquellos poderes, que de suso diximos, que los Emperadores han, e deven aver en las gentes de su Imperio, que essos mismos han los Reyes, en las de sus reynos, e mayores”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p> <p>“Ca ellos non tan solamente son señores de sus tierras, mientras viven, mas aun à sus sinamientos las pueden dexar à sus herederos, lo que non pueden fazer los Emperadores, que lo ganan por elecion, assi como de suso diximos” AFONSO X. Partida II, Título I, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.5.</p> <p>“Verdaderamente es llamado Rey, aquel que con derecho gana el señorío del reyno. E puedese ganar por derecho, en estas quatro maneras.” AFONSO X. Partida II, Título I, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.6.</p> <p>“La primera es, quando por heredamiento hereda los reynos el fijo mayor, o alguno de los otros, que son mas propincos parientes à los Reyes, al tiempo de su finamiento. La segunda es, quando lo gana por avenecia de todos los del reyno, que lo escogieron por señor, no aviendo pariente, que dava heredar, el señorío del Rey finado, por derecho. La tercera razón es, por casamiento: e esto es, quando alguno casa con dueña que es heredera del reyno, que maguer el non venga de linaje de Reyes, puedese llamar Rey,</p>	<p>Todos aqueles poderes que o Imperador possui em relação ao povo do Império, possuem também os reis no que diz respeito às pessoas de seus reinos; porém, os reis teriam prerrogativas ainda maiores.</p> <p>Isso devido ao fato de que os reis eram, de fato, senhores de suas terras, e por isso mesmo poderiam deixá-las para seus herdeiros; enquanto que o Imperador, por conta de sua nomeação pela via eleitoral, não poderia o mesmo.</p> <p>De acordo com a nona lei, seria verdadeiramente chamado de rei o homem que, com direito, ganhasse o senhorio do reino; e ele o ganharia por direito de quatro possíveis maneiras.</p> <p>Na primeira delas, por herança: quando o filho mais velho (ou mais próximo) acabasse herdando o reino, do momento em que ocorresse o falecimento do rei; na segunda, quando ele fosse ganho através do consentimento de todas as pessoas do reino: um homem seria escolhido para se tornar o senhor, não havendo qualquer parente que devesse herdar o senhorio do</p>

	<p>despues que fuere casado con ella. La quarta es, por otorgamiento del Papa, o del Emperador, quando alguno dellos faze Reyes en aquellas tierras, en que han derecho de lo fazer”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.6.</p> <p>“Onde si lo ganan los Reyes, en alguna de las maneras que de suso diximos, son dichos verdaderamente Reyes. E deven otrosi, guardar siempre mas la pro comunal del su pueblo, que la suya misma, porque el bien, e la riqueza de dellos es como suyo. Otrosi, deven amar, e honrar à los mayores: e à los medianos, e à los menores, à cada uno segund su estado: e plazerles con los Sabios, e allegarse con los entendidos, e meter amor, e acuerdo, entre su gente, e ser justiciero, e dando à cada uno su derecho”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.6.</p> <p>“Tirano, tanto quiere decir, como señor, que es apoderado en alguno reyno, o tierra por fuerça, o por engaño, o por traycion. E estos a tales, son de tal natura, que despues que son bien apoderados en la tierra, aman mas de fazer su pro, maguer sea daño de la tierra que la pro comunal de todos, porque siempre viven à mala sospecha de la perder”. AFONSO X. Partida II, Título I, Ley X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.6.</p>	<p>finado rei; na terceira, por casamento: quando ocorre um casamento com uma mulher herdeira do reino; e na quarta, por outorgamento do Papa ou do Imperador: quando eles escolhessem alguém como Rei nas terras que possuísem o direito de fazê-lo.</p> <p>Estes seriam, portanto, segundo o documento normativo, os verdadeiros reis; estes que deveriam: guardar mais para todo o povo do que para si próprios, pois o bem e a riqueza deles é tal como a sua; amar a todos, aos mais velhos e jovens, a cada um de acordo com seu estado; e se manterem sempre próximos aos Sábios, aos bem entendidos, espalhando o amor e a harmonia entre o seu povo, mas sempre com justiça, dando a cada um o seu direito.</p> <p>E aqueles que não se enquadrassem nesses requerimentos seriam, conforme esclarece a décima lei, considerados “tiranos”: senhores que teriam se apoderado de algum reino, ou terra através da força, ou por engano, ou por traição; e seriam, inclusive, de tal natureza que buscavam unicamente fazer o bem para eles próprios, e não para todos da comunidade.</p>
Tema	Poder temporal	
Conceito	Rei e Imperador	

O bom rei luta *versus* o tirano que era considerado um traidor e não cultivou o Amor. Pois era a virtude do Amor que mantinha a hierarquia social. A traição dos nobres no contexto de Afonso X aparece como um ato que almeja um governo tirano. Traição é o inverso do Amor, irmã, portanto, do desamor. Em **síntese**, essa defesa da posição real, de sua autonomia, acaba abrindo espaço para que, no documento normativo, se contemple e discuta a questão da legitimidade ou não de um determinado rei em sua posição. Neste *Título I*, entramos em contato com a visão institucional de Afonso X em relação à posição do Imperador e do rei na sociedade. De fato, o poder temporal foi destacado em sua autonomia e importância: sem ele, não seria possível a harmonia entre as pessoas; e isso devido ao seguinte fato: o poder temporal seria o principal encarregado de normatizar as relações entre as pessoas, e isso através do Direito, das leis. Assim, com cada um recebendo o que lhe era devido, apropriadamente, de acordo com o seu estado e merecimento, a justiça seria cumprida. O rei ou Imperador, dessa forma, agindo sempre na razão de inspiração aristotélica e na verdade, aplicaria a justiça ao corpo dos homens. Por sua vez, ele deveria ser obedecido pelo povo, nos diversos momentos; assim, a sociedade estaria unida em favor do Bem Comum: um todo fortalecido, justo e crente, de acordo com a vontade de Deus. Em suma, o rei ou Imperador seria o próprio “Vigário de Deus”, cumprindo na Terra, no temporal, a justiça divina.

A *definição de poder* no contexto de Afonso X era caracterizada por um controle pleno do governante de sua sociedade. O poder do governante se fortaleceria se sua comunidade fosse bem organizada, apoiante da fé e seguidora da justiça. Assim havia uma relação direta entre o poder e os elementos da ordem, fé e justiça como mantenedora da paz. Seria novamente, conforme indicado por Aline Dias da Silveira, o sentido organicista da sociedade ibérica medieval, a cabeça sendo o rei/Imperador e os membros desse corpo político a sua sociedade (os nobres)¹⁷⁸.

Pois bem, toda essa construção de argumentos, acima detalhada (análise), rastreada a partir de nossa ampla análise da fonte, revela o tom, constante, de reforço ao poder temporal na obra normativa de Afonso X. De fato, desde o início da

¹⁷⁸ SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 78, 2014. Ver também: FERREIRO ALEMPARTE, Jaime. Recepción de las éticas y de la política de Aristóteles en las Siete Partidas del Rey Sabio. **Glossae: European Journal of Legal History**. n. 1, pp.97-133, 1988.

obra verificamos esse posicionamento de força por parte do documento, realçando a mais que fundamental importância do poder temporal; e especialmente da pessoa, institucional, do rei. No entanto, o que destacamos no meio de todo esse entrelaçado de ideias, silogismos e relações lógicas, seria o desenvolvimento de uma noção central, teórica, de “justiça”: este conceito surge trabalhado de modo quase abstrato, na forma de um “ideal” relacionado ao bom exercício da prática de governo por parte do rei¹⁷⁹; torna-se algo, portanto, a ser alcançado e conquistado por este, como “fim último” de sua tarefa legislativa e de governo. No seguimento de nosso trabalho, continuamos a nossa aproximação em relação ao conceito de justiça, rastreando a perspectiva da fonte em relação a esse ideal não somente teórico, mas também prático para a sociedade.

3.4 SOBRE O EXERCÍCIO DA JUSTIÇA REAL: O PROCESSO DO JULGAMENTO

Verificamos no tópico anterior que o documento normativo estabelece diversas características à teoria do conceito de justiça, esta considerada uma das principais virtudes relacionadas ao poder monárquico. A *III Partida* é especialmente dedicada à ideia de justiça; porém, como observaremos na sequência, o foco do documento normativo se torna esclarecer melhor o seu funcionamento geral. Vejamos na sequência as ideias apresentadas ao início, no *Prólogo*:

	Identificação	Intermediação
Lei	“Tercera Partida, que fabla de la lusticia, e como se ha de fazer ordenadamente en cada lugar, por palabra de luyzio, e por obra de fecho, para desembargar los pleytos. Fizo nuestro Señor Dios todas las cosas muy complidamente, por el su grand saber, e despues que las ovo fechas, mantuovo a cada una, en su estado. E en esto mostro, qual es la su grand bondad, e justicia. E en qual manera la devan mantener aquellos q la ha de fazer en la	Na <i>Terceira Partida</i> se trata da justiça, de modo que se possa compreender como praticá-la adequadamente, no sentido de resolver as questões dos homens. Deus, continua a fonte, por seu grande conhecimento, ordenou as coisas no mundo, e as manteve cada uma em seu estado, demonstrando assim sua grande bondade e

¹⁷⁹ Para P. Ricoeur: “entre todas as virtudes, a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem”. RICOEUR, P. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 101.

	<p>tierra. Ca bien assi como quãdo la el quiso fazer, ouo saber e querer, e poder para fazer la: otosi los q la justicia han de fazer por el, hã menester q ayan en si tres cosas”. AFONSO X. Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“La primera, q avan voluntad de querer la, e de amar la de coraçon, parando mientes en los bienes e pro es que enel la yazen”. AFONSO X. Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“La segunda, q la sepan fazer, como coviene, e los fechos la demandaren: los unos con piedad, e los otros con rezedubre”. AFONSO X. Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“La tercera, q ayan esfuerço, e poder para cumplir la, contra los q la quieren toller o embargar”. AFONSO X. Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“Onde pues que en la <i>Primera Partida</i> deste libro avemos fablado de la justicia espiritual q faze al ome ganar el amor de Dios por voluntad que es la primera espada, porque se mantiene el mundo. E otosi, en la <i>Segunda Partida</i> mostramos de los grandes señores que la han de mantener geralmente en todas cosas, con fortaleza, e con poder, q es la otra espada temporal, que fue puesta contra aquellos que la quisiessem bargar o destruyr por fuerça, errando contra Dios soberviosamente, o contra</p>	<p>justiça. Assim, aqueles que desejam e possuem por dever manter, na Terra, essa ordem de Deus, ou seja, aqueles que praticam a justiça, devem sempre levar em consideração três coisas.</p> <p>1) A vontade de querer a justiça; ou seja, de amá-la com todo o coração, tendo em vista tudo de bom que ela carrega em si.</p> <p>2) Que se saiba fazê-la, como convém e conforme for necessário: para alguns, com piedade; para outros, com severidade.</p> <p>3) Que se tenha esforço e poder para cumpri-la, especialmente contra aqueles que se opõem e tentam diminuí-la.</p> <p>Tendo em vista que na <i>I Partida</i> foi discutido a respeito da justiça espiritual, a primeira espada que mantém o mundo, através da qual o homem ganha o amor de Deus; na <i>II Partida</i> foi discutido a respeito dos senhores temporais, a outra espada que mantém o mundo, que com sua força e fortaleza protege a todos contra todos aqueles que</p>
--	--	---

	<p>el señor temporal, o contra la tierra onde son naturales”. AFONSO X.Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“Queremos en esta <i>Tercera Partida</i> dezir de la justicia que se deve fazer ordenadamente por senso e por sabiduria en demandando, e defendiendo cada uno en juyzio, lo q cree, que sea de su derecho, ante los grandes señores sobredichos, o los oficiales q han de judgar por ellos”. AFONSO X. Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E desi fablaremos de todas las personas, e cosas que son menester, para acabamiento de juyzio: ca segund dixeron los Sabios Antiguos dos tiempos han de catar los grandes señores, en que han de estar guisados para obrar en cada uno dellos, segund conviene. El uno en tiempo de guerras, e de armas, e de gente, contra los enemigos de fuera, fuertes e poderosos. E el outro, en tiempo de paz, de leyes, e fueros derechos, contra los de dentro tortizeros o soberviosos: de manera que siempre ellos sean vendedores. Lo uno con esfuërço e con armas, e lo al con derecho, e con justicia”. AFONSO X. Partida III, Prólogo. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p>	<p>desejam o mau contra Deus e a terra.</p> <p>Nesta <i>III Partida</i> deseja-se falar sobre a justiça que se deve cumprir, por senso e por sabedoria conforme a necessidade, para assim defender a cada um em seu juízo.</p> <p>E serão contemplados na fonte todos aquelas pessoas e coisas que dizem respeito ao exercício do juízo; pois, conforme teriam dito os Sábios Antigos, os senhores devem estar atentos em lidar com essas responsabilidades em dois diferentes tempos: nos tempos de guerra e de paz. No primeiro destes, especialmente com esforços e com armas; e no segundo com o Direito e com a justiça.</p>
Tema	O Rei	
Conceito	Justiça	

Como observamos, por mais que Afonso X e seus legistas coloquem, precavidamente, o poder espiritual como a primeira espada que mantém a Cristandade medieval, logo em seguida ressaltam a ação efetiva da espada temporal, que se guarda com poder e fortaleza na mão de todos os grandes senhores do reino. É como se o poder espiritual fosse considerado demanda abstrata e subjetiva de uma atitude real, conforme Kantorowicz: esta é mais que necessária, em tempos de guerra ou de paz¹⁸⁰. Afonso X, portanto, respeita o universo espiritual, mas, conforme as *Partidas* anteriores, coloca no temporal a responsabilidade pela ordem social. A importância da Justiça segue na fonte, conforme ela inicia a definição do conceito:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Iusticia es una de las cosas, porque mejor e mas endereçadamente se mantiene el mundo. E es assi como fuente onde manan todos los derechos. E non tan solamente ha logar iusticia en los pleytos que son entre los demandadores e los demandados en juyzio: mas aun entre todas las otras cosas, que avien e entre los omes quier se fagan por obra, o se digam por palabras. E porque enel comienço desta <i>Tercera Partida</i> fabramos en general de la justicia, queremos en este Titulo dezir della especialmente. E mostraremos q cosa es justicia en si. E que pro viene della. E porque ha assi nome. E quantas son las razones de los sus mandamientos, porque se deve obrar”. AFONSO X. <i>Partida III</i>, Título I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“Raygada virtud es la iusticia, segund dixerón los Sabios Antiguos que dura siempre en las voluntades de los omes justos, e dá e comparte a cada uno su</p>	<p>Na Introdução ao Primeiro Título da <i>Terceira Partida</i> apresenta-se a função da justiça como a mantenedora do mundo, ou seja, como fonte de onde emanam todos os direitos. Justiça, ademais, que encontra o seu lugar não apenas nos pleitos, ou seja, nas disputas em juízo; mas sim em todos os lugares, em todas as coisas e assuntos dos homens. Especialmente sobre a justiça, em diversos de seus aspectos, contemplará o trabalho a ser desenvolvido na <i>III Partida</i>.</p> <p>Citando os Sábios Antigos, o documento normativo exalta a virtude da Justiça, esta que dura sempre na vontade dos</p>

¹⁸⁰ KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.26-28.

	<p>derecho igualmente”. AFONSO X.Partida III, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“E como quier que los omes mueren, pero ella, quanto en si, nunca desfallece ante finca siempre en los coraçones de los omes vivos, que son derechoeros e buenos. E maguer diga la escriptura, que el ome justo cae en yerro, siete vezes en el dia: porque el non puede obrar toda via lo que deve por la flaqueza de la natura que es en el, con todo esso en la su voluntad siempre deve ser aparejado en fazer bien, e en cumplir los mandamientos de la justicia. E porq ella es tan buena en si, comprehende todas las otras virtudes principales: assi como dixeron los Sabios, porende la asemejaron a la fuente perenal, que ha en si tres cosas”. AFONSO X. Partida III, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“La primera, que assi como el agua que della sale, nasce contra Oriente: assi la justicia cata siempre do nasce el for verdadero, que es Díos: e por esso llamaron los Santos en las escripturas e nuestro señor Iesu Christo, sol de lusticia. La segunda es, que assi como el agua de la fuente corre siempre, e han los omes mayor sabor de beber della, porque sabe mejor, e es mas sana que otra. Otrosi, la lusticia siempre es en si: que nunca se desgasta, nin mengua: e resciben en ella mayor sabor los que la demandan, e la han menester, mas que en otra cosa. La tercera es, que assi como el agua della es caliente en invierno, e fria en verano: e la bondad della es contraria a la maldad de los tiempos: assi el derecho que sale de</p>	<p>homens justos, e age no sentido de atribuir a cada um o seu direito, igualmente.</p> <p>E ainda que os homens morram, ela (a justiça), em si, nunca desfalece, estando sempre presente nos corações dos homens vivos que são direitos e bons. Homens que, apesar dos eventuais erros que possam cometer no dia-dia, devido a sua natureza, devem sempre se esforçar em fazer o bem, cumprindo com os mandamentos da justiça. E porque esta é tão boa em si, compreende todas as outras virtudes principais. E desta forma, conforme disserram os Sábios, a justiça se assemelha a uma fonte perene, apresentando em si três coisas.</p> <p>1) Da Justiça nasce o que é verdadeiro; aproxima-se, assim, de Deus; e por isso mesmo os Santos chamaram nas escritas ao Senhor Jesus Cristo de “Sol da Justiça”.</p> <p>2) A Justiça, tal como a água corrente, desperta grande sabor nos homens, que a procuram para o seu bem. Da mesma forma, a justiça não se desgata, tampouco mingua; e aproveitam nela maior sabor aqueles que a procuram, mais do que em qualquer outra coisa.</p> <p>3) Assim como a água dela é quente no inverno e fria no verão, a bondade da justiça é</p>
--	--	--

	<p>la lusticia, suelle, e contrasta las cosas malas e desaguizadas que los omes fazem”. AFONSO X. Partida III, Título I, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2.</p> <p>“Pro muy grande es el que nasce de la lusticia: ca el que la ha en si, faz el bevir cueradamente e sin mala estança, e sin yerro, e con mesura: e aun faze pro a los otros”. AFONSO X. Tercera Partida, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2-3.</p> <p>“Ca sin son buenos, por ella se fazem mejores, rescibiendo gualardones por los bienes que fizieron. E otrosi, los malos por ella han de ser buenos, recelandose de la pena que les manda dar por sus maldades”. AFONSO X. Tercera Partida, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2-3.</p> <p>“E ella es virtud, por que se mantiene el mundo, faziendo bevir, a cada uno en paz, segund su estado, a favor de si, e teniendo se por abondado de lo que ha”. AFONSO X. Tercera Partida, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2-3.</p> <p>“E porende la deven todos amar, assim como a padre, e a madre, que le da, e los mantiene. E obedecer la, como a buen señor, a quien non deven falir demandado. E guardar la, como a su vida: pues que sin ella, non pueden bien bevir”. AFONSO X. Tercera Partida, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio</p>	<p>contrária à maldade dos tempos. O Direito que sai da Justiça, portanto, contrasta com as coisas ruins que os homens podem fazer.</p> <p>Conforme a obra, bem muito grande é o que nasceria da Justiça; aquele que a possui em si, viveria corretamente, sem más atitudes, sem erros, e com mesura; e ainda faria o bem para os outros.</p> <p>Caso sejam bons, através dela se fazem melhores, recebendo gratificações por todos os bens que fizeram; ademais, os maus através dela vão se tornar bons, tendo receio da pena que eles sofrerão por suas maldades.</p> <p>E ela seria virtude, pela qual se mantém o mundo, fazendo viver a cada um em paz, de acordo com seu estado, a favor de si, sendo agraciado pelo que há de ter.</p> <p>E por isso todos devem amá-la, assim como ao pai e a mãe, os quais nutrem e mantêm; e obedecê-la, como a um bom senhor, a quem não se deve falhar aos pedidos; e guardá-la, como a sua própria vida, tendo em vista que, sem ela, não se</p>
--	--	--

	<p>Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.2-3.</p> <p>“Que quiere dezir lusticia, e quantos mandamientos son della. Segund departieron los Sabios Antiguos, lusticia tanto quiere dezir, como cosa, en que se encierran todos los derechos, de qual natura quier que sean”. AFONSO X. Tercera Partida, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3</p> <p>“E los mandamientos de la lusticia, e del derecho son tres. El primero es, que ome biua honestamente, quanto en si. El segundo, que non faga mal, nin daño a otro. El tercero, que de su derecho a cada uno. E aquel que cumple estos mandamientos faze lo que deve a Dios: e assi mismo, e a los omes con quien biue, e cumple, e mantiene la lusticia”. AFONSO X. Tercera Partida, Título I, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3</p>	<p>pode bem viver.</p> <p>Segundo disseram os Sábios Antigos, Justiça, considerada enquanto coisa, encerra todos os direitos nela, independente da natureza a que eles pertenciam.</p> <p>Nesse sentido, os mandamentos da Justiça e do direito seriam três: 1) Que o homem viva honestamente, quanto a si; 2) Que não faça mal ou dano ao outro; 3) Que ofereça a cada um o seu direito. Assim, aquele que cumprir estes mandamentos, ressalta o documento, faz o que deve a Deus; e, ao mesmo tempo, para os homens com quem vive, e cumpre, e mantém a Justiça.</p>
Tema	Rei	
Conceito	Justiça	

Como verificamos acima, o exercício da justiça surge como uma condição fundamental à vida em sociedade, praticamente obrigatória a todos, pois visa ao Bem Comum, à tão necessária ordenação da sociedade¹⁸¹. Nesse pensamento, todas as pessoas seriam beneficiadas pela existência da justiça; mantê-la, mesmo com a própria vida, seria uma ação necessária; ademais, conforme o documento, a maldade de muitos seria refreada devido ao receio das penalidades, ou seja: Justiça e Direito assim caminhavam sempre juntas dentro de uma razão prática (sentido aristotélico). Tal perspectiva de relação entre Justiça e Direito continua recebendo

¹⁸¹ ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. **Biblos** (Rio Grande), v. 21, p. 15, 2007.

grande destaque na construção legislativa de Afonso X, conforme iremos verificar na sequência da fonte:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Los judgadores, que fazem sus oficios, como deven: deven aver nome con derecho de juezes, que quier tanto dezir, como omes buenos, que son puestos para mandar, e fazer derecho”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“E destos y ha, de muchas maneras. Ca los primeros dellos, e los mas honrrados, son los que judgan en la corte del Rey, que es cabeça de toda la tierra, e oyen en todos los pleytos de aquellos omes, que se agravian”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“Otros y ha aun sin aquellos, que son puestos señaladamente para oyr las alçadas, de los juezes sobredichos. E tales como estos, llamaron los antiguos sobre juezes, por el poder q han sobre los otros, assi como dicho es”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“Otros ya que son puestos sobre reynos, o sobre otras tierras señaladas: e llaman los adelantados, por razon que el Rey los adelanta, para judgar sobre los juezes de aquellos logares”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el</p>	<p>Na definição de juiz e dos diversos tipos de juízes, o documento normativo estabelece: os julgadores, no seu ofício propriamente dito, são os chamado “juízes”: homens bons, postos para ordenar, e fazer o Direito.</p> <p>Dentre estes, os mais honrados são aqueles que julgam no corte do rei, este que é a cabeça de toda a terra; eles ouvem a todos os homens em seus pleitos.</p> <p>Acima destes juízes encontram-se outros, os chamados “sobrejuízes”: os quais conferem as decisões dos juízes da corte.</p> <p>E existem ainda outros juízes, colocados sobre reinos ou sobre terras designadas: são os chamados “adelantados”, tendo em vista que o rei atribui a eles a função de</p>

	<p>Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“Otros juezes y ha, que son puestos en logares señalados, assi como en las cibdades: e en las villas, o alli, do conviene que le judgue los pleytos”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“E aun otros ya que son puestos por todos los menestrales de cada logar, o por la mayor partida dellos. E estos han poderio de judgar los pleytos, que acaeciessen entre si, por razon de sus menesteres”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“E todos estos juezes, que avemos dicho, llaman los en latin <i>ordinarios</i>, que muestra tanto, como omes que son puestos ordinariamente para fazer sus officios sobre aquellos que han de judgar, cada uno en los logares que tienen”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“Otra manera y ha aun de juezes, a que llaman delegados, que quiere tanto dezir como omes que han poderio de judgar, segund les mandan los Reyes, o los adelantados, o los otros juezes ordinarios”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555,</p>	<p>verificar o trabalho dos juízes de determinada região.</p> <p>Existem ainda outros juízes que são postos em lugares específicos, assim como nas cidades, em vilas; enfim, onde convém, para que julgem os pleitos da região.</p> <p>E também existem aqueles postos para trabalhar a mando de senhores (ou da maioria deles) de certos lugares, para que regulem os pleitos entre estes.</p> <p>E todos estes juízes são chamados de juizes ordinários, tendo em vista que são homens designados, os quais cumprem a tarefa de julgar em determinados lugares e circunstâncias.</p> <p>Outra forma de juiz existente são os chamados delegados: assumem a tarefa seguindo o pedido do Rei, dos adelantados e mesmo de outros juízes ordinários.</p>
--	---	--

	<p>edição de 1576, p.19.</p> <p>“E sin todos aquellos, y ha aun otros, que son llamados en latin <i>arbitros</i>: que muestra tanto, como judgadores de alvedrio, que son escogidos, para librar algund pleyto señalado, con otorgamiento de ambas las partes”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“Acuciosamente, e con grand semencia, deve ter catado que aquellos, que fueren escogidos, para ser juezes o adelantados, que sean, quales diximos en la Segunda Partida deste libro. Pero si tales en todo non los pudieren fallar, que ayan en si a lo menos estas cosas que sean leales. E de buena fama. E sin mala cobicia. E que ayan sabiduria, para judgar los pleytos, derechoamente, por su saber, o por uso de luengo tiempo. E que sean mansos. E de buena palabra, a los que viniere ante ellos a juyzio. E sobre todo, que teman a Dios. E a quien los y pone. Ca si a Dios temieren, guardar se han de fazer pecado, e auran en si piedad, e justicia. E si al Señor ovieren miedo, recelar se han, desfazer cosa, por do les venha mal del, viniendo se les a miente, como tienen su logar, quanto para judgar derecho”. AFONSO X. Tercera Partida, Título IIII (IV), Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.19.</p> <p>“De partidos son los officios de los judgadores, e los abogados. Ca los vozeros, deven razonar en pie, estando ante aquellos que han de judgar. E los juezes, deven oyr, e librar los pleytos, estando assentados, assi como dize en el titulo que fabla dellos. E porende dezimos, que quando los judgadores</p>	<p>Por fim, ainda existem os chamados árbitros: escolhidos por ambas as partes em litígio, com a tarefa de emitir um parecer sobre determinado conflito.</p> <p>Os referidos “adelantados” ou juízes devem estar no encalço da verdade e os que servem ao Rei para poderem julgar devem ser bons por natureza e leais, de boa reputação, e não terem cobiça; devem ter sabedoria ou experiência em julgamentos, que sejam tranquilos, de boa palavra e, sobretudo que temam a Deus, bem como aquele que o fez homem do Direito. Porque se tiverem medo de Deus, eles evitarão os pecados, preservando em si piedade e a justiça.</p> <p>O documento normativo esclarece, inclusive, o comportamento dos advogados durante a realização dos pleitos, explanando a situação do julgamento. Inicialmente, os juízes devem ouvir com</p>
--	---	--

	<p>mandan a las partes, que digan e razonen todas aquellas cosas q quieren dezir en aquel pleyto: que primeramente se deven levantar a dezir e razonar el demandador o su vozero. E en comienço de su razon, deve rogar al judgador, e a los que y estovieren aquel oyan, falta que acabelo que ha dezir en aquel pleyto. Ca (assi como dixeron los Sabios Antiguos) aquel que dize sus palabras ante otros, pierde aquel tiempo en que las dize, si non le oyen bien, e non las entienden. E demas, tornarse le como en manera de verguença. E despues desto deve començar a recontar el pleyto, como passo, e poner sus razones, lo mas apuestamente q el pudiere. E si por ventura fuessen muchos vozeros de una parte, el uno dellos deve razonar, e non mas. E estonce, deven se acordar todos en uno, en q manera digo aquel q deve razonar. E ha se mucho de guardar, q non diga ninguna palabra sobejana, si non aquellas q pertencen al pleyto". AFONSO X. Tercera Partida, Título VI, Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.40.</p> <p>"E despues que ouviere razonado todo su pleyto, ha se de levantar el abogado del demandado, e poner sus defenciones, razonando aquellas cosas, q pertencen a su pleyto, en aquella manera, q diximos del vozero, del demandador. E sobretodo dezimos, que non deve ninguno dellos, atravesar, nin estourar, al otro mientras razonar. E otrosi guardarse, de non usar en sus razones, palabras malas, e villanas. Fuera ende, si algunas pertenessem al pleyto, e q non pudiessen escusarsse. E al abogado que desta manera razonare, deve le el judgador honrar, e caber sus razones. E los q contra esto fizessen puede les defender q non razonen ante el". AFONSO X. Tercera Partida, Título VI, Ley VII. Las Siete Partidas.</p>	<p>atenção o "vozerio", com a sua respectiva posição ligada ao demandante; devem colocar as suas razões para a questão ali debatida, com perfeita clareza. E se houvesse mais de um vozerio, que todos eles então entrassem em acordo para que apenas um fosse o responsável pela fala no pleito; e cuidando, também, para que nada do que dizesse fugisse ao tema ali em questão.</p> <p>Depois que o juiz ouvir o pleito em questão, o advogado do demandado se levantará e colocará sua defesa logo depois das acusações do demandante ditas através do "vozerio". Deve esse advogado zelar por usar o tempo necessário e de boas palavras, pois o juiz reconhece o mérito disso.</p>
--	---	--

	<p>Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.40.</p> <p>“Una de las cosas del mundo de que mas fé deven trabajar los Reyes, e los otros señores, que tienen lugar de nuestro Señor Dios en la tierra, para mantener la justicia: es de contrastar a la malicia delos omes: de manera que el derecho non puede ser embargado por ellos”. AFONSO X. Tercera Partida, Título VII, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.47.</p>	<p>No que se refere às pessoas que tentam enganar nos pleitos, o documento normativo esclarece: os reis e demais senhores (os quais possuem o lugar do Senhor Deus na Terra) devem trabalhar no sentido de lutar contra o comportamento malicioso dos homens, de modo que estes não possam contornar o Direito e, consequentemente, impedir a manutenção da justiça.</p>
Tema	Rei	
Conceito	Justiça / Cargos da Justiça	

Conforme verificamos acima, o exercício da justiça, na prática, exigia todo um aparato burocrático, de circunstâncias (o julgamento), cargos oficiais (os juízes que devem ser leais) e posições no pleito (as partes em litígio, e seus apoiadores). A justiça é buscada tanto pelo demandante como pelo demandado. Porém, quem guia o sentido de justiça são reis; em seguida, os chamados “adelantados” (assim nomeados porque o rei adiantou a função de julgar a estes); abaixo destes estão os juízes e, por fim, os delegados. Todos devem ser muito cuidadosos ao prestar contas à justiça, tendo em vista o papel desempenhado na sociedade por estes homens no lugar de Deus. Parte importante também no julgamento, na legitimidade de tudo, tornava-se a questão dos juramentos, conforme explicitado pelo documento no seguimento:

	Identificação	Intermediação
Lei	"Jura es averiguamento que se faze, nombrado a Dios, o a alguna otra cosa santa, sobre lo que alguno afirma que es	Em sua definição, juramento seria um tipo de afirmação realizada em nome de Deus,

	<p>assi, o lo niega. E podemos aun dezir en otra manera, que jura es afirmamiento de la verdad. E por esso fue atacada, porque las cosas que los omes non quieren creer, porque se non podrian provar, que la jura les moviesse, e les abondasse para creer lo”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XI, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.54.</p> <p>“Los Sabios Antiguos dixeron e aun acuerda se con ellos el Apostol Sant Pablo, que a las vegadas, la jura es acabamiento, e fin de las contiendas, que nacen entre los omes”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XI, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.58-59.</p> <p>“Quitar devemos a los omes quanto pudieremos de contiendas. E porque muchas vezes acaecen, sobre las juras, queremos mostrar cierta manera, en esta ley como deven jurar los Christianos. E despues mostraremos, como deven jurar los judios, e los moros. E dezimos, que los Christianos, deven jurar assi, poniendo las manos sobre alguna de aquellas cosas, que dize en la primera ley deste titulo, e aquel que tomar le la jura, del que ouviere de jurar, a le de conjurar, diziendo desta guisa, vos mejura de por Dios padre q fizo el cielo, e la tierra, e todas las otras cosas, q en ellos son, e por lesu Christo su fijo, que nacio de la virgen gloriosa Santa Maria, e por el Espirito Santo, q son tres personas, e un verdadero Dios e por estos santos evangelios, que cuentan las palabras, e los fechos de nuestro Señor lesu Christo. E aquel que jura ha de responder, amen, sin refierta ninguna. Ca non es guisado, que aquel que toma la jura, sea mal traydo, por su derecho</p>	<p>ou de alguma coisa santa, sobre o que determinada pessoa afirmar ser de tal modo, enquanto que outra, não. E poderia-se dizer isso ainda de outra maneira: a jura seria a afirmação da própria verdade. Que a jura possa, portanto, continua a fonte, mover os homens na direção do correto.</p> <p>Conforme a lei, os Sábios Antigos disseram, e ainda concorda com todos eles o Apóstolo São Paulo, que a jura torna então possível o acabamento, ou seja, o fim dos vários conflitos entre os homens.</p> <p>Conforme as leis do Título XI da <i>Terceira Partida</i>, existem especificidades no que se refere ao procedimento das juras, tendo em vista o grupo religioso das pessoas envolvidas. Para os cristãos a pessoa deve jurar sob o olhar de Deus, e em nome de Santa Maria e seu filho Jesus Cristo. Ademais, os cristãos devem jurar colocando as mãos diretamente sobre relíquias sagradas e também naquele que toma a jura (este que não pode ser traído) rezando em nome de Santa Maria e pela tríade: Espírito Santo, Deus e Jesus Cristo. Toda jura realizada representava a Verdade, e deveria ser selada com a expressão “Amém”.</p>
--	--	---

	<p>que demanda". AFONSO X. Tercera Partida, Título XI, Ley XIX. Las Siete Partidas.Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.60.</p> <p>"Judios aviendo de jurar, deven lo fazer desta manera, aquel que demanda la jura al judio, deve yr a la Synagoga con el, e el judio que ha de jurar: deve poner las manos sobre la Torá: con que hacen la oracion, e deven ser delante Christianos, e Judeus, porq vean como jura. E aquel que toma la jura del judio, ha le de conjurar desta manera, juras tu fulan judio, por aquel Dios que es poderoso sobre todos, e que crio el cielo e la tierra, e todas las otras cosas. E que dixo non jueres por el mio nome en vano. Todas estas cosas dichas deve responder una vez juro, e de si deve le dezir aquel que le toma la jura, que si verdad sabe e la niega, o la encubre, e non la dize en aquella razon porque jura: que vengan sobre el todas las plagas que vinieron sobre los de Egypto, e todas las maldiciones de la ley, que son puestas contra los que desprecian los mandamientos de Dios. E todo esto dicho deve responder una vez amen, sin refierta ninguna assi como diximos en la ley ante desta". AFONSO X. Tercera Partida, Título XI, Ley XX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.61.</p> <p>"Moros han su jura apartada, q deven fazer en esta guisa. Deve yr tambien el q ha de jurar, como el q ha de recibir la jura, a la puerta de la mezquita, si la ouviere y, e si non en el lugar do le mandare el judgador. E el moro que ouviere de jurar, deve estar en pie, e tornarse de cara, calçar la mano contra medio dia, a q llaman ellos alquibla. E aql q ovriere de tomar la jura, deve dezir estas palabras: juras me tu fulan moro,</p>	<p>Na solicitação de um juramento, deve-se acompanhar o judeu a uma Sinagoga, e fazê-lo colocar as mãos sobre a Torá, na qual ele faz as orações, diante de cristãos e judeus. A jura deve ser tomada em nome de Deus, que é poderoso sobre todos, e que criou o céu e a terra, e todas as coisas; e que disse que não se deve jurar em vão pelo seu nome. E deve jurar por tudo; e ainda, por fim, deve consentir no seguinte: caso falte ou não diga a verdade, que nele recaiam as mesmas pragas que vieram sobre aqueles do Egito, e todas as maldições da lei, que são postas contra aqueles que depreciam os mandamentos de Deus. E com tudo isso dito, deve consentir com o "Amém".</p> <p>Na solicitação de um juramento a um muçulmano, deve-se acompanhá-lo até a Mesquita. O muçulmano que jurar deve ficar em pé em direção da <i>qibla</i>, diante daquele que tomam a jura, seguindo as palavras recomendadas por lei, em nome de Maomé e das indicativas do Alcorão. E</p>
--	---	---

	<p>por aql Dios q non ha otro si el non, aquel que es demandador, e conecedor, e destruydor, e alcançador, de todas las cosas, e crio esta parte de alquibla, contra q tu fazes oración. E si mentira juras, que seas apartado de todos los bienes de Dios, e de Mahomat, aql q tu dizes q fue su Propheta, e su mandadero. E non ayas parte con el nin con los otros Prophetas en ninguno de los paraysos. Mas todas las peñas, q dize en el Alcoran, q dara Dios a los que non creen en la tu ley, vengan sobre ti". AFONSO X. Tercera Partida, Título XI, Ley XXI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.61.</p>	<p>deve consentir, caso falte com a verdade, que seja afastado de todos os bens de Deus, e de Muhammad, Profeta e mensageiro Dele, conforme declarado. E que não faça parte com ele nem com os outros Profetas de qualquer um dos paraísos; mas que sofra todas as penas, conforme o Alcorão, a ele atribuídas por Deus.</p>
Tema	Rei	
Conceito	Justiça / Juramentos	

O juramento congrega dois aspectos que Le Goff percebeu no texto “O ritual simbólico de vassalagem”, ou seja, os gestos e as palavras. No caso, a síntese é atravessada pela sacralidade¹⁸². A lei também sugere um nível de conhecimento sobre as religiões disponível no mundo cristão. Ou seja, trata-se aqui de uma perspectiva plural de sociedade; esta, aliás, que o documento legislativo de Afonso X buscava tomar conta. Portanto, no respeito a cada um dos grupos, nas observações de seus costumes, procurava-se manter, conforme Almeida, o ordenamento social¹⁸³. Ademais, tamanho conhecimento específico de cada religião nos leva a acreditar que, no momento de composição da obra, Afonso X buscava cristãos, judeus e muçulmanos, sempre sob a liderança dos primeiros, como suporte para a construção da sua ideia da centralização monárquica. Também era importante no processo do julgamento o uso de provas, tendo em vista a necessidade de busca pela verdade por parte do rei:

¹⁸² LE GOFF, Jacques. O ritual simbólico de vassalagem. In: LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

¹⁸³ ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. **Anos 90 (UFRGS)**. Porto Alegre, v. 16, p. 20, 2002.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Prueba es averiguamiento que se faze en juyzio en razon de alguna cosa que es dubdosa. E naturalmente pertenece la prueba al demandador quando la otra parte negare la demanda, o la cosa, o el fecho sobre la pregunta que le faze. Ca si non lo provasse deven dar por quito al demandado de aquella cosa que non fue provada contra el, e non es tenuta la parte de prova lo que niega, porque non lo podria fazer bien assi como la cosa que non se puede mostrar, nin provar segund natura. Otrosi las cosas que son negadas en juyzio non las deven, nin las pueden provar aquellos que las niegan si non en aquella manera que diremos adelante en las leyes deste titulo”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XIII (XIV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.67.</p> <p>“Pruebas, e averiguamientos son de muchas naturas para poder provar los omes sus intenciones, e son estas, otorgamiento, e conocimiento que la parte faça contra si en juyzio, e fuera de juyzio, en la manera q de suso mostramos en las leyes q fablan en esta razon, o testigos q dicen acordadamente el fecho, e son tales, que por razon de sus personas, o de sus dichos, non se pueden desechar o cartas fechas por mano de escrivano publico: o otra cosa qualquier que deva ser creyda, e valedera”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XIII (XIV), Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.69-70.</p> <p>“E aun ay otra natura de provar, a que llaman presumpcion: que quiere tanto dezir, como grand sospecha que vale tanto en algunas cosas como</p>	<p>Na definição de prova, o documento normativo afirma: prova era averiguamento, realizado em juízo, mediante algo que era duvidoso. E, naturalmente, pertence a prova ao demandante, tendo em vista que a outra parte nega a demanda, ou a coisa, ou o fato, em certa circunstância. Pois, caso não se prove, deve-se dar por encerrado o requerimento do demandante frente ao demandado, tendo em vista que é preciso demonstrar, segundo a natureza, o que é afirmado.</p> <p>Provas e averiguamentos eram de muitas naturezas para poder atestar os homens as suas intenções, e são estas: outorgamento e conhecimento que a parte faça contra si em juízo, e fora de juízo; testemunhos que falam de acordo com o fato e que não podem ser desacreditadas; cartas feitas por aquele que veio a público; ou qualquer outra coisa na qual deva se acreditar.</p> <p>E ainda existe outra natureza de provar, a que chamam de pressentimento: esta que sinaliza uma grande suspeita.</p>

	<p>averiguamiento de prueba. E como quier que el Rey Salomon desse su juyzio por sospecha, tan solamente sobre la contienda que era entre la muger libre, e la que era sierva en razon del fijo. Pero en todo pleyto non deve ser cabido solamente prueba de señales, e de sospecha: fueras ende en aquellas cosas que mandan las leyes deste nuestro libro: porque las sospechas, muchas vegadas non aciertan con la verdad”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XIII (XIV), Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.69-70.</p> <p>“Testigos son omes, o mugeres que son a tales, que non pueden desechar de prueba que aduzen las partes en juyzio, para provar las cosas negadas, o dudosas. E nace grand pro de ellos, porque saben la verdad por su testimonio: que en otra manera seria escondida muchas vezes”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XVI, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.73.</p>	<p>E como exemplo o documento normativo traz a figura de Salomão, que quando rei deu seu juízo por suspeita, em uma briga entre uma mulher livre e uma serva. Mas nem todo pleito pode ser baseado somente em provas de sinais e suspeitas, tendo em vista que elas muitas vezes poderiam não se encontrar com a verdade.</p> <p>Sobre as testemunhas, estas podem ser homens ou mulheres; não podem omitir provas a eles requeridas pelas partes em juízo, no sentido de provar as coisas negadas, ou duvidosas. E nasce grande bem a partir deles, por possuírem o conhecimento da verdade através de seu testemunho; a qual, de outra forma, muitas vezes, permaneceria escondida.</p>
Tema	Rei	
Conceito	Justiça / Prova de Justiça	

No que verificamos acima, a busca pela verdade em nome de Deus é fundamental. Os testemunhos eram imprescindíveis para se julgar no pleito porque faziam parte do uso da pesquisa em busca do que era considerado verídico. Isso é muito importante porque nessa percepção o testemunho está presente na vida dos sábios legisladores e também daqueles que escreviam a história na Idade Média. Os testemunhos eram feitos por homens ou mulheres que não podiam apoiar fatos duvidosos e/ou falsos. Portanto, das provas e dos testemunhos, nasce a verdade; consequentemente, as condições para a existência da justiça. O rei, nas suas

decisões deve se amparar no verdadeiro, e por isso mesmo o documento normativo estabelece orientações para que ele, nas investigações, colha informações corretas:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Jurar deven aquellos q son llamados para dezir verdad en razon de pesquisa que el Rey quiera fazer, o otro por mandado en la manera que dize en la ley ante desta segun costumbre de España, e señaladamente deven jurar estas tres cosas. La primera que digan verdad de lo que saben ciertamente. La segund de lo que oyeron dezir. La tercera de lo que creen sobre aquel fecho de que les preguntan si es assi, o non. Pero si el Rey oviere de fazer la pesquisa puede les tomar jura: en esta guisa sin libro, tomando las sus manos dellos entre las suyas, e conjurandolos por tales cosas como las q diximos en esta ley, demas por el señorío que ha sobre ellos, e so aquella pena quien el entendiere que merescen, segund el fecho fuere si le negassen la verdad”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XVI, Ley XXV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.78.</p> <p>“Pesquisa en romance tanto quiere dezir en latin como <i>inquisitio</i>, e tiene pro a muchas cosas: ca por ella se sabe la verdad de las cosas mal fechas: ca de otra guisa non pueden ser provadas, nin averiguadas. E otrosi meten en carrera a los Reyes por ella, de saber en cierto los fechos dela su tierra: e de escarmentar los omes falsos, e atrevidos, que por mengua de prueba cuydan passar con sus maldade”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XVII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555,</p>	<p>Aqueles que são chamados para dizer a verdade em função de uma pesquisa realizada pelo rei, ou por alguém ao seu comando, devem jurar conforme as regras anteriores e ainda, especialmente, jurar por estas três coisas: 1) que digam a verdade do que sabem com certeza; 2) do que ouviram dizer; 3) do que acreditam sobre aquele fato em questão, se é assim, ou não. Caso o próprio rei desempenhasse a pesquisa, ele mesmo tomaria as juras; o indivíduo deveria colocar as suas mãos juntas, dentro das duas mãos do rei, e jurar seguindo os dizeres apropriados, em nome da lei e do senhorio real, consentindo de punição caso negasse a verdade.</p> <p>E nisso cabe apontar o sentido do significado de pesquisa para o documento normativo, e leia-se para o Rei Afonso X. Pesquisa em língua romance significava como em latim, inquirir, e tinha por bem saber a verdade "das coisas mal feitas", ou que não podem ser provadas nem averiguadas. E os reis fazem pesquisa porque gostariam de saber o que estava acontecendo em suas terras</p>

	<p>edição de 1576, p.84.</p> <p>“E las pesquisas pueden se fazer en tres maneras. La una quando fazen pesquisa comunalmente sobre una grand tierra, o sobre una partida della: o sobre alguna cibdade, o villa, o otro lugar, que sea fecha pesquisa sobre todos los que y morasen, o como sobre algunos dellos: tal pesquisa como esta puede el Rey mover se, a fazer la por tres razones. Ca, o sera fecha querellando se alguno de males, o daños que rescibio de aquellos lugares que suso diximos: non sabiendo ciertamente quien los fizo: o la faran por mala fama que venga ante el Rey o ante aquellos q han poder de lo mandar fazer en los lugares sobredichos: o la fara el Rey, andando por su tierra: por saber el fecho della: maguer non se querelle ninguno, nin aya ende mala fama. Ca esto puede lo el rey fazer por derecho: porq muchas vezes los omes non sequieren querellar, nin mostrar el estado de la tierra, por querella nin por fama. Ca esto podria ser por amor, e por miedo. Onde dezimos que el Rey puede fazer pesquisa por parar mejor su tierra, e por castigar los omes q non sean osados de fazer mal. La segunda manera de pesquisa, es quando la fazen sobre fechos de algunos que son mal enfamados, o sobre otros fechos señalados que non saben quien los fizo, o sobre fechos señalados de omes conocidos. Esto podria ser assi como sobre conducho tomado. La tercera manera es, quando ambas las partes se avienen, queriendo que el rey: o aquel que el pleyto ha de judgar mande fazer la pesquisa”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XVII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.84.</p>	<p>e julgar os homens falsos e atrevidos, os quais por falta de provas continuam com suas maldades.</p> <p>A pesquisa do Rei poderia ser feita de três formas: 1) contemplando uma grande extensão de terra, ou parte dela, ou uma cidade, ou comunidade, ou vila, verificando todos que morassem ali, buscando então resolver, apoiando-se no direito, os males que surgem contra ele próprio ou contra pessoas daquela região, mediante a sua desconfiança de algo, sempre buscando o melhor para as suas terras; 2) esclarecer algo relacionado às ações de um homem com má fama, ou sobre as ações cometidas por alguém que não se saiba, ou sobre as ações cometidas de alguém muito conhecido na sociedade; 3) quando ambas as partes envolvidas diretamente em um pleito solicitam ao Rei ou ao juiz em questão realizarem um procedimento de “pesquisa”.</p>
--	---	--

	<p>“Pesquisadores son dichos aquellos que son puestos para escodriñar la verdad de las cosas mal dechas encubiertamente, assi como de muerte de ome q matassen en yermo, o de noche, o en qual logar quier q fuesse muerto, e non supiessen quien lo matara, o de Iglesia q brantada, o robada de noche. Ca todas estas cosas si fueren fechas encubiertamente, assi como diximos, quier sean fechas de dia o de noche: porq vienen muchos males dellas, e grandes daños, e los omes non se pueden ende guardar, deven ser pesquisadas, e sabidas por los pesquisadores so lo, que non sea fecha alguna destas querellas de personas ciertas. Ca estonce non se podria fazer. Pero algunas cosas ya, en que pueden fazer pesquisa, maguer non sean encubiertamente: assi como sobre conducho tomado, o sobre fuerças, o robos que sean fechos, e pidan merced al Rey, que lo mande pesquisar, o sobre otra cosa qualquier que se avegan las partes ante el Rey, o ante algunos de los otros que han poder de judgar”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XVII, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.85.</p>	<p>Os pesquisadores são aqueles responsáveis por descobrir a verdade das coisas não muito bem ditas ou escondidas; buscando os acusados de cometerem as mais diversas contravenções, a exemplo de roubos e mortes. Pois se tudo isso continuasse encoberto, delas nasceriam muitos males e grandes danos à sociedade, e por isso mesmo elas deveriam ser conhecidas pelos pesquisadores. Porém, também existem coisas que não são, necessariamente, realizadas às escondidas e que podem ser investigadas. São situações variadas, de conduta, força e roubo, cometidos por indivíduos que solicitam a Mercê ao rei, o qual deve mediante isso, ou qualquer outro tipo de situação contra ele, empreender uma pesquisa.</p>
Tema	Rei	
Conceito	Justiça. Pesquisa.	

Conforme o documento normativo, a pesquisa tem por objetivo encontrar a verdade por meio de um processo investigativo, ou seja, trata-se de uma cuidadosa averiguação das provas, afirmações e testemunhos¹⁸⁴. Essa pesquisa, ademais, era feita apenas pelo rei ou por alguém de muita confiança indicada por ele. A justiça,

¹⁸⁴ Verificamos essa mesma circunstância de pesquisa do rei sobre a sua sociedade na peça de teatro de William Shakespeare, Henrique V. Conferir em: SHAKESPEARE, William. **Henrique V**. Tradução LPM. Editora LPM, 2007.

portanto, nasceria nas ações do rei seguindo critérios, tendo em vista sempre a busca pela verdade desempenhada por ele em relação às coisas e pessoas. Mas parte também importante nesse cumprimento da justiça seria o perdão real, ou melhor, a “mercê” praticada pelo rei, como veremos:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Merced e justicia son dos cosas granadas que señaladamente deve aver todo ome en si e mayormente los Reyes, e los grandes señores obrando por cada una dellas assi como conviene”. AFONSO X. Tercera Partida, Título XVIII (XXIV), Introdução e Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.151.</p> <p>"Templamiento de la rezedumbre de la justicia es la merced, e nace gran pro della. Ca ella mueve a los Reyes a piedad contra aquellos q la han menestre e la piden en tiempo, e en razon que lo deven fazer". AFONSO X. Tercera Partida, Título XVIII (XXIV), Introdução e Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.151.</p> <p>"Pedir puede merced todo ome que fuere libre. Ca los siervos, non son omes para parecer ante los Reyes para pedirla. Fuera ende para vengar muerte de su señor. Otrosi los del pueblo pueden pedir merced al Rey q les juega los agravamientos que oviessen recebido por sus oficiales e q los fa que de aquellos officios e los escarmiente e ponga y otros en sus lugares". AFONSO X. Tercera Partida, Título XVIII (XXIV), Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.151.</p>	<p>De acordo com o documento, Mercê e Justiça são duas características essenciais que todo homem deve possuir e, mais ainda, os reis e os grandes senhores, os quais devem, através delas, agir conforme convém.</p> <p>A Mercê surge a partir de um temperamento da tenacidade da justiça; e da Mercê podem advir boas coisas. Pois ela move os reis à piedade frente aqueles que a solicitam em tempo.</p> <p>Todo homem livre pode pedir misericórdia. Os servos, não, a menos que seja para vingar a morte do seu senhor. E o povo pode solicitar Mercê ao rei por conta do que eles receberam em agravamento através dos oficiais reais.</p>

	<p>"Omildosamente fincados os ynojos e con pocas palabras deven pedir merced al Rey los que la han menester. E si por aventura han de fazer peticion sobre tal razon como esta: deven y poner aquellas palabras que fazen al fecho porque los Reyes e los otros grandes señores que han de ver muchas cosas, e granadas non sean detenidos por alongamiento de oyr muchas razones o de ver grandes escritos". AFONSO X. Tercera Partida, Título XVIII (XXIV), Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.151.</p> <p>"Una de las cosas porque mas señaladamente los omes pueden pedir merced al Rey es, quando son judgados por el o del adelantado mayor de su corte de que non se pueden alçar, que sean oydos otra vez sobre aquel juyzio e quel mejore si fallare razon porque lo aya de fazer. Otrosi pueden pedir merced los omes que les aluengue los plazos de las debdas que deven. Mas non lo pueden fazer que les quite el debdo del todo. Otrosi non pueden pedir merced al rey sobre cosa que sea danosa al Rey o al reyno. E si por aventura la cupiesse el Rey non deve valer aquella gracia, fueras si le fuesse otorgada otra vez de cabo. Otrosi non deven pedir merced al Rey que perdone a ome que fuesse judgado por traydor, o por alevoso". AFONSO X. Tercera Partida, Título XVIII (XXIV), Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, Ed.de 1576, p.151-152.</p>	<p>Para solicitar a Mercê ao rei, é necessário demonstrar muita humildade e também se utilizar de poucas, mas incisivas e esclarecedoras, palavras, tendo em vista a grande quantidade dos assuntos tratados por ele.</p> <p>São várias as circunstâncias relacionadas aos pedidos de Mercê. Quando um homem é julgado em sua corte, ele pode bem solicitar a Mercê diretamente à pessoa do rei, em busca de uma verificação do juízo a ele conferido. Também podem pedir Mercê ao rei aqueles que por suas razões não conseguem pagar as dívidas integralmente, mas em parte. Contudo, não pode pedir Mercê ao rei aquele homem que solicitar algo que fará mal ao próprio rei. E não tem direito a pedir Mercê aquele que é considerado traidor ou maldoso.</p>
Tema	Rei	
Conceito	Justiça e Mercê.	

No modelo de rei proposto pelo documento normativo, a virtude da justiça encontra uma posição central, tendo em vista que representa, na sua essência, o verdadeiro, ou seja, uma aproximação à vontade de Deus. Na busca pelo ordenamento da sociedade, portanto, o rei tem a função, na Terra, em nome do divino, de exercer corretamente a justiça com sabedoria¹⁸⁵. Como verificamos no presente tópico, o julgamento contempla diversos aspectos. Dos encarregados (a mando do rei) pelo cumprimento da justiça, à questão do juramento, das provas e dos testemunhos, tudo deveria ocorrer no sentido de se buscar o verdadeiro. E quando tudo ocorresse adequadamente, mesmo após a emissão do julgamento, ainda se teria espaço para a apelação à Mercê (a piedade do rei era concedida a uma pessoa de boa índole) e à Misericórdia do rei (decisão de livre-arbítrio do monarca). Compreendemos a dimensão teórica de todas essas considerações, e por isso mesmo, aprofundando a nossa análise da fonte, analisaremos como esse ideal de justiça se encontra sob o modelo do rei ibérico inspirado pela tradição oriental.

¹⁸⁵ Cf: AFONSO X. Segunda Partida, Título V, Lei XIII (XIV). **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 15; AFONSO X. Segunda Partida, Título V, Lei XVI. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 15.

CAPÍTULO IV

UM MODELO DE REI IBÉRICO EM CONSTRUÇÃO: A EXISTÊNCIA DE UMA TRADIÇÃO ORIENTAL

Na tarefa de construção teórica do modelo de rei “justo”, o documento normativo também se apoia no conhecimento do passado, na História: antigos governantes são constantemente citados, tornando-se eles verdadeiros exemplos a ser seguidos. Nesse sentido, portanto, são estabelecidas analogias, um importante recurso narrativo para a construção de um discusso de poder, especialmente o jurídico¹⁸⁶.

No começo de nossa análise da fonte, durante o *Prólogo*, chamamos a atenção para o resgate da *memória*. Ou seja, de uma atitude diretamente contra o esquecimento e fortalecendo a perpetuação, tal como afirmou Paul Ricoeur: “De início e maciçamente, é como dano a confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento”¹⁸⁷ (no sentido aristotélico de recordar é evocar a percepção em forma de imagem - a memória - impressa na alma; e também no sentido agostiniano do pensamento que não foi abalado pelo esquecimento através da recordação e revocação) de um importante rei: Salomão; este que, naquela ocasião, fora considerado um exemplo de governante sábio e justiceiro¹⁸⁸. De fato, não se trata de uma simples alusão, ocasional ou passageira; pelo contrário: Salomão foi citado em vários outros momentos do documento normativo, tornando-se ele uma importante autoridade do passado. No presente tópico de nossa investigação, propomos observar com atenção especial à recorrência ao modelo de Salomão, analisando os momentos em que este aparece no documento, com destaque para a *II Partida*; mas não apenas Salomão: atentaremos para os outros personagens também citados,

¹⁸⁶ FRANCO JÚNIOR, Hilário. Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**. n.2, 2008.

¹⁸⁷ RICOEUR, P. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 424. Meu grifo. Cf: FRANÇA, Susani Silveira Lemos; TEODORO, Leandro Alves. Entrevista com a historiadora Adeline Rucquoi. **Revista História**. São Paulo, v. 34, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2015.

¹⁸⁸ GREGORIO, Daniel. Alfonso X, de Castilla o la sabiduría como herramienta del poder. **De arte: Revista de historia del arte**. n. 7, p.76, 2008.

rastreando e trabalhando com situações variadas, mas características, de modo que possamos compreender os principais referenciais utilizados na construção da obra, e principalmente, no modelo ideal de rei Ibérico. Durante toda essa tarefa, deixamos claro novamente, continuamos em busca da perspectiva da fonte relacionada ao conceito de Justiça.

No segundo título da *II Partida*, o documento normativo considera as razões pelas quais o rei deve, necessariamente, conhecer, amar e temer a Deus:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Conocimiento verdadero de Dios es la primera cosa que por Derecho debe haver toda criatura, que ha entendimiento. E como quier que esto pertenece mucho à los omes, porque han razón, e entendimiento entre todos ellos, mayormente lo deven aver los Emperadores, e los Reyes, e los otros grandes señores, que han à mantener las tierras, e gobernar las gentes con entendimiento de razón, e con derecho de justicia”. AFONSO X. Partida II, Título II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.8.</p> <p>“Bueno non podría ser el Rey segund conviene, si non amasse à Dios sobre todas las cosas del mundo, e señaladamente por la grand bondad que es en él. Ca el ha en si complida franqueza, e mesura, e piedad, e tan grande es la su grandeza, que el dá à todas las cosas aquello que les menester à cada una segun le conviene”. AFONSO X. Partida II, Título II, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 8.</p> <p>“E por esto dixo nuestro Señor Jesu Christo, que tan grande es la franqueza de Dios, que el face nacer el Sol sobre los buenos, e los malos, e llueve sobre</p>	<p>O conhecimento verdadeiro de Deus seria a primeira coisa que, por Direito, deveria possuir toda criatura com entendimento; ou seja, algo que caberia principalmente aos homens, e especialmente aos Imperadores, aos reis, e aos outros senhores, os quais teriam a importante função de manter as terras e governar as pessoas, sempre com o entendimento da razão, e com direito de justiça.</p> <p>Na segunda Lei, o documento afirma que o rei não poderia ser bom caso não amasse a Deus sobre todas as coisas, tendo em vista a grande bondade que encontraríamos nele; e de tal forma seria essa grandeza, que Deus nunca deixaria de fornecer para todas as coisas o devidamente próprio e merecido por elas.</p> <p>E também Deus seria medido, pois todos os seus feitos seriam realizados ordenadamente, sempre com</p>

	los justos, e los pecadores. E mesurado es otrosi, ca todos los sus fechos faze ordenadamente, e con razón, assi que non ha en ellos sobejanía, nin mengua. E desto dixo el Rey Salomon, que la bondad de Dios puso todas las cosas, sob cierto numero, e peso, e mensura". AFONSO X. Partida II, Título II, Ley II. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 8.	razão, e sem qualquer soberba; e a respeito disto, continua a fonte, teria comentado o Rei Salomão : a bondade de Deus coloca todas as coisas sempre no número, peso e medida corretos.
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei	

Sempre trabalhando na defesa do poder temporal, o documento normativo reforça que principalmente os Imperadores, Reis e Senhores deveriam tomar conhecimento de Deus, tendo em vista a função que eles desempenham: o governo das pessoas, na razão, com Direito e na justiça. Evitando assim de serem maus governadores. E na construção legislativa, Deus surge como exemplo, ou seja, guia ao temporal nos dizeres de Salomão, quando este destaca a necessidade da razão e do equilíbrio no comportamento. No mesmo tom continua o documento normativo, observamos:

	Identificação	Intermediação
Lei	"E si este temor han los omes de las cosas temporales, mucho mas lo deven aver de Dios, e mayormente los Reyes, que son su cosa quita. E estos lo deven temer de non fazer cosa, porque pierdan el su amor, e su merced. E otrosi, porque non se aya de enseñar contra ellos, de manera que aya de tomar venganza. Ca no aboda al Rey de conoscer tan solamete e de amar a Dios, mas ha menester q despues q lo conosciere, e lo amare que le tema: lo uno porque es justiciero, e de mas porque es tenuto de dar cuenta a el en este mundo e en outro, porque tiene su	De acordo com a fonte, se os homens por ventura tivessem algum temor em relação às coisas temporais, muito mais deveriam ter em relação a Deus; e especialmente os reis, para que estes não perdessem a Mercê e o Amor dele, ou mesmo sofressem, pela própria falta, com toda a vingança divina. E assim, caberia ao rei não apenas conhecer e amar a Deus, mas igualmente temê-lo; e isso porque Deus seria

	<p>lugar en la tierra”. AFONSO X. Partida II, Título II, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“E aun sin todo esto es muy grand derecho, q como el quiere quel teman los suyos assi tema el a Dios. E que ellos assi lo deuen fazer, mostrolo el Rey David en el psalterio: quando dixo q comieço de todo tuvo que era bien que au dixo en outro lugar, temed a Dios los santos, ca no fallestes ninguna cosa a los que temen”. AFONSO X. Partida II, Título II, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“E esta palabra cae mucho a los Reyes por el santo lugar que tienen, para fazer justicia, e piedad, e q se sostenga la verdad entre los omes, ca todas essas cosas son muy santas, e q ama mucho Dios, e quando los reyes assi lo temieren non les fallestes ninguna cosa para cuplir todo el bien que quisiere fazer”. AFONSO X. Partida II, Título II, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“E aun ya outra razon por quel deven temer mucho: ca pues q todas las volutades los omes estan en poder de Dios, mayormete lo son las de los Reyes por los grandes fechos que ha de fazer. E desto dixo el rey Salomon que los coraçones de los reyes son en mano de</p>	<p>poderoso e justiceiro, e o rei necessariamente prestaria contas a ele senão neste mundo, no outro.</p> <p>E assim, tudo isso se demonstraria de grande direito: pois da mesma forma que o rei viesse a desejar que os seus lhe temessem, ele deveria da mesma forma temer a Deus; e mesmo o Rei Davi teria reforçado esse pensamento, cita o documento, nas seguintes palavras: “o princípio de todo conhecimento seria o temor a Deus; e nada de mal aconteceria para todos aqueles que temessem a Deus”.</p> <p>Essas últimas palavras, reforça o documento, seriam especialmente adequadas aos reis, tendo em vista o santo lugar ocupado por eles para o exercício da justiça e da piedade, e para a manutenção da verdade entre os homens; pois todas essas coisas seriam muito santas, e muito amadas por Deus; e com os Reis se comportando assim, temendo a Deus, eles então conseguiriam alcançar todo o bem que pretendessem realizar, sem impedimentos.</p> <p>E teria ainda outra razão para que os homens temessem muito a Deus: todas as vontades dos homens se encontrariam em poder deste; mas, especialmente, as vontades dos Reis, tendo</p>
--	---	--

	<p>Dios, e el los torna a qual parte quiere”. AFONSO X. Partida II, Título II, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 9.</p> <p>“Onde por esto se muestra que nuestro Señor há gran poder en ellos, pues que en este mundo les muda las voluntades, e en el outro les da pena segun que tiene por bien”. AFONSO X. Partida II, Título II, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9.</p>	<p>em vista todos os grandes feitos que estes deveriam então cumprir; e a respeito dessa questão, acrescenta a fonte, teria exclamado o Rei Salomão: “os corações dos Reis se encontrariam nas mãos de Deus, que os moveria para onde bem entendesse”.</p> <p>E por esta razão, conclui a lei, ficaria demonstrado que o Senhor Deus teria grande poder sobre todos os reis: neste mundo, Ele poderia de modo livre interceder na vontade de todos eles; enquanto que no outro, seria capaz de atribuir possíveis penas.</p>
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	O Rei	

No exemplo de Deus, conforme a construção legislativa, reside o modelo a ser seguido pela realeza. Portanto, ao rei caberia sempre temer a divindade, seguindo o seu exemplo no exercício da verdade, da justiça e da piedade frente à sociedade. Ademais, na referência exemplar de Salomão, destaca-se um reforço à ideia de que a ação do rei expressa nada menos que a própria vontade divina. Legitima-se, assim, o rei. O exemplo de Salomão também vem nas seguintes passagens, a respeito do comportamento, preservado, que deveria ter o rei:

	Identificação	Intermediação
Lei	“Nace el pensamiento del corazón del ome, e debe ser non con saña, nin con grand tristeza, nin con mucha cobdicia, nin rebatosamente: mas con razón, e sobre cosas que vengan pro, e de que se pueda guardar de daño”. AFONSO X.	O pensamento nasceria do coração do homem, e nunca deveria se envolver de tristeza ou cobiça; deveria, pois, sempre caminhar no sentido do bem, da razão.

	<p>Partida II, Título III, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“E porque esto se pueda mejor fazer, dixeron los Sabios que ha menester, que el Rey guarda su coraçon en tres maneras. La primera, que non lo vuelva en cobicia, nin en grandes cuidados, para aver honras sobejanas, e sin pro. La segunda, que non cobdicie grandes riquezas además. La tercera, que non ame de ser muy vicioso”. AFONSO X. Partida II, Título III, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9.</p> <p>“E aun los Santos, e los Sabios se acordaron en esto, que la cobicia es muy mala cosa, assi que dixeron por ella, que es madre, e raíz de todos los males. E aun dixeron mas, que el ome que cobdicia grandes tesoros allegar, para non obrar bien con ellos: maguer los aya, non es ende señor mas siervo: pues que la cobdicia faze, que non pueda usar dellos, de manera que le este bien. E tal como este llaman avariento, que es grand pecado mortal, quanto à Dios, e grand mal estança al mundo”. AFONSO X. Partida II, Título III, Ley IIII (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.10.</p> <p>“Non coviene al Rey cobiciar ser muy vicioso. Ca el vicio ha en sí tal natura, que quanto el ome mas lo usa, tanto mas lo ama. E desto le viene grandes males, e mengua el seso, e la fortaleza del coraçon: e por fuerça ha de dexar los fechos quel convienen de fazer por favor de los otros, en que halla el vicio”.</p>	<p>Caberia então ao rei, na opinião dos Sábios Antigos, que este preservasse o seu coração, não cobiçando grandes honras ou riquezas, evitando também os vícios.</p> <p>De fato, ressalta o documento na quarta lei, os Santos e os Sábios teriam concordado que a cobiça; seria a mãe e raiz de todos os males; e a pessoa que abusasse da cobiça, desejando grandes tesouros, tornaria-se avarenta: um sério pecado mortal para Deus, e um grande mal para todos no mundo.</p> <p>Da mesma forma, complementa a quinta lei, não seria conveniente ao rei cultivar muito os vícios: pois, quanto mais os praticasse, mais os amaria; e de tudo isso viriam apenas coisas ruins, enfraquecendo a sua</p>
--	--	--

	<p>AFONSO X. Partida II, Título III, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.10.</p> <p>“E todas estas cosas, que de suso son dichas que fablan en guarda del corazón, acuerda con la palabra que el Rey Salomon dixo, que en todas guisas deve ome punar, en guardar lo como cosa onde sale vida e muerte”. AFONSO X. Partida II, Título III, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.10.</p> <p>“Otrosi, el Reye que ha de aver cuidados, e trabajos, para mantener su pueblo en Justicia, e en derecho, non ha de tomar tanto del vicio, que le estorve en ello”. AFONSO X. Partida II, Título III, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.10.</p>	<p>fortaleza de coração.</p> <p>E a respeito desse assunto, ou seja, de como se guardar o coração, as palavras do Rei Salomão viriam ao encontro: “de todas as formas o homem deveria se empenhar para guardar o coração, pois dele emanam a vida e a morte”.</p> <p>Por fim, acrescenta o documento, o rei que tanto deveria cuidar e trabalhar no sentido de manter o seu povo em Justiça, no Direito, não poderia se deixar tomar por qualquer vício que o prejudicasse nestas ações.</p>
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei	

No terceiro título da *II Partida*, o documento normativo discute quais seriam os pensamentos apropriados para pessoa do rei. Destaca-se no pensamento em construção a ideia de que o rei deve se preservar da tristeza e da cobiça¹⁸⁹, bem como de todos os vícios relacionados, para que não incorresse em pecado. Deveria o rei, pois, visar sempre o caminho do bem e da razão, protegendo, conforme dito

¹⁸⁹ Na obra “A Bolsa e A Vida” de Jacques Le Goff verificamos a transição no século XIII da importância colocada na crítica ao vício da soberba (um orgulho feudal) sendo substituída pelo vício da cobiça e da avareza. Ora, esse era o tempo de ascensão dos mercadores na economia por meio das trocas comerciais e da prática da usura e assim o vício imaterial da soberba não condizia com o vício material da cobiça. LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e A Vida. Economia e religião na Idade Média**. Trad. de Rogério Silveira Muioio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 15.

pelo rei Salomão, o seu coração. Os vícios, portanto, são prejudiciais ao comportamento ideal do monarca, este que deveria sempre manter a justiça e o Direito. Responsabilidade dele, conforme as leis seguintes, também seria cuidar muito bem de suas palavras, preservando o que era o certo:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“E por ende todo ome, e mayormente el Rey se debe mucho guardar en su palabra: de manera que sea acatada, e pensada ante que la diga. Ca despues que sale de la boca, non puede ome fazer, que non sea dicha”. AFONSO X. Partida II, Título III (IV), Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.10.</p> <p>“Menguadas non deven ser las palabras del Rey: e serian a tales en dos maneras. La primera, quando se partiesse de la verdad, e dixesse mentira à sabiendas en daño de si mismo, O de otri: ca la verdad es cosa derecha, e igual. E segund dixo Salomon, non quiere la verdad desviamiento, nin torturas”. AFONSO X. Partida II, Título III (IV), Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11.</p> <p>“E demas dixo nuefro Señor Jesu Christo por si, que El era verdad: onde los Reyes que tienen su logar en la tierra, à quien pertenece de la guardar mucho, deven parar mientes que non sean contra ella, diciendo palabras mentirosas”. AFONSO X. Partida II, Título III (IV), Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín</p>	<p>Todo homem, e especialmente o rei, deveria ter muito cuidado com as suas palavras, pensando bem nelas antes de pronunciá-las; pois, depois que todas elas saem da boca, não se poderia fazer mais nada.</p> <p>Na terceira lei, destaca-se que o rei não deveria faltar com sentido ou verdade em suas palavras; de fato, o rei, possuindo o conhecimento de uma verdade, não poderia se direcionar para qualquer mentira, no sentido de prejudicar a si próprio ou a alguém; pois a verdade seria algo sempre direito, e igual; e como teria dito o Rei Salomão, cita o documento, a verdade não quer desvios, ou danos.</p> <p>E tal como o Senhor Jesus Cristo teria dito que ele próprio seria a verdade, os reis, que teriam o seu lugar na Terra, deveriam combater a mentira.</p>

	<p>Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11.</p> <p>“Desconvenientes non deven ser las palabras del Rey, e serian a tales en dos maneras. La primera, como si la dicesse en gran alabança de si: ca esta es cosa que está mal à todo ome, porque si él bueno fuese sus obras le loaran”. AFONSO X. Partida II, Título IIII (IV), Ley IIII (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11.</p> <p>“E segund dixo Seneca el philosopho que quien mucho se alaba, que evilesce su honrra. E otrosi dixo el Rey Salomon, la boca de otri te alabe e non la tuya: que por la agena, es ome alabado, e non por la suya. E otrosi non deve alabar a otri, diziendo del mas bine de lo q ha en el, porque tal alabaça como esta, es lisonja que quiere tanto dezir como loor enganoso e cosa que esta mal a todo ome q lo faze, e mayormente al Rey. E porende dixo Seneca, quien alabar quier o otri, q lo deve fazer templadamente: ca el alabança q es ademas, sale de su logar, e tornase en denuesto, que es de las tres maneras de denostam e aun la mas escarnida de todas”. AFONSO X. Partida II, Título IIII (IV), Ley IIII (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11.</p> <p>“E la outra es, diciendo mal de sus Mayoraes, assi como de Dios, e de sus Santos. E otrosi, de los señores terrenales, assi como de los Reyes, cuyos vassallos naturales son. E decir mal de los Reyes, e de los otros señores, es atrevimiento, e deslealtad”. AFONSO X. Partida II, Título IIII (IV), Ley IIII (IV). Las Siete Partidas.</p>	<p>Na quarta lei, ainda do quarto título, continua-se o debate, defendendo-se que as palavras do rei não poderiam ser inconvenientes; e elas seriam caso o rei as pronunciasse na forma de um elogio a si próprio: prática que não seria positiva para ninguém: as próprias obras, caso ele realmente fosse bom, transmitiriam o elogio.</p> <p>E como teria dito o Filósofo Sêneca, cita em tom de reforço o documento: quem muito se elogia, acaba prejudicando a própria honra; e, no mesmo sentido, também, teria dito o Rei Salomão: que se recebesse o elogio pela boca de outro, e não através da própria.</p> <p>Da mesma forma, aos homens, seriam inconvenientes os comentários maldosos a respeito de seus superiores, de Deus e dos Santos; e igualmente falar mal dos Reis e de outros Senhores seria atrevimento, e deslealdade.</p>
--	---	--

	<p>Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11.</p> <p>“E estos denuestos que diximos, conviene menos decir al Rey, que à otro ome. Ca pues que es tenudo de escarmentar à los que tales palabras dixerén, mucho mas deven guardar à si mismos de las decir”. AFONSO X. Partida II, Título III (IV), Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11.</p>	<p>Caberia, portanto, principalmente ao Rei, obsevar as suas palavras, evitando qualquer expressão inconveniente; e, também, ao mesmo tempo, punir aos que cometesse o errado.</p>
Tema	Poder Temporal	
Conceito	Rei	

Nas diversas indicações por parte do documento normativo em relação ao comportamento do rei, verificamos um destaque no que diz respeito ao cuidado de suas palavras: o rei deveria sempre se manter na verdade, combatendo a mentira e a deslealdade. As *Partidas* visam o auto-controle do rei, por isso a referência à Sêneca que se dedicou ao estudo da moderação¹⁹⁰. Ademais, conforme o exemplo de pensamento do rei Salomão destacado na construção legislativa, também ele deveria evitar os elogios a si mesmo. Salomão, aqui, surge novamente como um modelo de comportamento prático na política; mesmo em leis a respeito da alimentação do rei ele é referenciado:

¹⁹⁰ Conforme bem ressaltou Marcos L. Ehrhardt: “(...) na Idade Média, possibilita perceber a permanência de Sêneca, com mais ênfase em textos de natureza moral e política. Destaca-se que inúmeras interpretações formuladas nesse período procuraram “cristianizar” as reflexões senequianas (...)”. EHRHARDT, Marcos L. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do Principado a partir da *Historia Magistra Vitae***. Tese de doutorado em História. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2008, p.3. A moderação é a virtude principal na obra de Sêneca “Sobre a tranquilidade da alma”. In: SÊNECA. **Sobre a tranquilidade da alma**. Tradução de José Eduardo S. Lohner. São Paulo: Penguin Books, 2014, p. 121-179.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“En tiempo conveniente deve el Rey comer, e beber cada que lo pudiesse fazer, assi que non sea temprano ni tarde. E otrosi, que non coma si non quando oviere sabor, e de tales cosas, que el tengan recio, e sano, e non embarguen el entendimiento”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12.</p> <p>“E esto que gelo en bien adobado, e apuestamente: ca segund dixeron los Sabios, el comer fue puesto para bevir, e non el bevir para el comer. E aun dixeron, que una de las nobrezas quel Rey deve aver en si, es de gobernarse bien, e apuestamente, e a su pro. E esto dixo el Rey Salomon, bien aventurada es la tierra que ha noble Rey, por señor, e los Mayorales della, comen en las sazones, que deven mas por mantenimiento de sus cuerpos, que por otra sobejania”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12.</p> <p>“E el beber, dezimos q es una de las cosas del mundo, de q el Rey se deve mucho guardar, porq esto, non se deve fazer, si non en las razones, que fuere menester al cuerpo e aun entonce, muy mesuradamente”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12.</p>	<p>O rei deveria sempre comer e beber no momento conveniente, e que tivesse sempre cuidado, evitando tudo o que pudesse então comprometê-lo.</p> <p>Os sábios teriam dito a esse respeito, complementa o documento normativo, que uma das nobrezas que o rei deveria ter para com ele próprio seria justamente o “bem governar-se”, e isso para o seu benefício; e sobre isto teria igualmente falado o Rei Salomão: bem aventurada seria a terra cujo nobre rei e demais senhores comem nos momentos certos; e muito mais para a manutenção dos corpos do que poder desejo próprio.</p> <p>E quanto à bebida, seria uma das coisas do mundo que o rei deveria evitar; a não ser em momentos que, eventualmente, contribuisse para o seu corpo, mas ainda assim de modo comedido.</p>
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei	

No quinto título da II Partida continua a discussão a respeito do comportamento devido ao rei, contemplando-se a questão dos costumes alimentares. Destaca-se um ideal de moderação (auto-controle), especialmente através da referência a Salomão: este que pregou o controle do corpo acima dos desejos. Na sequência, vemos também o controle em relação às mulheres, ao rigor do matrimônio:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Villes, e desconvenientes mugeres non deve el Rey querer para fazer linaje, como quier que naturalmente deva cobdiciar de aver fijos, que finquen en su lugar, assi como los otros omes. Ca entonce envilece el Rey su linaje, quando usa de viles mugeres, o de muchas, porque si oviere fijos dellas, non sera el tan honrado, nin su señorío: e demas, que los non auria derechamente, segunda la Ley manda”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12.</p> <p>“E siguiendo mucho las mugeres, en esta manera, aviene ende grand daño al cuerpo, e pierdese por el anima, que son dos cosas, que están mal a todo ome, e mayormente al Rey. E por ende dixo el Rey Salomon, el vino, e las mugeres, quando mucho lo usan fazem à los Sabios, renegar à Dios”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12.</p>	<p>O rei, de acordo com o documento, não deveria procurar mulheres vilãs ou inconvenientes para estabelecer uma linhagem, gerando filhos; procurando uma mulher assim, ou várias delas ao mesmo tempo, ele comprometeria a sua herança: os filhos que nascessem dali não seriam muito honrados, e tampouco poderiam receber o senhorio; ademais, não seria essa forma direita para ele, o rei, gerar filhos.</p> <p>E seguindo muito as mulheres, desta maneira, ele provocaria grande mal ao próprio corpo, então se perdendo na sua vontade; e sobre isto teria comentado o Rei Salomão: o vinho, bem como as mulheres, quando são muito procurados, acaba fazendo com que os Sábios reneguem a Deus.</p>
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei e as mulheres	

O cuidado na escolha de uma esposa torna-se igualmente um tópico de discussão em relação ao comportamento do rei no documento normativo. O rei não deveria estabelecer relações com mulheres de pouca honra, no sentido de evitar o comprometimento de sua nobre linhagem¹⁹¹. O modelo de Salomão surge na forma de uma indicação a respeito do assunto: o homem não deve insistir nessa procura às mulheres, para que não se perdesse e acabasse renegando a Deus. Também a interdição do consumo de vinho aparece na tradição tanto cristã quanto islâmica¹⁹². Em suma, os reis deveriam, em todos os sentidos, manter bons costumes, virtudes:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“Costumbres, e maneras deve aver el Rey muy buenas. Ca maguer fuesse apuesto en su continente, e en sus vestiduras, si las costumbres, e las maneras non fuesen buenas, vernia à grand desacordança en sus fechos, porque menguaría mucho en su nobleza, e en su apostura”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.13.</p> <p>“E por ende, también los Santos, como los Sabios Antiguos, dixeron que el Rey debe haver en si siete bondades, à que ellos llamaron virtudes principales, que quiere tanto decir como acabadas. Las tres son para ganar amor de Dios, e las quatro, para bivar en este mundo bien, e derechamente”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del</p>	<p>Na sexta lei, ressalta-se que o rei deveria possuir sempre bons costumes e maneiras; caso contrário, suas ações viriam em grande desacordo, e ele acabaria perdendo muito de sua nobreza.</p> <p>E a esse respeito os Santos e os Sábios Antigos teriam dito que os reis deveriam possuir neles sete bondades, ou seja, virtudes principais: três para ganhar o amor de Deus, e quatro para viver bem neste mundo, diretamente.</p>

¹⁹¹ LIMA, Marcelo Pereira. **O gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2010, p.40. SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó e o novelo. Universidade Federal do Espírito Santo: **Série Estudos Medievais**, n.2, 2008, pp.151-167. SODRÉ, Paulo Roberto. "Ao daian de Cález eu achei", de Afonso X: Um deão leitor de arte amatória. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. n.4, pp.116-130, 2013.

¹⁹² Conferir SENKO, Elaine Cristina. **O passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d'água: uma reflexão sobre a metodologia da história de Ibn Khaldun (1332-1406)**. Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2012, 126-133.

	<p>Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.13.</p> <p>"Una de las siete virtudes que diximos en la Ley ante desta es la Fé. E señaladamente es la primera de las tres, porque ome gana amor de Dios, creyendo firmemente la cosa que non vee, afirmando su volutand en ella bien como si la viesse. La segunda es, Esperança: ca esta aduce al ome, aver fiuzia de allegar cabo adelante aquello en que ha Fé. E por esta son los omes ciertos, que por el bien que fazem auran buen gualardon en este mundo, e en el otro de Dios, e de los señores terrenales. La tercera es Caridad, que quiere tanto decir, como amor bueno, e complido, con que ome deve amar à Dios, e las otras cosas con que ha debdo de bien". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.13.</p> <p>"Onde el que ha Fé, e Esperança, e Caridad, es amado de Dios, e de los omes". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley VII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.13.</p> <p>"Cordura es, la primera de las otras quatro virtudes, que diximos en la tercera Ley ante desta que ha el Rey mucho menester, para bivar en este mundo bien derechamente. Ca esta faze ver las cosas, e judgarlas ciertamente, segund son, e pueden ser: e obrar en ellas como deve, e non rebatosamente. La segunda virtud es Temperança, que quier tanto decir como mesura. Ca esta es cosa, que faze al ome bivar derechamente, non tomando, nin cambiando, nin usando de las cosas mas de lo que cumple à su natura, e</p>	<p>Na sétima lei são contempladas as virtudes em relação a Deus; a primeira delas seria a Fé: os homens conheceriam a Deus, acreditando nele, a despeito de não o verem; a segunda, Esperança: a responsável por levar adiante os homens naquilo que eles têm fé; a terceira, Caridade: um amor bom, e correto, para com Deus e todas as demais coisas boas.</p> <p>Dessa forma, o homem que possuísse Fé, Esperança e Caridade seria, portanto, amado por Deus, e também pelos demais homens.</p> <p>Na oitava lei, são colocadas as virtudes que o Rei deveria possuir para viver diretamente no mundo, apresentando bons costumes; a primeira delas (virtudes), Cordura: esta permitiria observar devidamente as coisas, e julgá-las corretamente, de acordo com o que elas seriam ou poderiam ser; a segunda, Temperança: possibilitaria ao homem viver</p>
--	---	---

	<p>pertenece à su estado. La tercera virtud es, Fortaleza de coração: ca esta faze el ome amar el bien, e seguirlo, e porfiar todavia en llevarlo adelante, e aborrecer el mal, puñando siempre en lo desfazer. La quarta virtud es Justicia, e es madre todo bien: ca en ella caben todas las otras, por ende ayuntando los coraçones de los omes, faze que sean assi como una cosa para bivar derechamente, segund mandamiento de Dios, e del Señor, departiendo, e dando à cada uno su derecho, assi como merece, e le conviene". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.13.</p> <p>"Onde el Rey que ha en si estas quatro virtudes que en esta Ley dice, ha este nome verdaderamente, porque obra en las cosas assi como Rey derecho, debe fazer". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.13.</p>	<p>direitamente, não tomando, ou mudando, ou usando as coisas mais do que seria permitido a ele, em seu respectivo estado; a terceira, Fortaleza de Coração: estimularia ao homem amar o bem, sempre segui-lo, e levá-lo adiante, combatendo e desfazendo o mal; a quarta virtude, Justiça: seria a mãe de todo o bem, e nela caberiam todas as outras – também uniria, através dela, os corações dos homens, tornando-os uma coisa somente, de modo que vivessem diretamente, segundo o mandamento de Deus, e do Senhor, repartindo e dando a cada um o seu direito, de acordo com o respectivo merecimento e conveniência.</p> <p>O rei que tivesse estas quatro virtudes, ressalta o documento normativo, possuiria verdadeiramente este nome, pois trabalharia nas coisas de modo direito, tal como deveria ser feito pelo rei.</p>
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei	

As sete virtudes apresentada acima são: Fé, Esperança, Caridade, Coragem, Temperança, Fortaleza de Coração e Justiça. O rei busca a justiça e não a vingança. Quem buscava a vingança eram os nobres no contexto de Afonso X.

Nesse entremeio de discussões a respeito do comportamento do rei, momentos em que verificamos o constante resgate a uma tradição de Salomão, apresenta-se uma interessante reflexão a respeito das virtudes: estas seriam

fundamentais ao comportamento modelar do monarca. Seriam três relacionadas a Deus (Fé, Esperança e Caridade) e quatro relacionados ao temporal (Cordura, Temperança, Fortaleza e Justiça)¹⁹³. Nessa construção teórica quanto ao comportamento do rei, destacamos que a virtude da justiça recebeu uma posição central: a mãe de todo o bem, unindo todos em harmonia. No mesmo esforço de esclarecimento didático, o documento normativo igualmente demonstra os vícios a serem evitados pelo rei; novamente, Salomão é citado em suas ideias:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>"Mucho se deven los Reys guardar de la Saña, e del Ira, e de la Mal querencia, porque estas son contra las buenas costumbres. E la guarda que deven tomar en si contra la saña, es que sean sofridos de guisa que non les vença, nin se muevan por ella à fazer cosa que les este mal, o que sea contra derecho. Ca lo que con ella fiziessen desta guisa, mas semejaria Vengança, que Justicia". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"Ira luenga, no deve el Rey aver, pues que ha poder de vedar luego las cosas mal fechas. E esto por dos razones. La primera, por non fazer daño à su cuerpo: ca esta es una de las cosas del mundo que peor le faze, ca della nace tristeza, e luengos pensamientos, que son dos cosas que embargan mucho la salud, e el entendimiento del ome, e apocan la vida. E por esto dixo el Rey Salomon, que el espiritu alegre del ome, faze la su</p>	<p>A respeito da Sanha, conforme ressalta o documento, seria necessário ao rei evitá-la de todas as formas em suas ações, para que não se faça nada contra o Direito; pois aquele que se deixasse simplesmente levar por ela não praticaria a justiça, e sim a vingança. Entre os nobres é o rei quem aplica a Justiça.</p> <p>Na lei onze, destaca-se o mal que a Ira poderia trazer ao corpo do rei, alimentando nele a tristeza e a dor; a esse respeito, cita o documento, teria dito o Rei Salomão: "o espírito alegre do homem torna a sua vida repleta de formosura; por sua vez, o triste consome a carne e desgasta os ossos".</p>

¹⁹³ Virtudes que ainda estavam presentes para o rei ibérico no século XIV e XV, conferir em: MOCELIM, Adriana. "**Segundo conta a estoria...**": **A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. Tese de doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2013, p. 135-140; MOCELIM, Adriana. O Livro de Linhagens do Conde Pedro de Barcelos: espelho de reis e de nobres. In: SILVA, Victor Augustus Graciotto. **Idade Média: religião, cultura e política**. Curitiba: Ed. Máquina de Escrever, 2011, p. 13-30; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese de doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2005, p. 50.

	<p>vida florida de fermosura, e el triste, non tan solamente consume la carne mas desgasta los huessos". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"E porque la Ira del Rey es mas fuerte, e mas dañosa que la de los otros omes, porque la puede mas ayna cumplir, por ende deve ser mas apercebido, quando la oviere, en saberla sufrir. Ca assi como dixo el Rey Salomon, a tal es la ira del Rey, como la braveza del leon, que ante el su bramido, todas las otras bestias tremen, e non saben donde se meter". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"E aun dixo el Apostol Santiago, que la Ira del ome non dexa obrar la Justicia, que es cosa de Dios". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"Mal querencia, es la que llaman en latin <i>odium</i>, que quiere tanto decir en romance, como mala voluntad, que esta toda via raygada en el coraçon del ome. E esta es la tercera cosa de que se deve el Rey mucho guardar. Ca non la deve aver en ninguna manera, à quien non le mereciesse por que: ca si lo fiziesse, moftrarse ya por desconocido, e por sobervio. Nin otrosi, non la deve aver contra los que fizieren bien, ca en esto se mostraria por embidioso, e por ome que non se paga de bondad". AFONSO</p>	<p>E devido ao fato de sua Ira ser mais forte, quando comparada à de outros homens, e, consequentemente, mais nociva, o rei, quando sofresse com ela, deveria saber controlá-la muito bem; pois como teria dito o Rei Salomão, cita o documento normativo: "a Ira do Rei assemelha-se à braveza do Leão, pois quando este começa a rugir, todas as demais bestas tremem e não sabem onde se esconder.</p> <p>O documento normativo complementa a discussão a respeito da Ira com uma interessante citação do Apóstolo São Tiago: "a Ira do homem não o deixar fazer a Justiça, esta que seria uma coisa de Deus".</p> <p>Por fim, o Rei não poderia demonstrar Má Vontade em relação aos homens de bem, assim não subentendendo soberba ou inveja aos outros.</p>
--	---	---

	<p>X. Partida II, Título V, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"Mas sin dubda la deve aver, contra los enemigos de la Fé. O contra aquellos que hacen al Rey, o al Reyno traycion. O contra los alevosos, e los falsarios. O contra los fazedores de los otros grandes yerros, que deven ser escarmentados en todas guisas sin ninguna merced. Ca el Rey contra los malos, quanto en su maldad estovieren, siempre les deve aver mala voluntad, porque si desta guisa non lo fiziesse, non podria fazer Justicia complicadamente, nin tener su tierra en paz, nin mostrarse por bueno". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"Cobicia, es cosa que han en si los omes naturalmente. E quien usa della como deve, e en las cosas que conviene non es mal. E quando sale de su lugar es además, e tornarse à ser la cosa del mundo peor, e es contra todas las buenas costumbres, ca assi como de suso es dicho: ella es raiz de todos los males". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"E por ende todos los omes del mundo se deven della guardar, mayormente lo deven fazer los Reyes, que todas las cosas de su señorío son en su poder para mantenerlas en Justicia, e en derecho". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIII. Las Siete Partidas.</p>	<p>No entanto, ele deveria ter má vontade em relação aos inimigos da Fé, aos traidores do reino e para com os demais que insistissem nas falsidades e nos grandes erros; pois, caso o Rei não tivesse má vontade em relação aos maus, não poderia fazer Justiça, ou manter sua terra em paz.</p> <p>Na décima terceira lei, contemplando os vários e graves comportamentos a serem evitados pelo rei, o documento normativo discute a questão da Cobiça. Esta, segue o relato da fonte, seria própria aos homens, algo da natureza deles; e deveria ser utilizada da forma correta, na questão conveniente; caso contrário, se tornaria a pior coisa do mundo, contra todos os tipos de bons costumes: em suma, a raiz de todos os males.</p> <p>Todos os homens do mundo, por essa razão, deveriam se proteger dela, e principalmente os reis: pois, todas as coisas de seu senhorio estariam em seu poder para que ele,</p>
--	--	---

	<p>Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"E esta guarda deven fazer en tres maneras. La primera, que non cobdicien cosa que non podria ser. La segunda, lo que non deve ser. La tercera, en el tiempo que non conviene". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"E entonce cobdiciaria el Rey la cosa que non puede ser quando cobiciasse fazer por maestria lo que segun natura non pudiesse acabar, assi como alquimia. E desta guisa, dar se ya por desentendido, e perderia su tiempo, e su aver". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14.</p> <p>"Cobiciar non deve el Rey cosa que sea contra derecho, ca segund que dixeron los Sabios, que fizieron las Leyes antiguas, tan poco la deve el Rey cobdiciar, como la que non puede ser segund natura. E con esto acuerda la palabra del noble Emperador Justiniano, que dixo en razon de si, e de los otros Emperadores, e Reyes, que aquello era su poder, que podria fazer con derecho". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIII (XIV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"E para esto guardar el Rey ha menester que sea justiciero en sus fechos, e mesurado en sus despensas, e en sus dones, e non las fazer grandes do non deven. Ca si fuere justiciero, non</p>	<p>justamente, as mantivesse em Justiça, no Direito.</p> <p>Nesse sentido, para essa proteção, o rei não deveria cobiçar: 1) o que não existiria; 2) o que não poderia ser cobiçado; 3) algo em tempo inapropriado.</p> <p>Ainda na presente lei, o documento afirma que rei não deveria perder todo o seu tempo e trabalho buscando algo que, segundo a natureza, não poderia existir; por exemplo, a alquimia. Na sequência, a discussão é aprofundada em relação à questão das leis.</p> <p>O rei, segue o documento normativo, não deveria cobiçar nada contrário ao direito, ou seja: o que não estivesse em conformidade com a natureza; e isto vem ao encontro com a seguinte declaração do Imperador Justiniano, a respeito dele próprio, dos Imperadores, e dos reis: "o poder que detinham limitava-se àquilo permitido pelo direito".</p> <p>E para que tudo ocorra assim, continua a fonte, o rei deveria necessariamente ser justo e também moderado em suas ações: tornando-se</p>
--	--	---

	<p>aurá cobdicia de fazer cosa en que aya tuerto, nin mal estança. E seyendo mesurado, non aura porque cobdiciar las cosas sobejanas, e sin pro, e fará segund dixo el Rey Salomon, que el Rey justo, e amator de la Justicia, endereça su tierra, e el que es cobdicioso ademas, esse la destruye". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIII (XIV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"Conveniente non seyendo el tiempo para fazer las cosas, non deve el Rey cobdiciar que sean fechas en él. E entonce faria esto, quando quisesse dexar la cosa, que de fazer oviesse por otra que non conveniesse ser fecha en aquella razon, assi como en el tiempo que deviesse folgar, querer trabajar: o en el tiempo de trabajo, querer folgar". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"Ca bien assi, como el que toma grand trabajo en el tiempo que deve folgar, non se puede escusar, que non venga por ello à enfermedad, o à muerte: e otrosi, en tiempo del trabajo, si se quisesse echar à folgar, non puede ser que non reciba por ende grand daño, o deshonra. E por ende dixo el Rey Salomon, que todas las cosas han sus tiempos ordenados en que se deven fazer, e en que se acaban". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p>	<p>justiceiro, não demonstraria cobiça por algo que não fosse correto, ou que trouxesse qualquer mal; e sendo moderado, ele não teria motivos para cobiçar as coisas soberbas, sem motivos de bem; desse modo, faria no sentido do que disse o Rei Salomão, complementa o documento: "o Rei justo, aquele amante da justiça, direciona a sua terra, enquanto que o cobiçoso a simplesmente destrói".</p> <p>Da mesma forma o rei, continua a décima quinta lei, não deveria ter a cobiça de praticar algo no momento em que fosse proibido; folgar no período de trabalho, e trabalhar no período de folga, também não seria adequado.</p> <p>Segundo o documento normativo, não se poderia desculpar aquele que, por trabalhar excessivamente no momento de folga, acabasse ficando doente, ou morresse; e aquele que folgasse no momento de trabalho não deixaria de receber um grande mal, e desonra; pois, como teria dito o Rei Salomão: todas as coisas possuem seus tempos ordenadamente, nos quais se devem fazê-las, e terminá-las.</p>
--	---	--

	<p>“Onde el Rey, que contra esto fiziesse, non podria ser que non cayesse en los peligros sobre dichos, lo que estaria peor a el que a otro ome, e demas seria contra buenas costumbres”. AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p>	<p>O rei que não se comportasse adequadamente não poderia evitar os perigos assinalados acima; e que seria algo muito pior em relação ao rei, do que aos demais homens; e que também viria diretamente contra todos os bons costumes.</p>
Tema	Poder Temporal	
Conceito	Rei	

O rei deve se guardar dos vícios que podem atingi-lo através dos nobres para com ele: da Sanha, do Mal Querer, da Ira, da Cobiça em favor da Vingança. O rei era quem fazia a Justiça e os nobres, a vingança. Assim, como aponta Rodríguez de la Peña, era o rei representante do modelo salomônico, que aplica a justiça com total sabedoria¹⁹⁴. Destacando os comportamentos não adequados à realeza, o documento normativo apresenta aqui uma interessante afirmação de contraposição: o rei deveria evitar a sanha, de modo que suas ações não se tornassem contra o Direito e, conseqüentemente, se aproximassem mais da “vingança” do que da “justiça”. O rei deveria ficar dentro das margens do Direito conforme foi apontado por Justiniano (aqui temos a presença do Direito bizantino como reforço argumentativo). Na continuidade, apoiando-se nas recomendações de Salomão, dizeres estes de origem bíblica, talmúdica e corânica, ressalta-se a ideia de que o rei deveria evitar a tristeza, a ira, a soberba e a cobiça, cuidando para que o seu espírito continuasse sempre alegre em relação aos homens de fé, para o Bem Comum e existência da justiça na sociedade. Como verificamos, portanto, nada poderia comprometer no rei a sua prática da justiça, aspecto assim fundamental para a sua experiência política. E continuando com a doutrinação da realeza, temos o ideal da sabedoria recebendo grande destaque:

¹⁹⁴ RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. Imago Sapientiae: Los orígenes del ideal sapiencial medieval. **Medievalismo**, n. 7, pp. 11-39, 1997.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>"Acucioso deve el Rey ser en aprender los saberes: ca por ellos entenderá las cosas de Reyes, e sabrá mejor obrar en ellas. E trosi, por saber leer, sabrá mejor guardar sus poridades, e ser señor dellas: lo que de otra guisa non podría bien fazer. Ca por la mengua de non saber estas cosas, auria por fuerça à meter otro consigo que lo sopiesse. E poderle ya avenir, lo que dixo el Rey Salomon, que el que mete su poridad en poder de otro, fazese su siervo, e quien la sabe guardar, es señor de su coraçon, lo que conviene mucho al Rey". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"E aun sin todo esto, por la Escritura, entenderá mejor la Fé, e sabrá mas complidamente rogar à Dios. E aun por el leer puede el mismo saber los fechos ganados que passaron, de que aprenda muchas buenas costumbres, e exemplos". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"E non tan solamente tovieron por bien los Sabios Antiguos, que los Reyes sopiessen leer mas, aunque aprendiessen de todos los saberes, para poder aprovecharse dellos. E en esta razon dixo el Rey David, consejando à los Reyes que fuessen entendidos, e sabidores, pues que ellos han à juzgar la tierra. E esso mismo dixo el Rey Salomon su fijo, que los Reyes</p>	<p>O rei deveria sempre buscar aprender os saberes, pois através deles saberia entender melhor as coisas, e trabalhar nelas; ademais, por justamente saber ler, saberia melhor resguardar suas responsabilidades e funções, tornando-se senhor delas; pois caso não conhecesse bem estas coisas, teria a necessidade de colocar outro que soubesse ao seu lado; e dessa situação, cita a fonte, poderia decorrer aquilo que disse o Rei Salomão: "aquele que coloca a sua responsabilidade, função, em poder de outro, torna-se o seu servo; mas aquele que a resguarda, torna-se senhor do seu coração, algo que seria muito conveniente ao rei".</p> <p>Na prática da leitura, continua o documento, o rei teria o conhecimento das Escrituras, entendendo melhor a Fé, e sabendo o modo mais adequado de rogar a Deus; e também pela leitura o rei teria acesso aos grandes feitos do passado (a História), através dos quais aprenderia costumes muito bons, e exemplos.</p> <p>De fato, na consideração da fonte, os Sábios Antigos não apenas tiveram por bem que os reis soubessem ler, mas que também aprendessem de todos os saberes, de modo que pudesse então aproveitá-los; e esse pensamento viria ao encontro com o que havia dito o Rei</p>

	<p>aprendiessen los saberes, e non los ovildassen: ca por ellos aurian à juzgar, e a mantener las gentes". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"E Boecio, que fue muy Sabio Cavallero dixo: que non conviene tanto à otro ome como al Rey, de saber los buenos saberes, porque la su sabiduria es muy aprovechosa à su gente, como que por ella han à ser mantenidos con derecho". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"Ca sin dubda, tan grand fecho como este, non lo podria ningun ome cumplir, à menos de buen entendimiento, e de grand sabiduria. Onde el Rey que despreciasse de aprender los saberes, despreciaria à Dios, de quien vienen todos, segund dixo el Rey Salomon, que todos, los saberes vienen de Dios, e con el son siempre". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"E despreciaria à si mismo: ca pues que por saber quiso Dios, que se estremasse el entendimiento de los omes del de las bestias, e quanto el ome menos oviesse dellos, tanto menor departimiento auria entre el, e las animalias. E el Rey que esto fiziesse,</p>	<p>Davi, quando este aconselhou aos reis que fossem entendidos e sábios, tendo em vista a responsabilidade deles em julgar a terra; e sobre esse assunto teria igualmente exclamado o Rei Salomão: "que os Reis não os esquecessem, pois através deles viriam então a julgar e manter todas as pessoas".</p> <p>Nessa argumentação, o documento acrescenta a opinião de Boécio, um Sábio Cavaleiro: "em relação ao restante dos homens, caberia principalmente ao Rei tomar conhecimento dos bons saberes; sabedoria que contribuiria para o benefício de seu próprio povo, o qual, através dela, seria então mantido com direito".</p> <p>Tarefa desse modo importante, continua o documento normativo, homem nenhum conseguiria cumprir, a não ser com bom entendimento e grande sabedoria; e assim o Rei que menosprezasse sua aprendizagem dos saberes também menosprezaria a Deus, de quem todos eles viriam; pois como teria dito o Rei Salomão: "todos os saberem vêm de Deus, e com ele estão sempre".</p> <p>E aquele que não buscasse o conhecimento, acabaria depreciando a si mesmo; pois Deus desejou ao homem o conhecimento para que este, justamente, se diferenciassse dos outros</p>
--	--	--

	<p>avenirle ya, lo que dixo el Rey David: el ome quando es en honra, e non la entiende, fazesse semejante de las bestias, e es tal como ellas". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"Saber conocer los omes es una de las cosas de que el Rey mas se deve trabajar: ca pues que con ellos ha de fazer todos sus fechos, meseter es que los conosca bien. E esta conocencia ha de ser en tres maneras. La primera, de que linaje vienen. La segunda, de que costumbres, e de que maneras son. La tercera, que fechos fizieron". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"Ca si esto non supiere, non sabrá ciertamente, en qual guisa ha de fazer vida entre ellos, nin à quales ha de honrar, e de fazer bien. E los Sabios Antiguos se acordaron en esto, que mas conviene al Rey esta conocencia, que à los otros omes, para saber à cada uno honrar, e tener en el estado que el merece". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XVII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15.</p> <p>"Aprender deve el Rey otras maneras, sin la que diximos en las Leyes ante desta, que conviene mucho. E estas son en dos maneras, la unas que tañen en fecho de armas para ayudarse de ellas quando menester puere: e las otras para aver saber, e placer con que pueda mejor sufrir los trabajos, e los pesares, quando los oviere". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XIX. Las Siete Partidas.</p>	<p>animais, das bestas; e o Rei deveria evitar isso, a exemplo do que teria dito o Rei Davi: o homem que assume uma posição de honra, e não a entende, acaba se tornando semelhante às bestas.</p> <p>Na décima sétima lei, consolidando os argumentos apresentados anteriormente, o documento afirma que o rei deveria trabalhar sempre no sentido de conhecer bem os homens; e nesse sentido, seria necessário que, antes de qualquer ação para com eles, o Rei levasse em consideração: 1) a linhagem de que vieram; 2) seus costumes e maneiras; 3) quais atos praticaram.</p> <p>Pois, caso não tivesse em mente essas questões, o Rei teria muitas dificuldades em agir corretamente, desconhecendo quem honrar ou proteger; e por isso mesmo teriam dito os Sábios Antigos: muito convém ao rei esse conhecimento, para que honre cada um em seu respectivo estado.</p> <p>O documento complementa essa discussão afirmando que o rei deveria também aprender outros assuntos, especialmente dois: 1) as várias ações das armas, para que se utilizasse delas quando fosse preciso e conveniente; 2) afazeres relacionados ao saber, e ao</p>
--	--	--

	<p>Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15-16.</p> <p>"Mañoso deve el Rey ser, e sabidor de otras cosas, que se tornan en favor, e en alegría, para poder mejor sufrir los grandes trabajos, e pesares quando los oviere, segund diximos en la Ley ante desta. E para esto, una de las cosas que fallaron los Sabios que mas tiene pro, es la caça, de qual manera quier que sea, ca ella ayuda mucho à menguar los pensamientos, e la saña, lo que es mas menester al Rey que para otro ome. E sin todo aquesto dá salud, ca el trabajo que en ella toma, si es con mesura, faze comer, e dormir bien, que es la mayor cosa de la vida del ome". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.16.</p> <p>"Alegrías y ha otras sin las que diximos en las Leyes ante destas, que fueron falladas, para tomar ome conorte en los cuidados, e en los pesares, quando los oviese. E estas son, oír cantares, e fontes de estrumentos, e jugar axedrez, o tablas, o otros juegos semejantes destos. E esso mismo decimos de las estorias, e de los romances, e de los otros libros, que fablan de aquellas cosas, de que los omes reciben alegría, e placer". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.16.</p> <p>"E maguer que cada una destas fuesse fallada para bien, con todo esso non deve ome dellas usar, si non en el tiempo que conviene, e de manera que aya pro, e non dano. E mas conviene</p>	<p>prazer, para que melhor suportasse os pezares e sofrimentos por ele constantemente enfrentados.</p> <p>A respeito desse último aspecto, a vigésima lei incentiva por parte do rei a prática da caça, de modo que essa contribuiria para o alívio dos pensamentos e da saúde de seu corpo.</p> <p>E o rei também poderia tomar parte nas alegrias, ou seja, ouvir cantorias, os sons dos instrumentos, e praticar jogos, a exemplo do xadrez; e o mesmo valeria para as histórias, os romances, e outros tantos livros, em que fossem tratados de assuntos alegres, prazerosos.</p> <p>Porém, cada uma dessas tarefas deveria ser praticada no momento em que fosse conveniente, e de modo que trouxesse apenas o bem, e</p>
--	--	--

	esto à los Reyes que à los otros omes, ca ellos deven fazer las cosas muy ordenadamente, e con razon. E sobre esto dixo el Rey Salomon: que tiempos señalados son sobre cada cosa, que conviene à aquella". AFONSO X. Partida II, Título V, Ley XX. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.16.	não o mal; e principalmente os reis deveriam atentar para isso: pois eles devem praticar as coisas sempre ordenadamente, e com a razão. E sobre esse mesmo assunto teria dito o Rei Salomão , cita a fonte: "tempos específicos recaem sobre cada coisa, conveniente a ela, e não a outra".
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei	

Como verificamos acima, são indicadas no texto algumas importantes considerações a respeito da necessidade de erudição por parte do rei. Verificamos na construção narrativa um reforço ao ideal de sabedoria do monarca, tendo em vista o cumprimento, no Direito e na justiça, de suas responsabilidades. Mas também um favorecimento ao entretenimento, fato este concretizado com a feitura em 1283 do *Libro de los Juegos*¹⁹⁵. O sentido de História como guardiã dos fatos passados também é ressaltada. Salomão, novamente referenciado aqui, transparece um reforço ideal nesse argumento. A esse monarca ideal, também caberia a preservação de sua família, vejamos:

	Identificação	Intermediação
Lei	"Casamiento es cosa que, segund nuestra Ley, despues que es fecho, non se puede partir si non por razones señaladas, assi como se muestra en <i>Quarta Partida</i> , deste libro. E por ende deve el Rey catar, que aquella con quien casasse aya en si quatro cosas. La primera, que venga de buen linaje. La segunda, que sea fermosa. La tercera, que sea bien acostumbrada. La quarta,	O casamento era algo que, de acordo com a Lei, depois de realizado, não poderia ser desfeito, senão por razões muito específicas; e por isso mesmo o rei deveria levar em consideração quatro aspectos, em relação à mulher, antes de se casar: 1) que viesse de uma boa

¹⁹⁵ AFONSO X. **Libro de los Juegos**. Book of Games. Translated Sonja Musser Golladay. Arizona, 2003. No *Libro de los Juegos*, Afonso X aparece nas iluminuras como um Novo Salomão que agregaria cristãos, judeus e islâmicos.

	<p>que sea rica". AFONSO X. Partida II, Título VI, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.16.</p> <p>"Onde el Rey, que desta guisa honrare, e amare, e guardare à su muger, será el amado, e honrado, e guardado della, e dará ende buen exemplo à todos los de su tierra". AFONSO X. Partida II, Título VI, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17.</p> <p>"Mas para fazer estas cosas, bien e cumplidamente ha menester que le de tal compañía de omes, e de mugeres: que amen, e teman à Dios, e sepan guardar la honra del, e della. Ca naturalmente non puede ser que non aprenda ome mucho de aquellos con quien bive cotidianamente". AFONSO X. Partida II, Título VI, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17.</p> <p>"E por esto dixo Caton el Sabio, en castigando su fijo, si quieres aprender bien have vida con los buenos. E esso mismo dixo el Rey Salomon, en manera de castigo, que el que oviesse fabor de fazer bien que se acompañasse con los buenos, e se arredrasse de los malos". AFONSO X. Partida II, Título VI, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17.</p> <p>"Infantes llaman en España a los fijos de los Reyes. Ca ellos deven en si ser nobles de buenas maneras, e sin</p>	<p>linhagem; 2) que fosse bonita; 3) que tivesse bons costumes; 4) que fosse rica.</p> <p>Dessa forma, o rei deveria sempre honrar, amar e proteger a sua mulher, para que ele também fosse honrado, amado e protegido por ela; comportando-se assim, daria um bom exemplo a todos aqueles de sua terra.</p> <p>E para que tudo sempre ocorresse bem e corretamente, seria necessário ao rei o cuidado de dar boas companhias à sua mulher: homens e mulheres que amassem e temessem a Deus, e soubessem proteger a honra dele e dela; pois seria natural que se aprendesse muito com todas as pessoas que se vivesse cotidianamente.</p> <p>Nesse sentido, complementa o documento, teria dito Catão, o Sábio, castigando ao seu filho: se queres aprender bem, faça sua vida entre os bons; e do mesmo jeito teria dito o Rei Salomão, na forma de castigo: o homem que gostasse de fazer o bem, que buscasse a companhia dos bons, e se afastasse dos maus.</p> <p>Continuando a discussão em relação à família do Rei, o sétimo título da II Partida</p>
--	--	--

	<p>ninguna mal estança, por razon de la nobleza que les viene de parte del padre, e de la madre. E tomaron este nome de <i>infans</i>, que es palabra de latin, que quier tanto decir, como moço menor de siete años, que es sin pecado, e sin mancilla. E por ende deven los Reyes puñar, que sean sus fijos a tales, e amarlos mucho. E este amor deven aver por dos razones. La primera, porque vienen del, e son como miembro de su cuerpo. La segunda, que por remembranza fincan en su lugar despues de su muerte, para fazer aquellas cosas de bien, que el era tenuto de fazer". AFONSO X. Partida II, Título VII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17.</p> <p>"E esto es, quel deve placer, que sus fijos sean mejores que el, non porque el faga por ellos cosa que le este mal, ni mengue en su honra, mas si ellos sopieren ser tan buenos en si que le vençan de bondad, devele mucho placer, e agradecer lo à Dios. E quando esta manera pujáre el linaje, será siempre de bien en mejor. E sobre tal razon dixo el Rey Salomon, que grand loor, e grande honra era al padre, de ser el fijo sabidor, e bueno". AFONSO X. Partida II, Título VII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17.</p>	<p>contempla a questão dos filhos dos Reis, ou seja, daquelas crianças que nasceram de casamento direito. Logo na primeira lei, destaca-se que, em Castela, os filhos dos Reis seriam chamados de infantes, palavra de origem latina e que se refere à criança com menos de sete anos de idade, ainda sem pecado; estes filhos deveriam ser nobres e possuir boas maneiras, sempre; e os Reis deveriam sempre amá-los, por duas razões: a primeira, porque eram provenientes dele, e seriam tal como um membro de seu corpo; a segunda, pelo motivo que eles continuariam na terra após a sua morte, prosseguindo a fazer as coisas de bem, da mesma forma que ele anteriormente.</p> <p>Assim, o rei deveria desejar que os seus filhos se tornassem melhores que ele próprio, de modo que eles pudessem superá-lo na bondade; e quando agisse assim, o rei fortaleceria a sua linhagem; e a esse respeito, cita o documento, teria dito o Rei Salomão: que grande louvor e honra tem o rei, quando possui um filho sábio, e bom.</p>
Tema	Poder Temporal	
Conceito	Rei	

O rei ama os nobres e esses deveriam amá-lo também para o bem social: essa era a mensagem do rei aos seus nobres através das *Partidas*. Em relação à questão do casamento, o documento normativo trabalha no sentido de reforçar no rei a nobreza de sua pessoa, e por isso mesmo ele deveria buscar mulher igualmente nobre. Dos filhos que nascerem de tal matrimônio, o rei deveria cuidar devidamente, pois eles representam a sua linhagem. E novamente Salomão vem na construção narrativa reforçar esse argumento, com a ideia da necessidade, por parte do rei, de educar os seus filhos, tornando-os sempre bons e sábios. Lembrando que a *tradição sapiencial oriental* era compartilhada desde Fernando III, Afonso X e Sancho IV¹⁹⁶, ou seja, ela estava presente na família real castelhana. Assim buscar ter pessoas de confiança ao seu lado seria imprescindível ao rei:

Análise	Identificação	Intermediação
Lei	<p>"Seneca ovo nome un Sabio, que fue natural de Cordova, e fabló en todas las cosas muy con razon, e mostro como los omes deven ser apercebidos en las cosas que han de fazer, acordandose sobre ellas antes que las fagan e dixo assi: que uno de los sesos que ome mejor puede haver, es de consejarse sobre todos los fechos que quiere fazer, ante que los comience". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.22.</p> <p>"E este consejo ha de tomar, con omes que hayan en si dos cosas. La primera, que sean sus amigos. La segunda, que sean bien enredidos, e de buen seso. Ca si tales non fuesen, poderle ya ende venir gran peligro, porque nunca los que</p>	<p>Na quinta lei, o documento normativo relembra Sêneca, natural de Córdoba, um homem que teria falado de todas as coisas sempre com muita razão; este teria alertado às pessoas para que sempre estivessem atentas em todos os seus afazeres, concordando a respeito deles previamente; e nesse sentido ele teria dito: "um comportamento que o homem poderia apresentar seria o de buscar conselho a respeito das ações que pretendesse tomar, antes de, propriamente dito, começá-las".</p> <p>Complementa a fonte, o rei deveria buscar esse conselho em homens que tivessem em si duas coisas: a primeira, que fossem seus amigos; a segunda, que fossem de boa</p>

¹⁹⁶ RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. Imago Sapientiae: Los orígenes del ideal sapiencial medieval. *Medievalismo*, n. 7, pp. 11-39, 1997.

	<p>a ome defaman, le pueden bien aconsejar, ni lealmente". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.22.</p> <p>"E por ende dixo el Rey Salomon, que en el mundo non ha mayor mala ventura, que haver ome su enemigo por Privado, o por Consejero". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.22.</p> <p>"Jueces son llamados aquellos que judgan los pleytos. E por ende los que los han de judgar en la Corte del Rey, tienen muy grand oficio, porque non tan solamente judgan los pleytos que vienen ante ellos: mas aun han poder de judgar los otros Jueces de la tierra". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.26.</p> <p>"E por todo esto han haver muchas bondades. Primeramente, ser de buen linaje, para haver verguença de non errar. E luego acabo desto, deven haver buen entendimiento, para entender ayna lo que razonaren ante ellos, e deven ser apuestos, e sesudos, para saberlo departir, e judgar derechamente. E si sopieren leer, e escrevir, saberse han mejor ayudar dello, porque ellos mismos se leerán las cartas, e las peticiones, e las pesquisas de poridad, e non auran à caer en mano de otro que los mesture, e bien razonados conviene que sean, para</p>	<p>índole; caso não fossem assim, poderia se incorrer em grande perigo, pois os que difamam aos homens não poderiam aconselhar bem ou lealmente.</p> <p>A respeito disso, o documento normativo menciona o Rei Salomão: "no mundo não haveria uma desgraça maior que o homem ter o inimigo perto de si, no Privado, ou mesmo tê-lo por seu Conselheiro".</p> <p>Um dos principais conselheiros do rei seriam os Juízes, conforme apresentado na décima oitava lei do presente título. Na definição proposta pelo documento normativo, Juízes seriam aqueles responsáveis pelo julgamento dos pleitos; aqueles que atuassem na Corte do Rei teriam grande responsabilidade, tendo em vista que, para além dos pleitos que surgissem, poderiam igualmente julgar os outros Juízes da terra.</p> <p>Por tudo isso, eles deveriam possuir muitas qualidades; antes de tudo, ser de uma boa linhagem, para que tivessem vergonha de errar; um homem de bom entedimento, para que pudesse compreender as razões que se colocarem diante dele; disposto e atencioso, para que soubesse julgar diretamente; e caso soubesse ler e escrever, melhor ainda, pois</p>
--	--	---

	<p>saber mostrar las razones complidamente ante ellos, quando los juicios ovieren à dar". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.26.</p> <p>"E sin todo esto, deven ser justicieros, para fazer à cada uno de los vinieren à su juicio, justicia, e derecho: e sin dubda conviene mucho que sean tales, porque non fagan en sus juicios que tornen à daño del Rey, ni del pueblo, ni porque ellos oviesen mala fama, ni peligro de sus cuerpos". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.26.</p> <p>"Otrosin deven ser firmes de manera, que se non desvien del derecho, ni de la verdad, ni fagan contrario por ninguna cosa, que les pudiesen ende avenir, de bien, ni de mal. E sobre todo han de ser muy leales, de manera que sapan guardar todas estas cosas sobredichas". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.26.</p> <p>"Señaladamente, que amen el Rey, e guarden su señorío, e todas sus cosas. E quando los Jueces tales fueren: develos el Rey amar, e fiarse mucho en ellos, e fazerles mucho bien, e honra". AFONSO X. Partida II, Título IX, Ley XVIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.26.</p>	<p>não precisaria recorrer a outros para a leitura e entendimento das cartas e petições.</p> <p>E principalmente, deveriam ser justiceiros, para que cumprissem, a cada um que viesse ao seu juízo, a justiça, e o Direito; e seria essencial, continua o documento normativo, que eles fossem exatamente assim, para que em seus juízos não viessem a provocar qualquer dano ao rei ou ao povo, a despeito de tudo.</p> <p>Também deveriam ser firmes, de modo que não se desviassem do Direito, nem da verdade; e não poderiam de qualquer forma agir contra isso, independente do bem ou do mal que pudesse acontecer; e por tudo isso os Juízes deveriam ser homens leais, para que sempre resguardassem esses bons comportamentos.</p> <p>E assim, os Juízes deveriam amar ao rei, e ao mesmo tempo proteger o senhorio e todas as suas coisas; assim, eles também seriam muito amados pelo rei, o qual deveria acreditar neles, fazendo o bem e honrando a todos eles.</p>
Tema	O Poder Temporal	
Conceito	Rei	

Abordando o comportamento adequado do rei em suas tarefas de governo, o nono título da *II Partida* trata a respeito dos oficiais: homens que serviriam e ajudariam os Imperadores, reis ou outros grandes senhores em seus respectivos afazeres. Nesse sentido, verificamos que o documento normativo reforça a necessidade de o rei ouvir os conselhos de homens com boa índole, que possuem amizade entre si e que são leais, com vistas à realização de suas tarefas.

Os que trabalham para o rei, a exemplo dos Juízes, os mais importantes conselheiros do rei, que era uma nobre função perante a sociedade, deveriam ser devidamente selecionados. Salomão é citado no sentido de um alerta: o rei deveria evitar que inimigos estivessem próximos a ele.

Entretanto, quem era este Salomão na construção narrativa de *Las Siete Partidas*? Segundo Jean-Patrice Boudet, as referências à imagem da tradição oriental salomônica afetam o *corpus* alfonsino (histórico, literário, jurídico, místico); e em *Las Siete Partidas* a imagem de Salomão é evocada em passagens que já estamos analisando:

Les très fréquentes occurrences de Salomon comme référence normative et comme roi justicier idéal dans l'œuvre juridique alphonsine peuvent également être invoquées. C'est le cas dans le *Libro del fuero de las leyes*, où Salomon est mentionné dix fois, et dans cette sorte de miroir du prince qu'est la deuxième partie des *Siete Partidas*, notamment dans les leyes 2, 3, 11, 14 et 16 du título 5, où le souverain hébreu est cité à de nombreuses reprises: "Heureuse est la terre qui a un roi noble pour seigneur", mais "malheur à la terre dont le roi est un enfant" (Ecclésiaste, 10, 16-17); s'il veut préserver son pouvoir, le roi ne doit pas révéler ses secrets ni ceux d'autrui (Prov., 25, 9); il doit apprendre "les savoirs" pour être un bon justicier et maintenir son peuple en paix (Sap., 6, 1-21) ; "toute sagesse vient de Dieu" (Ecclésiastique, 1, 1) ; "tout conseiller donne des conseils, mais il en est qui cherchent leur intérêt" (ibid., 37, 7), etc. Remarquons toute fois que Salomon subit dans cette partie du corpus alphonsin la forte concurrence du modèle impérial (les rois sont des vicaires de Dieu au temporel et le roi de Castille est "empereur en son royaume", *Partidas*, II. 1.5, et celle d'autres modèles sapientiaux: Aristote, dont les rédacteurs des *Partidas* citent *l'Éthique à Nicomaque* et même la *Politique* [...])¹⁹⁷.

Essa imagem do rei Salomão não está restrita a passagens veterotestamentárias (*O Cântico dos cânticos*, *Provérbios*, *O Livro da Sabedoria*,

¹⁹⁷ BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. *Revue historique*. ed. 3/n. 647, pp. 547-548, 2008.

Eclesiastes)¹⁹⁸, pois Salomão também é um dos personagens pilares da narrativa corânica (em especial, a *Surat 27*)¹⁹⁹. Pode-se dizer que Salomão – tal como a imagem da Santa Maria utilizada por Afonso X em *As Cantigas de Santa Maria* – servirá de ponto de união entre três religiões monoteístas sob a égide de um governante sábio e justo. E como essa imagem de Salomão chegou ao Ocidente? De acordo com Alexandre Cizek na maioria dos casos essa referência salomônica oriental chegou aos livros ocidentais por intermédio dos sábios bizantinos e/ou pelos árabes e judeus²⁰⁰. E como aponta Bonifacio Palacios Martín essa era uma tradição comum compartilhada na Península Ibérica e também no reino da França durante o século XIII²⁰¹. A *tradição sapiencial oriental* é um repertório comum para São Fernando, Afonso X, F. La Cerda e Sancho IV.

Diante do exposto voltamos para a análise da fonte: se por um lado o documento normativo coloca as mais diversas responsabilidades em relação ao rei, a sociedade, ou melhor, o povo também deveria cumprir com vários deveres; não são poucas as referências de autoridade citadas pelo documento, e Salomão não poderia ser deixado de lado. Vejamos:

	Identificação	Intermediação
Lei	"Almas, de tres maneras dixo Aristoteles, e los otros Sabios, que son naturalmente en las cosas que biven. E la una dellas llamaron criadera; e a tal como esta han los arboles, e las plantas, e todas las otras yervas de la tierra. E a la segunda dixerón sentidora, e esta han	De acordo com o documento normativo, apoiando-se em Aristóteles, os homens teriam em si uma alma racional: através dela se faria todo entendimento, para que o homem pudesse conhecer as

¹⁹⁸ **BÍBLIA SAGRADA**. Traduzida para o português por João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

¹⁹⁹ Suratu An-Namil, 27. In: **ALCORÃO**. Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa. Realização do Dr. Helmi Nasr. Complexo do Rei Fahd para imprimir o Alcorão Nobre, Al-Madinah Al-Munawarah K.S.A. Ano de 1426 da Hégira, p. 610-624. Também no livro de *As Mil e Uma Noites* (ramo egípcio, século XIV) aparece a narrativa "As sentenças de Davi e Salomão", definindo Salomão como modelo do rei justo e sábio. ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. III: ramo egípcio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2007, p. 252-253.

²⁰⁰ CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015). Sobre o estudo das Cantigas de Santa Maria, conferir: SOKOLOWSKI, Mateus. **Por Santa Maria! A fina flor da cavalaria nas Cantigas de Afonso X (1252-1284)**. Monografia em História. Curitiba: UFPR, 2010.

²⁰¹ PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los "espejos de príncipes" (1250-1350). **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona, 1995, p.463-483.

	<p>todas las cosas que biven, e se mueven naturalmente por si mismas. E à la tercera hamaron alma razonable, que ha en si entendimiento para saber conocer las cosas, e departilas con razon". AFONSO X. Partida II, Título XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.32.</p> <p>"Dos entendimientos dieron los Sabios que ha el alma razonable. E es uno para conocer a Dios, e las cosas celestiales. E el otro, para entender, e obrar las cosas temporales. E con el primero entendimiento deve conocer à Dios, que es, e qual es, e como todas las cosas son en el. E con el segundo deve conocer las otras cosas que el fizo, en qual guisa las crio e como las ordeno, e el pro que viene a los omes dellas". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.32.</p> <p>"A quel Pueblo es bien aventurado, e endereçado à bien, el que puña quanto mas puede en conocer à Dios. E como quier que le deve conocer naturalmente, segund dice la Ley ante desta, aun conviene que le conozca por creencia de Ley, que es sobre natura, para esta conocencia ha meseter que aya en si tres cosas Fé, Esperança e Amor". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.32.</p> <p>"Santo Isidoro que fue muy gran Filosofo, estableció muchas cosas en Santa Eglesia, e departio los nomes de cada una, segund que conviene. E dixo, que Fé es cosa, por la qual verdaderamente cree ome lo que non puede ver". AFONSO X. Partida II,</p>	<p>coisas, e tratá-las com razão.</p> <p>Essa alma racional, continua a primeira lei, possuiria dois propósitos: 1) conhecer a Deus e as coisas celestiais; 2) auxiliar a compreensão e o trabalho com as coisas temporais.</p> <p>De acordo com a segunda lei, o povo bem aventurado, e encaminhado ao bem, seria aquele que mais buscasse conhecer a Deus; e para que justamente eles o pudessem conhecer da melhor forma possível, deveriam levar em consideração e possuir três coisas: Fé, Esperança e Amor.</p> <p>Com o documento iniciando uma explicação a respeito de cada um desses aspectos, a terceira lei segue com o depoimento de Santo Isidoro, grande filósofo que teria estabelecido muitas</p>
--	---	---

	<p>Título XII, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.32.</p> <p>"E tan grand fuerça ha en ella, que segund dixerón los Santos, e Sabios Antiguos, ella es luz que alumbrá el entendimiento del ome, e fazele conocer à Dios, e el su poderio, e la su justicia, e la su misericordia, e muestrales como lo sepan loar, e agradecer el bien que les faze". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.32.</p> <p>"Esperança es cosa porque el ome cree que le averna aquello en que ha fé: é assi lo dixo Sant Augustin en el libro que es llamado de la Cibdad de Dios. Otrosi, dixo el mismo, que la esperança es cobdicia que ha el ome de haver el bien de la vida durable con grand fiuzia que ha de lo ganar. E por ende deve aver todo Christiano buena esperança por dos razones. La primera dellas es natural; ca segund natura todo ome que ha miedo de caer, trava sea alguna cosa, e arrimase a ella que le ayude a sostener porque non caya. E esso mismo deve fazer el alma de todo fiel Christiano, que entiende, e conoce su flaqueza, que se deve travar, e arrimar à la esperança de Dios; ca ella non lo dexará caer". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"La segunda razon porque los omes deven aver esperança en Dios, es segund amonestamiento de los Profetas, que nos aperciben que la</p>	<p>coisas na Santa Igreja: "Fé seria algo no qual o homem verdadeiramente crê, ainda que não pudesse ver".</p> <p>E teriam dito os Santos e Sábios Antigos, complementa a fonte, que a Fé agiria do mesmo modo que uma luz: clareando o entedimento dos homens, fazendo com que eles conhecessem a Deus, ao seu poder, a sua justiça, e a sua Misericórdia; e, conseqüentemente, eles poderiam melhor agradecê-lo e louvá-lo por todo o bem a eles causado.</p> <p>Na quarta lei, o documento contempla da seguinte forma a Esperança, tendo por base o pensamento de Santo Agostinho em seu livro Cidade de Deus: "Esperança é a coisa pela qual o homem acredita que lhe acontece o que ele tem por fé"; e também ele teria dito que a esperança seria uma cobiça do homem em querer profundamente o bem da vida. E assim, todo cristão deveria possuir boa esperança por duas razões: a primeira delas, de fundo natural, para que ele não se deixasse abater pelo medo de qualquer coisa, buscando forças na esperança, no apoio de Deus, pois este nunca o deixaria cair.</p> <p>A outra razão seria devido ao aconselhamento dos Profetas, os quais teriam alertado aos homens o</p>
--	--	---

	<p>avamos, porque se nos seguirá grand pro della. E esto se muestra por lo que dixo el Rey Davi Profeta, avan en ti esperança, Señor, los que conocieron el tu nome, e non desampares los que te demandan". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"E otrosi, dixo Jeremias Profeta, bien aventurado es aquel que ha esperança en Dios, ca el mismo será su esperança, e avenirle ha assi como al arbol que es plantado acerca de las aguas, que por la humedad dellas, rayga, de manera que le non pued empecer la fequedad en el tiempo de la seca: e con esto acuerda lo que dixo el Rey Salomon, que la esperança es assi como arbol que es plantado en buen lugar". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"Bienes muchos nacen de la esperança que han los omes en Dios: ca por esta biven seguramente, onde dixo el Profeta Davi en Dios, ove mi esperança, e por esso non temeré lo que me fará el ome. E muy guisada cosa es que los omes ayan esperança en Dios: ca segund dixo este mismo Profeta, él es guardados de los que esperan en él. E aun dixo él mismo, el Señor es guardador de la vida, pues de quien av remiedo: ca Dios verdaderamente es muro, e esperança de todas partes, à aquellos que esperan en él: e él es guardador de su pueblo". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p>	<p>grande bem que acompañaria a vida de todos eles caso mantivessem a esperança; e tal afirmação se confirmaria pelo que também havia dito anteriormente o Rei Davi: tenham esperança em você, Senhor, todos aqueles que conheceram o seu nome, e não os deixem desamparados.</p> <p>E nesse mesmo sentido, o Profeta Jeremias teria dito que bem aventurado seria aquele que mantivesse a esperança em Deus, pois este se tornaria a sua esperança, tal como uma árvore plantada junto às águas, e que nunca secasse diante das dificuldades do tempo; e esse pensamento viria de encontro com o que havia dito o Rei Salomão: a esperança seria tal como uma árvore, que é plantada em um bom lugar.</p> <p>Na sequência, a quinta lei defende que muitos benefícios nasceriam a partir da esperança que os homens tivessem em relação a Deus; através dela, os homens viveriam de modo seguro, no sentido das seguintes palavras do Profeta Davi: "em Deus, deposito a minha esperança, e por isso não temerei o que me farão os homens"; ainda segundo ele, Deus seria "o protetor daqueles que nele se refugiam"; e, ainda ele teria dito: Deus seria o protetor da vida, e então nada se deveria temer; Deus seria a esperança de todas as</p>
--	--	--

	<p>"E otrosi, la esperança dá al ome buen entendimiento: e por ende dixo el Rey Salomon, quien esperança ha en nuestro Señor Dios, entenderá la verdad". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"E ainda la esperança faze al ome estar fuerte. Ca assi lo muestra el Profeta Isaias que dice: quien espera en Dios, muda su fortaleza en el". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"Otroso, la esperança faze al ome bien aventurado. Onde dixo el Profeta Davi: bien aventurado es el ome que espera en Dios. E esto mismo dixo el Rey Salomon: quien espera en Dios es bien aventurado. E por ende todo Christiano deve aver buena esperança". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p>	<p>partes, para aqueles que nele acreditassem; seria o protetor de seu povo.</p> <p>A esperança, continua a fonte, seria responsável também por atribuir ao homem um bom entendimento, no sentido do que havia dito o Rei Salomão: "quem detiver esperança em nosso Senhor Deus, entenderá a verdade".</p> <p>E a esperança tornaria o homem forte, como teria demonstrado o Profeta Isaías, ao dizer: "quem se guarda em Deus, deposita a sua fortaleza nele".</p> <p>E ainda, a esperança tornaria o homem bem aventurado, pois como teria dito o Rei Davi, bem aventurado seria aquele que espera em Deus; e o mesmo teria dito o Rei Salomão: "quem espera em Deus, é bem aventurado; e por essas razões, todo o homem cristão deveria possuir boa esperança".</p>
Tema	Povo	
Conceito	Deveres – Virtudes	

É necessário que haja entre o povo e o seu rei: Fé, Esperança e Amor. Para Aline Dias da Silveira: "No desenvolvimento de um sentimento de identidade

regional, o povo seria gente da terra, “filhos” do rei”²⁰². O décimo segundo título da *Partida* coloca em questão não mais o comportamento ideal do rei em relação a Deus e ao povo, mas sim do povo em relação a Deus e ao rei. Nesse sentido, conforme a construção legislativa, o povo deveria sempre temer e buscar o conhecimento de Deus, cultivando as virtudes da Fé, da Esperança e do Amor. O rei Salomão, entre outros referencias utilizados no texto, como verificamos, vem diretamente no sentido de avigorar a teoria em torno da necessidade de clara obediência do povo em relação a Deus e ao rei. As definições sobre o “povo” continuam; neste momento, atentemos às referências a Salomão:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>"E por ende deve el pueblo amar à Dios sobre todas cosas del mundo, ca amando a el amarse hã unos à otros. E esto se procura por la Vieja Ley, en que dice: amarás à tu Señor Dios de todo tu coraçõ, e de toda tu alma, e à tu vecino como à ti mismo". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"E si naturalmente en este mundo aman los fijos à los padres, porque nacieron dellos, e esperan su bien fecho, e eredar sus bienes, despues de su muerte: mucho mas deve ome amar à Dios que lo fizo de nada, e le dio alma de conocencia, e entendimiento en cuya mano es su vida, e su salud, e todos sus bienes que ha en este mundo, e espera aver en el otro". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p>	<p>O povo, de acordo com o documento, deveria amar a Deus sobre todas as coisas do mundo; e amando a ele, consequentemente amariam uns aos outros também; premissa que estaria de acordo com a Velha Lei, que afirmaria: “amas ao Senhor Deus com todo o seu coração, e do fundo de sua alma; e ao seu vizinho como a si mesmo”.</p> <p>E se naturalmente, neste mundo, os filhos demonstram amor aos pais porque nasceram deles, esperando o bem deles e também a sua herança, muito mais deveria o homem amar a Deus: este que, do nada, teria feito todos os homens, atribuindo a eles alma, entendimento, saúde, vida, e também todos os seus bens neste mundo.</p>

²⁰² SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 76, 2014.

	<p>"E por ende dixo S. Augustin: amar deve ome à su padre, mas ante deve poner el amor en Dios que lo crio. E el Rey Salomon dixo: amaras à Dios, que te fizo con toda tu alma". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33.</p> <p>"Dixeron los Padres Santos, e los Filósofos Antiguos, que el temor es assi como guarda, e portero del amor, ca sin el non es ninguna cosa cumplidamente fecho. Onde si los omes temen las cosas deste mundo que aman, quanto mas deven temer à Dios, que es nuestro Señor, e es sobre las cosas espirituales, e temporales; ca maguer el pueblo oviesse fé, e esperança, e amor, si el temor y non fuesse que los guardasse, todo non valdria nada: e sobre esto dixo Sant Augustin: que el temor de Dios es espanto, que cae en el corazón del ome espiritualmente, con miedo de perder su alma, e su amor". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33-34.</p> <p>"E por ende, conviene mucho al pueblo de temer à Dios, por non perder su amor, nin caer en su saña. E que esto sea verdad muestrese, porque mando à</p>	<p>Nesse sentido, complementa a fonte, Santo Agostinho teria pregado que o homem amasse ao seu pai, mas ainda mais a Deus, seu criador; e o Rei Salomão, dito o seguinte: amarás a Deus, que o fez com toda a sua alma.</p> <p>E reforçando as últimas proposições, a oitava lei vem no sentido de destacar uma necessidade de temor em relação a Deus por parte do povo, visando à consolidação do amor. De acordo com o documento normativo, os Santos Padres e os Filósofos Antigos teriam dito que o temor era tal como uma guarda, proteção, do amor; sem ele, nada seria efetivado; pois, se os homens temem as coisas que amam neste mundo, mais ainda deveriam temer a Deus, que seria o nosso Senhor, e sobre todas as coisas, temporais e espirituais; e mesmo que os homens possuísem fé, esperança e amor, caso o temor não viesse a preservá-los, tudo de nada valeria; e sobre isto teria exclamado Santo Agostinho: o temor de Deus é espanto, que recai no coração do homem espiritualmente, com medo de perder sua alma, e seu amor.</p> <p>Por tudo isso, seria conveniente ao povo temer a Deus, para que não perdesse o seu amor, e muito menos</p>
--	---	--

	<p>Moyse en la Vieja Ley, que dicesse al pueblo, que temiessen à Dios, para non perder su amor, que era Señor complidamente. E el Rey David dixo: servid à Dios con temor, e alegrad vos ante el temiendolo. E su hijo el Rey Salomon dixo, quel que quiesse andar derechamente en servicio de Dios, que deve aver en si justicia, e temor". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley VIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.34.</p> <p>"Temiendo el Pueblo à Dios, vienen les ende muchos bienes. Ca luego primeramente, fazeles perder el miedo del diablo, e dales esfuerço para sufrir los peligros, e los trabajos deste mundo. E el Rey Salomon dixo, que quien temiere à Dios, venirle habien, e será bendicho à su muerte. E aund dixo el mismo: Bienaventurado es el ome que medroso es de Dios, mas el que ha el coraçon endurecido, caerá en mal. E en otro lugar, dixo: Que los que son de buena ventura, es les dado por don de temer a Dios, por quel temor de Dios tira del ome los pecados, e faze lo justo". AFONSO X. Partida II, Título XII, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.34.</p> <p>"Segund esto deve el pueblo ver, e conocer como el nome del Rey, es de Dios, e tiene su lugar en tierra para fazer</p>	<p>caísse em sua ira; e corroborando na verdade desse pensamento viriam as palavras de Moisés, quando este pediu ao povo que temesse a Deus, para que eles não acabassem perdendo o seu amor; e as seguintes palavras do Rei Davi: "sirvam a Deus com temor, e alegrai-vos ante ele, temendo-o"; e também as palavras do Rei Salomão: "aquele que pretendesse seguir diretamente à serviço de Deus, deve ter em si justiça, e temor".</p> <p>E deste modo, prossegue a nona lei, com o povo temendo a Deus, eles poderiam então receber muitos benefícios; antes de tudo, perderiam o medo do diabo, e se sentiriam mais fortes para enfrentar os perigos e os trabalhos do mundo; e a esse respeito o Rei Salomão teria falado que, "quem temesse a Deus, seria por ele bem visto, e abençoado no exato momento da morte"; e também exclamado que, "bem aventurado seria o homem que tivesse medo de Deus, pois aquele que tem o coração endurecido acabaria caindo no mal"; e ainda, o Rei Salomão teria comentado, em outro lugar, que "os que são de boa ventura, recebem por dom o temor a Deus; porque o temor de Deus tira do homem o pecado, e o torna justo".</p> <p>O décimo terceiro título da II Partida segue tratando do comportamento ideal</p>
--	---	---

	<p>Justicia, e derecho, e merced. E otrosi, como el es su Señor temporalmente, e ellos sus vassallos, e como el los ha de castigar, e de mandar, e ellos han de servir à el, e obedecerle. Por ende deve catar muy de lueñe, las cosas que son à su pro, e à su honra, e à su guarda, e ser mucho acucioso para allegarlas, e acrecentar las, e las que fueren a su dano, desviarlas, e tollerlas, quanto mas pudiere". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.34.</p> <p>"E la primera cosa que mas deve cobdiciar, e querer, es su vida; ca en esta se encierran todas las otras. E por ende el pueblo leal, non deve cobdiciar su muerte, nin quererla ver en ninguna manera, ca los que lo fiziessen della no se mostrarian sus enemigos, que es cosa de que se deve el pueblo mucho guardar. Ca segund Fuero Antigo de España, todo ome que cobdiciasse ver muerte de su señor el Rey, diciendolo paladinamente, si le fuere provado, deve morir por ello como alevoso, e perder quanto que oviere". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.34.</p> <p>"Razones naturales mostraron los Sabios, segun diximos en estas otras Leyes, en que dieron semejança a las cosas que el pueblo es tenuto de fazer al Rey. Mas agora queremos decir en que manera los Santos de la Fé de nuestro Señor Jesu Christo se</p>	<p>relacionado ao povo; e nesse sentido, contempla especialmente o modo como as pessoas deveriam conhecer, honrar e proteger o Rei. Logo na primeira lei, considera-se no documento normativo que o povo deveria enxergar no Rei o homem, colocado no lugar de Deus, responsável por fazer a Justiça, e o Direito, e a mercê; e dessa forma, o Rei, como senhor temporal do povo, poderia governar e castigar ao povo; enquanto que este, por sua vez, deveria sempre servi-lo e obedecê-lo: atuando sempre para o bem e a proteção dele.</p> <p>Por tudo isso, o povo leal deveria sempre desejar muita vida ao Rei, e jamais querer a sua morte; pois, como teria sido demonstrado em um Antigo Foro de Castela, todo homem que cobiçasse ver a morte de seu senhor, o Rei, repetindo essa fala constantemente, deveria perder tudo o que tivesse e morrer.</p> <p>Destaca a décima segunda lei, não apenas os Sábios teriam demonstrado razões naturais para que os homens agissem sempre pelo bem do Rei, mas também, da maneira deles, os Santos, da</p>
--	---	---

	acordaron con ellos en esta razon. E mostraron, por derecho, que el pueblo deve fazer al Rey señaladamente cinco cosas. La primera, conocer le. La segunda, amar le. La tercera, temer le. La quarta, honrar le. La quinta, guardar le. Ca pues que lo conocieren amar le han, e amando le temer lo han, e temiendo le honrar lo han, e honrando le guardar lo han". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XII. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.	Fé do Senhor Jesus Cristo, teriam observado e recomendado isso; e os Santos teriam demonstrado, por direito, que o povo deveria sempre, em relação ao seu Rei, atenciosamente: conhecê-lo, amá-lo, temê-lo, honrá-lo e protegê-lo.
Tema	Povo	
Conceito	Deveres – Virtudes	

Verificamos que as principais razões pelas quais o povo deveria amar a Deus também são destacadas ao longo das referidas leis. O povo deveria, acima de tudo, temer a Deus, evitando a sua ira. Salomão, nas diversas referências no texto, reforça essa perspectiva²⁰³. A partir do décimo terceiro título, essa atitude de temor a Deus por parte do povo é, imediatamente, na construção da narrativa, estendida em relação à pessoa do rei. A obediência a Deus e para com o rei é destacada por palavras do Antigo Testamento, do erudito Agostinho e os exemplos de retidão de Moisés e Davi. O rei deveria ser protegido e honrado, pois está no lugar de Deus na Terra, na responsabilidade do cumprimento da justiça, conforme continua destacando o documento normativo, apoiando-se em Salomão:

	Identificação	Intermediação
Lei	"Conocimiento de las cosas segund dixo Aristoteles, e los otros Sabios; es en dos maneras. La una qual es la cosa conociendo la en si mesma. E la otra segund las obras que faze. Onde por esta razon dexeron, que deve el pueblo conocer al Rey, primeramente en el	Na décima terceira lei, iniciando uma explanação a respeito dos cinco aspectos assinalados anteriormente, o documento normativo afirma que o povo deveria conhecer ao rei primeiramente por ele

²⁰³ BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. **Revue historique**. ed. 3/n. 647, pp. 550, 2008.

	<p>mesmo, como es temporalmente Señor, e otrosi, como es escogido de Dios, e que en su nome tiene lugar en tierra". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.</p> <p>"E por sus obras lo deven otrosi conocer, como es puesto para mantener los en justicia, e en verdade; e dar à cada uno su derecho segund merecimiento, e para defender les que non reciban mal, nin fuerça". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.</p> <p>"E quando cae sobre cosa firme, es el amor que nace del debdo de linaje, o de naturaleza, o de bien fecho que aya avido, o esperan aver de aquella cosa que aman, e tal amor como este es derecho, e bueno, porque viene sobre con razon. E deste amor dixeron, que deve el pueblo amar al Rey, e non por antojança. E para fazer lo complidamente deven catar tres cosas. La primera, que le amen el alma. La segunda, el cuerpo. La tercera, sus fechos". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XIII (XIV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.</p> <p>"Ca el alma le deven amar consejando le, e ayudando le que faga siempre tales cosas, porque non pierda el alma, e el amor de Dios, nin caya en poder del diablo. E al cuerpo, que faga otrosi aquellas cosas porque vala mas, e de que gane buen prez, e buena fama. E sus fechos deven otrosi, querer que faga a tales que sean à honra, e pro del, e de los suyos". AFONSO X. Partida II, Título</p>	<p>mesmo, ou seja, como um senhor temporal; e depois, como um enviado de Deus, ou seja, um homem que assumiu o lugar divino na Terra. O rei é escolhido por Deus.</p> <p>E, nesse sentido, deveriam conhecê-lo por suas obras, pois ele teria sido posto na Terra para mantê-los na justiça, e na verdade; e para dar a cada um o seu direito, de acordo com o seu merecimento; e para defendê-los de qualquer mal ou violência.</p> <p>Segue a décima quarta lei, o povo também deveria amar ao rei, demonstrando por ele um sentimento firme, verdadeiro, e que venha para o bem, de acordo com a natureza e a razão; e para que consigam desenvolver esse sentimento corretamente, deveriam amá-lo por sua alma, seu corpo e seus feitos.</p> <p>Quanto à alma, o povo deveria sempre ajudar e aconselhar ao rei para que este não a perdesse – ou mesmo o amor de Deus, e acabasse então caindo em poder do diabo; quanto ao corpo, o povo deveria cuidar para que, em tudo que ele viesse a fazer, sempre</p>
--	---	--

	<p>XIII, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.</p> <p>"E sobre esto dixo el Rey Salomon à los pueblos castigando los, con todas vuestras voluntades amad à Dios, e non olvides à los Reyes, que tiene su lugar en tierra". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.</p> <p>"E esta palabra dixo, firmando que devian assi ser, porque ningun ome non podria amar à Dios complidamente, si non amasse à su Rey. E esto mesmo predicó el Apostol Sant Pablo, diciendo al pueblo que amassen à los Reyes con todos sus coraçones, ca ellos eran puestos para castigar los, e aconsejar los". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37.</p> <p>"Mostraron los Sabios Antiguos por derechas razones, que temor es cosa que se tiene con el amor que es verdadero, ca ningun ome non puede amar si non teme. E como quier que temor, e miedo, es naturalmente como una cosa, empero segund razon departimiento ha entre ellos, ca la temencia viene del amor, e el miedo nace de espanto de premia, e es como desamparamiento". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín</p>	<p>estivesse no sentido do valor, do bem, e da boa fama; quanto aos feitos, o povo deveria querer ao Rei ações sempre honradas, que beneficiassem a ele e aos seus.</p> <p>E sobre esse assunto, cita o documento normativo, teria comentado o Rei Salomão, aos povos, castigando-os: "com todas as vossas vontades, amai a Deus, mas não se esqueçam dos Reis, que possuem o lugar dele na terra".</p> <p>Ou seja, complementa a fonte, nenhum homem poderia amar corretamente a Deus, caso também não amasse ao seu Rei; e o mesmo teria afirmado o Apóstolo São Paulo, quando este pediu para que o povo que amasse aos Reis com todos os seus corações, pois todos eles foram postos ali para castigá-los e aconselhá-los.</p> <p>Na décima quinta lei, coloca-se que o povo deveria temer ao seu Rei; esse temor, no entanto, seria algo demonstrado com um sentimento de amor verdadeiro, ao contrário do medo, que surgiria no homem a partir do simples espanto e desamparo.</p>
--	--	--

	<p>Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.38.</p> <p>"E de tal temor como este nacen dos cosas, verguença, e obedecimiento, lo que conviene mucho que aya el pueblo al Rey. Ca siempre deve aver verguença de fazer, nin decir cosa ante el, que sin razon sea, e que el tenga por mal. Otrosi, le deven obedecer, como à señor, en todas cosas". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, v. 1555, edição de 1576, p.38.</p> <p>"Ca antiguamente lo mandó nuestro Señor Dios en la Vieja Ley, quando dio à Saul por Rey al pueblo de Israel: e dixo el Rey, será sobre vos, e sed leales, e obedientes, e ayudar vos ha, e será vuestro defendedor". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.38.</p> <p>"Otrosi, el Apostol Sant Pedro dixo al pueblo predicando, que fuessen à mandamiento, e obediencia de su Rey, con todo temor. E aun dixo mas: Que non tan solamente à los buenos, mas aun à los que lo non fuessen". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.38.</p> <p>"E por ende, tal honra como esta conviene mucho à los pueblos, que la fagan señaladamente à su Rey, e esto por muchas razones segund diximos de suso. Lo uno por la conocencia que deven aver. Lo otro, por el amor, lo al, por el temor. Otrosi, porque son tenudos de le envergonçar, e de le obedecer. E</p>	<p>Desse temor, nasceriam no povo duas coisas, vergonha e obediência: vergonha de fazer ou dizer alguma coisa ao Rei isenta de razão, ou que não fosse boa; e obediência, pois eles o teriam como o seu senhor, e o seguiriam em tudo.</p> <p>E caminhando nesse sentido, cita o documento, teria dito o Senhor Deus na Velha Lei, no momento em que colocou Saul como rei, ao povo de Israel: o rei estará sobre vocês, e vocês serão leais e obedientes, e o ajudarão, tornando-se o protetor dele.</p> <p>E também o Apóstolo São Pedro teria pregado que o povo sempre estivesse à vontade do rei, obedecendo a ele com todo o seu temor; e que o povo não apenas servisse apenas aos bons, mas também aqueles que não o fossem.</p> <p>E também honrar ao rei deveria o povo, conforme pressupõe a décima sétima lei; e seriam várias as razões para que os homens prestassem honra ao seu rei, mas principalmente por conta do conhecimento que</p>
--	---	--

	<p>faziendo lo, honrar le van complidamente". AFONSO X.Partida II, Título XIII, Ley XVII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.38.</p> <p>"E honrando al Rey, honraran à si mismos, e la tierra onde son, e hacen lealtad conocida, porque deven aver bien, e honra del, segun lo que dixeron los Sabios, honremos à los que nos pueden honrar, e aun esto acuerda con lo que dixo el Apostol Sant Pedro, temed à Dios, e honrad a vuestro Rey". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XVII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.38.</p> <p>"Guardar deve el Pueblo à su Rey sobre todas las cosas del mundo. Ca la guarda es como la llave que encierra, e tiene guardar todas estas cosas que avemos dichas, tambien las conocencias, como el amor, e el temor, e la honra". AFONSO X.Partida II, Título XIII, Ley XXV. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.41.</p> <p>"Ca pues el ome conoce la cosa, e entiende que es buena en si, e yace en ella pro derecho es que la guarde. Ca si la non guarda en su memoria, veniendosele en miente todavia della, por fuerça lo que conoció ha de desconocer por olvidança. Otrosi, lo que ama si lo non guardasse, da à entender que lo non ama verdaderamente: e halo de perder por su culpa: de guisa que el amor se torna en desamor. Otrosi decimos, que si non se sabe ome guardar de lo que teme aguisando que non caya en ello, que non puede ser que non reciba ende aquel pesar, o aquel mal que temia de recibir dello. Otrosi,</p>	<p>possuem, do amor e do temor sentidos por ele, e da necessidade de obediência às suas ordens.</p> <p>Dessa forma, nutrindo todos esses pensamentos, honrariam ao rei adequadamente; e não apenas a ele: honrariam a eles próprios, e a terra onde se encontravam, demonstrando toda a lealdade que possuem; e isso tudo viria ao encontro com o que havia dito o Apóstolo São Pedro: “temei a Deus, e honra ao vosso Rei”.</p> <p>Por fim, a vigésima quinta lei contempla o último dos aspectos, defendendo que o povo deveria proteger o rei acima de todas as coisas do mundo; pois a proteção seria tal como uma chave, que guardaria todas as coisas tidas por boas.</p> <p>Dessa forma, complementa o documento normativo, aquele que tivesse conhecimento de algo, e entendesse que fosse bom, agiria no pleno direito em protegê-lo; e aquele que não preservasse memória dela, acabaria esquecendo; e aquele que amasse algo, e não protegesse, não demonstraria um amor verdadeiro, correndo o risco da perda; e aquele que não guardasse o que tanto temesse, poderia acabar sofrendo todo o mal que</p>
--	---	--

	contece de la honra, que el que la non guarda como deve, por fuerça conviene que la pierda, e caya en deshonor". AFONSO X. Partida II, Título XIII, Ley XXV. Las Siete Partidas . Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.41.	tivesse receio; e aquele que não demonstrasse a correspondente proteção ao que honrasse, muito provavelmente a perderia também.
Tema	Povo	
Conceito	Deveres – Virtudes	

Nas últimas páginas desta *Segunda Partida*, deparamo-nos então com uma grande variedade de tópicos contemplados e discutidos pelo documento normativo; e todos esses tópicos caminham no mesmo sentido: definir uma série de orientações quanto ao comportamento do rei, e mesmo do povo em relação a ele. Como afirmamos anteriormente, trata-se de uma construção política idealizada; esta, porém, encontra na realidade da época um forte embasamento e motivo de existir.

De fato, como trabalhamos em nossa investigação do contexto, Afonso X esteve imerso em circunstâncias políticas e sociais peculiares, e que exigiram da sua parte uma ação de posicionamento, na busca de uma autoridade local (as circunstâncias do Reino de Leão e Castela) e internacional (Sacro Império Romano Germânico); ele tinha por necessidade reforçar as suas prerrogativas no poder, e seu trabalho jurídico encontra-se nesse sentido. O interessante nesse grande projeto, conforme Peña, são as referências ao Rei Salomão²⁰⁴: um exemplo de governante, e no qual foram projetados os ideais de justiça e sabedoria. Salomão, no entanto, não foi o único personagem do passado citado na obra; o Rei Davi, seu pai, foi também resgatado em suas palavras; e inclusive o Imperador Justiniano, que surge reforçando a importância do Direito Mediterrânico. Para além das referências aos Sábios, quando se destacam Aristóteles, Sêneca e Boécio, os Santos da Igreja estão ao longo de todo o documento, colaborando com a construção ideológica;

²⁰⁴ RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. Imago Sapientiae: Los orígenes del ideal sapiencial medieval. **Medievalismo**, n. 7, pp. 11-39, 1997. Conferir também: BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. **Revue historique**. ed. 3/n° 647, pp. 545-566, 2008. CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet: <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015).

entre eles, destacamos Santo Isidoro, Santo Agostinho, São Paulo, São Pedro, e os Profetas Jeremias e Isaías. O trabalho jurídico de Afonso X, assim, consolida a sua proposta apoiando-se no corpo da tradição, na sabedoria política e religiosa dos antigos.

O rei Salomão, personagem histórico em destaque, surge como uma interessante analogia, praticamente um exemplo para Afonso X e para os seus filhos (tradição peninsular compartilhada). De fato, nos diversos momentos em que foi citado pelo documento, o rei Salomão surge transparecendo várias e importantes recomendações, do ponto de vista religioso e político, ao governante temporal da sociedade. Em suma, as palavras do rei Salomão aconselham aos reis sempre conservarem uma conduta de fé e temor em relação a Deus: este que os teria colocado no seu lugar respectivo na Terra, e que guiaria os seus corações para onde bem entendesse. Palavras que aconselham, principalmente, a moderação, a humildade e a justiça por parte do rei, em todos os momentos de seu governo. Assim, o tema das “boas virtudes” contra os vícios ademais surge com grande destaque na construção narrativa ao longo de toda a *Segunda Partida*; seriam elas, conforme o documento: a Fé, a Esperança, a Caridade, a Cordura, a Temperança, a Fortaleza e a Justiça. Mas reaparecem também na fonte indicativas das virtudes da Lealdade, do Bom Conselho, da Amizade e do Amor. Todas elas levam à construção da ideia de Justiça plena, que ressaltamos novamente, foi considerada a mãe de todo o bem, síntese de todas as outras virtudes; através dela, os corações dos homens poderiam então se unir, tornando-se um todo; e somente assim os homens viveriam de acordo com o Direito, com cada um recebendo o que lhe era devido, conforme a própria vontade de Deus.

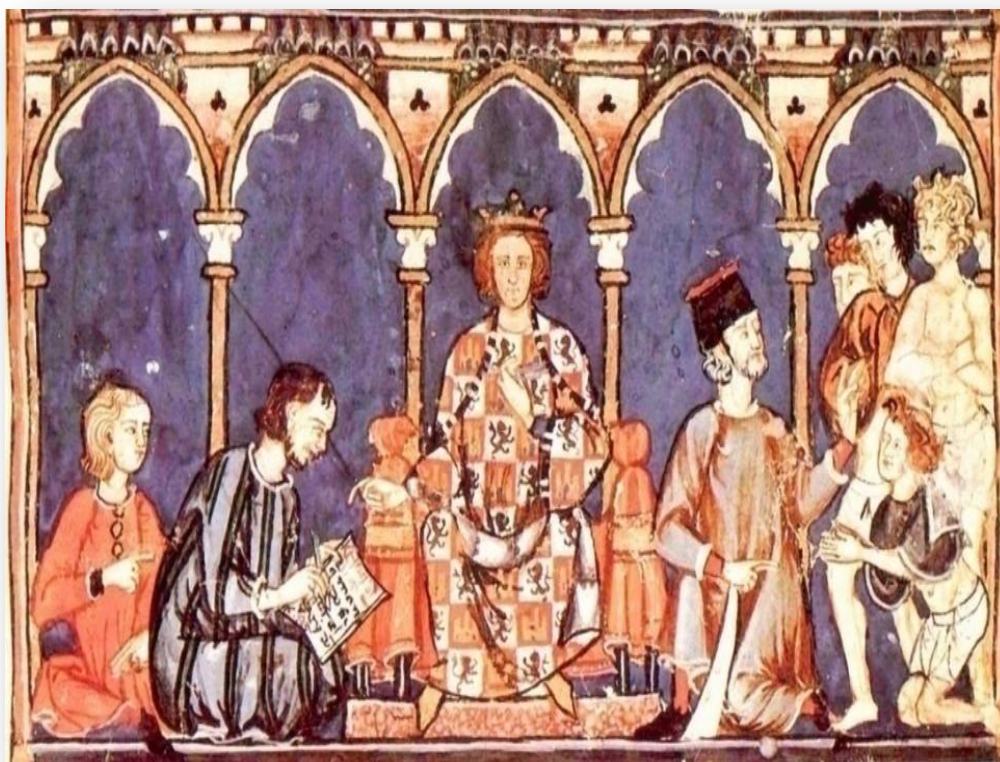
4.1 AFONSO X, UM NOVO SALOMÃO

Dentro dessa *tradição sapiencial oriental* que afeta a Península Ibérica tem-se a presença dos conselhos de Salomão que estavam baseados na *justiça* e na *sabedoria* (Prólogo Geral; Terceira Partida. Título XIII. Ley VIII; Segunda Partida. Título V. Ley XIII (XIV); Segunda Partida, Título V. Ley XVI); no respeito a Deus (Primeira Partida. Título V. Ley XXXVIII; Primeira Partida. Título V. Ley XLIII; Primeira Partida. Título VII. Ley XXIII; Primeira Partida. Título X; Primeira Partida.

Título X. Ley XVI; Segunda Partida. Título II. Ley II; Segunda Partida. Título XII. Ley III; Segunda Partida. Título XII. Ley V; Segunda Partida. Título XII. Ley VI; Segunda Partida. Título XII. Ley IX.); o rei devia seguir o modelo virtuoso de Salomão (Segunda Partida. Título II. Ley III; Segunda Partida. Título III. Ley V); o rei devia ter cuidado ao usar as palavras, tal como a lição alexandrina também indica – (Segunda Partida. Título III. Ley III; Segunda Partida. Título III. Ley III); o rei deveria manter o equilíbrio entre comer e beber (Segunda Partida. Título V. Ley II); o governante tinha que manter sua linhagem (Segunda Partida. Título V. Ley III); ser um homem correto (Segunda Partida. Título V. Ley XI; Segunda Partida. Título V. Ley XV; Segunda Partida. Título V. Ley XXI); o rei deveria zelar por sua Rainha e seus filhos (Segunda Partida. Título VI. Ley II; Segunda Partida. Título VII. Ley I); o governante devia escolher com cuidado os seus conselheiros (Segunda Partida. Título IX. Ley V); o povo devia cuidar do seu rei (Segunda Partida. Título XIII. Ley XIII)²⁰⁵.

²⁰⁵ “Segund dixo el rey Salomon que fue sabio e muy justiciero, q quando el rey estuviesse en su cadira de justicia q ante el su acatamiento se desatan todos los males”. AFONSO X. I Partida. Prólogo. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3; “E en razon de la castidad, dixo Salomon, que fue Rey e Propheta estas palabras que pertenescen a la Iglesia”. AFONSO X. I Partida. Título V. Ley XXXVIII. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.40-41; “E por esta razon dixo el rey Salomon esparze tus águas em las plazas”. AFONSO X. I Partida. Título V. Ley XLIII. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.46; “Ca segun dixo Salomon en cuyta esta el q bive solo, porque si cae en pecado, non ay quien le ayude a levantar, para q falga del”. AFONSO X. I Partida. Título VII. Ley XXIII. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.77; “E despues el Rey Salomon a semejante desto, fizo el templo en Ierusalem, que fue otrosi la primera casa de oracion”. AFONSO X. I Partida. Título X. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.95; “. Acuerdo lo q dixo el Rey Salomon por Espirito Santo en voz de la Iglesia”. AFONSO X. I Partida. Título X. Ley XVI. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.99; “E por esto dixo el Rey Salomon: Si quisieres fazer plazer a Dios, primeramete conviene, que ayas merced de tu alma”. AFONSO X. I Partida. Título XXIII. Ley XII. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.150; “E desto dixo el Rey Salomon q la bondad de Dios puso todas las cosas, lo cierto numero, e peso, e mesura”. AFONSO X. II Partida. Título II. Ley II. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.8; “E desto dixo el rey Salomon que los coraçones de los reyes son en mano de Dios, e el los torna a qual parte quiere”. AFONSO X. II Partida. Título II. Ley III. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.8; “Con la palabra que el Rey Salomon dixo, que en todas guisas deve ome punar, en guardar lo como cosa onde fale vida e muerte”. AFONSO X. II Partida. Título III. Ley V. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.10; “E segund dixo Salomon, no quiere la verdad desviamiento, nin torturas”. AFONSO X. II Partida. Título III. Ley III. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11; “E otrosi dixo el Rey Salomon, la boca de otri te alabe e non la tuya: que por la agena, es ome

alabado, e non por la suya". AFONSO X. II Partida. Título III. Ley III. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.11; "E esto dixo el rey Salomon, bien aventurada es la tierra q ha noble Rey por señor, e los mayores della, comen en las sazones, que deven mas por mantenimiento de sus cuerpos, q por otra sobejania". AFONSO X. II Partida. Título V. Ley II. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12; "E porende dixo el Rey Salomon, el vino, e las mugeres, quando mucho lo usan fazen a los sabios, renegar a Dios". AFONSO X. II Partida. Título V. Ley III. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.12; "E por esto, dixo el Rey Salomon q el espritu alegre, del ome, faze la su vida florida de fermosura, e el triste, non tan solamente consume la carne mas desgasta los huesos". AFONSO X. II Partida. Título V. Ley XI. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.14; "E porende dixo el Rey Salomon, que todas las cosas han sus tiempos ordenados, en que se deven fazer, e en que se acaban". AFONSO X. II Partida. Título V. Ley XV. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15; "E sobre esto dixo el Rey Salomon, que tiempos señalados son sobre cada cosa, q conviene a aquella e non a otra: assi como cantar las bodas, e llantear a los duelos". AFONSO X. II Partida. Título V. Ley XXI. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.16; "E esso mismo dixo el rey Salomon, en manera de castigo, que el que ouviesse favor de saber bien que se acompañasse con los buenos e se arredrasse de los malos". AFONSO X. II Partida. Título VI. Ley II. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17; "E sobre tal razon, dixo el rey Salomon, q grand loor, e grande honrra era al padre, de ser el fijo sabidor, e bueno". AFONSO X. II Partida. Título VII. Ley I. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.17; "E por ende dixo el Rey Salomon, q en el mundo, non ha mayor mala ventura, que aver ome su enemigo, por privado, o por consejero". AFONSO X. II Partida. Título IX. Ley V. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.22; "Lo que dixo el Rey Salomon que la esperança es assi como arbol que es plantado en buen lugar". AFONSO X. II Partida. Título XII. Ley III. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33; "E porende dixo el Rey Salomon quien esperança ha en nuestro Señor Dios entendera la verdad". AFONSO X. II Partida. Título XII. Ley V. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33; "E el Rey Salomon dixo amarás a Dios q te fizo con toda tu alma". AFONSO X. II Partida. Título XII. Ley VI. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.33; "E el Rey Salomon dixo, q quien temiere a Dios, venir le ha bien, e será bendicha su muerte". AFONSO X. II Partida. Título XII. Ley IX. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.34; "E sobre esto dixo el Rey Salomon a los pueblos castigandolos, con todas suas voluntades amad a Dios, e non olvidedes a los Reyes q tienen su lugar em tierra". AFONSO X. II Partida. Título XIII. Ley XIII (XIV). **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.37; "E como quier que el Rey Salomon desse su juyzio por sospecha, tan solamente sobre la contienda que era entre la muger libre, e la que era sierva em razon del fijo. (...) porque las sospechas, muchas vegadas non aciertan con la verdad". AFONSO X. III Partida. Título XIII. Ley VIII. **Las Siete Partidas.** Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.69".



Afonso X, como um Novo Salomão²⁰⁶

²⁰⁶ AFONSO X. **Libro de Dados**. Biblioteca de El Escorial, Ms. T.I.6, fol.65, edição de 1982. Cf: AFONSO X. **Libro de los Juegos**. Book of Games. Translated Sonja Musser Golladay. Arizona, 2003. Afonso X como um *novo Salomão* na iluminura acima, a referida imagem está revelando a mimesis de seu contexto. Nesse ínterim da história da arte medieval no diálogo entre Oriente e Ocidente, conferir bibliografia sobre o assunto de acordo com as reflexões nas aulas ministradas na pós graduação em História Social da Arte pela autora Elaine Cristina Senko na primeira parte da disciplina de História da Arte Antiga e Medieval na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2015): GOLLADAY, Sonja Musser. **Los Libros de Acedrex, Dados e Tablas: Historical, artistic and metaphysical dimensions of Alfonso X's Book of Games**. Arizona: The University of Arizona, 2007; ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Tradução de Mario Sabino Filho. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 14 e p. 36; LEVENTON, Melissa (organizadora). **História do Vestuário**. São Paulo: Publifolha, 2009. Neste livro encontramos um estudo sobre a preocupação de Afonso X com sua imagem salomônica através do vestuário nas páginas 88 e 89. AUERBACH, Eric. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2009, 107-202; LIMA, Luiz Costa (organizador). **Mimesis e a reflexão contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010; GOMBRICH, E. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Nesse contexto erudito do século XIII em Castela encontramos dentro da *tradição sapiencial oriental* ao lado dos conselhos salomônicos também os resquícios de lições aristotélicas para Alexandre, o Grande²⁰⁷; sobre o assunto Adeline Rucquoi defende que:

En Alfonso X se plasma un concepto de la monarquía que otorga al rey no sólo una función de lugarteniente de Dios sino su “amistad”, lo convierte en un nuevo Salomón - ¿no se hace aquí patente el paralelismo entre el “Cantar de los Cantares” en el que, según la tradición, Salomón alaba a la Sulamita y las “Cantigas de Santa María” en las que el rey celebra su Dama? -, y, dentro de la cultura clásica, lo transforma en émulo de Alejandro, al que instruyó Aristóteles²⁰⁸.

Nesse mesmo sentido trazemos para a tese algumas passagens alexandrinas em *Las Siete Partidas*, as quais são recomendações ao rei ibérico: o cuidado por parte do rei em emitir suas opiniões (Segunda Partida. Título III. Ley II); o rei ser sincero pois assim ganharia o coração de sua gente (Segunda Partida. Título V. Ley XVIII); o governante devia ordenar a sua sociedade (Segunda Partida. Título IX. Ley I); o rei devia receber pessoas em sua casa, não muito pobres e nem muito abastadas (Segunda Partida. Título IX. Ley II); os ricos homens deviam ser corretos, são, de confiança e fortes (Segunda Partida. Título IX. Ley V); os físicos/sábios do rei deviam ser sabedores da arte, testados em arte, sabedores dos fatos que acontecem (historiadores), leais e verdadeiros (Segunda Partida. Título IX. Ley X); para manter o reino e o povo: o reino seria como uma horta, o povo as árvores e o rei um Senhor dela²⁰⁹.

²⁰⁷ CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015).

²⁰⁸ RUCQUOI, Adeline. El Rey Sabio: Cultura y Poder en La Monarquía Medieval Castellana. **Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval**. Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, 1993, p.14.

²⁰⁹ “E sobre esta razon fablo Aristoteles al rey Alexandre, como en manera de castigo, quando le dixo que non conviene al Rey de ser muy fablador, nin que dicesse a muy grandes voces, lo que oviesse dezir: fueras ende em logar do conveniesse, porque el uso de las muchas palabras, envilhesce al quien las dize”. AFONSO X. II Partida. Título III. Ley II. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.9; “E porende dixo Aristoteles a Alexandre, que el que usasse, e punasse de aver en si franqueza, que por ella ganaria mes ayna el amor, e los coraçones de la gente”. AFONSO X. II Partida. Título V. Ley XVIII. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.15; “E porende, Aristoteles en el libro que fizo a Alexandre, de como avia de ordenar su casa e su señorío, diole semejança del ome al mundo: e dixo assi como el cielo e la tierra, e las cosas que en llos son,

O sentido dessa justiça que se alimenta da *sapientia* advém, portanto, da filosofia da sabedoria prática averroísta, tomista e neoplatônica²¹⁰. De acordo com Eduardo Bittar, essa erudição pertencia à realidade erudita da Península Ibérica:

Averróis, por isso, faz parte de um caminho histórico de introdução de Aristóteles, para o mundo árabe-muçulmano, iniciado desde o século IX, com o famoso episódio do sonho do califa Al-Mamun, no apogeu da civilização árabe e de sua presença no mundo Ocidental. Contemporâneo do filósofo judeu Maimônides, o jurista, médico e filósofo nascido em Córdoba de uma família de juizes, torna-se, por isso, um destacado comentador do pensamento aristotélico, o que possibilita ao Ocidente a incorporação e o resgate do perdido – por séculos a fio, sob a pressão do neoplatonismo da patrística – pensamento de Aristóteles. [...] A contribuição de Averróis, portanto, no campo do aristotelismo, é considerada mais rigorosa e mais sistemática do que aquela em que Aristóteles aparece atravessado por elementos do platonismo, e, com isso, com escudo para os argumentos teológicos de Avicena²¹¹.

fazen un mundo, que es llamado mayor. Outrosi, el cuerpo del ome con todos sus miembros faze outro que es dicho menor". AFONSO X. II Partida. Título IX. Ley I. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.21; "Ca segund el consejo q Dio Aristoteles a Alexandre, sobre el ordenamiento de su casa, estos atales, no deve ser muy pobres ni muy viles: nin otrosi, muy nobles, ni muy poderosos". AFONSO X. II Partida. Título IX. Ley II. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.21; "Porende consejo de Aristoteles a Alexandre que assi como los miembros para ser tales como deven han de aver en si quatro cosas. La primera que sean complidos. La segunda, sanos. La tercera, apuestos. La quarta, fuertes". AFONSO X. II Partida. Título IX. Ley V. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.22; "E segund dixo Aristoteles a Alexandre deven aver en si quatro cosas. La una que sean sabidores de arte. La segunda, provados bien en ella. La tercera, q fuessen apercebidos en los fechos que acaescieren. La quarta, muy leales e verdaderos". AFONSO X. II Partida. Título IX. Ley X. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.24; "Demonstraremos la semejança, que fizo a Aristoteles al Rey Alexandre, en razon del mantenimiento del reyno e del pueblo, e dize que el Reyno es como huerta, e el pueblo como arboles, e el rey es Señor della". AFONSO X. II Partida. Título X. Ley III. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.30. Cf: CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet: <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015).

²¹⁰ SÁNCHEZ MADRID, Nuria. Intellectus possibilis y multitud: las fuentes filosóficas del averroísmo político en *Monarchia* de Dante Alighieri. **Revista Medievalista**. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, n. 16, pp. 1-32, julho-dezembro de 2014; ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.2.

²¹¹ BITTAR, Eduardo C. B. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**. Lisboa: CEHLE, ano XII, n.24, p.69-76, 2009. BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **A justiça em Aristóteles**. São Paulo: Forense Universitária, 1999, p. 10. Cf: AVERRÓIS. **Exposição sobre a substância do orbe**. Tradução de Anna Lia A. de Almeida Prado e Rosalie Helena de Souza Pereira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

A questão de unir explicações filosóficas clássicas com os ideais do monoteísmo ganhou um forte impulso desde o contexto da Antiguidade Tardia, mas principalmente na época da Idade Média, destacando-se os séculos XIII e XIV²¹². Conforme Carlos Escudé:

Por cierto, en el permanente discurrir monoteísta acerca de lo divino, los Orígenes paganos estuvieron permanentemente presentes, principalmente a través de las doctrinas de Aristóteles y de los neoplatónicos de la Antigüedad Tardía. Cada sabio monoteísta tomaba de las fuentes antiguas lo que su raciocinio e inclinación personal le aconsejaban, con un margen sorprendente de libertad, sin que la medida de su deuda con esos sistemas paganos estuviera predeterminada por su credo religioso, excepto en lo que refiere al monoteísmo común a los tres credos. (...) En verdad, a lo largo de mil años, entre la Antigüedad Tardía y el nacimiento de la Edad Moderna, tuvo lugar entre nosotros una portentosa ebullición. Lejos de ser una “edad oscura”, como la pinta la mitología de la Ilustración, aquel milenio fue un período turbulento pero fértil en que el esplendor del pensamiento teológico, cosmogónico y escatológico condujo a una retroalimentación permanente entre las fuentes grecorromanas (recuperadas principalmente por persas y árabes) y el creciente acervo filosófico de los tres monoteísmos abrahámicos. Se plasmó así una vibrante Civilización Mediterránea, hoy quebrada y fenecida, cuya substancia filosófica exploraremos ahora²¹³.

As ideias neoplatônicas se desenvolveram com os filósofos Plotino (205-270), Proclo (412-485), Al-Farabi (872-950), Avicena (980-1037) e Maimônides (1138-1204):

Algunos de ellos [neoplatónicos], incómodos con el carácter necesario de la Creación en el sistema de Plotino y deseosos de aproximarse más al texto literal del *Libro del Génesis*, arguyeron que la voluntad de Dios fue la Causa directa de la gestación del cosmos, enseñando que el “puntapié inicial” de la Creación habría sido un acto libre del Señor, y sólo después habría sobrevenido la cadena necesaria de emanaciones. (...) Un siglo más tarde, con las complejas jerarquías emanatistas desarrolladas por el árabe al-

²¹² Para essa reflexão agradeço a importante indicativa da Professora Doutora Aline Dias da Silveira. ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011. BRENTJES, Sonja; FIDORA, Alexander; TISCHLER, Matthias M. Towards a New Approach to Medieval Cross Cultural Exchanges. **De Gruyter: Journal of Transcultural Medieval Studies**. vol.1, pp.9-50, 2014.

²¹³ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.4-8.

Farabi (872-951) y el persa Avicena (980-1037), que analizaremos en el próximo acápite, el neoplatonismo islámico llegó a su plenitud²¹⁴.

Mas a “plasmação” do aristotelismo medieval com o neoplatonismo ocorreu sob a pena de Averróis (1126-1198) no século XII com a defesa máxima, que valeu a vida do cordobês, de que Deus é Razão Pura para bem ordenar a sociedade dos homens:

Por otra parte, en lo que refiere al gran aristotélico cordobés Averroes (Ibn Rushd, 1126-1198), hay consenso entre los especialistas en que, hasta por lo menos el año 1180, adhirió a las principales ideas neoplatónicas, incluyendo: 1) el concepto de Dios como el Uno y simple, infinito e impredicable, que no puede crear en forma directa, y 2) el concepto de emanación, como mecanismo por el que del Uno fluyen suertes de clones de Dios provistos de Intellecto, que engendran la primera dualidad de la Creación y son la causa directa de las demás etapas de la misma. Hasta entonces, su concepción era esencialmente la de su predecesor Avicena. Sin embargo, a partir de 1180 su opinión sobre el modelo emanatista comenzó a cambiar al son de las detalladas críticas difundidas por un gran transmisor islámico de Aristóteles, el persa Al Ghazali (Algazel, 1058-1111). Desde ese momento, aunque Averroes siguió usando un lenguaje emanatista, criticó cada una de las premisas de la causación neoplatónica y llegó incluso a renunciar al concepto de un Dios infinito, aproximándose un poco a la postura del verdadero Aristóteles (cuyas enseñanzas llegaban a estos sabios de manera distorsionada por los escritos apócrifos mencionados, de cuño neoplatónico)²¹⁵.

Porém, no final do século XIII, mesmo que o aristotelismo averroísta tivesse ganhado notoriedade com os mestres universitários em Paris e em Salamanca, ele foi considerado uma filosofia herética. Talvez isso explique a força que o neoplatonismo assumiu sob um aristotelismo promovido por Tomás de Aquino (1225-1274). Tanto o averroísmo quanto o neoplatonismo defendiam Deus como Razão Pura, assim:

En 1277 Siger fue condenado y debió huir junto a otro hereje averroísta, el dinamarqués Boecio de Dacia (s. XIII). Murió en Orvieto, asesinado por un secretario demente que le clavó una pluma de ganso en el pecho, esparciéndose la especie de que era justicia que así muriese, ya que tanto daño había causado con su pluma. Su memoria fue immortalizada por el Dante, que en *Il Paradiso* (x. 134-6)

²¹⁴ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.15-23.

²¹⁵ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.24.

informa que la muerte le llegó muy lentamente. No obstante estas admoniciones, hubo reincidencias, y en el siglo XIV surgieron los “averroístas de Padua”, recordados a su vez por Petrarca, quien comento con cuánta franqueza éstos expresaron su desdén por el cristianismo. Tal fue el destino manifiesto del gran islámico cordobés²¹⁶.

O averroísmo aristotélico foi debatido intensamente no século XIII e já no século XIV teve por último bastião de estudos o chamado Grupo de Pádua antes de ser visto por definitivo como uma filosofia herética. Portanto, o neoplatonismo ganhava cada vez mais força entre as Universidades de Paris e Salamanca e, por consequência era o conhecimento que chegava até os reis; o neoplatonismo entre os cristãos se apresentava:

En el cristianismo, la primera referencia al emanatismo surge directamente del Antiguo Testamento. El *Libro de la Sabiduría*, un libro deuterocanónico que, a pesar de su prosapia judía, no fue canonizado por el judaísmo rabínico debido a que está escrito en griego, dice: “Pues la sabiduría es más móvil que cualquier movimiento y, en virtud de su pureza, atraviesa y penetra todo. Es un soplo del poder de Dios, una *emanación* pura de la gloria del Omnipotente; por eso, nada contaminado le afecta. (7:24-25)”. No sorprende entonces que, entre los filósofos de cepa cristiana, haya habido exponentes muy tempranos de un pensamiento neoplatónico en el que la impronta de Plotino se observa claramente. Aunque el magrebí Agustín de Hipona (354-430) rechazó la teoría emanatista, aceptó la jerarquía de seres típica del neoplatonismo. La influencia del pagano alejandrino se observa claramente en *Ciudad de Dios*, 12:2: “Dado que Dios es existencia en grado supremo, es decir, dado que Él supremamente es y es por lo tanto inmutable, se deduce que le dio la existencia a todo lo que creó de la nada, pero sin darle Su existencia absoluta. A algunas cosas les dio existencia en grado más alto que a otras, y así armó una escala de existencias de varias naturalezas. (...) Y tanto el romano Boecio (Anicius Manlius Severinus Boethius, 480-524) como el Pseudo Dionisio Areopagita (Siria, siglos V-VI) llegaron más lejos que Agustín en la adopción del pensamiento de Plotino y Proclo, adoptando conceptos emanatistas. El lenguaje neoplatónico de Boecio, por ejemplo, es patente cuando afirma en *De Consolatione* que las cosas son buenas porque fluyen (*defluxit*) de la voluntad del primer Bien, cuya identidad es idéntica a la del Uno. Todas las cosas deben su existencia a la emanación del Bien, que comparte su abundancia²¹⁷.

²¹⁶ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p25.

²¹⁷ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.29-30.

O aristotelismo medieval continha na realidade uma forte presença do neoplatonismo no século XIII:

El enorme impacto del neoplatonismo en la teología católica siguió vigente en la obra del Aquinate, el más influyente de todos los escolásticos. Como en el caso de los pensadores judíos e islámicos, en el campo cristiano cada pensador armó su sistema a su propia imagen y semejanza: Tomás fue discípulo de Alberto pero eso no significa que fueran neoplatónicos de la misma manera. De lo que hay pocas dudas es que ambos profesaron un neoplatonismo adaptado a las exigencias del monoteísmo abrahámico²¹⁸.

Portanto, a *tradição sapiencial oriental* tem um mosaico explicativo, pois além dessa tradição afetar a Península Ibérica por conta de seu passado erudito andaluz, também estava presente no reino da França na corte de Luís IX em que os sábios tiveram acesso a *tradição sapiencial oriental* via explicações neoplatônicas de Ibn Gabirol (1021-1058)²¹⁹. Assim a Cristandade Latina recebeu o entrecruzamento entre a percepção de fé e a da filosofia racional dos aristotélicos e dos neoplatônicos:

A partir de entonces las líneas del pensamiento monoteísta se cruzaron, como si a pesar de las diversas discrepancias entre los filósofos, las diferencias entre credos no contaran en la discusión en torno de las “primeras preguntas”. Pasamos revista al pensamiento de judíos como Isaac Israeli, Ibn Gabirol, el Rambam y el Rambán; al de católicos como el Pseudo Dionisio, Gundisalvo, Alberto Magno y Tomas de Aquino; al de islámicos como al-Farabi, Avicena, Averroes y al-Ghazali, y al de un hereje católico como Erígena y un *min* judío como Abulafia (ambos reivindicados en el presente por sus respectivas comunidades). Descubrimos que, en todos los casos, algunos judíos discrepaban de otros judíos, algunos católicos de otros católicos y algunos musulmanes de otros musulmanes, a la vez que en las alianzas intelectuales a favor o en contra de una Idea poco importaba que un filósofo fuera judío, católico o musulmán. Mandaba la razón...que no siempre se pone de acuerdo.(...) A eso

²¹⁸ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.34.

²¹⁹ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.35; PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los “espejos de príncipes” (1250-1350). **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona, 1995, p.463-483. RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. Imago Sapientiae: Los orígenes del ideal sapiencial medieval. **Medievalismo**, n. 7, pp. 11-39, 1997. BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. **Revue historique**. ed. 3/n° 647, pp. 545-566, 2008. CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux “sages”: Salomon le “Pacifique” et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l’Orient dans l’Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015).

se debe que, por más que en el presente haya multitudes de hombres y mujeres de buena voluntad en todos los pueblos y credos de la Tierra, y por más que haya abundancia de eruditos y mentes brillantes, hoy no podríamos convocar a los equivalentes del judío Najmánides, el islámico Al Ghazali y el católico Alberto Magno, para que desplazándose desde sus sitios en Cataluña, Persia y Baviera, reflexionen sobre sus muchas confluencias y escasas divergencias. En su tiempo, Maimónides brindó su hospitalidad a Averroes mientras sus escritos eran leídos y citados por Tomás de Aquino. Cuando el orden actual estalle, ni siquiera quedarán recuerdos sublimes y edificantes como ése²²⁰.

Na Idade Média existiam ramos de explicação racional: aristotelismo averroísta (auge no século XIII e durou até o XIV); o fortalecimento das ideias neoplatônicas (das vertentes cristãs tardias de Proclo e Plotino, islâmica de Al-Farabi, Avicena, Ibn Gabirol e judaica de Maimônides); e o pensamento do aristotelismo tomista (construída sob vieis contra-verroísta e de uma forte influência neoplatônica). E foram essas três percepções eruditas que afetaram a gestação da obra de Afonso X, *Las Siete Partidas*, em seu contexto no século XIII. Pois com o desejo do rei de ser Imperador as *Partidas* foram feitas sob uma ótica universal em que ela agregou – através da sabedoria de seus juristas salamantinos e toledanos (dentre eles judeus, islâmicos e cristãos) – uma concepção aristotélica (verroísta e tomista), mas essencialmente neoplatônica. Isso contribuiu para que a *tradição sapiencial oriental* se difundisse como tradição compartilhada na Península Ibérica. Conforme podemos salientar na seguinte passagem (Prólogo de *Las Siete Partidas*) e presente em toda a obra: “para conocer primeramente a Dios, cuyos son los cuerpos e las almas q es señor sobre todos, e de si a los señores temporales, de quien rescibe bien fecho en muchas maneras: cada vno en su estado, segu su merescimieto”²²¹.

Essa presença do aristotelismo averroísta²²², aristotelismo tomista e do pensamento neoplatônico que fazem parte do repertório da *tradição sapiencial*

²²⁰ ESCUDÉ, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011, p.62-64.

²²¹ AFONSO X. Prólogo Primera Partida. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.3.

²²² Averróis demonstra sua influência Aristotélica: “2. Se o ato de filosofar consiste na reflexão sobre os seres existentes e na consideração destes, do ponto de vista de que constituem a prova da existência do Artesão, quer dizer: enquanto são [semelhantes a] artefatos – pois certamente é na medida em que se conhece sua construção que os seres constituem uma prova da existência do Artesão; e se a Lei religiosa recomenda a reflexão sobre os seres existentes e mesmo estimula para isso, então é evidente que a atividade designada por esse nome (de filosofia) é considerada

oriental no território ibérico foi possível graças aos que os especialistas chamam de *translatio studiorum*²²³. Foi essa *translatio studiorum* que alcançou as mãos e mentes gestores de *Las Siete Partidas*: o rei Afonso X auxiliado por mestres legistas das três religiões monoteístas (cristãos, judeus e islâmicos) muito provavelmente liderados pelo legista judeu Jacobo de Las Leyes. A historiadora Marcella Lopes Guimarães destaca o seguinte sobre este tema:

O que aconteceu com o mundo que viu nascer Al-Kindi (m.873), Al-Farabi (m.950), Avicena (m.1083), Avempace (m.1138) e Averróis (m.1198)...a falsafa?! Mas esse mesmo mundo não cresceu apartado do Ocidente por Bizâncio. Ocidente e Oriente encontravam-se na Península Ibérica, no Califado de Córdoba, e depois nos reinos taifas, que haveriam de construir uma história de mais de sete séculos de convivência e tolerância. [...] Para o entendimento da recepção da obra de Aristóteles no Ocidente é importante levar em conta, ao lado do trabalho de Boécio (m.525), as traduções e os

pela Lei religiosa seja como obrigatória, seja como recomendada. 9. Porém, se outros que não nos já investigaram sobre essa matéria, evidente que cabe a nós, em nome daquilo para onde nos encaminhamos, recorrer ao que foi dito a respeito por aqueles que nos antecederam. Não importa que estes sejam ou não de nossa religião, [assim como] certamente não se pergunta se o instrumento com o qual se executa o sacrifício ritual pertenceu ou não a um de nossos correligionários, para avaliar a conformidade do sacrifício [tendo em vista as prescrições legais]; a única coisa que importa é que [o instrumento] esteja dentro dos critérios de conformidade. Entendo por 'não-correligionários' os antigos que se preocuparam com essas questões anteriormente ao Islão. Se se coloca a questão desse modo e se tudo aquilo de que se tem necessidade para o estudo dos silogismos racionais foi realizado da melhor maneira pelos Antigos, então, por certo, é preciso que avidamente tomemos em mãos seus livros, a fim de verificar tudo o que disseram a respeito. Se tudo for justo, aceitaremos [o que propõem]; e se se encontra algo que não seja justo, nós o indicaremos". AVERRÓIS. **Discurso Decisivo**. Trad. Aida Ramezá Hanania. Edição bilíngüe (árabe/português). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.3 e 11. Como constatamos em Aristóteles: "Puesto que vemos que toda ciudad es una cierta comunidad y que toda comunidad está constituida con miras a algún bien (porque en vista de lo que les parece bueno todos obran en todos sus actos), es evidente que todas tienden a un cierto bien, pero sobre todo tiende al supremo la soberana entre todas y que incluye a todas las demás. Ésta es la llamada ciudad y comunidad cívica. [...] La injusticia más insoportable es la que posee armas, y el hombre está naturalmente provisto de armas al servicio de la sensatez y de la virtud, pero puede utilizarlas para las cosas más opuestas. Por eso, sin virtud, es el ser más ímpio y feroz y el peor en su lascívia y voracidad. La justicia, en cambio, es un valor cívico, pues la justicia es el orden de la comunidad civil, y la virtud de la justicia es el discernimiento de lo justo". In: ARISTÓTELES. **Política**. Introducción, traducción y notas de Manuela García Valdés. Madrid: Editorial Gredos, 1999, p.45-46 e p.52-53. A justiça é a mais privilegiada das virtudes em: ARISTÓTELES. **A ética a Nicômaco de Aristóteles**. Tradução de Enio Paulo Giachini. São Paulo: Loyola, 2010; e: PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Conferir também: PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. **Averróis: a arte de governar: (uma leitura aristotelizante da República)**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

²²³ GUTAS, Dimitri. **Greek Thought, Arabic Culture**. The Graeco-Arabic Translation Movement in Baghdad and Early 'Abassid Society (2nd-4th/8th-10th centuries). London: Routledge, 1998. LEÓN FLORIDO, F. *Translatio studiorum*: Traslado de los libros y diálogo de las civilizaciones en la Edad Media. **Revista General de Información y Documentación**. Madrid: UCM, vol.15, n.2, pp.51-77, 2005. LIBERA, Alain de. **A Filosofia Medieval**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

comentários de Avicena e Averróis, tendo sido este último, pela grandeza com que abarcou a obra do estagirita, cognominado o Comentador²²⁴.

A historiadora Aline Dias da Silveira, estudiosa do período, destaca uma importante reflexão a respeito da tradição oriental e o saber do rei Afonso X por meio da *translatio studiorum*:

Afonso X era conhecedor das religiões islâmica e judaica. As traduções do árabe para o latim e o castelhano, especialmente do Alcorão e do Talmud, e a presença de estudiosos muçulmanos e judeus na corte de Afonso são indícios de seu interesse pela cultura oriental. Este interesse de Afonso X poderia estar vinculado aos estudos de Raimundo de Peñafort [(1175-1275), em catalão Raimon de Penyafort, nasceu em Barcelona, teve importante papel na codificação das leis canônicas. Instituiu as línguas árabe e hebraica nos estudos dominicanos a serviço da conversão destas populações ao Cristianismo], os quais apresentavam o objetivo de conhecer melhor a cultura e a língua do 'infel' para facilitar o trabalho de conversão, dispondo de melhores argumentos²²⁵.

Em *Las Siete Partidas*, o destaque conferido à questão da “sabedoria” (conceito sempre entrelaçado ao de justiça na obra) pode ter se dado como resultado de uma influência direta ou indireta da *tradição sapiencial oriental*, por meio da formação intelectual então recebida por Afonso X. Na sequência propomos observar as características dessa formação, contando com o apoio de diversos especialistas na área da biografia do monarca castelhano. Pois bem, quanto aos primeiros passos de sua aprendizagem, Salvador Martínez comenta:

Entre el año 1231, cuando Alfonso cumple 10 años y participa en la cabalgada contra los moros, y el año 1234, en que se habla de la posibilidad de casarlo con Blanca de Champagne, cuando tenía apenas 14, no sabemos prácticamente nada del joven infante. Se supone que fueron los años en que adquirió su sólida formación

²²⁴ GUIMARÃES, Marcella Lopes. Cultura na Baixa Idade Média. In: GIMENEZ, José Carlos. **História Medieval II: a Baixa Idade Média**. Maringá: UEM, 2010, p.129-130. Cf: COSTA, José Silveira da. **Averróis: o aristotelismo radical**. São Paulo: Moderna, 1994.

²²⁵ SILVEIRA, Aline Dias da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas *Cantigas* de Santa Maria. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: PEREIRA, Nilton Mullet; ALMEIDA, Cybele Crossetti; TEIXEIRA, Igor Salomão. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.48-49. A confluência platônica e farabiana em Averróis também contribuem para o entendimento das virtudes. Cf: SILVEIRA, Aline Dias da. **Die Maurenbilder im Werk Alfons'X von Kastilien**. Tese de Doutorado pela Humboldt-Universität Zu Berlin. Berlim, 2008. SILVEIRA, Aline Dias. Cristãos, Muçulmanos e Judeus na Medievalística Alemã: reflexões “para um novo conceito de Idade Média”. **Revista Aedos**. UFRGS, pp. 403-411, 2009; SILVEIRA, Aline Dias da. Fronteiras da Tolerância e Identidades na Castela de Afonso X. FERNANDES, Fátima Regina. (coordenação). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 127-149. SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas *Siete Partidas*. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, pp.66-83, 2014.

humanística, centrada en el estudio de las artes liberales, que eran la base de toda la educación medieval y que sin duda serían la meta intelectual fijada por sus tutores y maestros desde la más tierna edad. Según el testimonio temprano de Fr. Gil de Zamora, que frecuentó durante muchos años la corte de Alfonso X y acaso también la de su padre, el joven príncipe, pasados los años de la infancia y la puerilidad en las delicias, como es costumbre entre los hijos de los reyes, empezó ya desde la adolescencia a manifestar un agudo ingenio, una gran dedicación al estudio y una privilegiada memoria. El proceso educativo debió acelerarse durante aquellos cuatro años oscuros de la adolescencia, cuando, al parecer, su padre, siempre muy delicado de salud, empezó a encomendarle cada vez mayores responsabilidades en el gobierno del reino. Sin embargo, no sabemos con absoluta certeza casi nada de los maestros que impartieron esta educación humanística al joven príncipe. Se supone, retrospectivamente, por las noticias que poseemos de las personalidades prominentes de las letras que por aquellas fechas frecuentaban la corte castellana de Fernando III, como el maestro Roldán, Pedro Gallego, Fernando Martínez de Zamora, Jofré de Loáisya y el obispo don Remondo de Losana, por citar sólo algunos especialistas en el campo del derecho, que sin duda eran también grandes peritos en las artes liberales, que alguno de éstos sería el encargado de la educación del príncipe don Alfonso²²⁶.

Além da formação primeva de Afonso X é interessante observar a relação do *Livro dos Doze Sábios* com a *Segunda Partida*, pois nela encontramos o exemplo de uma educação prática e a presença, constante, do modelo de Rei salomônico em que se incluem as lições de Aristóteles para Alexandre:

Huellas del *Libro de los doze sabios* se hallan en varias de sus obras compuestas después de 1255, siendo las correspondencias particularmente numerosas en la *Segunda Partida*, la cual, como ya dijo muy acertadamente J. K. Walsh, "... forma un 'espejo de príncipes' bastante completo, es ejemplo magistral de este renovado esfuerzo de enfocar el papel del monarca. Tal vez ningún documento nos describa mejor el tirocinio a través del cual tuvo que pasar el futuro rey, así como la naturaleza de la sociedad con la cual tenía que contar y al mismo tiempo modelar, como las *Siete Partidas*, sobre todo la *Segunda*, que, pudiera perfectamente considerarse un auténtico tratado de educación de príncipes. No sabemos

²²⁶ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.53-54. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio – Historia de um reinado (1252-1284)**. Burgos: La Olmeda, 1999, p. 10. SANCHEZ PEREZ, José A. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: M.Aguilar Editor, 1944, p. 25. VIGUERA MOLINS, María Jesús. Notas sobre el latín y la arabización de Al-Andalus. In: **Humanismo Latino e Islam**. Universidade de Alcalá, España: Fondazione Cassamarca, pp. 365-370, 2002. ABU SHURA, Edna Sala. A presença da cultura helênica no contexto ibérico medieval. **Anais do VI Encontro Internacional de Estudos Medievais: Medievalismo – leituras contemporâneas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, pp.126-137, 2005.

exactamente qué materiales preexistentes en el *scriptorium* de su padre fueron incorporados en las obras jurídicas alfonsíes; por tanto, es difícil establecer si lo que la *Segunda Partida* contiene en materia de educación es reflejo de una experiencia y praxis anterior o es una radical innovación del Rey Sabio. Pero a la luz del contenido y finalidad educativa del *Libro de los doce sabios*, probablemente Alfonso habla por experiencia personal cuando dice, por ejemplo, que los reyes y las reinas deben enseñar a sus descendientes, entre otras cosas convenientes a su estado: *'...leer et escrebir que tiene muy grant pro al que lo sabe para aprender más de ligero las cosas que quisiere saber, et para poder mejor guardar sus poridades' (Partida II, 7.10, ed. Real Academia, II, p.52)*. En esta misma Partida, Alfonso insiste en los motivos por los cuales el rey debe ser un hombre culto, apuntando no sólo a razones personales, sino también de estado: *"Acucioso debe seer el rey en aprender los saberes, ca por ellos entenderá las cosas de raiz; et sabrá mejor obrar en ellas, et otrosí por saber leer sabrá mejor guardar las poridades et seer señor dellas, lo que de otra guisa non podrie tan bien facer, ca por la mengua de non saber estas cosas haberie por fuerza de meter otro consigo que lo sopiese, et poderle hie avenir lo que dixo el rey Salomón, que el que mete su poridat en poder de otro fácese su siervo, et quien la sabe guardar es señor de su corazón; lo que conviene mucho al rey"* (Partida II, 5.16). Los 'saberes' de que habla el Rey Sabio en la cita, obviamente, son las siete artes liberales, mientras que en resto pone un gran énfasis en la necesidad de que el rey sepa leer si quiere salvaguardar sus secretos²²⁷.

E como podemos verificar abaixo, em trecho do *Livro dos Doze Sábios*, o conceito de justiça defendido e proposto nesta obra referencial da *tradição sapiencial oriental* apresenta diversas similaridades em relação ao conceito de justiça construído em *Las Siete Partidas*:

[Cap. XVIII. Que el rey o príncipe o regidor de tierra debe amar la justicia como sea ella cabeza de su señoría]: Mucho debe amar la justicia el rey, o príncipe, o regidor de tierra como sola ella es la cabeça de su señoría e poderío, que el príncipe que non es justiciero e non obra justicia non es digno de su ofiçio nin seguro de sí mesmo; e el miedo que los otros han de aver d'él, ha él d'ellos. Por ende,

²²⁷ SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.89-90. "No podemos saber con absoluta certeza si el sistema educativo que se expone en la *Segunda Partida* corresponde con el que siguió el joven Alfonso, o si es, más bien, un ideal de educación diseñado por el Rey Sabio para los futuros sucesores al trono de Castilla. Pero la existencia de textos de 'regimiento de príncipes' anteriores, como fue el *Poridat de poridades*, que Alfonso usa frecuentemente, nos hace pensar que el Rey Sabio recibió una educación muy semejante a la que describe en las *Partidas*. A propósito de la moderación que debe usar el rey en las palabras, escribe Alfonso: *'Y sobre esta razón habló Aristóteles al rey Alejandro como en manera de consejo, cuando le dijo que non convenía al rey ser muy hablador, ni que dijese a muy grandes voces lo que hubiese de decir, fuera del lugar donde conviniese, porque el uso de las muchas palabras envilece al que las dice; y otrosí las grandes voces sácanle la medida, haciéndole que no hable apuesto'* (Partida II, 4.2)". SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003, p.91

todo príncipe la deve usar, e obrar, e guardar, e mantener así a lo poco como a lo mucho; así a lo fuerte como a lo flaco; así a lo mayor como a lo menor. Deve ser en la justiçia peso, e medida, e valança derecha que non tuerça más a un cabo que a otro; e el que usa de la justiçia bien e berdaderamente es amado de Dios e álo por medianero a sus fechos e ámanlo los pueblos, e los buenos e aún los malos desque van andando, que la poca justicia faze ser muchos malos que lo non serían si la oviese e es causa de todo mal e de toda deshordenança e perdimiento de tierra. A todo regidor cunple de ser más justiçiero e fuerte, [que al] que al rey témenlo naturalmente e al regidor por su justiçia, e ser justiçiero e cruel usando de la justicia sabiamente. Onde dixo el primero sabio: "Justicia es medida derecha e ganança igual". El segundo sabio dixo: "Corona de los reyes es la justiçia". E el terçero sabio dixo: "Justiçia es hermosa birtud en el príncipe". E el quarto sabio dixo: "Es castigamiento e pértiga de los malos". El quinto sabio dixo: "Es gloria de los buenos". El sexto sabio dixo: "Es poblamiento de tierra". El seteno sabio dixo: "Es segurança de pueblo". E el otavo sabio dixo: "Es silla de Dios". El noveno sabio dixo: "Es enemigo de los diablos". El dézimo sabio dixo: "Es señora de las virtudes". El onzeno sabio dixo: "Justiçia es árbol feroso e acatamiento [fol. 8v] de los sabios, pedimiento de pueblo, consolación de los pobres, aborrescimiento de los locos, refrenamiento de soberbia, vençimiento de saña, apuramiento de razón, vida segura". E por ende, a todo príncipe conbiene de la obrar, e mantener, e defender si quiere que sus fechos vayan adelante. Que dixo un sabio a un su amigo, dándole consejo: "Fuye de la tierra donde non vieres rey justiçiero e río corriente e físico sabidor, que esta aína peresçerá"²²⁸.

Da mesma forma que no documento normativo de Afonso X, o conceito de justiça desempenha um papel central no *Livro dos Doze Sábios*. Torna-se, dessa forma, o referencial de virtude a ser buscado pelo monarca, para o correto exercício de suas funções frente ao povo que governa. Assim a imagem de Salomão como um governante filósofo/sábio que Afonso X se apropria ao longo de sua vida ganha força no sentido apontado pelo pesquisador Jean-Patrice Boudet: Afonso X quando se torna efetivamente rei, um novo Salomão portanto, devia ser um senhor da justiça, ciente do bem e da prudência:

C'est dans certaines des traductions commandées par Alphonse X d'ouvrages scientifiques et magiques, et en particulier dans le prologue du *Liber Razielis*, qu'apparaît le mieux son principal modèle culturel: nouveau Salomon, le roi se doit de participer à la sagesse divine qui lui confère le pouvoir de gouverner et d'être un "seigneur de justice, connaisseur du bien et de la prudence"; or cette sagesse est censée également animer sa quête de "la philosophie et de toutes

²²⁸ ANÔNIMO. **Libro de los doce sabios**. Manuscrito (M) Biblioteca Menéndez Pelayo, ms. 77 (=92). <http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia6/listillos/menu.htm> (Acesso em 15/04/2015).

les autres sciences”, lui donner la capacité de connaître la nature et ses secrets, d’appréhender le passé et de chercher à prévoir l’avenir, à l’instar du fameux roi d’Israël. La politique de patronage d’Alphonse en matière de traduction et de compilation d’ouvrages scientifiques et magiques s’inscrit dans cette perspective, et dans le cas du *Liber Razielis*, le savoir magique est considéré comme un secret divin concédé à des êtres d’exception, au premier desquels peuvent figurer les rois. Ce texte, le *Sêfer Razî’el ha-Malakh* (*Livre de l’ange Raziel*), est un traité de magie juive dont la traduction latine, effectuée par un clerc de la cour alphonstine identifié à Juan d’Aspa, chapelain du roi, est conservée dans deux manuscrits principaux: dans le plus ancien, un codex italien ou provençal de la seconde moitié du XIV^e siècle conservé au Vatican, le *Liber Razielis* se trouve isolé, alors que dans le témoin le plus récent, qui date de la fin du XV^e siècle, le traité est accompagné d’une dizaine d’annexes, dont la traduction a été également commandée par Alphonse X. [...] L’évocation de Salomon comme modèle du découvreur d’un savoir secret, d’un trésor caché qu’il s’agit de préserver, apparaît également dans le prologue du *Libro de las cruces*, traduction castillane du plus ancien traité d’astrologie andalou. Mais l’autorité du roi hébreu est contrebalancée ici par celle d’Aristote et surtout par l’*Almageste* de Ptolémée, citée au début du prologue. Or une autre traduction astrologique alphonstine qui a eu une audience beaucoup plus grande et une portée qui concerne l’ensemble de notre sujet est celle du *Tetrabiblos*, ou *Quadripartitum* de Ptolémée²²⁹.

O desejo de Afonso X era ser um rei sábio que contribuisse com uma política arguta, e isso seria um legado universal para a humanidade. Essa era, segundo Jean-Patrice Boudet, a utopia do filósofo-rei e o sonho de imortalidade dos reis:

Au total, il ne faut bien sûr pas s’étonner du fait que Salomon ait été le principal modèle de référence d’Alphonse X et de Charles V, comme d’un grand nombre de rois chrétiens aspirant à la sagesse. Mais les écrits attribués à Salomon dans les derniers siècles du Moyen Âge sont d’une extrême diversité et il y a différentes façons de se réclamer de lui : celle d’Alphonse X est fortement imprégnée de culture juive et andalouse, alors que celle de Charles V est plus profondément christianisée et adaptée à une royauté sacrée. Inspirés tous les deux par l’idée de *translatio studii et imperii* et par une même volonté de faire de leur langue vulgaire respective une langue savante et de communication politique, ces souverains ont également cherché tous les deux dans l’étude de l’astronomie-astrologie un moyen personnel de mieux exercer leur pouvoir. On assiste cependant chez Alphonse X à une valorisation du secret qui débouche sur l’occultisme magique, alors que l’ambition culturelle de Charles V est plus généraliste, plus encyclopédique et plus conforme à la norme religieuse, une norme davantage fixée, il est vrai, au XIV^e

²²⁹ BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIII^e et XIV^e siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. *Revue historique*. ed. 3/n° 647, pp. 549-551, 2008.

qu'au XIII^e siècle. Mais il reste, de part et d'autre, l'essentiel : l'utopie du roi-philosophe et le rêve de l'immortalité²³⁰.

Destarte, temos que estar cientes da importância do símbolo da sabedoria e da justiça para os governantes, como aponta A. Cizek:

Le plus évident trait historique commun de Salomon et d'Alexandre le Grand serait leur grandeur démesurée qui les a fait sortir du cadre national-historique donné, en les projetant dans le mythe. En Grèce, Alexandre suivit à Philippe, l'artisan du panhellénisme, en Israël, Salomon suivit à David, le roi prophète et poète, chéri par Dieu et par son peuple. Si Alexandre avait conquis sur les Achéménides l'empire universel, Salomon à son tour avait été magnifié par la majesté d'un roi oecuménique, l'égal des pharaons et des grands rois perses²³¹.

Segundo A. Cizek, a imagem medieval que temos de Alexandre, o Grande como discípulo de Arsitóteles teria advindo das leituras dos sábios bizantinos de

²³⁰ BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIII^e et XIV^e siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. *Revue historique*. ed. 3/n^o 647, pp. 560-561, 2008. Importante considerar que o imperador bizantino Justiniano (483-565) também seguia um modelo salomônico em seu governo.

²³¹ CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponível sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015). Segundo A. Cizek : "Le digne opposant de ce type, quel que soit son nom historique ou légendaire, comporte toujours les traits et les vertus de Salomon et d'Alexandre le Grand à la fois. Un grade d'abstraction élevé a été atteint par le type d'exemplum : "philosophus et rex quidam" des collections telles que *Disciplina clericalis*, *Gesta Romanorum* etc. [...] En dehors de cet aspect, il faut signaler qu'il y a, même dans la tradition européenne, un nombre de récits ou de traits anecdotiques significatifs qui laissent conclure à une consciente figuration d'Alexandre comme "alter Salomon: des jugements exemplaires sont rendus par Alexandre tout à fait selon l'esprit Salomonien, parfois on lui fait même citer des sentences bien connues du roi juif. [...] Les légendes de Salomon et d'Alexandre ont germé dans le même cadre cosmopolite de l'Orient hellénisé et ont connu un développement concomitant en Orient aussi bien qu'en Occident jusqu'à une époque tardive située vers la fin du Moyen-âge. Entre leurs gestes, il y a des convergences et des interférences manifestes. Celles-ci résultent avant tout du fait que leurs héros sont réductibles à un certain type historico-culturel qu'ils réalisent en coïncidant et en se complétant par endroits. C'est le type du roi sage, serviteur de Dieu, qui est élevé à une apogée sans pareille et bientôt précipité dans la disgrâce la plus profonde. Dans un tel contexte, il y a d'importants transferts de motifs et de traits particuliers qui vont surtout de la saga salomonienne vers celle d'Alexandre le Grand". CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponível sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015). E Georges Duby complementa, Afonso X, como um novo Salomão: "Depois dos avanços capitais da Reconquista na época de Fernando III, rei de Castela (+1252), Afonso X (+1284) quis ser o artesão de uma surpreendente mestiçagem que reuniu as contribuições cristãs, moçárabes, mudéjares e judaicas em obras escritas em castelhano e galego. *Novo Salomão*, ele próprio autor do longo poema das Cantigas de Santa Maria, o rei Sábio dava à Espanha os seus códigos onde o espírito enciclopédico tomava conta das coisas sagradas, e, a exemplo do monge das Cantigas que comprava imagens santas, ele as submetia às leis do intercâmbio universal". DUBY, Georges. A Idade Média. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História Artística da Europa**. Tradução de Mário Dias Correa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997, p. 69.

Pseudo-Calístenes no livro *A vida e façanhas de Alexandre da Macedônia* (século IV a.C.) e dos estudos dos sábios árabes da *Surat 18* no *Alcorão*²³²; por sua vez a imagem de Salomão advinha de leituras dos sábios bizantinos e árabes do *Antigo Testamento*, do *Talmud* e da *História dos Hebreus* de Fávio Josefo (cerca de I d.C.)²³³. E esses estudos se encontraram sob a Escola de Tradutores de Toledo, o local inspirado no Templo de Salomão e na Biblioteca de Alexandrina ressurgidas no medievo ibérico formado por sábios cristãos, judeus e islâmicos. E, a partir desses sábios ibéricos, estava presente uma *tradição sapiencial oriental* que defendia a ideia do rei justo e sábio que alcançou o território cristão ibérico, e mais especificamente, a formação do rei Afonso X e seu sentido de justiça.

²³² Suratu Al-Kahf, 18. **ALCORÃO**. Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa. Realização do Dr. Helmi Nasr. Complexo do Rei Fahd para imprimir o Alcorão Nobre, Al-Madinah Al-Munawarah K.S.A. Ano de 1426 da Hégira, p. 462-482.

²³³ CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015). Em *Castigos e Documentos* também aparecem as referidas citações da *tradição sapiencial oriental*, por exemplo: Capítulo III "Dice el rey Salomon que verdat e justicia mantienen al rey e le guardan en buena andanza; e la clemencia afirma la su silla en que el está asentado"; Capítulo IX "Dice el rey Salomon "Amad justicia vos que judgades la tierra"; "Dice el rey Salomon: Ay de la tierra en que el rey es mozo de seso e de sentido, que se non siente del mal paramento de su regno, e deja de facer derecho, e olvida la justicia, e non toma ende cuidado, e los mayores de su regno e de su casa, que le han de servir e de consejar, olvidan e dejan todas las cosas que han de facer, e finchem de mañana sus vientres de mucha vianda"; Capítulo XC "Como dijo el rey Salomon: Bien aventurado es aquel que lo conoce e lo sabe e lo guarda". **SANCHO IV. Castigos e Documentos**. In: GAYANGOS, Don Pascual (recogido por). Biblioteca de Autores Españoles (desde la formacion del lenguaje hasta nuestros dias) – Escritores em prosa anteriores al siglo XV. Madrid, edição de 1952, p. 92, 101, 228, respectivamente.



Estátua do Rei Afonso X, o Sábio²³⁴

A *tradição sapiencial oriental* no medievo do século XIII tem em si a importante divulgação da imagem de Salomão como o modelo do rei perfeito (justo e sábio); de algumas lições aristotélicas para Alexandre, o Grande como formativo da moral do rei; o uso do aristotelismo averroísta, da percepção aristotélico-tomista e do neoplatonismo advindo dos árabes como filosofias subsidiárias do documento normativo. Destarte, a Península Ibérica adota todas essas orientações e as mistura numa construção/atualização de seus pensamentos formativos do praticar o correto na política através da legislação. Ou seja, definindo a justiça ibérica. Afonso X

²³⁴ Fotografia da estátua do Rei Afonso X, o Sábio na entrada da Biblioteca Nacional da Espanha, Madrid, 1892. Conferir: spainillustrated.blogspot.com (Acesso em 21/06/2015).

buscava em personagens universais, principalmente em Salomão e por prolongamento os ensinamentos aristotélicos, convencer os nobres castelhanos e o Papado de que poderia ter sido um bom e exemplar Imperador da Cristandade. No entanto, com a malfadada experiência com o Império, Afonso X conseguiu em sua própria época ser um governante universal, justo e sábio.

Pois bem, como verificamos aqui, o conceito de Justiça encontra-se exatamente ao lado das virtudes, características necessárias ao rei exemplar; ao mesmo tempo, porém, encontra-se acima; consideramos, portanto, e isso por conta de nossa análise também nos tópicos anteriores, que o fim último do rei, na construção proposta pelo documento normativo, seria a prática constante da Justiça, ou seja: uma ação de governo que fundamentalmente acompanharia todas as leis, longe de qualquer aspecto arbitrário ou autoritário no exercício das funções; uma ação, aliás, sempre coerente para com o estado de cada um dos membros da sociedade; esta, ao final de tudo, seria então fortalecida, e mantida na união, protegida, transformando-se em um todo. Mas para alcançar o nível elevado da “Justiça”, o rei deveria necessariamente ser um “Sábio”, um homem com erudição, de bom entendimento, discernimento; caso contrário, não poderia compreender as leis, e todas as relações sociais. A sabedoria, dessa forma, torna-se uma condição essencial para a formação e legitimidade do rei no poder, no que podemos destacar a partir do documento normativo. Ora, não é por menos que Afonso X contribuiu no desenvolvimento da intelectualidade durante o seu governo: assim também buscava reforçar a sua posição na realeza, e como aspirante ao Império; comportamento este, por sua grande dimensão, que lhe rendeu, inclusive, o epíteto de “Sábio”.

Finalizamos o presente capítulo, portanto, ressaltando a importância da dinâmica cultural presente na Península Ibérica à época da formação e reinado de Afonso X; nesse sentido, o modelo sapiencial, de forte ascendência oriental, pode ser considerado uma das vias de influência presentes na obra *Las Siete Partidas*, contribuindo no sentido da construção dos conceitos de justiça e sabedoria, tão importantes para Afonso X em seu projeto político e ideológico de centralização, organização e ordenamento do reino. Não se trata aqui, certamente, de afirmar determinismos em relação às características do conceito de justiça e sabedoria presentes ao longo da obra legislativa de Afonso X; temos consciência de que são os referenciais cristãos, sobremaneira, os preponderantes em toda a obra; porém,

nossa contribuição neste trabalho reside justamente em sempre considerar a pluralidade então existente na sociedade castelhana do século XIII, avaliando de que modo os diferentes grupos intelectuais atuantes no reino (e que não eram somente cristãos, mas também judeus e muçulmanos) poderiam também ter contribuído, por meio de seus referenciais de cultura e de poder, na construção da obra legislativa alfonsina. Esse diálogo entre Oriente e Ocidente, oportunizado na Península Ibérica, e que podemos verificar muitas vezes nas entrelinhas das mais diversas obras do período (como em *Las Siete Partidas*), deve ser investigado com muita atenção; levantamos aqui uma possibilidade histórica, a qual certamente merece dedicação da nossa parte em futuros estudos; porém, deixamos o caminho também aberto a todos os interessados no estudo do Medievo Ibérico, este fascinante universo cultural.

CAPÍTULO V

A JUSTIÇA PROJETADA NA SOCIEDADE NOBRE PELO REI SAPIENCIAL

Conforme acompanhamos nas análises do capítulo anterior, o documento legislativo *Las Siete Partidas* constrói um ideal de governante, de rei, tendo por base, principalmente, os conceitos de justiça e sabedoria advindas da *tradição sapiencial oriental*. Trata-se, como afirmamos, de uma teoria aplicada ao poder, com vistas à gestão da sociedade ibérica medieval do século XIII. Com toda essa dimensão teórica em mente, no presente capítulo partimos assim para uma análise também do modo como o documento normativo estabelece um ordenamento social dos nobres pautado no exercício real da justiça. Seguimos a metodologia de análise da fonte explanada desde a introdução: apresentamos um trecho da obra, apontamos as suas principais ideias (intermediação) e refletimos sobre o mesmo na sequência da tabela e, principalmente, ao final do tópico, com as nossas considerações críticas.

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>"Defensores son, unos de los tres estados porque Dios quiso que se mantuviesse el mundo. Ca bien assi como los que ruegan a Dios por el pueblo, son dichos oradores, e otrosi los q labran la tierra, e hacen en ella aquellas cosas, porque los omes han de vivir e de mantenerse, son dichos labradores. Otrosi los que han a defender a todos, son dichos defensores. E porende los omes que tal obra han de fazer, tuvieron por bien los Antiguos, q fuessen mucho escogidos. E esto fue porq en defender yaze tres cosas: esfuerço, e honrra, e poderio". AFONSO X. II Partida, Título XXI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.70.</p> <p>"E por esto sobre todas las cosas cataron que fuessen omes de buen linaje, porque se guardassen de fazer cosa porque podiessen caer en</p>	<p>Na definição, cavaleiros são defensores, um dos três estados que Deus desejou que se estabelecesse no mundo. Pois, tendo em vista que aqueles que rogam a Deus pelo povo são os oradores, e aqueles que lavram a terra, tirando sustento dela, são os lavradores, aqueles responsáveis pela defesa de todos são os defensores. E esses últimos, quiseram por bem os Antigos, que fossem selecionados, tendo em vista que para defender precisariam de três coisas: esforço, honra e poder.</p> <p>No passado, ficara estabelecido que os cavaleiros fossem homens de boa linhagem, para que</p>

	<p>verguença. E porq estos fueron escogidos de buenos logares, e con algo, que quiere tanto dezir en lenguaje de España como bien: por esso los llamaron fijos dalgo, quien muestra tanto como fijos de bien. E en algunos otros logares los llamaron gentiles. E tomaron este nome de gentileza, q muestra tanto como nobleza de bondad: porque los gentiles fueron omes nobles e buenos: e vivieron mas ordenadamente que las otras gentes. E esta gentileza avian en tres maneras. La una por linaje. La otra por saber. La tercera por bondad de costumbres, e de maneras. E como quier que estos q lo ganan por sabiduria, e por su bondad, son por derecho llamados nobles e gentiles mayormente lo son aquellos que lo han por linaje antiguamente: e fazem buena vida, porq les viene de lueñe como heredad". AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.70-71.</p> <p>"Fidalguia segund diximos en la ley ante desta, es nobleza q viene a los omes por linaje. E porende devem mucho guardar los q han derecho en ella q non la dañen, ni la menguen. Ca pues que el linaje faze que la ayan los omes assi como herencia, non deve querer el fidalgo que el aya de ser de tan mala ventura, q lo que en los otros se començo e heredaron, mengue, o se acabe en el. Esto es quando el menguasse en lo q los otros acrescentaron, casando con villana, o la fidalga con el villano". AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley III. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.71.</p> <p>"Bondades son llamadas las buenas costumbres que los omes han naturalmente en si, aquel llaman en latin</p>	<p>cuidassem bem dos seus feitos, pelo motivo da vergonha. E tendo em vista que eles foram escolhidos de bons lugares, e com algo, na Espanha eles foram chamados "filhos d'algo", ou seja, filhos de bem. E em alguns outros lugares, os chamaram de gentios; e tomaram esse nome, porque os gentios foram homens nobres bons, e que viveram mais ordenadamente que as outras pessoas. E essa gentileza eles haviam de três maneiras: pela linhagem, pelo saber e pela bondade dos costumes, maneiras. Por direito, portanto, são chamados nobres e gentios aqueles que possuem linhagem antiga.</p> <p>Como dito, fidalguia é nobreza que provém aos homens com linhagem. E todos aqueles que a possuem por direito, devem guardá-la, de modo que não façam mal, ou a desvançam. Há de se tomar cuidado, portanto, os nobres com os casamentos, evitando os vilões e as vilãs; isso de modo que aquilo que começou com outros, antigamente, não encontre assim o seu fim.</p> <p>São chamados de bondades todos os bons costumes que os homens possuem</p>
--	--	--

	<p>virtudes, e entre todas son quatro, las mayores: assi como cordura: e fortaleza, e mesura: e justicia. E como quier todo ome aya voluntad de ser bueno: e deva trabajar se de auerlas: tambien los oradores, que diximos como los otros, q han de governar las tierras por sus labores, e trabajos: con todo a questo, non ha ningunos a que mas convenga, que a los defensores: porque ellos han a defender la Iglesia, e los Reyes, e dos los otros, ca la cordura les fara que lo sepan guardar a su pro e sin su daño. E la fortaleza que esten firmes en lo que fizieren, e non sea cambiadizos. E la mezura que obran de las cosas como deven e non passen a mas. E la justicia que la fagan derechoamente”. AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley III (IV). Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.71.</p>	<p>naturalmente em si, aquilo que em latim designam de virtudes. Dentre todas, são quatro as maiores: cordura, fortaleza, mesura e justiça. E todo homem que deseja ser bom, deve buscar possuí-las; e especialmente os defensores, porque eles possuem a responsabilidade da defesa da Igreja, dos reis, e de todos os outros. Pois a cordura faz com que eles guardem para si apenas o que há de bom; a fortaleza que sejam sempre firmes; a mesura faz com que sempre façam tudo na medida certa; e a justiça que sempre possam agir corretamente.</p>
Tema	Sociedade	
Conceito	Cavaleiros nobres cristãos	

A Lealdade mantém a Linhagem através da honra. A justiça do rei se sobrepõe à nobreza. Como verificamos acima, o documento normativo estabelece o grupo dos cavaleiros, com as suas funções e responsabilidades específicas, dentro de uma ordem social complexa. José Mattoso analisando a estrutura social do medievo ibérico comenta que esse modelo teórico compunha parte de uma tradição discursiva da nobreza dividida em ricos homens, infanções e cavaleiros²³⁵. A relação

²³⁵ MATTOSO, José. **Ricos-homens, infanções e cavaleiros**: a nobreza portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985, p. 35. Conferir também: MACEDO, José Rivair. Entre a cruz e o crescente: cristãos, afro-muçulmanos e a batalha de Las Navas de Tolosa (1212). In: GUIMARÃES, Marcella Lopes (organizadora). **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 49-86. DUBY, Georges. **As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo**. Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Éditions Gallimard, ed. 1978, p.17. DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. 27 de julho de 1214. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 1973, p. 20. DUBY, Georges. **O Cavaleiro, a Mulher e o Padre**. Tradução de G. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, ed. 1988, p. 15.

de Afonso X com os seus nobres era tensa, pois estes como vimos anteriormente não aceitavam muito bem a sua ideia imperial. Mas a crítica dos nobres a Afonso X não se restringia apenas às suas investidas internacionais, mas principalmente sua relação particular com os chamados *ricos hombres* das duas principais famílias, os Haro e os Lara. Vejamos essa posição dos nobres na sociedade castelhana:

A mediados del siglo XII la nobleza había tomado ya conciencia de su *status*, derechos y privilegios. Por influencia del feudalismo, los grandes personajes del reino estaban unidos al rey por vínculos de vasallaje y, a cambio, tenían muchos subordinados en condición de vasallos. A diferencia de la Europa del Norte, donde la nobleza detentaba oficios públicos y tierras en calidad de feudos, transmisibles por derecho hereditario, los nobles castellanos eran recompensados por los servicios prestados a la Corona con tierras en plena propiedad o con soldadas pagadas con el dinero procedente de las *parias* de los moros. Los cargos u oficios públicos se ejercían por concesión personal del rey y sólo ocasionalmente pasaban de padres a hijos. El título de conde, relativamente común en el siglo XII, desapareció prácticamente en el XIII, y no reaparecería sino a fines del siglo XIV. Había tres grupos dentro de la nobleza: los magnates, conocidos en el siglo XIII como *ricos hombres*; los infanzones, personas de linaje distinguido, pero no tan ricos como los magnates, y los caballeros *fijos dalgo*²³⁶.

Assim os nobres (constituído por ricos homens, infanções e cavaleiros) seguiam as leis consuetudinárias (da tradição local) que deveriam ser unificadas pelo rei. A ideia de Afonso X para conseguir isso foi levantar o alicerce da mais importante obra legislativa ibérica, *Las Siete Partidas*. Isso conforme vemos abaixo:

A la altura del siglo XIII la nobleza era reconocida como uno de los tres “estados” del reino. Formaban parte, junto con los obispos y los ciudadanos, presididos todos por el rey, del cuerpo político. De entre las filas de los magnates, el rey escogía a los de mayor relieve por nacimiento, linaje, riqueza y poder, para el desempeño de los cargos de alférez, mayordomo mayor y merinos o adelantados mayores. La función principal de la nobleza era defender al reino y aconsejar al rey, quien debía amarles y honrarles *porque son nobleza y honra de sus cortes e de sus regnos* (*Partidas*, 2, 10, 3). Su cohesión, basada en intereses comunes y en los lazos de sangre, les permitió tomar conciencia de su fuerza como grupo y convertirse en una amenaza formidable para la monarquía²³⁷.

²³⁶ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 95.

²³⁷ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 95-96. Cf: AFONSO X. II Partida. Título X. Ley III. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.30.

Definir o papel desempenhado pelos nobres de proteção da sociedade é, certamente, um elemento de cuidado na construção do trabalho legislativo de Afonso X. Na sequência apresentamos outros aspectos dessa caracterização da nobreza, em que o rei se sobrepõe a ela:

	Identificação	Intermediação
Lei	<p>“E porende conviene q los cavalleros sean sabidores e ciertos, para saber obrar de lo q entendieren. Ca en otra manera non podrian ser complidamente buenos defensores”. AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 72.</p> <p>“Leales conviene q sean en todas guisas los cavalleros. Ca esta es bondad en q se acaban e se encierran todas las buenas costumbres, e ella es assi como madre de todas. E como ser q todos los omes la deven aver, señaladamente conviene mucho a estos q la ayan, por tres razones: segund los Antiguos dixeron. La primera es porque son puestos por guarda e defendimiento de todos: e non podrian ser buenos guardadores los q leales non fuessen. La segunda por guardar honrra de su linaje lo q non guardarian quando en lealtad errassen. La tercera por non fazer ellos cosa porq cayan en verguença en lo q caerian, mas q por otra cosa, si leales non fuessen. E porende há menester q ayan lealtad, en las voluntades, e q sepan obrar della”. AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley IX. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 72.</p> <p>“Honrrados deven mucho ser los cavalleros, esto por tres razones. La una por nobleza d su linaje. La otra por su</p>	<p>Convém aos cavaleiros que eles sejam também sábios, de modo que possam agir no que conhecem. Pois, de outra maneira, não poderiam ser bons defensores.</p> <p>Convém aos cavaleiros que eles sejam leais, de todas as formas. Pois esta é uma bondade na qual se acabam e se fecham todos os bons costumes, e como tal seria uma mãe para todos eles. E seriam três as razões para que fossem leais: 1) porque são colocados na guarda e defesa de todos; 2) porque devem guardar a honra de sua linhagem; 3) porque não devem fazer coisas que, depois, se envergonhem. Por tudo isso, é preciso que possuam lealdade, nas vontades, e possam trabalhar nisso.</p> <p>Os cavaleiros devem ser honrados, por três razões: pela nobreza de sua linhagem, por sua bondade e</p>

	<p>bondad. La tercera por el pro que dellos viene. E porende los Reyes los deven honrar como aquellos con quien han de fazer su obra, guardando e honrrando assi mesmos con ellos, e acrescentando su poder e su honrra. E todos los otros comunalmente los deven honrrar, porque les son assi como escudo, e defendimiento, e se han de parar todos los peligros, que acaescieren, para defender los. Onde assi como ellos se meten a peligro de muchas guisas, para fazer estas cosas sobredichas: assi deven ser honrrados, en muchas maneras, de guisa que ninguno non deve estar en a las horas, sino los perlados, o los otros clerigos, que las dixessen, o los Reyes, o los grandes Señores, a q ellos oviessen de obedecer, e de servir". AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley XXIII. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 75-76.</p>	<p>por todo o bem que eles podem desempenhar. E os reis devem honrá-los como aqueles com quem trabalha para cumprir com a sua obra, guardando e honrando a si mesmo com eles, e acrescentando seu poder e sua honra. E também todos os outros, comunalmente, devem honrá-los, pois são como o escudo e a defesa de todos, confrontando os perigos para a todos proteger. Portanto, por conta deles lidarem com todos esses perigos, devem ser honrados de muitas maneiras, estando a frente de todos, com excessão dos prelados, clérigos, reis e os grandes senhores, à quem eles devem sempre obedecer e servir.</p>
Tema	Sociedade	
Conceito	Cavaleiros nobres cristãos	

O interessante nos trechos de fonte acima, os quais discutem aspectos relacionados aos cavaleiros, grupo este associado à nobreza, é uma questão em especial: a lealdade. Pese todas as normas de comportamento atribuídas ao grupo, detalhadas em várias leis ao longo da obra, não podemos deixar de perceber a ênfase, por parte da construção legislativa, na necessidade de obediência dos cavaleiros em relação ao rei, aos seus senhores. Essa lealdade, como verificamos, compõe parte das virtudes essenciais ao nobre; não segui-las torna-se, praticamente, um desrespeito à própria linhagem, ao próprio estado. Ou seja, ser leal para um nobre era seguir a justiça do rei. Os cavaleiros na sociedade castelhana tinham um papel de destaque e de privilégios por serem os defensores do reino:

El concepto de caballería ayudó a la nobleza a tomar conciencia de su situación como grupo privilegiado. De esta forma, desde fines del siglo XII, se aceptaba comúnmente la idea de que todos los miembros de la clase militar, desde el rey hasta el simple caballero,

eran miembros de la Orden de la Caballería. Consciente de ello, Alfonso X en las *Partidas* (2, 21) insistió en la observancia por parte de la nobleza de una serie de normas de comportamiento y expuso la teoría y la práctica de la caballería. En cuanto defensores del reino, los caballeros debían ser de buen linaje y distinguirse por su gentileza, sabiduría, inteligencia, lealtad, coraje, moderación, justicia, valor y los conocimientos prácticos necesarios para determinar la cualidad de los caballos y de las armas (*Partidas*, 2, 21, 1-10)²³⁸.

Afonso X se armou cavaleiro e armou outros também, como ao seu filho Fernando de La Cerda, aos reis Eduardo I e Eduardo II da Inglaterra, Filipe de Courtenay, ao rei D. Dinis de Portugal e a Rodolfo de Habsburgo. Os que não podiam ser cavaleiros eram: as mulheres, os pobres, os incapacitados, os mercadores, os traidores e os condenados de morte. O rei Afonso X estimulava a existência dos cavaleiros para ter um grande rol de homens das armas para proteger o reino e lutarem em suas guerras de expansão. Afonso X também pediu para que Fernando de La Cerda tornasse seu irmão Sancho cavaleiro, fato que despertou a ira deste, mas aconselhado pelo avô, o rei Jaime I de Aragão, Sancho submeteu-se ao ritual de cavalaria²³⁹. Isso foi um dos importantes sinais de que Afonso X estava educando seu filho maior Fernando de La Cerda para o futuro cargo de rei, e não diretamente Sancho. Sabemos que com a morte do ainda jovem Fernando, Sancho luta com a ajuda dos nobres castelhanos e do reino da Catalunha pelo cargo vago de seu irmão. Fato este que desagradou imensamente o rei Afonso X, pois Sancho não fora seu ideal de futuro rei em seu lugar, vide a lei que defende os infantes La Cerda como herdeiros do trono real (*Las Siete Partidas*, II Partida, Título XV, Ley II)²⁴⁰. Entretanto em seu último ato antes de morrer o rei Afonso X decidiu que era

²³⁸ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 96.

²³⁹ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 97.

²⁴⁰ "Ley II. Como el fijo mayor ha adelantamiento, e mayoria sobre los otros sus hermanos. Mayoria en nascer primero, es muy grand señal de amor que muestra Dios a los fijos de los Reyes, aquellos que el la da entre los otros sus hermanos, que nascen despues del. (...) Segun Señor Iesu Christo dixo, que todo reyno partido seria estragado, tovieron por derecho q el señorío del reyno, non lo ouviesse si non el fijo mayor, despues de la muerte de su padre. E esto usaron siempre, en todas las tierras del mundo, do quier el señorío ovieron por linaje: e mayormente en España. (...) E aun mandaron, q si el fijo mayor muriesse, ante que heredasse, si dexasse fijo o fija, que oviesse de su muger legitima, que aquel, o aqlla lo ouviesse, e non otro ninguno. Pero si todos estos falleciessen, deve heredar el reyno, el mas propinco pariente, que oviesse seyendo ome para ello". AFONSO X. Partida II, Título XV, Ley II. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.44-48. Nosso grifo.

melhor um rei castelhano (Sancho) do que reis teleguiados pela política francesa (infantes La Cerda).

Ainda sobre as obrigações de um nobre cavaleiro que faz parte da nobreza ele deve em momentos de embate: “Para estar preparados para la guerra, las *Partidas* recomendaban a los caballeros la moderación en el beber, comer y dormir, así como la lectura de historias de grandes hechos de armas”²⁴¹. Nesse último aspecto devemos salientar que muitos dos homens de armas deveriam emular os heróis de cavalaria provavelmente os de maior sucesso naquele período como os personagens dos contos da Távola Redonda, como o rei Arthur e cavaleiros como Lancelot “los cavalleros deven leer as estorias de grandes fechos de armas quando comieren (...). E por esso acostumbravan los cavalleros, quando comian, q les leyessen las estorias de los grandes fechos de armas q los otros fizieran (II Partida, Título XXI, Ley XX)”²⁴².

Portanto, de nossa análise aqui, percebemos que Afonso X, na busca do ordenamento social, requer, do ponto de vista moral ao menos, a obediência dos nobres. Como verificamos em nossos estudos do contexto, tal perspectiva sempre esteve na realidade do monarca, tendo em vista as várias rebeliões nobres que enfrentou. No seguimento vamos observar os elementos das relações da nobreza medieval castelhana:

	Identificação	Intermediação
Lei	"Señor es llamado propriamente, aquel que ha mandamiento poderio, sobre todos aquellos, que viven en su tierra. E a este a tal deven todos llamar señor, tambien sus naturales, como los otros que vienen a el, o a su tierra. Otrosi es dicho señor todo ome, que ha poderio de armar, e de criar por nobleza de su linaje, e a este a tal non le deven llamar señor: si non aquellos que son sus vassalos e reciben bien fecho del. E vassallos son aquellos, que reciben honrra, o bien fecho d los señores, assi	O “senhor” é como se chama o homem que tem poder de mando sobre todos aqueles que vivem em sua terra. E todos devem chamá-lo de senhor; e não apenas os seus naturais, mas aqueles que vierem ao seu encontro, ou à sua terra. Também se chama senhor todo homem que possui o poder de armar, e de criar pela nobreza de sua linhagem; mas somente

²⁴¹ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 97.

²⁴² AFONSO X. II Partida, Título XXI, Ley XX. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p. 75.

	<p>como cavalleria, o tierra, o dineros, por servicio señalado que les ayan de fazer". AFONSO X. IV Partida, Título XXV, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.61.</p> <p>"De señorío e de vassallaje son cinco maneras. La primera e la mayor es aqlla, que a el Rey sobre todos los de su señorío: a que llaman en latin <i>merum imperium</i>: que quiere tanto dezir, como puro e esmerado mandamiento de judgar, e de mandar los de su tierra. La segunda es, la que han los señores sobre sus vassallos por razon del bien fecho, e de honrra que dellos reciben: assi como de suso diximos. La tercera es, la q los señores han sobre sus solariego. La quarta es, la q han los padres sobre sus fijos. La quinta es, laq han los señores sobre sus siervos". AFONSO X. IV Partida, Título XXV, Ley II. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.61.</p> <p>"Vassallo se puede fazer un ome de otro segund la Antigua Costumbre de España en esta manera, otorgando se, por vassallo de aquel que lo recibe, besando le la mano por reconocimiento de señorío. E aun y a otra manera q se faze por omenaje, q es mas grave, porq por ella non se torna ome tan solamente vassallo del otro, mas sin ca obligado de cumplir lo q prometiere como por postura. E omenaje, tanto quier dezir: como tornarse ome de otro, e fazer se suyo, por dar se segurança, sobre la cosa q prometiere de dar o de fazer, q la cumpla. E este omenaje non tan solamente ha lugar en pleyto de vassallaje, mas en todos los otros</p>	<p>devem chamá-lo assim os seus vassalos. Os vassalos são aqueles que recebem honra ou bem por parte dos senhores, como cavalaria, ou terra, ou dinheiro, e isso por serviço específico que eles têm o dever de cumprir.</p> <p>De senhorio e de vassalagem existem cinco maneiras. A primeira e maior é aquela que o rei possui sobre todos do seu senhorio; é o que chamam em latim "<i>merum imperium</i>": o poder de julgar e de ordenar em sua terra. A segunda é aquela que possuem os senhores sobre os seus vassalos, em função de bem e honra que foram concedidos. A terceira é a que os senhores possuem com os seus solariegos (importantes senhorios). A quarta é a que possuem os pais sobre os seus filhos. E a quinta é a que possuem os senhores em relação aos seus servos.</p> <p>Um homem pode se fazer vassalo do outro, segundo Antigo Costume da Espanha, através do seguinte: sendo declarado vassalo, beijando a mão daquele que outorga a vassalagem ao indivíduo; ação de reconhecimento ao senhorio. E ainda há outra maneira de se fazer, por homenagem; esta é mais forte, pois o homem não se torna somente vassalo do outro, mas fica obrigado de cumprir sua promessa tal como por juramento. Por homenagem, portanto, se</p>
--	--	---

	<p>pleytos, e posturas, q los omes ponen entresi, con entencion de cumplir los". AFONSO X. IV Partida, Título XXV, Ley III (IV). Las Siete Partidas.Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.62.</p> <p>"Feudo es bien fecho, q da el señor a algund ome, porq se torne su vassallo, e el faze omenaje de ser le leal. E tomo este nome de fe, que deve siempre el vassallo guardar al señor. E son dos maneras de feudo. La una es: quando es otorgado sobre villa, o castillo, o otra cosa q sea rayz. La otra manera es, a que dizen feudo de camara. E este se faze quando el rey ponde maravedis: a algund su vassallo cada año en su camara. E este feudo a tal puede el rey toller cada que quisiere". AFONSO X. IV Partida, Título XXVI, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.65.</p> <p>"Dar pueden, o establecer feudo los Emperadores, e los Reyes, e los otros grandes señores, e pueden dar en feudo aqllas cosas que son suyas quitamente. Otrosi pueden dar en feudo los arçobispos, e los obispos, e los otros perlados de Santa Eglesia, aquellas cosas que los antecessores costumbraron a dar. Mas las otras que non fuessen usadas a dar en feudo non las pueden dar de nuevo. E puede ser dado e otorgado el feudo a todo ome que non sea vassallo de otro Señor ca assi es escripto en la ley, que ningund ome puede ser vassallo de dos Señores". AFONSO X. IV Partida, Título XXVI, Ley III. Las Siete Partidas.Glosadas por el Licenciado</p>	<p>quer dizer: se tornar homem de outro, fazendo-se dele, para obter segurança, de modo que consiga cumprir com o que fora prometido. Homenagem que pode ser tomada não apenas em termos da vassalagem, mas em qualquer situação de obrigação mútua.</p> <p>Feudo é bem praticado, que dá o senhor a alguém, para que se torne o seu vassalo; este, na homenagem, jura ser leal; e tomou este nome de fé, pois o vassalo deve sempre obedecer ao senhor. E são dois os tipos de feudo. O primeiro: quando é outorgado em relação a uma vila, ou castelo, ou outra coisa que seja fixa. O segundo tipo é o que chamam feudo de câmara; é quando o Rei deposita maravedis na câmara de seu vassalo; e quando desejar, o Rei pode parar.</p> <p>Imperadores, Reis e outros grandes senhores podem dar ou estabelecer feudo. E podem dar em feudo somente aquelas coisas que são propriamente suas. Os arcebispos, bispos, e outros prelados da Santa Igreja também podem dar feudo, mas somente no que se refere às coisas que, no passado, seus antecessores tiveram por costume conceder. E pode ser dado e outorgado feudo a todo homem que não seja vassalo de outro senhor, pois assim está escrito na lei, que</p>
--	--	---

	<p>Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.65-66.</p> <p>"Servidumbre, es postura e establecimiento, que fizieron antiguamente las gentes, por la qual los omes quer eran naturalmente libres: se fazen siervos: e se meten a señorío de otro, contra razon de natura. E son tres maneras de siervos. La primera es, de los que cativan en tiempo de guerra, seyendo enemigos de la fe. La segunda es, de los que nascen de las siervas. La tercera es, quando alguno es libre e se dexa vender. E en esta tercera ha menester cinco cosas. La una es, que el mismo consienta de su grado que lo vendan. La segunda, q tome parte del precio. La tercera que sea sabidor que es libre. La quarta que aquel que lo compra, crea que es siervo. La quinta, que aquel que se faze vender, que aya de veynte años arriba". AFONSO X. IV Partida, Título XXI, Ley I. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.54.</p> <p>"Todo siervo es tenuto de guardar su señor de daño e deshonrra, en todas las maneras que pudiere, e supiere, e es tenuto de obdescer e de crescer le su honrra, e su pro en todas guisas. E non tan solamente, es tenuto el siervo, en estas cosas sobredichas al Señor mas a su muger, e a sus fijos: e si menester ovieren su ayuda: queriendo los alguno matar, e deshonrrar: deve acorrer a cada uno dellos, e morir por ellos: por escusar los de muerte: o de deshonrra. E esto deve fazer cada un siervo bien e lealmente: e non se puede escusar por ninguna manera. E si el siervo firiesse, o matasse alguno amparando su señor de peligro de muerte, deve ser sin pena". AFONSO X. IV Partida, Título XXI, Ley</p>	<p>nenhum homem pode ser vassalo de dois senhores.</p> <p>A servidão é considerada condição e estabelecimento: são pessoas que, livres naturalmente, foram todas transformadas em servos, submetendo-se então ao senhorio de outros. E existem três maneiras de servos. A primeira diz respeito aos cativos em tempos de guerra, quando são inimigos da fé. A segunda, no que se refere àqueles que nascem das servas. E a terceira, que contempla a própria venda; mas somente quando: 1) o indivíduo consente de sua venda; 2) que tome parte do preço; 3) que seja conhecedor de sua liberdade; 4) que o comprador acredite que seja servo ali à venda; 5) aquele que se vende seja maior de vinte anos.</p> <p>Todo servo tem de guardar ao seu senhor de qualquer dano e desonra, de todas as formas que puder e saber; e tem de obedecê-lo, e sempre acrescentar para a sua honra e bem, de todas as formas. E não somente o servo tem de cumprir com isso em relação ao senhor, mas também o deve com a sua mulher, e seu filhos; e se necessário, inclusive, morrer por eles. Todo servo deve estar disposto a fazer isso bem e lealmente, e por nenhum motivo deve se escusar. E caso o servo ferisse ou matasse alguém no apoio ao</p>
--	--	--

	<p>V. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.55.</p> <p>“Lenero poder ha el señor sobre su siervo, para fazer del lo que quisiere. Pero con todo esso, non lo deve matar nin lastimar, maguer le fiziesse porq amenos de mandamientos del juez, del lugar, nin lo deve ferir, de manera que sea contra razon de natura, nin matar lo de fambre: fueras ende si lo fallasse con su muger: o con su fija o fiziesse otro yerro semejante destos”. AFONSO X. IV Partida, Título XXI, Ley VI. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576, p.55.</p>	<p>seu senhor em risco de morte, não deveria o servo sofrer pena alguma.</p> <p>O senhor tem o poder de fazer o que bem entender com o servo. Apesar disso, não deve matá-lo ou prejudicá-lo, salvo estivesse seguindo uma ordem do juiz da região; nem deve ferir ele, de modo que seja contra a razão natural, nem mesmo matá-lo de fome; a menos que encontrasse o servo em questão com sua mulher, ou filha, ou em outros casos semelhantes a esse.</p>
Tema	Sociedade	
Conceito	Senhores, Vassalos e Servos (feudalismo ibérico)	

No que podemos considerar um detalhamento em relação ao grupo da nobreza, o documento normativo trabalha com a definição de “senhor”; por extensão, contempla também os grupos relacionados ao senhorio, ou seja, os vassalos e servos. No que se refere ao senhor, verificamos aqui um reforço às prerrogativas deste: dono de uma propriedade, possui considerável poder em relação aos que vivem dependentes dele. Possui a autoridade, portanto, de conceder feudos, tornando outros homens os seus vassalos. Nesse tópico em discussão, interessante é a referência da fonte em relação ao rei: este possui a maior vassalagem, com todos do seu senhorio; e isso atribui a ele o poder de julgar e de ordenar em sua terra. Ou seja, o papel central do rei na política, dentro do reino, é novamente destacado dentro das relações sociais, tornando-se ele um personagem responsável pelas ações e pelos julgamentos, ou melhor, pelo cumprimento da justiça no reino. E não podemos também deixar de perceber a ênfase por parte da fonte no que se refere ao seguimento da ordem estabelecida:

vassallos ou servos devem cumprir com todas as suas promessas e juramentos, acima de tudo e sem muitas desculpas, sempre obedecendo e protegendo aos senhores; conseqüentemente, nessa construção teórica, o monarca, o senhor de maior importância, torna-se o personagem mais resguardado, de maior autoridade frente aos seus nobres. Diante do exposto, O'Callaghan aponta para o tema da vassalagem em Castela que:

El tema del vasallaje se trata en las *Partidas* (4,25) y en el *Fuero Real* (3,13, 1-7). El acto de besar la mano del señor simbolizaba la entrada en vasallaje. La ruptura del vínculo se efectuaba mediante una declaración del vasallo o de su mandadero en estos términos: *Daquí adelante non so uestro uassallo; o Fulano manda uos uesar la mano e espedirse de uos por mí e mándauos dezir assí que daqui adelant non es uestro uassallo*. El vasallo podía quedarse con las armas y caballos que había recibido de su señor, junto con todo lo que había ganado con ello; pero si abandonaba a su señor, debía devolver todo lo que de é había recibido excepto las soldadas²⁴³.

Quando em 1272 os nobres que romperam sua vassalagem com o rei por conta do pedido de aumento do valor do soldo, Afonso X decidiu que poderiam afastar-se do reino, pois o soldo estava nos limites de gastos, porém se estivessem em terras de muçulmanos do norte da África iriam ser tidos como traidores. Outro requerimento dos nobres era que o rei Afonso X concedesse senhorios apenas aos naturais de Castela e não aos de fora do reino. O rei então denunciou que estes mesmos nobres cobravam tributos de suas terras sem repassar aos cofres reais. Esse outro aspecto foi tão intenso que neste mesmo ano Afonso X acusou Nuño González de Lara de cobrar tributos de suas terras e ainda tomar provisões dos que não lhe pagassem²⁴⁴.

Ao longo do reinado de Afonso X os participantes da nobreza renovavam regularmente com o rei seus privilégios. Este mesmo grupo assessorava o rei nos assuntos políticos e fazia parte invariavelmente de sua família. As duas principais linhagens conectadas ao rei eram os Haro e os Lara; porém existiam muitos outros de menor poder efetivo junto ao rei, mas não menos importantes na estrutura política e econômica do reino, são eles: Cameros (aparentados dos Lara e dos Haro, com

²⁴³ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 97-98.

²⁴⁴ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 98-99.

propriedades em Sevilha; com a revolta nobiliárquica de 1272, Simón Ruiz de los Cameros parte para Granada e depois foi executado a mando de Afonso X por traição por conspiração com o infante Sancho), Castro (rivais dos Lara e com propriedades em León), Mendoza (uma das linhagens oriunda dos Haro e com terras em Sevilha), Guzmán (com terras em Múrcia e Sevilha; Dona Mayor Guillén era a amante de Afonso X), Girón, Manzanedo (com terras em León e Sevilla), Meneses, Villamayor (Juan García de Villamayor cuidou da infância de Afonso, possuía propriedade em Sevilha), Alvarez de Asturias, Froilaz, Ponce, Trastámara e Limia.

Em 1254, Dom Diego López de Haro rompeu seus laços de vassalagem com Afonso X e se retirou para Vizcaya. Depois disso, fez uma aliança com o rei catalão Jaime I, com o infante Dom Enrique (irmão de Afonso X) e se comprometeu com estes a firmar também um acordo contra o poder do rei Afonso X.

Desde o século XII existia uma forte tensão entre as famílias dos Haro e dos Lara. Os Lara tinham no passado se oposto à ascensão do rei Fernando III ao trono de Castela; quando este tornou-se rei indicou Diego López de Haro para o cargo de alférez real. Quando da morte de Fernando III, Diego López de Haro continuou neste mesmo cargo. Afonso quando infante era muito ligado aos Lara, independente da opinião política de seu pai. Afonso quando já era rei tornou um de seus amigos, Nuño González de Lara, o seu conselheiro real. Ocorrida a revolta nobiliárquica contra Afonso X, com participação tanto dos Lara quanto dos Haro, o rei recordaria sua mágoa perante a posição rebelde de Nuño González de Lara.

Diego López de Haro tinha verdadeiro ódio da primazia de Nuño González de Lara junto ao rei Afonso X. Com isso Diego López de Haro começou a se aproximar do irmão de Afonso X, Dom Enrique. Outro irmão de Afonso X, Dom Fadrique que se uniu aos rebeldes em Túnis aliou-se à causa contra Afonso X, no ano da revolta nobiliárquica, 1272. Devemos lembrar aqui que o reino de Aragão já mantinha desde 1258 um acordo com o reino de Túnis, favorecendo a ida de nobres peninsulares ao território norte africano²⁴⁵. Mas foi outro irmão de Afonso X que levou adiante e com firmeza a revolta nobiliárquica, Dom Felipe, e este com a ajuda de Nuño González de Lara. Dom Nuño se colocou frente ao rei por conta de que Afonso X perdoou Dom Diego e o manteve como senhor de Vizcaya, mesmo Dom Nuño solicitando

²⁴⁵ AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X: relaciones castellano-aragonesas de 1252-1263**. Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986, p. 184.

essas terras para si. Ou seja, Afonso X perdoou o seu mais ferrenho inimigo (Dom Diego), e o seu conselheiro (Dom Nuño) se sentindo prejudicado passou para o lado dos rebeldes.

Destarte, Dom Nuño González de Lara e Dom Lope Díaz de Haro começavam a se aliar a um inimigo comum, Afonso X. Enquanto o rei castelhano estava em Múrcia cuidando da repovoação da cidade, os nobres rebeldes se encontram em Lerma (1271). Os presentes na ocasião eram: o infante Dom Felipe; Dom Nuño de Lara e seus filhos Juan Núñez y Nuño González; Lope Díaz de Haro e seu irmão Diego López; Esteban de Castro, Fernán Ruiz de Castro; Simón Ruiz de los Cameros; Alvar Días de Asturias; Fernán González de Saldaña; Fernán Ruiz, filho de Rodrigo Álvarez, e Gil Gómez de Roa; Lope de Mendoza; Juan García e outros homens hostis ao rei²⁴⁶. Detalhe que Sancho acompanhava as notícias de Sevilha do que os rebeldes decidiram um acordo perpétuo contra o rei Afonso X. Quando o rei perguntou-lhes se isso era verdade, negaram, mentindo²⁴⁷. Inclusive Dom Felipe disse que foi em busca de “amigos”²⁴⁸. Por isso, podemos considerar os nobres rebeldes traidores do rei. Os nobres rebeldes também preferiram se aliar não ao sultão de Granada, mas ao rei de Navarra, Enrique I (1270-1274) e reafirmar sua aliança com o reino de Aragão contra Afonso X. O sultanato de Granada apesar de ser um governo tributário de Castela e lutar em batalhas ora a favor ora contra os interesses castelhanos mantinha um respeito frente à posição de rei de Afonso X.

Os nobres acusavam o rei de aumentar os impostos, não melhorar a quantia do soldo dos cavaleiros e de violar leis consuetudinárias em favor de leis mais universais (época de construção das *Partidas*). Os nobres desejavam, pois eram conselheiros do rei, buscar um aumento do poder pessoal mediante a obtenção de senhorios e ter em mãos os principais cargos de controle territorial. Essa cobiça, inimizade, desamor, deslealdade não contribuíam para o Bem Comum e nem ao menos garantiam os requerimentos perante o rei. Por isso, vemos nas *Partidas*, a insistência do rei ao solicitar aos nobres que fossem leais conselheiros e que

²⁴⁶ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 109.

²⁴⁷ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 109.

²⁴⁸ O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999, p. 110.

garantissem a Amizade e o Amor entre eles e principalmente ao rei. Os nobres não compreenderam as exigências reais de eles pagarem com tributos os usos de suas terras e ajudarem na conquista imperial de Afonso X. Ou seja, os nobres deveriam seguir o Bom Rei, um Novo Salomão, tendo no coração e expresso pelo comportamento a Amizade, o Amor e a Lealdade²⁴⁹.

Após a desnaturação por parte dos nobres (1272) e a morte do infante Fernando de La Cerda (1275), era constante o clima de revolta contra o poder real de Afonso X. Sancho buscou nesses rebeldes e no reino de Aragão (principalmente em Jaime I) a aliança para garantir sua ascensão ao trono e pressionou, baseado na lei do costume, da tradição (consuetudinária), a conquista da herança de seu pai. Mas lembremos que Afonso X gestava as *Partidas* baseado em seu contexto (prova era a tensão dos nobres em manter as leis de tradição *versus* a intenção de leis universalistas defendidas pelo rei) e tendo em mente espriar a *tradição sapiencial oriental* (apreendida desde seu pai Fernando III) para Fernando de La Cerda. Por isso as *Partidas* garantiam a sucessão real ao infantes de La Cerda, ao mesmo tempo, acabaram por atender aos interesses do reino de Navarra e por consequência o da França em supervisionar Castela (lembremos que os netos de Afonso eram zelosamente cuidados por Dona Violante de Aragão e sob supervisão do rei Felipe III da França, pois a mãe e esposa de Fernando de La Cerda, Blanca da França, faleceu no mesmo ano que o esposo 1275). Embora na Corte de Burgos em 1276 comesçassem os primeiros atos de paz de alguns nobres com o rei, a situação foi resolvida em parte pela rainha Dona Violante. Conforme Valdeón Baroque:

El acuerdo resultaba, sin duda alguna, muy difícil. Pero la intervención de la reina Violante logró, finalmente, acabar con la rebeldía de la alta nobleza. Violante, a tenor de lo que nos dice la documentación coetánea, mantuvo una larga e intensa entrevista con el magnate nobiliario Nuño de Lara en la ciudad de Córdoba, en el año de 1274. Por parte regia se aprobó el respeto a los fueros y usos de los nobles, pero a la vez no percibir la moneda forera sino cada siete años, así como conceder diversas cantidades de maravedíes a los poderosos que se sumaran al séquito regio que iba a desplazarse a la Europa cristiana en función del “fecho del Imperio”. Como muestra inequívoca de la reconciliación entre Alfonso X y los

²⁴⁹ MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto trado-medieval português.** Dissertação de mestrado. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2007, p. 96. RUCQUOI, Adeline. *El Rey Sabio: Cultura y Poder en La Monarquía Medieval Castellana. Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval.* Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, 1993, p.15.

dirigentes de la revuelta nobiliaria, Nuño de Lara fue nombrado, tras aquel acuerdo, adelantado mayor de la Frontera, es decir, de Andalucía. Una prueba de la beneficosa paz que se había alcanzado entre las partes tenemos en la presencia de los grandes magnates nobiliarios en las Cortes celebradas en Burgos en el año 1276²⁵⁰.

Vejamos que ainda no século XIV em Castela houve uma grande preocupação com a nobreza e sua relação com o rei, de acordo com Adriana Mocelim, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*:

Tanto o Rei quanto o nobre idealizados ao longo do relato, são descritos a partir do ideal cavaleiresco, pautado nos seguintes aspectos: a necessidade de se cultivar o amor e a amizade, a fim de manter a “ordem” na sociedade, virtudes como a lealdade, fidelidade, mansidão e moderação e ainda a fim de servirem como *exempla* a contrário os relatos de deslealdade e traição. A projeção idealizada passa ainda pela necessidade de ser um bravo guerreiro, além de ser um bom conselheiro²⁵¹.

Portanto, a tensão do rei com os nobres foi contínua e não acabou totalmente com a ação de Dona Violante, pois a rainha apenas apaziguou os ânimos, não os refreou. Inclusive, ao final da vida Afonso X ficou desamparado de sua rainha, que foi viver no reino de Aragão com os infantes La Cerda. Segundo Fátima Pavón Casar, Afonso X teve incessantemente que conter os nobres em suas pretensões de busca por aumento de privilégios e de poder pessoal²⁵². Assim entendemos que ao criar as *Partidas*, Afonso X, como um novo Salomão, estava tentando educar os nobres através do ensinamento das virtudes (Amizade, Amor, Lealdade) no sentido de evitar as revoltas e posicionar sua pessoa como a mais justa em favor do Bem Comum. Por isso, um documento normativo como eram as *Partidas* ser o guia para os nobres respeitarem seu rei e o seu reino dentro das perspectivas apontadas pela Justiça.

²⁵⁰ VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011, p.99.

²⁵¹ MOCELIM, Adriana. **“Segundo conta a estória...”: A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2013, p. 20.

²⁵² PAVÓN CASAR, Fátima. **La imagen de la realeza castellana bajomedieval en los documentos y manuscritos**. Tese em História UCM. Madrid: UCM, 2009, p. 36.

Neste final de capítulo, podemos estabelecer algumas considerações importantes a respeito da obra de Afonso X. Pois bem, na construção legislativa de Afonso X (o rei sapiencial de influência oriental), quando este trata a respeito dos nobres, caracterizando-os, acreditamos que o monarca estava, de um ponto de vista prático, estabelecendo as condições de funcionamento e desenvolvimento da justiça na sociedade de seu tempo, tendo em vista as diversas circunstâncias da época. Conforme verificamos no capítulo anterior, o cumprimento da justiça era de responsabilidade do rei, um atributo recebido especialmente por ele a partir da vontade de Deus; no exercício da justiça poderíamos encontrar, portanto, o que seria o próprio desígnio de Deus na Terra. E o que Deus, por meio do rei, seu representante na Terra, desejava em relação à sociedade cristã? Principalmente, diante da nossa investigação: organização, ordem e unidade no reino; e isso em termos da religião e da política. De fato, religião e política estão muito entrelaçadas nesse momento; a questão é que Afonso X, na construção teórica de sua obra, coloca a religião cristã não como braço independente da sociedade, mas como sustentáculo do poder real; este, na verdade, é quem deveria controlar praticamente tudo no reino. Não é por menos que o monarca dedica-se a explicar e a justificar as relações entre os nobres sempre em relação à própria pessoa do rei: os nobres deveriam proteger e guardar ao rei, em relação aos vários riscos internos e externos (objetivo do Bem Comum). Afonso X enfatiza essa questão da obediência com Amor e Amizade e da Lealdade porque justamente viveu de modo muito intenso uma contestação à sua pessoa no poder; as revoltas foram constantes, dificultando a governabilidade do reino, conforme observamos anteriormente.

A obra de *Las Siete Partidas*, nesse sentido, foi fruto de um contexto específico; contando com a liderança de Afonso X, tratou-se de uma proposta consciente: uma teoria do poder político na qual o rei, na prerrogativa idealizada em torno de sua justiça e sabedoria, acabava se tornando o personagem centralizador de toda a sociedade, ou seja, aquele de maior autoridade no reino. Assim, essa construção teórica que vislumbramos durante a nossa análise da fonte (envolvendo o conceito de justiça e, por desdobramento, entrelaçado, também o de sabedoria) apresentou determinadas características que já destacamos para que possamos

ampliar a nossa compreensão sobre o trabalho legislativo de Afonso X; especialmente quando Afonso X, em várias das definições, argumentos e exemplos que ressaltou durante as leis, não deixou de demonstrar um alinhamento com a chamada *tradição sapiencial oriental*.

CONCLUSÃO: O ORIENTE NO OCIDENTE MEDIEVAL

Era como se eu tentasse sussurrar no teu ouvido a melodia de uma canção sequestrada, e que, pouco a pouco, notas esparsas e frases sincopadas moldavam e modulavam a melodia perdida".
(Milton Hatoum)²⁵³

O rei Afonso X perpassou através de sua vida percalços e conquistas. Tendo uma educação preparada por seu pai e por sua mãe, Fernando III e Beatriz, desde a infância para ser um rei com grandes responsabilidades dentro de um reino recém conquistado pelos cristãos frente aos muçulmanos na Península Ibérica. Com essa missão de organizar o reino e com a possibilidade de ser um futuro imperador, gestou em sua época de mando, *Las Siete Partidas*. Vimos nos capítulos precedentes (Capítulo I e II) como sua educação o influenciou a ter uma corte de saber para produzir o que o rei gostaria que fosse divulgado e pensado, ao mesmo tempo, que esse pensamento do rei fazia parte de uma conjuntura dos estudos do Direito Medieval que chegou até a produção toledana. Ou seja, a justiça, tema caro ao rei, foi sem dúvida a espinha dorsal de sua produção real. Ora essa era um exemplo da produção do saber no século XIII que tinha na vertente jurídica o objetivo de claro interesse tanto pelo poder secular e também pelo poder espiritual. A justiça pensada por Afonso X (Capítulo III) não poderia ser apenas descrita na pesquisa, mas também matizada através de sua formulação baixo o reino de Leão e Castela. O sentido de justiça pensada por Afonso X seguia esse caminho explicativo:

E al governamiento de las gentes pertenecen las Leyes que ayuntan los corazones de los omes por amor: e esto es, derecho, e razón: ca destas dos sale la Justicia cumplida, que faze à los omes vivir cada uno como conviene. E los que ansi viven, non han porque se desamar, mas porque se querer bien. Porende las Leyes que son derechas, fazen ayuntar la voluntad del un ome con el otro desta guisa, por amistad²⁵⁴.

A novidade de nossa pesquisa reside em que mostramos as passagens da fonte em seu estado próprio, por intermediação através de tabelas e uso da síntese

²⁵³ HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 166.

²⁵⁴ AFONSO X. Partida I, Título I, Ley VII. **Las Siete Partidas**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, edição de 1555, edição de 1576, p. 6.

crítica. Acreditamos que demonstrando a estrutura da narrativa do documento filosófico jurídico das *Partidas* podemos abrir mais caminhos para a análise. Quando estudamos a recepção de saberes no medievo ibérico do século XIII estamos refletindo não em categorias enrijecidas Ocidente/Oriente mas na confluência dessas mesmas e que formam uma cultura ibérica única naquele momento histórico. Temos consciência de que a *tradição sapiencial* estava presente na Península Ibérica, no entanto reforçamos a análise de sua potencialização pelos sábios muçulmanos e judeus do reino. Esses sábios, os quais tinham contato com a *tradição sapiencial oriental* que poderia colaborar com o documento jurídico das *Partidas* fortalecendo cada vez mais a imagem unificadora e de defensor da justiça que Afonso X estava se propondo a promover.

Destarte, o conceito de “justiça” que rastreamos na fonte de *Las Siete Partidas* (Capítulo IV) tem caráter meritório para o rei e se utiliza da alegoria legitimatória da imagem do rei justo e sábio, Salomão. Uma imagem muito defendida para os pensadores jurídicos também no islamismo e no judaísmo. Não estaria Afonso X a construir essa imagem salomônica dentro de uma tradição sapiencial já conhecida como estratégia de organização política e jurídica do seu reino? O que sabemos é que a imagem salomônica foi eficaz, tal como seria a escolha pela imagem de Maria na encomenda das suas *Cantigas*. Tanto Salomão como Maria foram alegorias legitimatórias da prática do poder do rei Afonso sobre seus súditos, sejam eles cristãos ou não. A sabedoria adquirida por Afonso X foi decisiva na escolha e construção da imagem salomônica:

La sabiduría es, pues, “un espejo sin mácula de la majestad de Dios, una imagen de su bondad”. Ella es la que permite al que de Dios la recibe gobernar los pueblos, juzgar, conocer los misterios del tiempo y de la naturaleza, ser bueno entre la muchedumbre y valeroso en la guerra, y ganar la vida eterna. Qué mejor “programa” para un rey? A la luz de este concepto, el conjunto de las actuaciones de Alfonso X, de sus antecesores y sucesores, adquiere plena inteligibilidad. La “obsesión” del rey por cubrir todos los campos del conocimiento, redactando las leyes, escribiendo la historia del mundo y la de España, dejando bajo su nombre obras de astronomía y astrología, de diversión y de poesía, son la prueba patente de su *amicitia* con Dios que le há dado su Sabiduría. (...) Se identifica así con Salomón²⁵⁵.

²⁵⁵ RUCQUOI, Adeline. El Rey Sabio: Cultura y Poder en La Monarquía Medieval Castellana. **Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval**. Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, 1993, p.10-11.

Nosso trabalho apontou para reflexões da *tradição sapiencial oriental* e que acabaram por serem assimiladas e transformadas em prerrogativas da identidade cultural ibérica. Tais como o conhecimento presente nas *Partidas* que demonstra a própria reflexão dos sábios e do rei Afonso: um aristotelelismo averroísta e tomista ao lado de um neoplatonismo ressignificado; a versão medieval da aprendizagem das lições morais aristotélicas para Alexandre; e a constante referência ao modelo salomônico de conduta política e jurídica. As confluências do que seria um Ocidente/Oriente já se diluem em território ibérico e se transformam nesse amálgama que Afonso X através do saber soube muito bem se utilizar em sua política e na organização da sociedade.

Por mais que Afonso X tenha malogrado sua tentativa de ser imperador do Sacro Império Romano Germânico – o que por direito era o sucessor legítimo tendo em vista sua descendência imperial por via materna – ele foi um rei que enfrentou dificuldades e resistiu no poder até o fim de sua vida. Os nobres que foram regulamentados e sofreram a projeção da jurisdição de Afonso X (Capítulo V) ao questionarem suas atitudes não viam nelas o salto que Afonso X gostaria de ter tornado ele e ao mesmo tempo o reino mais universais dentro de uma Cristandade cada vez mais lutando por sua ideia de comunidade. Ou seja, destacar o reino de Leão e Castela como partícipe dos acontecimento políticos de uma Cristandade e não apenas mais um reino com seus próprios problemas. As querelas dos nobres com Afonso X não resultaram apenas numa tentativa de desgastar sua política mas a própria posição dos nobres frente ao rei. Tendo em vista que tanto as principais famílias como os Haro e os Lara não conseguiram derrubar Afonso do poder e tiveram que se submeter depois a um reinado controlador, conservador, regionalista e com quase nenhuma perspectiva imperial de Sancho.

Não se trata nesse estudo exaltar ou diminuir a imagem do rei Afonso X, mas sim demonstrar as especificidades da política que o marcaram através de um sentido de justiça de múltipla recepção e aceitação jurídica. Afonso X gestou um documento jurídico que por mais que tenha sido pela primeira vez apenas aplicado no século XIV, foi a ideia inicial de um rei que forjou uma tradição jurídica que chegou a nós até bem pouco tempo como norma na América Espanhola e que

influenciou a tradição jurídica portuguesa no reino e em suas colônias, tudo isso ainda nos séculos XVI até XIX.

Apenas agora no século XXI temos dimensão mais fortemente teórica das *Partidas* pois sua prática foi intensa e readaptada em diferentes locais. Tal importância de um documento primeiramente pensado por um rei medieval já basta como respeito de causa, por isso Afonso X um gestor das *Partidas*, ao lado de seus sábios conseguiu universalizar um modelo jurídico que fosse futuramente funcional. A escolha por tradições múltiplas, resultado de uma confluência de pensamentos de tradições monoteístas diferentes, são o pano de fundo de uma execução muito bem realizada. Afonso X ou Salomão? Afonso era o que ele desejava ser, dono de um múltiplo interesse político, jurídico, artístico e astromágico, teve em seus sábios muitos deles anônimos os responsáveis por seu epíteto moderno mais famoso de o Sábio. E com razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES AFONSINAS:

AFONSO X. **Las Siete Partidas (I, II, III, IV, V, VI, VII Partidas)**. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555, edição de 1576.

AFONSO X. **Las Siete Partidas (tomo I, II, III)**. Madrid: Real Academia de Historia, versão de 1807.

AFONSO X. **Espéculo**. Edición y análisis critico por Gonzalo Martínez Diez. Avila: Fundación Sanchez-Albornoz, edición de 1985.

AFONSO X. **Fuero Real**. Madrid: La Imprenta Real, 1836.

AFONSO X. **Fuero Real**. Opúsculos Legales del rey Don Alfonso el Sabio. Publicados y cotejados con varios códigos antiguos por la Real Academia de la Historia. Madrid: La Imprenta Real, edição de 1836, p.3-169.

AFONSO X. **Setenario**. Edición e Introducción de Kenneth H. Vanderford. Buenos Aires: Instituto de Filología, 1945.

AFONSO X. **Libro de Dados**. Biblioteca de El Escorial, Ms. T.I.6, fol.65, edição de 1982.

AFONSO X. **Crónica de Alfonso X**. Edição de Manuel González Jiménez. Real Academia Alfonso X El Sabio, 1998.

AFONSO X. Testamento de Afonso X. Edição de Manuel González Jiménez. **Crónica de Alfonso X**. Real Academia Alfonso X El Sabio, 1998.

AFONSO X. **Libro de los Juegos**. Book of Games. Translated Sonja Musser Golladay. Arizona, 2003.

AFONSO X. Cantigas de Santa Maria. In: https://pt.wikisource.org/wiki/Cantigas_de_Santa_Maria/CCXXXV (Acesso em 08/02/2016).

FONTES:

ALCORÃO. Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa. Realização do Dr. Helmi Nasr. Complexo do Rei Fahd para imprimir o Alcorão Nobre, Al-Madinah Al-Munauarah K.S.A. Ano de 1426 da Hégira.

AL-MOCAFFA, Adallah ben. Calila e Dimna. GAYANGOS, Don Pascual (recogido por). **Biblioteca de Autores Españoles (desde la formacion del lenguaje hasta**

nuestros dias) – Escritores em prosa anteriores al siglo XV. Madrid, edição de 1952, p. 41-78.

ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. I: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. II: ramo sírio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites**, vol. III: ramo egípcio/Anônimo. Tradução do árabe para a língua portuguesa de Mamede Mustafa Jarouche. 3 ed. São Paulo: Globo, 2007.

ANÔNIMO. **Libro de los doce sabios.** Manuscrito (M) Biblioteca Menéndez Pelayo, ms. 77 (=92). <http://parnaseo.uv.es/Memorabilia/Memorabilia6/listillos/menu.htm> (Acesso em 15/04/2015).

AQUINO, Tomás de. **Suma de Teología.** Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990.

AQUINO, Tomás de. **Disputed questions on the virtues.** Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2005.

ARISTÓTELES. **Política.** Introducción, traducción y notas de Manuela García Valdés. Madrid: Editorial Gredos, 1999.

ARISTÓTELES. **A ética a Nicômaco de Aristóteles.** Tradução de Enio Paulo Giachini. São Paulo: Loyola, 2010.

AVERRÓIS. **Discurso Decisivo.** Trad. Aida Ramezá Hanania. Edição bilíngüe (árabe/português). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

AVERRÓIS. **Exposição sobre a substância do orbe.** Tradução de Anna Lia A. de Almeida Prado e Rosalie Helena de Souza Pereira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida para o português por João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

CORPUS JURIS CIVILIS. (Mommsen et al.). <http://droitromain.upmf-grenoble.fr/corpjurciv.htm> (Acesso 22/03/2015).

Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley Cintra. Volume VI, n. 4. Lisboa, MCMXC.

Livro das Leis e Posturas. Ed. por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Thereza Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971.

Ordenações Afonsinas. <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> (Acesso 06/05/2012). – recolha do século XIV.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SANCHO IV. **Castigos e Documentos**. In: GAYANGOS, Don Pascual (recogido por). Biblioteca de Autores Españoles (desde la formación del lenguaje hasta nuestros días) – Escritores em prosa anteriores al siglo XV. Madrid, edição de 1952, p. 85-228.

SÊNECA. **Sobre a tranquilidade da alma**. Tradução de José Eduardo S. Lohner. São Paulo: Penguin Books, 2014, p. 121-179.

BIBLIOGRAFIA:

ABU SHURA, Edna Sala. A presença da cultura helênica no contexto ibérico medieval. **Anais do VI Encontro Internacional de Estudos Medievais: Medievalismo – leituras contemporâneas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, pp.126-137, 2005.

AGUDO RUIZ, Alfonso. Notas sobre la Partida 3, 6 y sus precedentes en Derecho Romano. **Revista General de Derecho Romano**, 10, pp. 1-31, 2008.

AGUILERA PLEGUEZUELO, José. Derecho Islámico y Derecho Romano. **Revista e-Legal History Review**, 9, pp.1-102, 2010.

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Considerações sobre o uso político do conceito de justiça na obra legislativa de Afonso X. **Anos 90 (UFRGS)**. Porto Alegre, v. 16, pp. 13-36, 2002.

ALMEIDA, Cybele Crossetti de. Legislar para o bem comum: direito e centralização política em Afonso X. **Biblos** (Rio Grande), v. 21, pp. 9-32, 2007.

ANDRÉS SANTOS, Francisco Javier. La recepción del Derecho bizantino en la Edad Moderna a través de los libros jurídicos. **VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita**, vol.2, Alcalá de Henares, 2002, pp.289-298.

ANDRÉS SANTOS, Francisco Javier. Literatura jurídica latina en la España Bajomedieval. Estado de la cuestión y perspectivas. **Revista Iacobus**, Sahagún (León), n. 15-16, pp.333-351, 2003.

ÁNGEL LADERO, Miguel. **Andalucía en torno a 1492**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2012.

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de. **Toponímia Moçárabe no Antigo Condado Conimbricense**. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

AUERBACH, Eric. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AYALA MARTINEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X**: relaciones castellano-aragonesas de 1252-1263. Madrid: Antiqua et Mediaevalia, 1986.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Deficiencia de cruzada: estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, p.216-242, 2009.

BAZZANA, A.; BERIOU, N.; GUICHARD, P. **Averroès et l'averroïsme (XII-XV siècle)**. Lyon: Pulyon, 2005.

BERNAL, José Sánchez-Arcilla. La "teoría de la ley" en la obra legislativa de Alfonso X el Sabio. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**. n. 6, pp. 81-123, 2008-2009.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **A justiça em Aristóteles**. São Paulo: Forense Universitária, 1999.

BITTAR, Eduardo C. B. O aristotelismo e o pensamento árabe: Averróis e a recepção de Aristóteles no mundo medieval. **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**. Lisboa: CEHLE, ano XII, n.24, pp. 61-103, 2009.

BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles: Salomon, Alphonse X et Charles V. **Revue historique**. ed. 3/n° 647, pp. 545-566, 2008.

BREMEJO CABRERO, José Luis. En torno al Imperio Hispano Medieval. **Anuario de historia del derecho español**. n. 59, pp. 737-750, 1989.

BRENTJES, Sonja; FIDORA, Alexander; TISCHLER, Matthias M. Towards a New Approach to Medieval Cross Cultural Exchanges. **De Gruyter: Journal of Transcultural Medieval Studies**. vol.1, pp.9-50, 2014.

BURCKHARDT, Titus. **La civilización hispano-árabe**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDAILLAC, Louis. Um minarete em vez de campanário. **Toledo, séculos XII-XIII**. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. *Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 11-14.

CHERUBINI, Tommaso; ZAULI, Stefano. Alfonso X el Sabio: un rey y una orden. **Revista Numismática Omni**. n. 8, pp. 265-274, 2014.

CIZEK, Alexandre. La rencontre de deux "sages": Salomon le "Pacifique" et Alexandre le Grand dans la légende hellénistique et médiévale. In: **Images et signes de l'Orient dans l'Occident médiéval**. Aix-en-Provence : Presses universitaires de Provence, 1982. Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/pup/2856> (Acesso em 20/06/2015).

COSTA, José Silveira da. **Averróis: o aristotelismo radical**. São Paulo: Moderna, 1994.

COSTA, Moacyr Lobo da. **A Revogação da Sentença: gênese e genealogia**. São Paulo: Ícone, 1995.

CUELLO MALPICA, Antonio. Urban Life in Al-Andalus and its role in social organization and the structure of settlement. **Imago Temporis**. n.4, p. 25-49, 2010.

DIEGO, Alfonso García-Gallo de. Nuevas observaciones sobre la obra legislativa de Alfonso X. **Anuario de historia del derecho español**. n.46. pp. 609-670, 1976.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**. 27 de julho de 1214. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 1973.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo**. Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Éditions Gallimard, ed. 1978.

DUBY, Georges. **O tempo das catedrais: a arte e a sociedade (980-1420)**. Trad. José Saramago. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

DUBY, Georges. O prazer do historiador. In: CHAUNU, P.; DUBY, G.; LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). **Ensaio de ego-história**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987, p. 109-137.

DUBY, Georges. **O Cavaleiro, a Mulher e o Padre**. Tradução de G. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, ed. 1988.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, Georges. A Idade Média. In: DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História Artística da Europa**. Tradução de Mário Dias Correa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. Trad. Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

DUCOS, Michèle. O Direito Romano e a sua Influência. **Roma e o Direito**. Tradução de Silvia Sarzana e Mário Pugliesi Netto. São Paulo: Madras, 2007, p. 135-143.

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Tradução de Mario Sabino Filho. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EHRHARDT, Marcos L. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do Principado a partir da *Historia Magistra Vitae***. Tese de doutorado em História. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2008.

ELÍA, Ricardo H.S. Averroes. In: **La Civilización del Islam**. Irã: Fundación Cultural Oriente, 2005, p. 170-172.

EPALZA, Mikel de. **Los moriscos antes y después de la expulsión**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

ESCUDE, Carlos. **Neoplatonismo y pluralismo filosófico medieval: un enfoque politológico**. Buenos Aires: Universidad del Cema, 2011.

FERNANDES, Fátima Regina. **Afonso III no Livro das Leis e Posturas**. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à Legislação Medieval Portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá Editora, 2000.

FERNANDES, Fátima Regina. **Cultura e Poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.

FERNANDES, Fátima Regina. A recepção do Direito Romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. **Revista História: Questões e Debates**. n.41, p.73-83, Editora UFPR, 2004.

FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**. Universidad Complutense de Madrid, 28, p. 155-176, 2005.

FERNANDES, Fátima Regina. O conceito de Império no pensamento político tardo-medieval. DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (organizadores). **Facetas do império na história: conceitos e métodos**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Capes, p. 185-198, 2008.

FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a Construção do Conceito de Unidade. **Revista História Unesp**, São Paulo, vol. 2, n. 28, pp.43-55, 2009.

FERNANDES, Fátima Regina. Les défis de l'historiographie médiévale au Brésil au début du XXe siècle. **Imago Temporis**. Medium Aevum, VI, p.407-419, 2012.

FERNANDES, Fátima Regina. As transformações na sociedade política e nas monarquias medievais e seus efeitos na mobilidade de facções nobiliárquicas entre Portugal e Castela. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 108, (pp.104-126), 2014.

FERREIRO ALEMPARTE, Jaime. Recepción de las éticas y de la política de Aristóteles en las Siete Partidas del Rey Sabio. **Glossae: European Journal of Legal History**. n. 1, pp.97-133, 1988.

FITZ GARCÍA, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6, pp. 142-215, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**. n° 2, 2008.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos; TEODORO, Leandro Alves. Entrevista com a historiadora Adeline Rucquoi. **Revista História**. São Paulo, v. 34, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2015.

FRIGHETTO, Renan. **Antiguidade Tardia**. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transição (séculos II – VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

GARCÍA DÍAZ, Jesús. La Europa de Alfonso X el Sabio. En torno a una historia jurídica comparada. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**. n. 8, pp. 263-290, 2012-2013.

GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. Bases doctrinales y jurídicas del yihad en el derecho islámico clásico (siglos VIII-XIII). **Clio & Crimen**, n.6, pp.243-277, 2009.

GIMENEZ, José Carlos. As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147). **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, pp.53-65, 2014.

GOLLADAY, Sonja Musser. **Los Libros de Acedrex, Dados e Tablas: Historical, artistic and metaphysical dimensions of Alfonso X's Book of Games**. Arizona: The University of Arizona, 2007.

GOMBRICH, E. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GONZÁLEZ ALONSO, Benjamín. Francisco Tomás y Valiente. **Anuario de historia del derecho español**. n. 67, pp. 27-34, 1997.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio – Historia de um reinado (1252-1284)**. Burgos: La Olmeda, 1999.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. **XIII Semana de Estudios Medievales**. Nájera: Intituto de Estudios Riojanos, 2003, pp.151-170.

GREGORIO, Daniel. Alfonso X, de Castilla o la sabiduría como herramienta del poder. **De arte: Revista de historia del arte**. n. 7, pp.61-76, 2008.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV):** O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”. Tese de doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2004.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A *Sétima Idade* de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima; Luiz Geraldo Silva. (Org.). **Facetas do Império na História:** Conceitos e métodos. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, pp. 199-211, 2008.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. Cultura na Baixa Idade Média. In: GIMENEZ, José Carlos. **História Medieval II: a Baixa Idade Média.** Maringá: UEM, 2010, p.129-130.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Revista Convergência Lusíada.** Real Gabinete Português de Leitura, pp. 132-145, número 26, jul./dez. de 2011.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Sintomas de renovação na poética tardo-medieval.**No prelo. 2015.

GUIMARÃES, Marcella Lopes; OLIVEIRA, Jelson. **Diálogo sobre o Tempo: Entre Filosofia e História.** No prelo, 2015.

GUTAS, Dimitri. **Greek Thought, Arabic Culture.** The Graeco-Arabic Translation Movement in Baghdad and Early ‘Abassid Society (2nd-4th/8th-10th centuries). London: Routledge, 1998.

HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média.** Tradução de Francis Petra Janssen. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

IGLESIA FERREIRÓS, Aquilino. Alfonso X, su labor legislativa y los historiadores. **Revista Historia. Instituciones. Documentos.** n. 9, pp. 9-112, 1982.

JACQUART, Danielle. A Escola de Tradutores. **Toledo, séculos XII-XIII.** Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. *Org. et all.* Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p.155-167.

JACKSON, Gabriel. **Introducción a la España Medieval.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei:** um estudo sobre a teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLEINE, Marina. **El Rey que es fermosura de Espanna: Imagens do poder real na obra de Afonso X, o Sábio (1221-1284).** Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

KLEINE, Marina. Os elementos do corpo político e a justiça nas *Siete Partidas* de Afonso X (1221-1284). **Politeia**. Vitória da Conquista, v.5, n.1, pp. 103-118, 2005.

KLEINE, Marina. O *Fuero Real* e o projeto político de Afonso X. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 168-189.

KLEINE, Marina. **La cancellería real castellana durante el reinado de Alfonso X (1252-1284): una aproximación prosopográfica**. Tese de Doutorado pela Universidad de Sevilla, 2012.

KLEINE, Marina. El carácter propagandístico de las obras de Alfonso X. **De Medio Aevo**. Espanha: De Medio Aevo. 4, n.2, 2013, p.1-42.

LE GOFF, Jacques. O ritual simbólico de vassalagem. In: LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Margarida Sérvulo Correia. Lisboa: Gradiva, 1984.

LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e A Vida. Economia e religião na Idade Média**. Tradução de Rogério Silveira Muio. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LEÓN FLORIDO, F. *Translatio studiorum*:Traslado de los libros y diálogo de las civilizaciones en la Edad Media. **Revista General de Información y Documentación**. Madrid: UCM, vol.15, n.2, pp.51-77, 2005.

LESSING, G. E. **Nathan El Sabio**. Madrid: Akal, 2009.

LEVENTON, Melissa (organizadora). **História do Vestuário**. São Paulo: Publifolha, 2009.

LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LIMA, Luiz Costa (organizador). **Mímesis e a reflexão contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

LIMA, Marcelo Pereira. **O gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2010.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado (coordenação geral). **História das Universidades**. São Paulo: Estrela Alfa Editora, 1975.

MACEDO, José Rivair. Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval. **Signum 3**. Rio de Janeiro: ABREM, 2001, pp.101-132.

MACEDO, José Rivair. Afonso, o Sábio, e os Mouros: uma leitura das Siete Partidas. **Anos 90**. UFRGS, v.9, n.16, pp. 71-92, 2001.

MACEDO, José Rivair. Entre a cruz e o crescente: cristãos, afro-muçulmanos e a batalha de Las Navas de Tolosa (1212). In: GUIMARÃES, Marcella Lopes (organizadora). **Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013, p. 49-86.

MAIER, Franz Georg. **Bizancio**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1983.

MATTOS, Carlinda Maria Fischer. **A classificação dos seres no 'Lapidário' de Afonso X, O Sábio**. Tese de Doutorado defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

MATTOS, Carlinda Maria Fischer. O céu da corte de Afonso X, o Sábio. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, p.100-117.

MATTOSO, José. **Ricos-homens, infâncias e cavaleiros**: a nobreza portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

MENDONÇA, Manuela. O Regimento da Casa da Suplicação. O primeiro instrumento regulador da justiça em Portugal. **Revista História**. São Paulo, v. 34, n.1, pp. 35-59, jan./jun. 2015.

MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Traducción del alemán de Francisco Bertelloni. Argentina: Editorial Biblos, 1993.

MITRE, Emilio. **La España Medieval**: Sociedades. Estados. Culturas. Madrid: Ibarra, 1979.

MOCELIM, Adriana. **"Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha": O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto trado-medieval português**. Dissertação de mestrado. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2007.

MOCELIM, Adriana. O Livro de Linhagens do Conde Pedro de Barcelos: espelho de reis e de nobres. In: SILVA, Victor Augustus Graciotto. **Idade Média: religião, cultura e política**. Curitiba: Ed. Máquina de Escrever, 2011, p. 13-30.

MOCELIM, Adriana. **"Segundo conta a estoria...": A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2013.

MONTE, Marcel Paiva do. Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147. **Revista Medievalista**. Ano 4, Número 5, 2008.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese de doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2005.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. Narrativas sobre o martírio e culto ao infante santo (século XV). NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **A Idade Média: entre a História e a historiografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012, p.369-378.

NICLÓS ALBARRACÍN, J. Vicente. Toledo, sede del saber y de las culturas. In: **Tres culturas, tres religiones: convivencia y diálogo entre judíos, cristianos y musulmanes en la Península Ibérica**. Salamanca: Editorial San Esteban, 2001, pp.108-196.

NIETO SORIA, José Manuel. Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla de siglo XIII. **En la España medieval**. n. 9, pp. 709-730, 1986.

NIETO SORIA, José Manuel. La renovación de la historia política en la investigación medieval: las relaciones de poder. **Relaciones de poder en Castilla**. Cuenca: Universidad Complutense de Madrid/Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, pp. 37-64, 1997.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **El Rey Sabio:el reinado de Alfonso X de Castilla**. Traducción Manuel González Jiménez. Universidad de Sevilla: Secretariado de Publicaciones, 1999.

ORTIZ PALANQUES, Marco. Las Siete Partidas de Alfonso X "El Sabio" como instrumento legitimador. **Revista Filosofía**. Mérida (Venezuela): Universidad de Los Andes, n. 20, pp. 54- 92, 2009.

PALACIOS MARTÍN, Bonifacio. El mundo de las ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los “espejos de príncipes” (1250-1350). **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona, 1995, p.463-483.

PAVÓN CASAR, Fátima. **La imagen de la realeza castellana bajomedieval en los documentos y manuscritos**. Tese em História UCM. Madrid: UCM, 2009.

PAYNE, Stanley G. **Historia de España**. Madrid: Editorial Playor, 1987.

PEREIRA, Rosalie Helena de Souza. **Averróis: a arte de governar: (uma leitura aristotelizante da República)**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

PÉREZ LÓPEZ, José Luis. Las Siete Partidas según el código de los Reyes Católicos de la Biblioteca Nacional de Madrid. **Dicenda**. Cuardenos de Filología Hispánica. Madrid: UCM, n. 14, pp. 235-258, 1996.

PÉREZ MARTÍN, Antonio. Fuentes Romanas en Las Partidas. **Glossae Revista de Historia del Derecho Europeo**, 4, pp. 215-246, 1992.

PIMENTA, Letícia Pereira. O renascimento do Direito Romano e a gênese do estudo científico do Direito no Ocidente Medieval. **Revista Aedos**. n. 2, pp.329-338, 2009.

POLO MARTÍN, Regina. Términos, terras y alfoces en los municipios castellanos de fines de la Edad Media. **Anuario de historia del derecho español**. n.72, pp. 201-324, 2002.

PRADO-VILAR, Francisco. Arte y diplomacia el discurso del regalo en las relaciones con Oriente. In: **Alfonso X el Sabio [exposición]**. Sala San Esteban, Murcia, 27 octubre 2009-31 enero 2010.

PROCTER, Evelyn S. **Curia y Cortes en Castilla y León**. Madrid: Ed. Cátedra, 1988.

REIS, Jaime Estevão dos. As Campanhas Militares de Alfonso X, o Sábio: a Cruzada à África e a Anexação dos Reinos Muçulmanos de Jerez e Niebla. **Anais do V Congresso Internacional de História**. UEM: 2011, p.2528-2535.

RIBEIRO, Ana Beatriz Frazão. O Bem Comum nas “Siete Partidas” de Alfonso X. **Anais da III Semana de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: PEM, 1995, pp. 90-94.

RICOEUR, P. **A História, a Memória, o Esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Nuno Simões. Nos primórdios da presença judaica na Península Ibérica: um estado da questão. IN: SILVA, Carlos Guardado da. **Judiarias, Judeus e Judaísmo**. Torres Vedras: Edições Colibri, 2013, p. 19-32.

RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. Imago Sapientiae: Los orígenes del ideal sapiencial medieval. **Medievalismo**, n.7, pp. 11-39, 1997.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel. El yihad: visión y respuesta andalusí a las campañas cristianas en la época de Alfonso X, el sabio. **Revista Medievalismo**. España, n. 10, pp. 69-98, 2000.

ROSSATTO, Noeli Dutra; BOTTON, João Batista. Tempo Narrado: Ricoeur e Agostinho. In: LEONHARDT, Ruth Rieth; CORÁ, Elcio José. **O Legado de Ricoeur**. Guarapuava: Unicentro, 2011, p.111-150.

RUCQUOI, Adeline. El Rey Sabio: Cultura y Poder en La Monarquía Medieval Castellana. **Repoblación y reconquista. Actas del III Curso de Cultura Medieval**. Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, 1993, p.77-87.

RUIZ FUNES, Joaquín Cerdá. **Consideraciones sobre el hombre y sus derechos en las Partidas de Alfonso El Sabio**. España: Universidad de Murcia, 1963.

SABATÉ I CURULL, Flocel. **Catalunya Medieval**. Barcelona: La Esfera de los Libros, 2006.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALVADOR MARTÍNEZ, H. **Alfonso X, El Sabio – Una biografía**. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003.

SÁNCHEZ MADRID, Nuria. *Intellectus possibilis y multitud: las fuentes filosóficas del averroísmo político en Monarchia de Dante Alighieri*. **Revista Medievalista**. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, n. 16, pp. 1-32, julho-dezembro de 2014.

SANCHEZ PEREZ, José A. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: M.Aguilar Editor, 1944.

SCHMITT, Jean Claude. Corpo e Alma. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático Medieval I**. Tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.253-267.

SENKO, Elaine Cristina. **Ibn Khaldun (1332-1406) e um olhar muçulmano sobre a Península Ibérica**. Monografia em História, Universidade Federal do Paraná. 2009.

SENKO, Elaine Cristina. **O passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d'água: uma reflexão sobre a metodologia da história de Ibn Khaldun (1332-1406)**. Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: PPGHIS UFPR, 2012.

SENKO, Elaine. **Musa Ibn Nusayr (670-716) e a construção da identidade andaluza na Península Ibérica**. Revista de História Recôncavo UNIABEU, v. 2, p. 1-14, 2012.

SHAKESPEARE, William. **Henrique V**. Tradução LPM. Editora LPM, 2007.

SILVEIRA, Aline Dias da. **Die Maurenbilder im Werk Alfons'X. von Kastilien**. Tese de Doutorado pela Humboldt-Universität Zu Berlin. Berlim, 2008.

SILVEIRA, Aline Dias. Cristãos, Muçulmanos e Judeus na Medievalística Alemã: reflexões "para um novo conceito de Idade Média". **Revista Aedos**. UFRGS, pp. 403-411, 2009.

SILVEIRA, Aline Dias da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas *Cantigas* de Santa Maria. **Reflexões sobre o medievo**. Organizadores: Nilton Mullet Pereira; Cybele Crossetti de Almeida; Igor Salomão Teixeira. São Leopoldo: Oikos, 2009, pp.39-59.

SILVEIRA, Aline Dias da. Fronteiras da Tolerância e Identidades na Castela de Afonso X. FERNANDES, Fátima Regina. (coordenação). **Identidades e Fronteiras no Medievo Ibérico**. Curitiba: Juruá Editora, 2013, 127-149.

SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Curitiba, n.7, p. 71, (pp.66-83), 2014.

SODRÉ, Paulo Roberto. Fontes jurídicas medievais: o fio, o nó e o novelo. Universidade Federal do Espírito Santo: **Série Estudos Medievais**, n.2, 2008, p.151-167.

SODRÉ, Paulo Roberto. "Ao daian de Cález eu achei", de Afonso X: Um deão leitor de arte amatória. **Revista Diálogos Mediterrânicos**. n.4, pp.116-130, 2013.

SOKOLOWSKI, Mateus. **Por Santa Maria! A fina flor da cavalaria nas Cantigas de Afonso X (1252-1284)**. Monografia em História. Curitiba : UFPR, 2010.

SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. **O reino de Deus e o reino dos Homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)**. José Antônio de C. R. de Souza e João Morais Barbosa (org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. El Cisma de Occidente: los antecedentes y sus consecuencias inmediatas. In: SOUZA, José Antônio de C. R. de.; AZNAR, Bernardo Bayona. (eds.). **Doctrinas y relaciones de poder en el Cisma de Occidente y en la época conciliar (1379-1449)**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2013.

TATSCH, Flavia Galli. A Iconografia Política do Bem Comum. Os afrescos de Ambrogio Lorenzetti e Orcagna. **Anais do XXXII Colóquio CBHA 2012: Direções e sentidos da História da Arte**. Brasília: UNB, 2012, pp. 1639-1652.

TERÁN SÁNCHEZ, Antonio Collantes de. Sevilla en la Baja Edad Media. In: GARCIA-BAQUERO, Antonio (coordenador). **Sevilla**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

TUDELA Y VELASCO, María Isabel Pérez de. Ideário político y orden social en la Partidas de Alfonso X. **Revista En la España medieval**. n. 14, pp. 183-200, 1991.

ULLMANN, Walter. **Principios de gobierno y política en la Edad Media**. Versión española de Graciela Soriano. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Alfonso X El Sabio**. La forja de la España Moderna. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2011.

VENTURA, Margarida Garcez. A Justiça no quotidiano: os corregedores do reino. **Revista História**. São Paulo, v.34, n.1, p.60-74, jan./jun. 2015.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2. ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

VERGER, Jacques. Universidade. Tradução de Lênia Márcia Mongelli. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Coordenador da tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.573-587.

VIGUERA MOLINS, María Jesús. Notas sobre el latín y la arabización de Al-Andalus. In: **Humanismo Latino e Islam**. Universidade de Alcalá, España: Fondazione Cassamarca, pp. 365-370, 2002.

WELLS, Colin. **De Bizâncio para o mundo: a saga de um império milenar**. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Síntese de uma história das idéias jurídicas:** da antiguidade à modernidade. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Ordenações Afonsinas.

In: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> (Acesso 06/05/2012).

Universidade de Salamanca.

In: <http://www.usal.es/webusal/node/675?bcp=conocenos> (Acesso em 10/10/2012).

Università di Bologna.

In: <http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm> (Acesso em 03/12/2012).

A Universidade de Múrcia.

In: <http://www.um.es/web/universidad/historia/precedentes-medievales> (Acesso em 20/01/2013).

Mapa histórico da Península Ibérica no século XIII (1270):

In: <http://zip.net/bdpJ7q> (Acesso em 30/09/2014).

Imagem da estátua de Afonso X:

spainillustrated.blogspot.com (Acesso em 21/06/2015).

Imagem do Sepulcro do rei Afonso X na Catedral de Sevilha: es.wikimedia.org (Acesso em 12/08/2015).

Imagem da Universidade de Bolonha. In: viagem.catracalivre.com.br (Acesso em 12/08/2015).

Imagem da Universidade de Salamanca. In: commons.wikimedia.org (Acesso em 12/08/2015).

Imagem da Catedral de Toledo com a mescla do estilo gótico (século XIII) e renascentista (etapa posterior, século XV). In: commons.wikimedia.org (Acesso em 12/08/2015).

Imagem do Alcázar de Toledo (externo). In: www.spain.info (Acesso em 12/08/2015).